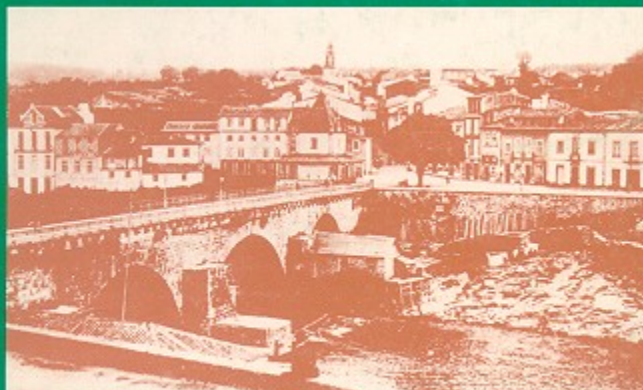


Inês Martins de Faria

Santo André de Barcelinhos

o difícil equilíbrio de uma população
1606 - 1910



neps

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais
Guimarães
1998

Inês Martins de Faria

Santo André de Barcelinhos
o difícil equilíbrio de uma população
1606 - 1910

UNIVERSIDADE DO MINHO
Instituto de Ciências Sociais
Guimarães
1998

Ficha técnica:

Título: Santo André de Barcelinhos
Autor: Inês Martins de Faria
Colecção: Monografias
Edição: NEPS - Instituto de Ciências Sociais - U. M.
N.º Edição: 1
Impressão: 500 ex.
Fotografia da capa:
Vista Panorâmica de Barcelinhos - cerca de 1905
(propriedade da Biblioteca da C. M. de Barcelos)
Dep. Legal: 123926/98
Montagem, Gravuras e Impressão
EDEN GRÁFICO, S.A. - Rua dos Casimiro, 21
Telefs. 425032 / 425048 — Fax 422617
Apartado 2047 — 3501 VISEU Codex

INTRODUÇÃO

Temos na nossa mente silêncios ou curtas frases acerca do avô Joaquim que um dia, bem no princípio do séc. XX, resolveu deixar os nove filhos e a sua mulher doente na aldeia de Palmeira do Faro, onde morava, e partir para o Brasil buscando, tal como um seu filho antes ido, outras glórias ou riquezas, quem sabe... O que realmente se sabe é que foi e não mais voltou nem deu notícias, tal como o filho... E a vida dos pequenos, depois da morte prematura da mãe, foi dispersa pela casa das tias solteiras ou das quintas das redondezas que buscavam braços para o trabalho, ainda que famintos.

Conhecemos, na nossa meninice, os filhos do capador de porcos, nossos vizinhos, trabalhadores do campo, figuras rústicas que, não sendo dos mais pobres, não aparentavam nenhuma forma excepcional de riqueza.

Na nossa adolescência, vimos chegar do Brasil um deles, o Artindo, mais a mulher e a pequena Olinda, ainda bebé de colo. A mulher, casada com o sogro com procuração do noivo, fora enviada depois do casamento. Ela era de uma família muito numerosa e honrada, de gente muito trabalhadora e tendo algo de seu - campos, claro; ele, ao menos, "sempre teria uma vida diferente, talvez mais limpa, lá no Brasil ..." - julgariam eles!

Estiveram, pois, no Rio de Janeiro, cerca de dois anos. Chegados, voltaram ao trabalho da lavoura de onde haviam saído. A casita lá surgiu, sem nada de brasileiro (ou será o azul com que foi pintada, sendo muito pouco comum lá na

¹ Com este trabalho completamos o Curso de Mestrado em História da Colonização e Migrações Portugal-Brasil desenvolvido na Universidade do Minho, entre 1994 e 1997.

aldeia, o reflexo de algum gosto adquirido para lá do oceano...!).

Depois veio a França, para juntar mais uns cobres - sinal de que o Brasil não bastou - ficando a mulher e a filha aterrorizadas na casa junto ao monte, sobretudo nas noites de Inverno tempestuoso. Depois da França, novamente o campo, agora mais para a mulher, chamando o homem para si a condução do camião novo, ao serviço de outros, depois também do tractor agrícola. Hoje, dentro da aldeia, até parece ser um homem de sucesso...

No entanto, há por lá muitos outros com tractor ou camião ou outros bens, que nunca foram ao Brasil e nem mesmo à França...

Ao contrário, dos nossos estudos primários e quase do senso comum, em relação aos emigrantes para o Brasil, sobressaía um emigrante que, retornado, exuberava em mostras de riqueza exterior, levando o outro humilde conterrâneo, ainda que companheiro de brincadeiras de infância, a curvar-se tirando o chapéu à passagem do brasileiro, de fato com colete, e este com correntes douradas até ao relógio de bolso, chapéu de côco ou de palhinha, consoante a estação do ano, de anéis nos dedos, e um sorriso sempre abundante, que tirava a confiança a qualquer um... Além disto, a casa, a casa grande como nenhuma outra dos arredores!... E as esmolas para as obras da igreja, que teimavam ser sempre maiores do que as de quaisquer outros!... E o melhor, as mãos sempre limpas e sem calos!... Era, regra geral, este, o brasileiro retratado nos livros, ou seja, era assim o *brasileiro*...

Dizemos, com o Baionense de 20 de Abril de 1899, *"todos falam nos poucos que voltam ricos, mas ninguém se lembra desses milhares de anónimos, que para lá partiram e não regressaram mais, uns porque não ganharam o bastante para se fazerem transportar para a sua pátria, outros porque lá ficaram nos cemitérios, tão avaros da carne dos nossos compatriotas"*.

A nossa preocupação estava com estes, que sabíamos existirem, pela nossa experiência de vida, com a sua vida de misérias ou de insucesso como emigrantes...

No entanto, enquanto estivemos fora da zona norte de Portugal, éramos como peixe fora da água e o quotidiano era sempre um projecto de futuro.

Quando, enfim, pudemos regressar, escolhemos Barcelos como lugar ideal para as nossas realizações. E aqui, Barcelinhos, correspondendo à precisão dos nossos cálculos, foi o local eleito para o desempenho da função docente. Residindo a uns escassos quilómetros, em ambiente rural, Barcelinhos surge-nos como o espaço urbano-rural mais próximo, e onde se desenvolvem parte das nossas actividades familiares: as Escolas, desde o Infantil ao Secundário, o Centro de Saúde, o Banco

e algumas pequenas lojas de comércio vário. Estávamos, então, depois de onze anos de ausência, no nosso ambiente e prontos para satisfazer o nosso desejo de compreender o passado humano e de alargar o âmbito da nossa formação inicial em História e Ciências Sociais.

Perante a oferta de Cursos de Mestrado pela Universidade do Minho, optámos por aquele em que, de algum modo, depositámos mais esperanças de alguma realização pessoal. Parte da nossa formação inicial marcara-nos decisivamente com uma grande abertura para as questões relacionadas com as gentes diferentes, mais ou menos distantes, quer no tempo quer no espaço.

O Curso que possibilitava uma busca de relações personalizadas entre Portugal e Brasil, pareceu-nos uma boa opção; poderia vir a ser a oportunidade de nos debruçarmos, ainda que à distância, sobre os mecanismos que levavam uns e outros, em tempos diversos, a buscarem tão longas paragens para a concretização dos seus objectivos; e quais os seus objectivos, era outro dos nossos anseios conhecer ou, pelo menos, pensar sobre eles.

Crendo fortemente que a distância gera saudade e outros males e que a saída gera angústia pela insegurança do futuro, gostaríamos de poder descobrir se os benefícios colhidos compensariam todos os males passados.

No entanto, aceitámos facilmente que não era a nossa paróquia que tinha embarcado para o Brasil, mas sim uma boa parte da grande família portuguesa. E que esse embarque se fez desde os tempos de Vera Cruz. E ainda que, pensar Barcelos ou Esposende, que é a nossa origem, ou outra zona de características gerais semelhantes não traria respostas diferentes o suficiente para justificar esta ou aquela opção.

O nosso desejo era mais concreto ainda; para além de satisfazer o desejo de formação pessoal, procuraríamos, cada vez mais, servir a comunidade educativa em que nos inserimos.

Barcelinhos surge, pois, na conjugação deste duplo objectivo. Queríamos chegar à compreensão de toda a dinâmica social, económica, cultural, que afastava da sua terra de origem os portugueses, colocando-os em situações que pensávamos serem-lhes pouco vantajosas, em terras distantes. Conjugação do conhecimento possível dos indivíduos com todos os seus atributos de carácter sócio-económico e cultural era o ideal.

Reflectindo, facilmente aceitámos que só conhecendo cada indivíduo, estaríamos em condições de responder às questões sobre si mesmo; conhecendo as suas famílias, desde que lhe dão o nascimento até que o sepultam, dominaríamos estratégias de crescimento, manutenção ou consecução de riqueza ou estatuto, etc...

Das famílias à paróquia era o passo essencial para se poder acreditar nos saberes acumulados. Indivíduo, família e paróquia eram três elementos indisso-

ciáveis que precisávamos, então, conhecer. Dar-lhes forma foi a preocupação seguinte.

Desenvolvendo, nas primeiras sessões do nosso Curso algum conhecimento sobre a Metodologia de Reconstituição de Paróquias e suas potencialidades e desejando ainda contribuir para o desenvolvimento, entre nós, desta jovem disciplina que é a Demografia Histórica, considerámos estar tomada a decisão¹.

Apesar de desconhecermos grande parte dos trâmites da investigação histórica, parecia-nos um projecto grande demais para o nosso tempo, não para a vontade de o concretizar.

Então, enviado o nosso projecto ao gabinete competente do Ministério da Educação, com o parecer favorável da Doutora Maria Norberta Amorim, fomos merecedores da Licença Sabática requerida.

Com o apoio da Junta de Freguesia de Barcelinhos, trabalhámos em equipa com alguns jovens, durante três meses, do qual resultou a *fichagem* dos cerca de trezentos anos de actos vitais ocorridos nesta paróquia.

No final do levantamento de dados, havíamos construído um ficheiro de 2997 famílias ² Destas resultou um ficheiro informatizado de 11013 indivíduos integrados em famílias e um outro de 713 indivíduos dos quais não conhecemos outro dado para além do óbito.

Apelamos, então, à nossa força interior de modo a prosseguir a investigação metódica e continuamente, quer seguindo o método referido, quer ensaiando resultados em computador, quer ainda aprofundando o estudo de outros temas necessários à compreensão da evolução dos comportamentos demográficos desta paróquia.

Todo o processo do qual resultou este trabalho, não teria sido possível sem a abertura necessária das entidades ou pessoas responsáveis pelos documentos a estudar.

¹ Apesar de a cremos sobejamente conhecida, incluímos no anexo a este capítulo, uma síntese da metodologia utilizada.

² Das 2997 famílias, classificámos 240 como de tipo 1, 253 de tipo 2, 205 de tipo 3, 439 de tipo 4, 25 de tipo 5, 149 de tipo 6, 1174 de tipo 7 e 512 ilegítimas. A tipologia das famílias é típica do método e pode ver-se em Amorim, Maria Norberta, *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, U.M., Braga, 1991.

Assim, compete-nos deixar aqui uma mensagem de gratidão pessoal e reconhecimento pelo contributo prestado ao desenvolvimento da pesquisa histórica, a todos quantos nos abriram as portas, nos confiaram os documentos procurados ou nos incentivaram, de algum modo. Procurando não esquecer ninguém e, simultaneamente, não destacar a entidade em detrimento do funcionário, ou vice-versa, procuraremos nomear sensivelmente segundo a ordem das solicitações:

- à Professora Doutora Maria Norberta Amorim, pelo apoio inicial à nossa candidatura à Licença Sabática e, sobretudo, pela disponibilidade, apoio e orientação deste trabalho, ao longo de todo o tempo da sua execução;
- aos funcionários do Arquivo Distrital de Braga pelo desempenho eficaz do seu trabalho, que nos permitiu rentabilizar ao máximo o nosso tempo;
- à Junta de Freguesia de Barcelinhos por nos ter apoiado quer na fase inicial deste trabalho quer, directa ou indirectamente, na fase de publicação do mesmo;
- à Doutora Maria Amélia Pinheiro Varela, Conservadora do Registo Civil de Barcelos, por nos ter permitido a consulta dos livros de registos paroquiais à sua guarda;
- aos jovens barcelinenses e a outros que trabalharam connosco no levantamento da informação procurada, durante os primeiros meses do desenvolvimento deste processo;
- ao senhor Governador Civil de Braga pela permissão da consulta dos livros de guias de passaporte e, concretamente, à sua funcionária D.Cândida, que tão gentilmente nos serviu;
- ao pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Barcelos, na pessoa do Doutor Sebastião Matos e na de seus funcionários, pela possibilidade de consulta de algumas fontes históricas no seu Arquivo Municipal e pelo apoio no trabalho realizado na Biblioteca Municipal;
- a todos os Professores orientadores do nosso Curso de Mestrado pela abertura de hipóteses de trabalho que nos proporcionaram;
- a todos os não nomeados que, de algum modo, nos prestaram qualquer tipo de auxílio, quer nestas tarefas, quer em outras, de nossa competência;
- aos filhos, por terem sofrido a nossa falta de paciência e de tempo de diálogo e por terem tomado em seus ombros, ainda que pequeninos, algumas das responsabilidades que nos pertenceriam.

ANEXO À INTRODUÇÃO

1. METODOLOGIA DA RECONSTITUIÇÃO DE PARÓQUIAS utilizada nesta investigação e criada e desenvolvida por Maria Norberta Amorim

Considerámos que a Metodologia subjacente a esta investigação seria conhecida o suficiente para que fosse dispensável integrá-la no texto deste trabalho. No entanto, incluímos aqui uma síntese da mesma. Esclarecemos que utilizámos cópia dos microfilmes dos livros de registos paroquiais. E ainda que nos servimos, primeiro do processo manual de levantamento dos actos de baptismo, casamento e óbitos, sobre os quais cruzámos as informações de outras fontes, seguido da informatização de todos os dados colhidos.

Primeira fase:

Passagem de registos de actos vitais para fichas de papel.

Em fichas de papel, registam-se, a azul, todos os dados colhidos nos registos de baptismos de filhos, que referenciámos, à esquerda, na mesma ficha, aos seus pais. Teremos, para cada família, os nomes, profissões, naturalidades e residência dos dois cônjuges, à esquerda, e à direita, nomes e datas de baptismo ou nascimento dos filhos, sequencialmente.

Nas mesmas fichas, mas a verde, registam-se, seguidamente, os dados extraídos dos assentos de casamentos dos cônjuges a quem havíamos visto nascer filhos anteriormente. Teríamos, então, a data de casamento e, provavelmente, outros dados como a naturalidade dos cônjuges, a sua filiação, a idade e, às vezes, até a data de nascimento.

Nas mesmas fichas, a vermelho, consultando os registos de óbitos, inserimos a data de óbito dos indivíduos falecidos, bem como as outras informações que consideremos interessantes, tais como idade e profissão ao óbito, local de falecimento, causa da morte, etc..

Casos especiais merecem tratamento especial:

- aos filhos ilegítimos é atribuída uma ficha onde constará, em primeiro lugar, o nome e outros atributos da mãe (e do pai, se for identificado);
- às crianças enjeitadas que vemos baptizar é atribuída uma ficha individual, na qual se registarão, caso surjam, outros actos relativos à mesma criança;

- para os casais dos quais não registámos o nascimento de filhos, é aberta uma ficha, só escrita a verde, com os dados recolhidos no assento de casamento, que poderá, mais tarde, vir a ter os óbitos a vermelho;

- para indivíduos dos quais só temos o óbito, eram elaboradas fichas com todos os elementos constantes dos registos de óbito, de modo a se constituir um ficheiro, organizado cronologicamente e alfabeticamente, de dez em dez anos, de modo a proporcionar, seguidamente, algumas identificações prováveis.

Segunda fase: informatização do ficheiro manual

Com todos os dados colhidos, organiza-se, em computador, um ficheiro de famílias. Este é facilmente convertido num ficheiro de indivíduos, sem dele constarem os não naturais desta paróquia, ainda que fazendo parte das famílias. Estes são posteriormente acrescentados neste último, bem como os enjeitados ou expostos. Os indivíduos dos quais só se verificou o óbito podem também fazer parte deste ficheiro, mas, para garantir a não duplicação de indivíduos, será conveniente mantê-los num ficheiro próprio.

Terceira fase: enriquecimento de ficheiro informático

A cada indivíduo são acrescentadas, em campos próprios, eventuais informações colhidas de outras fontes em estudo.

É sempre possível inserir campos suficientes de modo a recolher toda a informação que lhe queiramos dar.

Quarta fase: os resultados

Em poucos instantes, quando comparados com o tempo dispendido para a *fichagem* manual dos actos, o computador fornece-nos as conclusões pretendidas.

2. TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS ¹ (segundo M^a Norberta Amorim)

Tipo 1. Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de nascimento da mulher e data do óbito do primeiro cônjuge falecido.

Tipo 2. Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data do óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de nascimento da mulher.

Tipo 3. Famílias das quais conhecemos a data de casamento e a data de nascimento da mulher e desconhecemos data do óbito do primeiro cônjuge falecido (e conhecemos registo de baptismo dos filhos identificados).

Tipo 4. Famílias das quais conhecemos a data de casamento e desconhecemos a data de nascimento da mulher e a data do óbito do primeiro cônjuge falecido (e conhecemos registo de baptismo dos filhos identificados).

Tipo 5. Famílias das quais conhecemos o nascimento de filhos, a data de nascimento da mulher, a data do óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de casamento.

Tipo 6. Famílias das quais conhecemos o nascimento de filhos, a data do óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de casamento e a data de nascimento da mulher.

Tipo 7. Todas as famílias que não se enquadram nas classes anteriores e todas aquelas nas quais se detecte sub-registo de baptizados de filhos.

Note-se que alguns nascimentos "perdidos", podem ser satisfatoriamente "recuperados" se há indicação de idade ao óbito, principalmente no caso de crianças e as fichas respectivas podem merecer outra classificação."

¹ Texto copiado de M. Norberta Amorim, *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, Univ. Minho, Braga, 1991, salvo o que se encontra dentro de parêntesis que pretende ser só um esclarecimento que considerámos útil; note-se ainda que "todos os filhos" significa que podem ser zero filhos.

Capítulo I

AS FONTES: APRESENTAÇÃO E CRÍTICA

O método de Reconstituição de Paróquias, criado e desenvolvido por Maria Norberta Amorim, o qual seguimos, baseia-se, fundamentalmente, na exploração dos registos paroquiais de baptismos, casamentos e óbitos, valorizando também o recurso a outras fontes.

Utilizámos os registos paroquiais existentes relativos a esta paróquia de Santo André de Barcelinhos. Para os baptismos, a partir de 1606, para os óbitos, a partir de 1608, e para os casamentos a partir de 1607. O estudo dos mesmos alargou-se até ao ano de 1910, dado que, em 1911 (1 de Abril) entrando em vigor o decreto que oficializava o registo civil, punha-se fim ao registo paroquial, enquanto registo oficial dos actos que pretendíamos estudar. Por outro lado, seria humanamente impossível, nesta etapa da nossa vida, avançar com este estudo até à actualidade.

Com o objectivo de melhor compreendermos o fenómeno *mobilidade*, para além dos registos paroquiais, servimo-nos de livros de guias de passaporte interno e externo, entre 1827 e 1925, e dos próprios processos de passaporte, para os anos de 1896 a 1925. Ocasionalmente, utilizámos informações provenientes de livros de Recenseamentos Eleitorais e de livros de Recenseamentos Militares.

Não poderemos aqui explicitar toda a análise minuciosa feita sobre as mesmas fontes, sob pena de se tornar um trabalho demasiado extenso. Cingir-nos-emos, pois, a uma visão geral do estado de conservação dos livros e a algumas explicações sobre os registos dos actos vitais que melhor possam fazer compreender as dinâmicas populacionais observadas. Referir-nos-emos a cada tipo de registos,

separadamente, ainda que avançando dos livros Mistos para os não-Mistos, de modo a podermos, de imediato, projectar, para o futuro, alguma compreensão dos movimentos de que trataremos ao longo deste trabalho.

De modo a não se tomar uma leitura exaustiva e, hipoteticamente, desmotivante, optámos por incluir a relação de todas as fontes analisadas, registos paroquiais e outras, no capítulo sobre Fontes e Bibliografia, inserido na parte final deste trabalho.

1. AS FONTES: ESTADO ACTUAL DE CONSERVAÇÃO

1.1 Os livros de registos paroquiais

Apesar de antes do Concílio de Trento ter havido, na diocese de Braga, algumas determinações sobre livros de paróquias, parece que nelas ainda não estavam incluídos os livros de registos dos actos vitais¹. Só na sequência do Concílio Tridentino é que o Concílio Provincial de Braga, forneceu determinações relativas aos livros de baptismos, casamentos, óbitos e outros e só depois dessa época é que os encontramos para Barcelinhos. Não sabemos se existiram antes de 1606, mas podem ter existido² e terem sido, entretanto, extraviados.

Nesta paróquia, encontrámos dois tipos de livros respeitantes aos actos vitais dos indivíduos: os Mistos e os outros. Os Mistos, como o próprio nome indica, são livros onde se registaram dois ou três tipos de actos, baptismos, casamentos e óbitos, mais ou menos dentro do mesmo período; isto pareceu ser uma preocupação. Existem, pois, para o período entre 1606 e 1732. Os outros são livros independentes para actos vitais diferentes; livros de Baptismos, nos Arquivos, chamados de Nascimento, livros de Casamentos e livros de Óbitos. Certamente pelo aumento do número de actos a registar, passou a ser mais conveniente o uso de um livro para cada tipo de acto.

Nos dois primeiros livros Mistos, e genericamente, nas primeiras folhas de cada livro, até ao séc.XVIII, a leitura é dificultada, em alguns momentos, pela falta do papel dos cantos das folhas, pelo excesso de tinta utilizada ou pela

¹ José Marques, *Sínodo e cartórios paroquiais*, no jornal *Diário do Minho*, Ano LXXI, nº 24025, de 27 de Fevereiro de 1996. D.Frei Telo, em 1281, teria mandado fazer inventários das igrejas, nas mudanças de padres, D. Diogo de Sousa, em 1505, estabeleceu novos critérios de rigor para a mesma inventariação; e o Arcebispo Infante D. Henrique, em 1537, manda trasladar para livro de tomo, as escrituras existentes em cada paróquia, salvo as de emprazamentos.

² O facto de os registos que existem actualmente, não se iniciarem no mesmo ano, apesar de poder ser fruto das realidades da época, permitem-nos supor que terão existido registos paroquiais para antes de 1606.

clareza actual da mesma, pela má qualidade do papel que deixava imediatamente *traspassar* a tinta, pela não visibilidade de toda a paginação, gastos os cantos pelo folhear dos investigadores. Há ainda alguma desordem na colagem ou costura de algumas folhas. Foi preciso um esforço contínuo e demorado de observação de modo a não perdermos nenhuma informação.

De quando em quando faltam algumas folhas, arrancadas depois de paginadas. À generalidade destes casos não corresponde falta de registos, certamente porque as folhas poderão ter sido arrancadas antes de utilizadas ou porque o pároco, tendo iniciado um novo livro tendo ainda folhas virgens num anterior, resolveu retirá-las, como num dos casos nos é informado. Mas, no Livro Misto Um (1606-1645), sabemos que faltam alguns anos de assentos, quer de casamentos (1631-34; 1636-38; 1638-45) quer de baptismos (1638-40 e 1645-47); cremos que em alguns momentos, tenham existido; no entanto, a falta visível de algumas folhas poderá justificar a sua ausência. A percebemos de que o pároco Francisco Garcia (1628-1650)¹ se desleixava várias vezes nos registos, tendo, inclusive, recebido reprimendas por parte dos seus Visitadores. Os assentos de óbitos de adultos não parece faltarem. Cremos que, no Misto Dois, ficaram por registar, entre 1652 e 1655, alguns casamentos, talvez dois a quatro, segundo observação dos anos mais próximos. Também entre 1658 e 1661 faltarão alguns que estariam em algumas folhas entretanto perdidas. Ter-se-ão perdido, cremos, tal como se perderão outras que se encontram soltas, se não forem, entretanto, cosidas.

Os dois últimos livros Mistos estão em melhor estado de conservação, não merecendo críticas negativas. Lamentámos, no entanto, a má caligrafia do padre António de Vilas Boas (1677-1710), piorando para o fim da sua vida, muitas vezes encavalitada sobre si própria, dificultando a leitura e obrigando ao recurso directo à fonte².

Em todos os livros há uma intenção de dividir o espaço para os diferentes assentos, escrevendo os nomes dos actos a que se destinam. Em todos há também alguma forma de termo de abertura e de encerramento, ainda que nem sempre tenham sido respeitados, sendo alguns destes termos ultrapassados por partes ou corpos inteiros de registos ou outras notas.

Inesperadamente encontrámos, no fim do Misto Um, um inventário dos ornamentos que o cônego Francisco de Amorim Soares (1655-71) *tomou* da igreja da Colegiada de Barcelos (vestimentas, castiçais, velas, cortinas, missais, etc.), inventário este que, a ter de ser posto nestes livros, o deveria ter sido só no Misto Dois, uma vez que aquele cônego só tomou posse desta igreja em Maio de 1655, quando era aquele livro o então usado.

¹ Sempre que nomearmos um pároco ou um livro, as datas que lhe seguirem são a do início e fim da sua curadoria na paróquia, no caso do pároco, ou da sua utilização, no caso do livro.

² Por regra, trabalhamos com cópias dos microfilmes dos registos paroquiais; quando se tomava imperioso, recorriamos, directamente, à fonte.

No Misto Três, depois dos óbitos, o vigário António Vilas Boas apresenta-nos também uma lista dos crismados pelo senhor Arcebispo Primaz, D.João de Sousa, no ano de 1701. Esta lista, cheia de abreviaturas, pois os crismados eram muitos e o espaço podia ter-se feito pouco, o que não aconteceu, apresenta-se em três colunas, muito condensadas, contendo só o nome e filiação, também muito simplificada, tendo, mesmo assim, sido utilizada por nós, com vantagem, no enriquecimento das famílias em reconstituição.

De maneira geral, os livros específicos, de baptismos, casamentos e de óbitos, mantêm-se em bom estado, não tendo resultado, por deficiência de leitura, nenhum registo por analisar. Quando tal não foi possível através da cópia do microfilme por haver tinta *traspassada* de tal forma que esta não era mais do que uma folha preta, sobretudo no Óbitos Um (1721-1745), recorreremos directamente à fonte.

Não se podendo recolocar no lugar os bocados de papel comidos pela traça de há duzentos anos até ao momento actual, visíveis em um só livro, nem o pedaço de fim de folha que alguma tesoura do séc.XX cortou (Misto 1 -óbitos), notámos, no entanto, que alguns livros merecerão melhor atenção por parte de quem os utiliza e de quem os guarda, de modo a não se perderem folhas soltas, a receberem nova encadernação aqueles que a não possuem ou que a tenham em mau estado.

Os últimos livros, genericamente, os do séc.XIX e inícios de séc.XX, estão em muito bom estado de conservação e são de leitura fácil, apesar de, às vezes, ter sido utilizada uma tinta tão clara que, agora, se torna difícil ler a cópia e, de novo, há que ir ao original.

Em cada livro, ao chegar o 31 de Março e 1911, ano em que o Registo Paroquial foi abolido enquanto registo oficial do Estado Português, o padre Agostinho da Cunha Sotto Mayor faz referência ao documento legal que impôs o encerramento dos livros, bem como ao conteúdo dos mesmos. Segue-se, como exemplo, a declaração que encerra o livro de baptismos: "*Declaro que em cumprimento do artº 8 do código do registo civil com data de 18 de fevereiro do corrente ano, lavro este termo de encerramento do livro de baptismos desta freguesia, principia em o primeiro de Janeiro de 1909 o qual tem 100 folhas e contém 126 assentos de baptismo: a saber, 55 do ano de 1909, 59 do de 1910 e 13 do de 1911. Barcelinhos, 1 de Abril de 1911 e onze. O Pároco Agostinho da Cunha Sotto Mayor*"¹. Continuou a fazer-se o registo dos actos religiosos, em outros livros, com fins meramente religiosos; só no Registo Civil passou a ser possível tirar certidões de nascimento, casamento e óbito, necessárias para alguns actos fundamentais da nossa vida. Foi, enfim, posta em prática a separação da Igreja e do Estado, há já muito tempo *agendada*, para utilizarmos uma expressão bem actual.

¹ Livro de assentos de baptismos da freguesia de Santo André de Barcelinhos, Arquivo do Registo Civil de Barcelos, nº 259, folha 51.

1.2 Os livros de guias de passaportes

Todos os livros de Registo de Guias de Passaportes facultados, quer pelo Arquivo da Biblioteca Municipal de Barcelos, de passaportes internos e externos, quer pelo Governo Civil de Braga, só de passaportes para o exterior, se encontram em perfeitas condições de leitura. A falta de uma capa de cartão ou a existência de uma ou outra folha descoladas são falhas que, se não forem remediadas, contribuirão para a deterioração progressiva destas fontes. Já a falta total de uma ou outra página representa uma perda dificilmente recuperável.

1.3 Os processos de passaporte

No momento da nossa investigação os processos de passaportes relativos ao Distrito de Braga encontravam-se amontoados no Arquivo da Biblioteca Distrital de Braga, tendo sido remetidos pelo Governo Civil da mesma cidade havia pouco tempo, segundo informação obtida; antes, faziam parte de um amontoado de papéis, existente no sótão do edifício do Governo Civil, a grande parte do qual se perdeu, quer por apodrecimento devido a grande humidade, quer vitimados por alguma fogueira no sentido de dar fim àquela papelada. Os que se salvaram são, pois, os de 1896 em diante - não sabemos se todos!

Merecem, sem dúvida alguma, uma organização apropriada, de que a Administração do Arquivo Distrital de Braga se encarregará, com sucesso, para a qual cremos ter contribuído minimamente, ao mesmo tempo que analisámos os processos relativos a Santo André de Barcelinhos¹.

¹ Pelo trabalho de outros investigadores que nos antecederam nestas vistas ao Arquivo citado, haviam já sido separados os processos de passaporte relativos ao Concelho de Guimarães e a grande parte do de Vila Verde; o nosso contributo foi de modo a deixarmos também identificados os relativos aos Concelhos de Barcelos e de Esposende e, dentro destes, às freguesias de S.Cláudio de Curvos, de onde somos naturais, e de Santo André de Barcelinhos, centro do actual estudo. A metodologia utilizada foi simplesmente de os colocar cronologicamente, de acordo com a naturalidade dos titulares.

2. O FASCÍNIO DAS FONTES: O PAPEL DOS VISITADORES ...

Cabendo-nos, por opção, reconstituir a Paróquia e vendo que as fontes existentes permitiriam um trabalho com elevado rigor, poderíamos dar por encerrado este capítulo sobre as fontes. No entanto, não pudemos deixar de prestar atenção em todo o tipo de informações presentes nos livros, de nos apaixonarmos por um assento anulado, mas que, afinal, vimos que tinha razão de ser, por um registo de um filho legítimo que depois vimos ser ilegítimo ou por um crisma de um exposto, baptizado nesta paróquia, que afinal, era filho de uma família de nobres da terra.

Era, agora, a qualidade da informação prestada que mais nos atraía. Considerámos ser uma possibilidade fecunda, na longa duração, para alguma compreensão da mentalidade, pelo que não devemos deixar de mostrar como pensou ou decidiu - enfim, como registou - um ou outro padre-registador¹. Simultaneamente, aprendemos - que a nossa situação é ainda e sempre será de aprendizagem - a posicionarmo-nos criticamente em relação a cada dado colhido, antes de o darmos como dado absoluto.

É evidente que, passados que são os séculos sobre os acontecimentos, a nossa capacidade de discutir a validade dos mesmos seria nula, não fosse o caso de termos de cruzar as informações recebidas a propósito do registo de vários actos, envolvendo as mesmas pessoas.

E, apesar de haver, para os assentos, uma norma a respeitar, pois os Visitadores deixavam, aquando da Visitação à Paróquia, recomendações nesse sentido, vimos que nem sempre as normas deixadas eram respeitadas.

Na síntese que apresentaremos de seguida, partiremos, ora da mensagem do Visitador, quase sempre de reprimenda, algumas vezes, só de informação, ora de alguns registos que mais nos prenderam a atenção. Será, no entanto, uma abordagem extremamente limitada, tendo em conta a extensão e riqueza das fontes².

¹ Em anexo a este capítulo poderá encontrar-se uma lista dos padres-registadores observados, salvo aqueles que orientavam a celebração do acto vital por licença do padre da paróquia. Desta lista constam ainda o primeiro e último momentos em que cada padre foi observado e ainda o tipo de registo a que corresponde a última data.

² No anexo a este capítulo pode ver-se uma listagem das visitasções a esta paróquia, com indicação dos livros vistoriados, nome dos Visitadores e a indicação do livro onde foram deixadas recomendações.

2.1 ... nos livros de Baptismos

No início do séc.XVII, era comum a **identificação do baptizando**, só pelo seu nome e nome do pai, ou pelo nome do pai e *de sua mulher*, sem referir o seu nome, quase sempre sem residência, mas sempre, admitindo excepção, com os compadres - tudo isto, para além da data e da rubrica do baptizante¹.

A 10 de Março de 1614, o visitador Gemudo apenas referiu ao padre Baltazar Martins (.....- 1614): "*diga que são padrinhos e não fale por compadres*"². Facto, para nós, de pouca importância. E tanto assim é, que hoje, passados que são cerca de 380 anos, ainda se chamam de **compadres** os que apadrinham uma criança no baptismo, em relação aos seus pais. Entendamos que, então, o compadrio deveria tomar-se numa relação de parentesco espiritual, impeditiva de outras relações, por exemplo, de casamentos, o que, devido ou à pequenez das comunidades ou ao seu isolamento, viria a provocar grandes restrições no mercado matrimonial e levar a casamentos proibidos, a altos níveis de celibato e a um elevado número de pedidos de dispensa de parentesco para efeito de casamento. Foi tendo em vista estes desimpedimentos, que se decidiu, no Concílio de Trento, que um só sujeito, homem ou mulher, ou quando muito um homem e uma mulher, tocassem o baptizado, na qualidade de padrinhos, e só entre eles e a criança e os seus pais é que se contrairia parentesco espiritual (Silva:1759, p.309). No entanto, esta decisão não foi posta em prática, durante muito tempo.

Com o registo de baptismo abaixo transcrito constatamos o cumprimento da norma acima indicada: "*Aos 31 de Dezembro de 1624 bautisey m^o filha de D^{os} Frz de Mareces e de s. molher m^o Ant^o foy padrinho b^o d^{os} genro de Eugenea d'aguair madrinha m^o f^o de Salvador vaz*"³. Serve este assento de baptismo também para exemplificar outro problema com o qual tivemos de nos confrontar. É que, depois de muitas observações, verificámos que, ao longo deste primeiro quartel do séc. XVII, ao passar o dia 25 de Dezembro de cada ano, o pároco mudava a **identificação do ano** para o ano seguinte. Constatado o facto, houve que repôr a verdade *demográfica*, pois a verdade religiosa era aquela.

A maior **desorganização de registos**, ao longo dos 300 anos analisados, encontra-se entre 1652 e 1655, com o vigário João de Vilas Boas. Devia já estar no limite das suas forças físicas, quando ali chegou, em 1650, tendo vindo a falecer em Maio de 1655. Havia deixado de fazer assentos, de forma sistemática, em 1652, e só em 7 de Janeiro de 1654, recebe do visitador a seguinte ordem: "*Visto em*

¹ À medida que o nosso contacto com os registos paroquiais se foi repetindo, ficámos com a noção de que a qualidade ou quantidade das informações prestadas era directamente proporcional ao valor social da família em questão, sem, no entanto, podermos vincar definitivamente, esta posição.

² Misto 1, folha 10, frente.

³ Misto 1, folha 24, frente.

V.ç^{ão} declarar nestes assentos e nos mais os nomes das mães dos baptizados e se são legítimas mulheres sob pena de se lhe dar em culpa na próx. v.ç^{ão} e acabar os registos que lhe faltam e não ponha algarismos. Meira" ¹ Era motivo de força maior, sem dúvida, o que levava este vigário a não cumprir com as suas obrigações. Pois, passados que eram mais de treze meses, o vigário não havia acrescentado um só registo! E de uma vez só, tinha recebido três reprimendas! E o mesmo Visitador, no espaço imediatamente a seguir ao daquele primeiro aviso, anota este outro, a 25 de Fevereiro de 1655: "Visto em V.ç^{ão}. O R. do Vig.º não pôs aqui os assentos desde a visitação passada té agora no que mostrou grande descuido e ex.causa ordeno da culpa constante que satisfaça assentando-os dentro de oito dias sob pena de ex.ç^{ão} maior ipso facto. Meira". ²

É só agora que chega à paróquia o encomendado Francisco Coelho (1649-1656), que terá vindo na tentativa de ajudar o vigário na difícil tarefa que lhe era pedida. Em espaço muito apertadinho logo a seguir a estes avisos do Visitador, explica ele que, por falha do vigário, estão vinte meses de baptismos por assentar. "Assento os que sei e os que me disserem e os que fizer" ³ acrescenta ele.

Provavelmente, a pena máxima não foi aplicada ao vigário, pois, para além de o Visitador ter sabido que ele estivera doente, referindo-o na parte dos registos de casamentos, e de ter chegado o encomendado que estava a recuperar os assentos perdidos, o seu falecimento surge logo em Maio daquele ano, ultimando a sua doença. Posteriormente a esta época, ainda se encontram assentos a ela referidos.

A qualidade dos assentos de baptismo melhorou no final do séc.XVII com o aumento da residência da família e com a profissão do pai da criança, ainda que o hábito tenha custado a enraizar-se. Não tendo havido qualquer indicação dos Visitadores nesse sentido, supomos ter sido uma das inovações da autoria do vigário António Vilas Boas. E Em Novembro de 1705, é o Arcebispo Primaz quem introduz um dado novo para se pôr em prática nos assentos de baptismo: "faça assinar os padrinhos e não sabendo escrever duas pessoas das que assistirem" ⁴.

Reforçando esta norma a cumprir, o visitador Távora, em 12 de Junho de 1709, deixa escrito: "V. em V.ç^{ão} e o R^{do} pároco faça sempre assinar em todos os assentos os padrinhos, e não sabendo escrever, com duas testem. e não deve escrever nem algarismos, nem entrelinhas, e declare o mês e o ano em cada assento sem se remeter ao assento antecedente, e vejas às folhas 52 o terceiro assento que diz ano de 706 e no quarto diz 707 e logo nos seguintes diz 706, o que é

¹ Misto 2, pág. 13, frente.

² Misto 2, pág. 13, verso.

³ Idem.

⁴ Misto 4, folha 51, frente.

matéria de muitas consequências, e esta advertência sirva para os assentos de casados e de defuntos, por cuja causa o condeno em três mil réis, atendendo que não havendo emenda será suspenso do officio" ¹ De facto, o vigário parecia ser extremamente económico, apertando a letra, encavalitando assentos, uns sobre outros e utilizando os numerais cardinais. Tudo isto era também, certamente, influência do peso dos anos (faleceu no último dia de 1710), bem como o deixar um ou outro assento por fazer, o que criava grandes problemas no futuro aos indivíduos directamente envolvidos nos actos.

Reforçada em época posterior, a exigência das duas assinaturas se, por vezes, não era cumprida, outras vezes, era largamente ultrapassada. Assim, no assento de 28 de Agosto de 1763, sendo baptizada dona Antónia, as assinaturas constantes neste acto são a do padre encomendado, Baltazar de Faria, a do baptizante, abade Damião de Veloso de Miranda e Matos, a do padrinho capitão Martinho Montenegro d'Eça, pela da madrinha, sua mulher, a de José de Almeida Castelo Branco Bezerra e as de três testemunhas, Paulo Joaquim de Faria Mariz Velho Lobo, Agostinho da Cunha Sotto Mayor e António de Novais Ferraz de Gouveia. Se, neste caso, a ascendência nobre da baptizanda, nos pode justificar a marcação das presenças, outras vezes, só a presença de vários padres envolvidos no processo, parece justificar o excesso.

Por vezes encontrámos assentos riscados. Normalmente não lhes atribuíamos qualquer importância. Mas... o de Antónia, f^ª de Francisco de Vilas Boas Truão e de Doroteia Maria, que nasceu aos 10 dias do mês de Abril do ano de 1742, "em cujo dia lançou água em casa o padre Leonardo Ribeiro da Silva, seu vizinho, que assistiu por padrinho nesta igreja às cerimónias que lhe fiz e pus os santos óleos, eu, o padre João Gomes, vigário dela aos catorze dias do dito mês e ano ao que assistiram por testemunhas entre muitas pessoas. Risquei porque não teve efeito. Gomes" ², mereceu-nos bastante atenção. Se fosse só isto, pensaríamos que houve qualquer confusão ou nos nomes dos implicados ou nos dias, mas certamente, algo surgiria a mostrar o engano. Mas nós ficámos com a convicção de que aquela criança existiu mesmo, pois a vimos registar naquele mesmo dia 14, o da imposição dos santos óleos, como criança falecida, sem nome, filha daqueles pais. Passámos a acreditar que nasceu a 10 e que morreu a 14, sendo menina, a que demos o nome de Antónia. Não foi grande a nossa criatividade, pois estava tudo ali... De facto, considerámos erro o riscado, não os registos.

Com o vigário João Gomes (1711-59), os assentos já são bastante completos: nome da criança, filiação (pai e mãe, se á filha legítima), residência, datas de nascimento e baptismo, nome e filiação dos padrinhos, se solteiros, e quem por eles assina, se não souberem escrever. Mesmo assim recebeu o seguinte reparo do Visitador Ramos, em 14 de Outubro de 1746: "declare nos assentos os avós

¹ Misto 4, folha 58, frente.; havendo duas folhas 58 referimo-nos à que está rubricada Cabeças.

² N.1, folha 235, frente. O sublinhado é nosso.

*paternos e maternos do baptizado, sendo legitimo; e sendo illegitimo, os maternos*¹. Esta norma foi deveras importante para a nossa investigação, pois elimina os riscos de atribuirmos filhos a pais homónimos dos verdadeiros.

E em 18 de Janeiro de 1760, refere o visitador Carvalho: "o Rdo pároco daqui em diante não declarará nos assentos mais que o **próprio nome do baptizado** ou baptizada ainda que os pais lhe dêem sobrenome contem pena de se proceder"². Era para os casos dos Antónios Josés ou das Henriquetas da Hora ou, mais gravemente, para o caso de Antero da Silva Casal Ribeiro, ao nascer, já no séc.XIX, se entretanto, não se tivesse aligeirado a vigilância sobre os nomes de baptismo.

O registo das **datas de nascimento e de baptismo**, em simultâneo, foi também iniciado pelo padre João Gomes, sem ter expressamente recebido ordens nesse sentido. Esquecendo, às vezes, a do baptismo e ainda mais os seus seguidores, mostrava, no entanto, reparo na distância que medeia entre o nascimento e o baptismo, perdoando a multa quando houvesse justificação da demora³.

Era facto para o qual alguns visitantes passaram a ter bastante atenção. Assim, numa das 9 Visitações feitas a Barcelinhos, durante o tempo do vigário Manuel José dos Santos (1779-1799), faz-se referência à distância entre nascimento e baptismo. Vejamos: "... com atenção a que Francisco, fº de António Rodrigues Chaves, de que trata o assento folhas 30 e o outro Francisco, fº de António Costa Brandão, de que trata o assento penúltimo retro, forão baptizados e se lhe fizeram os exorcismos com imposição dos santos óleos fora do tempo perscrito na Constituição Sinodal. Hei por condenados aos ditos seus pais, na pena da mesma Constituição, que são 300 réis que cada um satisfará, metade para a Igreja e o resto para mim, no termo de seis dias não de ganho; quem que os receba a cujo fim mando que o Rdo Pároco proceda contra os ditos na forma do instrumento que em seu poder ficara e o mesmo Rdo Pároco, no assento de José, folha 33, verso, escreva sobrenome da sua avó materna, e no assento que escreveu, folha 36, declare nome da criança de que o dito assento consta, e fique advertido para, nos baptismos, se confirmar com o que determina a Constituição Sinodal fº 2º constit. 4ª e saiba da pena que lhe comina. Barcelinhos, 22 de Julho de 1784. Ataíde"⁴.

¹ N.2, folha 11, verso.

² N.2, folha 89, verso.

³ Assim, de Diogo André, nascido a 26 de Agosto e baptizado a 21 de Setembro de 1724, diz, à margem: pagou a condenação na forma da Constituição. E de Marcelina Bernarda, nascida a 17 de Janeiro e baptizada a 29 do mesmo mês e ano, acrescenta: "e não foi mais cedo com causa que disse o dito reverendo examinara e achara ser relevante".

⁴ N. 3, folha 36, frente e verso.

Pelas observações feitas se depreende a preocupação crescente da Igreja no cumprimento de todas as normas, bem como na correcção das informações, aplicando as penas previstas aos não cumpridores.

Desde 1860 que se estabeleceu uma **nova norma** para os registos de baptismo, que não foi mais alterada até ao final da nossa observação. Era o registo mais completo. É do reitor Sousa Guimarães, a seguinte informação: "1860 L. 1º. No primeiro de Janeiro de 1860 principiou o novo sistema de lançar os assentos segundo o Decreto de 19 de Agosto de 1859. Szª Guimarães, Reitor"¹.

Vejamos o que continham os novos assentos de baptismo:

- hora, dia, mês e ano do baptismo;
- local da cerimónia: igreja, concelho, distrito e diocese;
- baptizante e referência ao responsável pela igreja, quando não seja o próprio;
- baptismo e santos óleos;
- sexo e nome do baptizando e se primeiro, segundo ou terceiro de nome;
- dia, mês, ano e hora do nascimento;
- legitimo ou illegitimo;
- nomes de pais avós e respectivas residências;
- nomes dos padrinhos, suas residências (desta ou doutra freguesia) e profissão ou situação social ou de seus procuradores.

Para além de toda esta perfeição, em nota à margem, ainda surge uma mini-síntese de tudo aquilo: número de baptismo do ano, data e o nome. De vez em quando, surgem outras notas, quer sejam os averbamentos em relação a legitimações, a casamentos ou a óbitos, quer sejam referências a documentos que ficaram arquivados, como sejam justificações de atrasos, procurações de padrinhos ou outros.

2.2 ... nos livros de Casamentos

"Certifiquo eu Baltezar miz, vigro do barcelinhos q é verdade q eu recebi a domingos frz fº de pº frz e de sua mulher ana gtz, com mª antª fº de antº dias e de sua mulher ignacia simois conforme ao Sagrado consilio estando presentes o ldo baltezar da costa feraz e bento de moura e froco de moura e belchior de moura e baltezar de moura e dos fereira coutinho e mais toda a fregª de barcelinhos e por verdade asinei aqui oje 22 de julho de 607 annos. Barmiz."

¹ N. 4, folha 187, frente.

Por estranho que possa parecer, este é o primeiro e um dos **registos** mais **perfeitos** de Baltazar Martins (1606-14). Dali se pode extrair a data, o nome e a filiação dos noivos (pai e mãe), os presentes e as testemunhas e refere ainda que foi feito conforme o Sagrado Concílio (de Trento). Ou era por ser o primeiro do livro novo e, então, esmerou-se, ou este registo foi escrito pós-visitação de 1613, o que nos é suposto pelo aspecto da letra quando comparada com a dos seguintes (não é o único caso assim). É que, de forma geral, este vigário não regista a filiação e residência dos noivos, esquecendo também, aqui e além, de escrever se foi feito conforme o Concílio de Trento mandou. Daí as recomendações do Visitador Gemudo, em 23 de Março de 1613: "*declare nos termos se os contraentes foram denunciados na forma do S. Conc. Trid. e cujos f^{os} são e onde moram*".

Continuou esquecendo alguns destes regulamentos, provavelmente pelo grande espaço que decorria, às vezes, entre os casamentos² não anotando, sobretudo, a origem ou a residência de um dos contraentes e a parte feminina da filiação. Esquecia, de vez em quando alguns assentos, que depois intercalava entre os outros, muito amputados³ ou registava-os na vertical⁴. Curiosamente - como informação e não como registo, assim o entendemos - coloca entre assentos, uma curta mensagem sobre um seu paroquiano que casou noutra freguesia, do seguinte género: "*recebeu-se f^o Gtz cõ sua moler em Middões aos ---- de Junho de 1615*"⁵.

Com o vigário João de Vilas Boas (1650-55), a situação não é ainda a melhor. Só registou quatro casamentos, ficando o último, em 25 de Maio de 1652, por completar. Daí a observação do Visitador Meira, em Janeiro de 1654: "*acabe os assentos e declare neles e nos mais que fizer em como os contraentes foram recebidos na forma do Sagrado Conc. Tridentino sob pena d'eu-lhe dar em culpa na próxima visitação*"⁶.

Mas o vigário, supomos, havia esquecido completamente quem casou! Só sabia que casou alguém naquele dia! Daí em diante não registou mais nenhum casamento, pois passados os 13 meses, escrevia de novo o mesmo Visitador: "*Não fez como lhe foi mandado na V.ç^{ão} passada cõ acabar os assentos nem pôs alguns que se receberam e por me constar que esteve doente relevo contando que dará satisfação como lhe está mandado sob pena de ex-ç^{ão} ipso facto dentro de oito dias em V.ç^{ão} 25 de Fev^o de 655. Meira*".⁷ Ai estava a justificação:

¹ Misto 1, folha 85, verso.

² Para dar corpo a esta tentativa de justificação, apresentamos, para alguns anos, o número de casamentos registado: 3 em 1613, nenhum em 1614, 1 em 1615, 2 em 1616, 3 em 1617, 5 em 1618, 1 em 1619, nenhum em 1620.

³ Ver em Misto 1, folha 87, verso.

⁴ Ver em Misto 1, folha 89, frente.

⁵ Misto 1, folha 86, frente. O espaço para o dia do mês não é folha nossa, mas sim do vigário.

⁶ Misto 2, folha 92 verso. Omittimos abreviaturas e fizemos algumas leves correcções (ex-deu-lhe - d'eu-lhe).

⁷ Misto 2, folha 93, frente.

para além da hipotética velhice, também a doença o tinha afectado, e de tal modo foi, que nada mais registou aqui. De facto faltavam alguns "*dos que se receberam*", mas estes já foram registados pelo vigário seguinte.

Em 1695, o Visitador Barros introduz uma modificação nos assentos: "*é para assinar ao menos duas das três testemunhas que assistirão ao matrimónio*". Esta norma não foi posta em prática, nem foi descurada de todo; nos dois anos seguintes surgia uma assinatura só ou acompanhada de uma cruz. Depois de 1697, nada mais além do nome do vigário. Ou foi descuido do vigário António de Vilas Boas ou as letras não eram ainda do domínio dos barcelinenses. Inclinámo-nos mais para a primeira hipótese, pois, assistindo sempre *muito povo*, como normalmente nos é relatado, sempre se acharia alguém que soubesse escrever.

A partir desta data e do cumprimento desta norma e, mais tarde, da obrigatoriedade de os noivos também assinarem, está aberto ao investigador da alfabetização dos séculos passados, um novo campo de trabalho.

Nesta parte final do séc.XVII, já se podia contar com as seguintes **informações num registo de casamento**: data, os nomes dos contraentes e respectiva filiação, às vezes sem a parte feminina da mesma, o nome das testemunhas e que tudo foi feito segundo o Concílio Tridentino. Às vezes esquecia-se algum destes pormenores e anotavam-se outros, tais como residências, pais falecidos ou noivos viúvos. Por isso, em Junho de 1709, o visitador Távora repete algumas ordens anteriormente deixadas e acrescenta outras:

- que fizesse assinar os assentos por duas testemunhas;
- que não usasse algarismos nem entrelinhas;
- que declarasse o mês e o ano em cada assento, sem se referir ao anterior;
- e que levasse tudo isto muito a sério, caso contrário, viria a suspensão do ofício, já que da multa, não estava em tempo de se livrar.

Com o vigário João Gomes (1711-59), do conteúdo dos registos extrai-se, para além dos nomes dos contraentes, a filiação dos mesmos, a naturalidade ou residência, os banhos corridos, as testemunhas e os presentes à celebração.

Na Visitação de 1799 referindo-se aos assentos de Francisco Rodrigues Chaves (1798-1811), avisa o Visitador: "*O Rdo Pároco abstenha-se de quaisquer breves no corpo dos assentos e faça assinar as testemunhas que não o fizeram nos de João António da Silva, e João António Pereira*".¹ Faltava uma assinatura em cada assento, pois já lá estavam duas! O Visitador foi mesmo cuidadoso! No entanto, Francisco Rodrigues Chaves, nem emendou os assentos referidos nem se emendou a si próprio; os seus assentos continuam a ter duas

¹ Cas. 1, folha 92, frente.

assinaturas, para além da sua. Isto, até 1800. Depois, cumpre, mas, de vez em quando, só lá vão duas assinaturas e novo aviso lhe chega: "28 de Junho de 1802. A Const. Tit.9, const. 20, manda assinar nestes assentos três testemunhas. Alpoim."¹. Mais parece um aviso-ameaça do que uma informação costumeira. O Visitador tinha razão, ainda há bem pouco tempo lhe reparara o mesmo! Sendo este encomendado, depois vigário, natural de Barcelinhos, facilmente saberia quem aceitar ou convidar como testemunhas, se era preciso saber assinar.... Então, porquê esta negligência? Tantas eventuais explicações poderíamos criar para este facto, mas ficaremos pela sensação de que, não sendo isso de importância fundamental no acto, este padre não era tão rigoroso quanto as leis pelas quais se tinha de reger!

No início do Livro de Casamentos Dois, das **informações dos registos** do padre João de Sousa Guimarães (1840-75) constavam, regra geral, a data, nomes os contraentes, filiação, naturalidade e/ou residência e local de casamento se foi fora da freguesia². Tudo parecia bem, mas, de repente, sem se vislumbrar de imediato a razão, surgem registos semelhantes aos dos primeiros anos do séc.XVII. No entanto, para além da informação sobre os nubentes, inclui também a naturalidade dos mesmos. Isto em três assentos dos cinco de 1845. Dai em diante, esporadicamente, os registos perdem qualidade, pela perda de quantidade de informação: às vezes, só anota os contraentes. Outras, junta a naturalidade ou residência. Outras ainda anota só uma parte da filiação... Toda esta desorganização se prolonga até 1847, e extraordinariamente, também depois³.

Ao chegar o fim do ano 1859, como em todos os outros livros, o padre Guimarães anota que se irá começar, no primeiro de Janeiro, o novo estilo de lançar os assentos de casamentos, segundo o Decreto de 19 de Agosto de 1859.

Os **novos assentos**, apesar de se tomarem uma confusão para um padre cuja escrita não lhe saísse muito perfeita, para nós, eram cheios de informações importantíssimas. Constavam de:

- dia, mês, ano e hora;
- de cada contraente: nome, estado civil, profissão, data de nascimento, idade, naturalidade e residência, filiação;
- de cada pai e mãe de cada contraente: profissão, residência e filiação;
- do contraente viúvo, o nome do cônjuge falecido, naturalidade e local de falecimento;
- referência às benções nupciais;
- testemunhas do acto;
- quando é caso disso, refere-se o consentimento dos pais dos nubentes;
- outras referências esporádicas: procurações, legitimação de filhos, etc..

¹ Cas. 1, folha 97, verso.

² Não sendo regra, havia casamentos fora, assentes nesta paróquia, ou porque o próprio padre esteve presente, ou porque os nubentes trouxeram certidão, a qualquer pretexto.

³ Esta desorganização/desinteresse pela qualidade dos registos paroquiais sugere-nos alguma rejeição dos momentos político-religiosos que se viviam em Portugal, a que o Norte esteve particularmente ligado.

De facto seriam registos perfeitos, a serem feitos com perfeição, mas o reitor cansava-se, de vez em quando de tanta escrita. Logo em Junho daquele ano, perdeu a prática de registar a filiação do contraente masculino! A partir de Outubro de 1862, deixa de escrever, definitivamente, os avós dos contraentes, sem termos visto qualquer ordem nesse sentido. Pelo facto, é repreendido pelo Arcipreste, e é-lhe recomendado que cumpra as normas recebidas.

Com os seus seguidores, não houve lugar a reprimendas. Tudo estava conforme as determinações superiores.

2.3 ... nos livros de Óbitos

Os **primeiros assentos** de óbitos eram bastante sintéticos: o nome, a data da morte, se fez *manda* e se foram cumpridos os bens d'alma. Alguns há que, além da sua simplicidade, reflectem também a falta de cuidado na sua elaboração, chegando mesmo a provocar no leitor, no mínimo, um sorriso: "*Aos 10 de abril moreo nicolau piz de 609 annos fez manda*"¹.

Pela exiguidade destes registos, apesar de pequenas diferenças entre eles, observou o visitador Gemudo ao vigário Baltazar Martins, em visita de 23 de Março de 1613: "*assine os termos e declare se os defuntos faleceram com os sacramentos ou sem eles*"². O primeiro reparo seria para saberem, no futuro, de quem cobrar responsabilidades por um registo mal construído (ou a quem dar os louvores, coisa que nunca vimos, mas sabemos que existe)³. O segundo reparo deveria ter como objectivo levar à administração dos últimos sacramentos a todos os moribundos. Falecer com eles é a norma e também, certamente, o desejo dos mesmos.

Já o pároco Diogo Barbosa (1614-28) foi cumpridor, regra geral, destas recomendações, e a qualidade das informações também melhorou. Diz quase sempre o nome do cônjuge sobrevivente, às vezes a residência, a idade, a profissão, no caso dos homens, e a situação económica. A título excepcional refere causas da morte⁴.

¹ Misto 1, folha 72, frente.

² Misto 1, folha 72, verso.

³ Fernando António da Silva Miranda refere-o a propósito do pároco de Alvito S. Pedro, em 1709, no seu livro *Estudo Demográfico de Alvito S. Pedro e Anexa, 1567-1989*, edição da Junta de Freguesia de Alvito S. Pedro, Barcelos, 1993, p. 45.

⁴ Misto 1, folha 75, verso: a 27 de Dezembro de 1624, Maria do Ramalhal teria morrido de uma "*plexia que lhe deu e a levou supostante*".

Francisco Garcia (1628-50) parece-nos ter sido um registador algo desleixado. Os seus assentos têm bastante palavras borratadas, alguns apresentam-se riscados com tal veemência, que os mesmos riscos parece que inutilizam também o assento do verso da folha, pela absorção da tinta usada em demasia¹. Esquecia-se muitas vezes do ano e escrevia-o por cima da primeira linha, mais ou menos no local onde deveria estar. Esta desorganização é bem patente nas folhas 64 a 66, do livro Misto 1, em que há registos borratados de tinta, outros riscados, em partes, outros escritos na vertical, nas bermas.

E como o visitador Abreu, em 28 de Junho de 1638, passou por aquelas folhas e nada lhe reparou (ou não passou e assinou como se tivesse passado), ele, Francisco Garcia, continuou no seu estilo pouco limpo até ao fim.

Apesar de todo este estado, estamos em crer que não foi nenhum deles que amputou a parte final da folha 68, contendo, provavelmente dois registos de falecimentos, um na frente outro no verso, sem danificar os demais. Foi aqui que a tesoura do séc.XX, segundo cremos, marcou a sua passagem em mãos irresponsáveis, atentando contra a propriedade pública.

Com já é de prever, com o vigário João de Vilas Boas (1650-55), a quantidade de informação diminui: nome e sacramentos; outras informações só excepcionalmente. Daí, a recomendação do Visitador Meira, em Janeiro de 1654: "*declare nos assentos que fizer se os defuntos morrem abintestados ou não*"².

Constatámos, então, que o primeiro defunto após esta visitação foi o próprio vigário, falecido a 14 de Maio de 1655. Não parece ter havido quebra no volume de registos de óbitos, apesar da doença prolongada do vigário, notando-se somente, a falta dos registos dos menores.

Ao vigário Francisco de Amorim Soares (1655-71) nada foi reparado na visitação que sofreu. Registava data, nome, algumas relações familiares ou sociais, às vezes idade aproximada, informações sobre sacramentos e testamento. Na margem esquerda dos assentos, anotava informações sobre o cumprimento dos bens d'alma.

Chegado o vigário António de Vilas Boas (1677-1711), a pressa que nos pareceu caracterizá-lo é mais uma vez visível na pequenez dos seus registos, ainda que descontada a diferença de caligrafia. Chegámos a ter vários assentos deste tipo: "*aos vinte de setembro se falleceo huma menina do Cerrão foi a sepultar a S. Francisco*"³. E ao lado: *menor*.

Bem-haja! Introduziu esta novidade deveras importante para nós, estudiosos da Demografia: o registo da **morte de menores**! Foi o primeiro pároco

¹ Exemplificado em Misto 1, folha 61, verso-frente.

² Misto 2, folha 54 frente.

³ Misto 3, folha 76, verso.

desta paróquia a registar a mortalidade infantil, apesar de não lhe pôr o cuidado comparável à dos adultos. Muitas vezes não escreve o nome, como é visível no assento reproduzido acima, mas tem normalmente o sexo, salvo quando regista "criança" em vez de menino ou menina. A identificação do pai surgia, mas se lhe dava jeito escrever só a alcunha ou profissão, fazia-o, ou anotava só a familiaridade com um indivíduo, cuja relação de parentesco desconhecemos. Neste caso, anotava "familiar de" ou "na casa de", deixando-nos em dúvida em relação à verdadeira filiação da criança. No entanto, estes casos são sempre em número reduzido e, com o auxílio do computador, fáceis de identificar. Chegamos a ter dois óbitos no mesmo assento e registos algo incompreensíveis, mas sabemos serem de crianças. Como exemplos: "*Aos quatro de Outubro falleceo hum menino por nome a Grácia Ramalheira, foi sepultar em S. Sebastião*", e ainda: "*Aos dez de Outubro se falleceo huma menina por nome Martha de Braga menor e hum menino de Estêvão Gomes menor Forão sepultar em N. Sra da Ponte*"¹.

Ao longo da sua vida na paróquia, o registo do óbito dos menores sofre algum aperfeiçoamento, com algumas referências às idades. Quando não as referia com precisão acrescentava *menor de sete* ou, simplesmente, *menor*.

Os assentos dos defuntos religiosamente adultos, também nos aparecem com mais informações do que os dos párocos anteriores. Pela primeira vez, surge a referência ao *hábito* que vestem, parecendo-nos costumeiro o de S. Francisco, para homens e mulheres, havendo outros hábitos, como excepção: de Terceiro, do Carmo, da Conceição, ou de viúva, ou ainda simplesmente, lençol. Refere também o número de padres que acompanham o defunto. E anota, à margem, tal como já vinha sendo prática, os sufrágios por alma do defunto e os respectivos dinheiros recebidos.

Termina esta secção de óbitos do Misto Três, com a **lista de crismados** do ano de 1701. Não haveria, nesta paróquia livro próprio para os crismados?! Seja qual for a resposta, dos cerca de cinquenta padres que paroquiaram nesta paróquia, dentro da nossa observação, este registo foi o único do género que vimos. Apesar do empilhamento da informação, cruzámo-la com as famílias já reconstituídas, do que resultou o acréscimo de um ou outro filho em algumas famílias, dar nome a indivíduos de quem só tínhamos a data de nascimento, por falta de papel no local próprio e deduzir que, alguns filhos de um determinado casal, não tendo ido ao crisma, poderiam já ter saído do nosso campo de observação, por óbito não registado ou qualquer outro motivo. Enfim, foi também um enriquecimento do ficheiro da vida dos indivíduos, com mais este dado.

É ainda ao vigário António de Vilas Boas que o Arcebispo Primaz observa, em visitação de Novembro de 1705: "*O R^{do} pároco deixe margens*

¹ Misto 3, folha 76 e 77.

assinadas e declare se fez testamento e em que mês"¹ Eram necessárias as margens para as notas paralelas, presentes e futuras e o controlo pretendido sobre os testamentos. Já se registava até então se o defunto fez ou não testamento ou manda, mas nada se dizia em relação ao mês e assim continuou a ser.

O último Visitador deste vigário não deu importância a isso, mas antes, à limpeza e outros pormenores: " declare em cada um dos assentos o nome e mês e não use breves nem algarismos, nem entrelinhas em cominação de ser mais asperamente castigado"² Estaria o vigário no limite das suas forças e, se se esforçava por cumprir estas regras, depressa esquecia outras. Logo abaixo daquele registo do Visitador, em vez de um óbito, registou um baptismo, e como o lugar estaria reservado para aquele óbito, teve de o escrever, já não em breves nem entrelinhas, mas todo na vertical.

Por esta ocasião, entre as **informações dos registos de óbitos** podíamos extrair, para além do nome, indicações sobre últimos sacramentos, testamento, sufrágios, herdeiros, hábito e acompanhamento à sepultura (padres, confrarias, às vezes, pobres, se tal foi pedido em testamento). Nos de menoridade, incluindo naqueles que não tiveram tempo de ser baptizados na Igreja, tendo levado água, anotava a sua filiação, salvo quando tal lhe era impossível, como no caso dos expostos, em que explicitava esta situação.

Se, não sendo menores, fossem **solteiros**, eram referidos aos seus pais ou só ao pai, mas muitas vezes este aspecto escapava ao vigário, nada dizendo. Surgia, de vez em quando, uma referência a um cunhado ou irmão, informação a partir da qual procuraríamos identificar o falecido. Assim, não nos foi muito difícil chegar à origem, a não ser se o falecido era do exterior da paróquia, como por vezes acontecia. De muitos deles também nada se refere quanto a testamento ou sufrágios. Algumas vezes, beneficiámos ainda da alcunha do falecido sem referências familiares, para lhe identificarmos a família, apesar de não garantir a integração de todos os assim identificados. As alcunhas eram mais frequentes nas mães solteiras, não sendo estas, regra geral, referenciadas aos pais.

Relativamente aos solteiros, em 1784, o Visitador Ataíde recomenda que o "Rdo pároco, nos assentos dos solteiros, declare os nomes dos seus pais, para a todo o tempo constar de sua idade". Tal medida foi genericamente cumprida.

Quanto aos **casados**, sendo mulheres, normalmente são referidas em relação ao marido; se são homens, vulgarmente nada se diz; em verificação posterior e individualizada, é que deduzimos que são casados. Mas se forem viúvos, essa situação é bem expressa nos homens, dizendo-se, das mulheres em igual situação, muitas vezes, o nome do marido falecido.

¹ Misto 4, folha 92, verso.

² Misto 4, folha 98, frente.

Desde 1760 que os párocos foram deixando de registar **a morte dos menores**, fazendo-o, esporadicamente, ou só inserindo uma pequena nota na margem do registo do baptismo. Esta situação arrastou-se até 1840, com o reitor João de Sousa Guimarães, que retoma o hábito de assinalar devidamente essas mortes.

Para além deste registo sistemático, anotou ainda, em quase todos os casos, as **causas das mortes**, de menores e maiores, entre 1842 e 1847. Informações destas existem um pouco ao longo de todo o período, certamente mais para justificar o não terem recebido os últimos sacramentos ou parte deles, do que para outro fim. No entanto, não serão dados a perder, pois poderão contribuir para a compreensão de alguns movimentos demográficos; além do mais, analisados por um especialista na matéria, poderiam contribuir para uma melhor compreensão da evolução das doenças e suas manifestações, num passado mais ou menos próximo.

Tal como para os outros assentos, ao chegarmos a 1860, surge a nova fórmula. Vejamos do que constava:

- nome, idade, filiação, e avós do falecido, sobretudo dos menores, mas também de outros;
- se for de maior idade, se deixou ou não filhos e a profissão;
- se for exposto, o número de registo na Roda;
- residência, referindo o número da casa, se tiver;
- sacramentos, testamento, sufrágios na hora da sepultura;
- local de sepultura, na igreja;
- e nas margens: nº de ordem de falecimento, no ano; dia, mês e ano; nome, menor.

No final do primeiro ano em que assim se registava, o Visitador, que passou a fazer os seus vistos uma vez por ano, depois de 1860, anota: "O Rdo Pároco deve declarar sempre no assento quantos filhos deixou o falecido, o local da igreja, o dia em que foi sepultado e na redacção dos assentos observará a forma do modelo que lhe foi dado para seu regulamento"¹. Era sinal de que nem tudo vinha sendo feito. De facto, tudo isto parecia muito ao reitor, que depressa se cansou de escrever, por exemplo, os avós, tendo-se ainda servido, muitas vezes, da nota, à margem, não encontrei quem me esclarecesse de avós paternos e maternos ² Foi mesmo o passo decisivo para não se registarem os avós dos defuntos, o que, genericamente, não mais se fez, até ao final da nossa observação.

Servindo-nos dos **averbamentos** à margem dos registos de baptismo e/ou de casamento, chegámos ao conhecimento do óbito de alguns dos indivíduos naturais desta paróquia, tendo-se realizado depois de 31 de Março de 1911, nesta ou noutras paróquias.

¹ Óbitos 3, folha 66, frente.

² É o caso do assento de Jerónimo Ribeiro, casado, inserto a folhas 65 frente, e de muitos outros, sobretudo de fora de terra, ou de pessoas de avançada idade.

ANEXO AO CAPÍTULO I

1. QUADRO 1: PÁROCOS DA PARÓQUIA DE SANTO ANDRÉ DE BARCELINHOS

PÁROCOS (1606 A 1911)	Início e fim de observ.	Últ. reg.	Morte
Baltazar Martins	13.11.1606 - 18.11.1614	bap	-
Diogo Barbosa	16.10.1614 - 01.10.1628	bap	-
Francisco Gonçalves	19.03.1618 - 16.04.1618	bap	-
Francisco Garcia	07.10.1628 - 27.03.1650	bap	22.04.1650
Francisco Gonçalves	09.03.1636 - 02.02.1638	cas	-
João de Vilas Boas	22.05.1650 - 05.04.1655	bap	14.05.1655
Francisco Coelho	10.02.1649 - 01.06.1655	obi	-
Francisco de Amorim Soares	01.05.1655 - 13.09.1671	bap	-
José Ribeiro	12.04.1671 - 30.05.1677	obi	-
António Vila Boas	16.06.1677 - 16.12.1710	obi	31.12.1710
José Barroso	29.08.1681 - 15.10.1681	bap	-
Gregório Ribeiro	24.11.1681 - 14.03.1682	bap	-
João Faria Soares	06.07.1709 - 25.11.1709	bap	04.02.1729
Francisco Dias	09.07.1710 - 18-12-1710	obi	11.04.1724
Manuel Pereira Rebelo	- - 14.12.1710	bap	14.03.1738
Manuel Ribeiro Carvalho	- - 30.12.1710	obi	26.12.1736
Domingos Ferreira	- - 31.12.1710	obi	-
João Faria Soares	26.01.1711 - 02.06.1711	bap	-
João Gomes	09.07.1711 - 02.07.1759	cas	27.03.1763
Manuel Ribeiro Carvalho	18.07.1717 - 28.07.1717	obi	26.12.1736
Bento Vilas Boas	11.07.1754 e 02.07.1759	cas	-
Jorge Fernandes Bandeira	04.07.1759 - 17.05.1760	bap	-
Manuel Martins Figueira	26.10.1760 - 17.06.1761	bap	-
Baltazar de Faria	30.06.1761 - 16.10.1763	bap	-
Damião Raimundo Soares	25.10.1763 - 17.05.1766	nas	-
Bento Vilas Boas	09.01.1764 - 31.12.1766	bap	18.01.1767
Baltazar de Faria	18.12.1763 - 26.12.1763	bap	-
António Francisco	23.01.1767 - 04.08.1772	bap	05.10.1772
António José Pereira	08.03.1768 - 01.10.1772	bap	-
Manuel Álvaro Ar ^o Vasconcelos	29.10.1772 - 19.11.1772	bap	-
Baltazar de Faria	22.12.1772 - 20.11.1772	cas	11.04.1791
António José Pereira	23.04.1773 - 25.11.1777	bap	21.01.1813
Francisco Costa Marques	15.02.1775 - 22.02.1775	bap	-
João Vale Almeida Sousa	07.12.1777 - 08.01.1779	bap	-
Manuel José dos Santos	27.03.1779 - 28.06.1799	bap	13.03.1813

(cont.)

PÁROCOS (1606 A 1911)	Início e fim de observ.	Últ. reg.	Morte
Francisco Rod. Chaves	21.05.1798 - 07.08.1802	bap	-
Francisco Rod. Chaves	22.08.1802 - 22.01.1811	bap	27.03.1817
Francisco José Coelho Brandão	16.08.1806 - 30.05.1807	bap	-
Antônio Manuel Costa Oliveira	26.01.1809 - 11.12.1809	cas	-
Domingos Costa	28.11.1809 - 28.05.1810	bap	-
Francisco José Coelho Brandão	12.02.1811 - 21.08.1811	bap	-
Antônio José Brito	10.09.1811 - 10.06.1835	bap	-
Manuel Afonso Sousa Dias	11.07.1835 - 25.06.1836	bap	-
João Sousa Guimarães	26.07.1836 - 03.06.1837	bap	-
Ant ^o José Per ^a Carn ^a Fonseca	16.06.1837 - 07.01.1840	bap	-
João Roberto Maciel	10.02.1840 - 12.09.1840	bap	-
João Sousa Guimarães	06.10.1840 - 14.02.1875	bap	-
Antônio Gomes Carvalho	16.07.1862 - 01.01.1875	bap	07.03.1877
Antônio Bernardino S ^a Machado	25.02.1875 - 24.12.1881	cas	-
Luis Augusto Faria	20.02.1876 - 28.10.1877	bap	-
Agostinho Cunha Sotto Mayor	24.11.1877 - 31.03.1911	todos	-
Luis Augusto Faria	24.09.1890 - 27.12.1893	obi	-
José Ant ^o S ^a Fonseca	19.09.1893 - 17.12.1893	bap	-

2. VISITAÇÕES / VISITADORES (síntese)

Segue-se, por livros cronologicamente indicados, a data seguida da informação dos livros em que se observou a Visitação, o nome do Visitador do livro no qual deixou recomendações, reprimendas ou outras observações de algum interesse. Onde nada é dito, significa que na Visitação nada foi registado para além da data e nome do Visitador.

QUADRO 2 VISITAÇÕES / VISITADORES

MISTO UM

Data/ Livros vistos	Visita- dor	Rec.	Data/ Livros vistos	Visita- dor	Rec.
22-03-1613 - N. C. O.	Gemudo	Cas.	23-03-1615 - N.	Gemudo	-
10-03-1614 - N.	Gemudo	Nasc.	28-06-1638 - N. O.	Abreu	-

MISTO DOIS

Data/ Livros vistos	Visita- dor	Rec.	Data/ Livros vistos	Visita- dor	Rec.
07-01-1654 - N. C. O.	Meira	N.C.O	20-06-1673 - N. C.	Rebelo	-
25-02-1655 - N. C. O.	Meira	N.C.O	12-11-1704 - C.	Silva	-
23-03-1656 - N. C. O.	Meira	N.C.O	06-11-1705 - N. C. O.	Arceb.	N.C.O.
29-05-1658 - N. C. O.	Meira	Cas.	12-06-1709 - N. C. O.	Távora	N.C.O.
10-11-1661 - N. C. O.	Meira	-	25-09-1711 - N. C. O.	S. Morim	N.C.
08-03-1663 - N. C. O.	Meira	-	01-06-1713 - N. C. O.	Jasus	-
29-04-1664 - N. C. O.	Meira	-	07-08-1714 - N. C. O.	DomRib	-
16-10-1669 - N. C. O.	Barb ^a	-	27-08-1715 - N. C. O.	Pinto	-

MISTO TRÊS

Data/ Livros vistos	Visi- tador	Rec.	Data/ Livros vistos	Visi- tador	Rec.
14-07-1674 - O	João S ^a	Óbit.	21-01-1692 - N. C. O.	Macedo	-
31-12-1675 - N. C. O.	Pereira	-	26-04-1693 - N. C. O.	Pontes	-
27-04-1677 - N. C. O.	Fonseca	-	31-07-1694 - N. C. O.	Mourão	-
30-06-1678 - C.	Lobato	Cas.	??-11-1695 - N. C. O.	Barros	Cas.
27-07-1679 - N. C. O.	Costa	-	10-11-1696 - N. C. O.	Távora	-
04-10-1680 - N. C. O.	Carv ^o	-	17-12-1697 - N. C. O.	Carvalho	-
23-05-1685 - C. O.	Ribeiro	-	27-12-1698 - N. C. O.	Antas	-
24-11-1686 - N. C. O.	Ribeiro	-	04-06-1700 - N. C. O.	Cabeças	-
29-07-1687 - N. C. O.	Silva	-	25-07-1701 - N. C. O.	Cabeças	-
09-11-1688 - N. C. O.	Magalh.	-	12-06-1703 - N. O.	Cabeças	-
29-07-1690 - N. C. O.	Carvalho	-	12-11-1704 - N. O.	Silva	Nasc.

(cont.)

MISTO QUATRO

Data/ Livros vistos	Visi- tador	Rec.	Data/ Livros vistos	Visi- tador	Rec
16-11-1716 -O.	Álvares	-	05-10-1724 -C.	Pacheco	-
18-10-1717 -O.	Távora	-	06-12-1725 -C.	Cunha	-
21-10-1718 -O.	Fajardo	-	29-11-1726 -C.	Pacheco	-
22-09-1719 -C. O.	Carv ^a	-	12-05-1728 -C.	Camelo	-
24-11-1720 -C. O.	Jasus	-	30-05-1729 -C.	Jasus	-
17-11-1721 -C.	Velho	-	03-07-1730 -C.	Duarte	-
23-11-1722 -C.	S.Morim	-	27-10-1731 -C.	Br Pinto	-
23-11-1723 -C.	Pacheco	-	24-11-1732 -C.	Barros	-

LIVROS ESPECÍFICOS - BAPTISMOS, CASAMENTOS E ÓBITOS

Data	Visitador	Livros vistos	Recomend.
29. 10. 1718	Fajardo	N.1	-
22. 09. 1719	Carvalho	N.1	-
17. 11. 1721	Velho	N.1 O.1	-
23. 11. 1722	Sousa Morim	N.1 O.1	-
23. 11. 1723	Pr. Pacheco	N.1 O.1	-
05. 10. 1724	Pacheco	N.1 O.1	-
06. 12. 1725	Cunha	N.1 O.1	-
29. 11. 1726	Pr. Pacheco	N.1	-
07. 05. 1728	Camelo	N.1 O.1	-
05. 07. 1730	Duarte Rego	N.1 O.1	-
27. 10. 1731	Brandão Pinto	N.1 O.1	N.1
24. 11. 1732	Barros	N.1 O.1	-
22. 12. 1733	Pacheco	N.1 O.1	-
12. 07. 1735	Passos	N.1 O.1 C.1	-
20. 10. 1736	J.Martins	N.1 O.1 C.1	-
14. 12. 1737	Melo Pereira	N.1 O.1 C.1	-
22. 11. 1738	Cunha	N.1 O.1 C.1	-
10. 06. 1741	Alpoim	N.1 O.1 C.1	-
20. 08. 1742	Oliveira	N.1 O.1 C.1	O.1
25. 08. 1743	Pereira	N.1 O.1 C.1	-
28. 09. 1744	Pontes	N.1 O.1 C.1	O.1 C.1
21. 10. 1745	Távora	O.1 C.1	-
14. 10. 1746	Ramos	N.2 O.2 C.1	N.2

(cont.)

Data	Visitador	Livros vistos	Recomend.
09. 06. 1748	Barros	N.2 O.2 C.1	-
19. 08. 1750	Botelho?	C.1 O.2	-
02. 05. 1752	Brochado	N.2 O.2 C.1	-
18. 06. 1754	Alvarenga	N.2 O.2 C.1	-
23. 05. 1757	Moura	C.1 N.2 O.2	C.1
18. 01. 1760	Carvalho	N.2 O.2	N.2
18. 04. 1760	Carvalho	C.1	-
13. 11. 1761	Pereira	N.2 O.2 C.1	-
22. 09. 1763	Távora	N.2 O.2 C.1	O.2 C.1
13. 08. 1765	Araújo	N.2 O.2 C.1	O.2 C.1
17. 08. 1767	Araújo	N.2 O.2 C.1	N.2 C.1
01. 06. 1773	Ferreira	N.2 O.2 C.1	-
07. 06. 1777	Soares	N.2 O.2 C.1	N.2
16. 07. 1780	Silva	N.3 O.2 C.1	-
16. 11. 1782	Barros	N.3 O.2 C.1	O.2
20. 07. 1784	Ataide	N.3 O.2 C.1	N.3 O.2 C.1
12. 09. 1786	Martinho(?)	N.3 O.2 C.1	-
19. 10. 1788	Ferreira	N.3 O.2 C.1	-
08. 11. 1790	Lopes	N.3 O.2 C.1	-
20. 07. 1793	Out. (?)	N.3 O.2 C.1	-
21. 07. 1795	Ar ^a (Araújo)	N.3 O.2 C.1	-
02. 06. 1797	J. Fer ^a	N.3 O.2 C.1	-
10. 08. 1799	Trigo	N.3 O.2 C.1	N.3 C.1
28. 06. 1802	Alpoim	N.3 O.2 C.1	N.3 C.1
12. 12. 1804	Mello	N.3 O.2 C.1	-
16. 06. 1806	Carvalho	O.2	-
06. 07. 1806	Carvalho	N.3 C.1	-
02. 12. 1808	Sarmento	N.3 O.2 C.1	N.3
23. 11. 1812	J.C.Costa	N.3 O.2 C.1	-
16. 10. 1815	Miranda	N.3 O.2 C.1	-
18. 06. 1818	Moreira	N.3 O.2 C.1	-
12. 11. 1822	Pereira	N.4 O.2 C.1	-
15. 10. 1824	Alvarenga	N.4 O.2 C.1	-
01. 05. 1831	Alvim Per ^a	N.4 O.2 C.1	-

(quando os diversos livros são vistos em dias muito próximos, referimos aqui o dia da primeira vistoria)

3. SÍNTESE DAS RECOMENDAÇÕES DEIXADAS PELOS VISITADORES (1606-1910)

a. 23 de Março de 1613: "assine os termos e declare se os defuntos faleceram com os sacramentos ou sem eles"¹ - Gemudo

b. 23 de Março de 1613: "declare nos termos se os contraentes foram denunciados na forma do S. Conc. Trid. e cujos f^{os} são e onde moram"² - Gemudo

c. 10 de Março de 1614: "diga que são padrinhos e não fale por compadres"³ - Gemudo

d. 7 de Janeiro de 1654: "acabe os assentos e declare neles e nos mais que fizer em como os contraentes foram recebidos na forma do Sagrado Conc. Tridentino sob pena de eu lhe dar em culpa na próxima visitaç^o"⁴ - Meira

e. 7 de Janeiro de 1654: "Visto em V^o declaro nestes assentos e nos mais os nomes das mães dos baptizados e se são legítimas mulheres sob pena de se lhe dar em culpa na próx. v^o e acabar os registos que lhe faltam e não ponha algarismos. Meira"⁵ - Meira

f. 7 de Janeiro de 1654: "declare nos assentos que fizer se os defuntos morrem abintestados ou não"⁶ - Meira

g. 25 de Fevereiro de 1655: "Visto em V^o, O R. do Vig.^o não pôs aqui os assentos desde a visitaç^o passada té agora no que mostrou grande descuido e ex. causa ordeno da culpa constante que satisfaça assentando-os dentro de oito dias sob pena de ex. f^o maior ipso facto. Meira"⁷ - Meira

h. 25 de Fevereiro de 1655: "não ponha algarismos como se lhe tem mandado"⁸ - Meira

i. 1695: "é para assinar ao menos duas das três testemunhas que assistirão ao matrimónio"⁹ - Barros

j. 1703: "...ponha nos assentos o dia do nascimento das crianças na forma da Constituição"¹⁰ - Silva

k. 6 de Novembro de 1705: "deixe margens e faça os assentos com clareza e limpeza é para assinar duas testemunhas das que assistirem ao matrimónio..."¹¹ - Arcebispo Primaz

l. 6 de Novembro de 1705: "O R^{do} pároco deixe margens assinaladas e delare se fez testamento e em que mês"¹² - Arcebispo Primaz

¹ Misto 1, folha 72, verso.

² Misto 1, folha 55, verso.

³ Misto 1, folha 10, frente.

⁴ Misto 2, folha 92 verso. Omitimos abreviaturas e fizemos algumas leves correcções (ex: deulhe - de eu lhe).

⁵ Misto 2, p. 13, frente.

⁶ Misto 2, folha 54 frente.

⁷ Misto 2, p. 13, verso.

⁸ Misto 2, folha 55 frente.

⁹ Misto 3, folha 143, frente.

¹⁰ Misto 4, folha 68, frente.

¹¹ Misto 4, folha 3, verso.

¹² Misto 4, folha 92, verso.

n. 1705 a 1711: "declare em cada um dos assentos o nome e mês e não use breves nem algarismos, nem entrelinhas em cominaç^o de ser mais asperamente castigado"¹.

o. 12 de Junho de 1709: "V. em V^o e o R^{do} pároco faça sempre assinar em todos os assentos os padrinhos, e não sabendo escrever, com duas testem. e não deve escrever nem algarismos, nem entrelinhas, e declare o mês e o ano em cada assento sem se remeter ao assento antecedente, e veja às folhas 52 o terceiro assento que diz ano de 706 e no quarto diz 707 e logo nos seguintes diz 706, o que é matéria de muitas consequências, e esta advertência sirva para os assentos de casados e de defuntos, por cuja causa o condeno em três mil réis, atendendo que não havendo emenda será suspenso do officio"² - Távora.

p. Outubro de 1711: "O R^{do} Vig^o ponha os nomes que faltam nos assentos informando-se primeiro para que não se engane"³ - Sousa Morim

q. Setembro de 1711: "...emendar ... o que falta no assento de M^a Rib^a com Paulo de Araújo"⁴ - Sousa Morim

r. 27 de Outubro de 1731: "o Rdo Vig^o deixe margem nos livros para se poder adicionar ou declarar o que for necessário"⁵ - Brandão Pinto

t. 14 de Outubro de 1746: "declare nos assentos os avós paternos e maternos do baptizado, sendo legítimo; e sendo ilegítimo, os maternos"⁶ - Ramos

u. 18 de Janeiro de 1760: "o Rdo pároco daqui em diante não declarará nos assentos mais que o próprio nome do baptizado ou baptizada ainda que os pais lhe dêem sobrenome contem pena de se proceder"⁷ - Carvalho

v. Agosto de 1767: "O Rdo pároco declare à margem dos assentos de Domingos, f^o de Franc^o José Ferr^o, f. 126, v^o, e de Maria Teresa, exposta, f. 128, o dia em que foram baptizados, podendo-o averiguar, por não serem feitos no seu tempo"⁸ - Araújo

x. 22 de Julho de 1784: "... com atenção a que Francisco, f^o de António Rodrigues Chaves, de que trata o assento folhas 30 e o outro Francisco, f^o de António Costa Brandão, de que trata o assento penúltimo retro, forão baptizados e se lhe fizeram os exorcismos com imposição dos santos óleos fora do tempo prescrito na Constituição Sinodal. Hei por condenados aos ditos seus pais, na pena da mesma Constituição, que são 300 réis que cada um satisfará, metade para a Igreja e o resto para mim, no termo de seis dias não de ganho; quem que os receba a cujo fim mando que o Rdo Pároco proceda contra os ditos na forma do instrumento que em seu poder ficara e o mesmo Rdo Pároco, no assento de José, folha 33, verso, escreva sobrenome da sua avó materna, e no assento que escreveu, folha 36, declare nome da criança de que o dito assento consta, e fique advertido para, nos baptis-mos, se confirmar com o que determina a Constituição Sinodal 1^o 2^o constit. 4^a e saiba da pena que lhe comina. Barcelinhos, 22 de Julho de 1784. Ataíde" - Ataíde⁹

z. 7 de Agosto de 1799: "havendo baptizando gémeos, o Rdo pároco faça a

¹ Misto 4, folha 96, frente.

² Misto 4, folha 58, frente.

³ Misto 4, folha 67, frente.

⁴ Misto 4, folha 8, frente.

⁵ Misto 4, folha 92, verso.

⁶ N.2, folha 11, verso.

⁷ N.2, folha 89, verso.

⁸ N.2, folha 129, frente.

⁹ N.3, folha 38, frente e verso.

cada um o seu assento separado principiando pelo primeiro nascido"¹ - Trigo

w. 28 de Junho de 1802: "não se deve pôr mais que um só nome aos meninos que se baptizam"² - Alpoim

y. 3 de Dezembro de 1808: "adverto o R. Padre que emende o assento a folhas 31, onde diz *neta paterna* devendo dizer *materna* e que, de filhos ou netos naturais, se não exprima com especial licença do prelado, pai ou avós, como fez no assento folhas 139 frente, nem se deitar prenome nos assentos de baptismo"³ - Sarmento

k. 23 de Janeiro de 1862: "Vistos. O Rdo Pároco não esquecerá a advertência assinalada no duplicado. Janeiro 23 de 1862. Miranda Arcipreste."⁴ - Arcipreste Miranda

ab. 11 de Maio de 1863: "Vistos. O Rdo Pároco deve dizer sempre no assento se é o primeiro, segundo ou terceiro de nome do individuo baptizado e declarar o concelho e diocese dos individuos indicados no dito. Maio 11 de 1863. Miranda Arcipreste"⁵ - Arcipreste Miranda

ac. 30 de Janeiro de 1901: "Deve declarar a profissão e naturalidade dos pais da pessoa falecida." - Arc. substituto Ferraz.

- 1 N.3, folha 103, frente.
- 2 N.3, folha 112, verso.
- 3 N.3, folha 141, frente.
- 4 N. 5, folha 7 de 1861.
- 5 N. 5, folha 8 de 1862.

Capítulo II

SANTO ANDRÉ DE BARCELINHOS pinceladas para uma identificação



Zona Norte de Portugal - Barcelinhos e arredores (1:400 000)

Capítulo II

SANTO ANDRÉ DE BARCELINHOS pinceladas para uma identificação

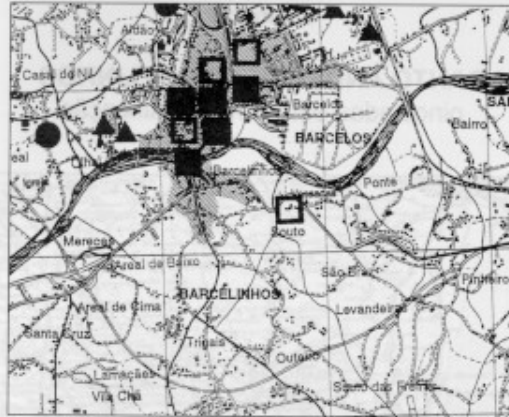


Zona Norte de Portugal: Barcelinhos e arredores (Escala: 1:400 000)

1. O ESPAÇO E A POPULAÇÃO

É uma freguesia bem conhecida da gente nortenha, quer pelo conhecimento directo que dela se tenha, quer por se ver nela um prolongamento da cidade de Barcelos, não necessitando quase de apresentação.

Barcelinhos liga-se a Barcelos pela *ponte velha*, visível em duas das fotografias apresentadas, a que chamam, ora romana, ora medieval. Depois, Barcelinhos estende-se nos três sentidos: oeste, em direcção à Póvoa de Varzim; este, em direcção a Braga; e sul, subindo em direcção às freguesias de Carvalhal, Remelhe e seguintes (antiga saída para o Porto).

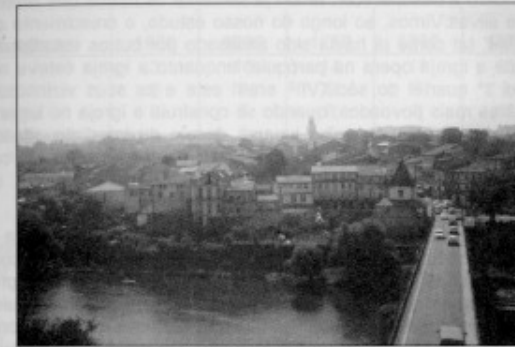


Barcelos e Barcelinhos: zona histórica (a tracejado). Lugares de residência¹

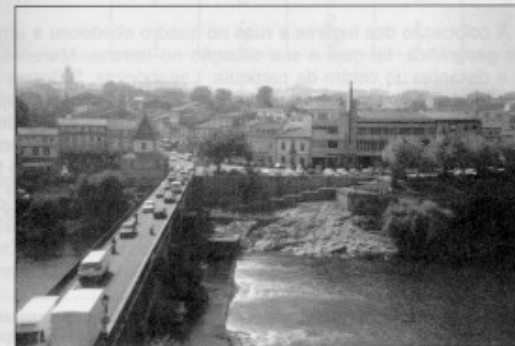
Oferece-nos uma paisagem urbana nas imediações da ponte, parte esta que integra a chamada **zona histórica da cidade de Barcelos**. O carvalho e a capela de Nossa Senhora da Ponte, situados, respectivamente, à direita e à es-

¹ Mapa extraído de *História e Património Edificado Arquitectónico e Arqueológico*, C.M.B., Plano Director Municipal, s.d.. Os quadrados negros sinalizam monumentos nacionais; os quadrados brancos sinalizam imóveis de interesse público; a zona a tracejado refere-se à zona histórica de Barcelos

querda da entrada em Barcelinhos, pela ponte, integram o conjunto das armas heráldicas da Terra, desde o séc.XVI (Sampaio:1932, p.60).



Zona urbana. Rio Cávado, Ponte, Capela de N.Sra da Ponte e Carvalho.



Zona urbana. À direita: Quartel dos Bombeiros Voluntários

Oferece-nos ainda uma bem maior zona urbano-rural, onde ainda marcam presença algumas das suas quintas.

No entanto, sob o signo do urbanismo, outras são já desaparecidas e outras ainda tendem a desaparecer, tendo já somente os muros que protegem enormes campos de silvas. Vimos, ao longo do nosso estudo, o crescimento desta paróquia. E foi notório, tal como já havia sido analisado por outros estudiosos¹, o papel centralizador que a igreja opera na paróquia: enquanto a igreja esteve no lugar de Mareces até ao 3º quartel do séc.XVII², eram este e os seus vizinhos, Medros e Gandra, os lugares mais povoados; quando se construiu a igreja no lugar onde hoje se encontra, o povoamento daqueles lugares decaiu de imediato, vindo, só mais tarde, por força da dinâmica populacional, a desenvolver-se e a ter um crescimento comparável aos demais.

Para vermos a transformação ocorrida com a mudança da Igreja para o lugar do Souto, também lugar da igreja, onde hoje se encontra, basta comparar, no quadro e mapa seguintes, o número de famílias nos lugares e ruas mais próximos³.

Notemos que o lugar da Igreja referido no quadro seguinte é o da actual igreja, também chamado Souto; daí que não existisse antes da construção da mesma e o rápido crescimento no tempo imediato. De notar também que todos os lugares contíguos aos mesmos - Areal, o Topo e Montilhão, e Tanque - conhecem um desenvolvimento paralelo. Como o lugar da Boavista é mais nomeada do que a rua do mesmo nome, omitimos esta, fazendo acumular os moradores a ela referidos no lugar da Boavista.

A colocação dos lugares e ruas no quadro obedeceu a uma tentativa de aproximação geográfica, tal qual a sua situação no terreno. Mareces, Gandra e Medros, unidos e distantes do centro da paróquia; Levandeiras, S.Braz e Ninães, na encosta entre o Areal e o Souto; para trás da igreja; Areal, Souto, Igreja, Tanque, Montilhão e Topo, desenvolvendo-se à volta de toda a rua que desce de Carvalhal até ao cruzamento das principais ruas de Barcelinhos; Monte, descendo por detrás da igreja até à Fonte, a caminho da Quinta do Galo e Colégio La Salle, onde fica o lugar de Sto António; Sancho, onde fica a actual sede da Junta de Freguesia e antigo matadouro municipal; e o largo da Ponte, de que o anterior é uma extensão, hoje largo Guilherme Gomes Fernandes, onde têm as suas instalações os Bombeiros Voluntários de Barcelinhos.

¹ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, em *A Paróquia e o seu Território* esclarece que "a comunidade paroquial é formada em volta de igreja, de que é um resultado". E mais adiante: "A igreja não só abriga e protege os mortos, assegurando-lhes o além, mas também beneficia os vivos, de que é a garantia da protecção de Deus para os frutos da terra e exorcismo dos males" - p.117.

² Veremos, no anexo a este capítulo, o que diz o padre António de Vilas Boas sobre a construção da Igreja de Santo André de Barcelinhos - tema *Algumas contribuições para a História Local*.

³ R. Direita, R. Esperança e Cangosta.

QUADRO 3
DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS PELAS
RUAS E LUGARES DE RESIDÊNCIA ¹

Ruas e Lugares:	1650	1700	1750	1800	1850	1900 ²
R. Baixo	3	16	14	18	21	12
R. Direita	0	9	14	7	9	9
R. Esperança	3	5	8	9	13	8
R. Cangosta	-	3	3	4	1	-
R. S. Mig-Anjo	-	-	-	-	-	2
Mareces	6	6	2	7	3	9
Gandra	1	1	1	1	2	-
Medros	2	3	1	5	8	15
Levandeiras	4	4	4	3	7	1
São Braz	-	-	1	2	1	5
Ninães	-	-	-	1	1	-
Areal	-	-	1	3	5	8
Boavista	1	6	3	9	10	5
Souto e Igreja	-	7	2	3	5	4
Tanque	-	1	-	1	3	8
Topo/ Montilhão	-	2	5	8	2	-
Sancho	-	-	-	-	1	1
Ponte	2	6	3	3	3	6
Monte	-	-	2	-	2	3
Sto António	1	2	4	2	-	-

O dito lugar do Tanque não é propriamente um lugar; o Tanque era uma referência. No entanto, o tanque também nem sempre foi o mesmo, nem exactamente no mesmo local; sabemos que o que hoje existe, no cruzamento das principais ruas de Barcelinhos-urbe, "foi concluído em 1858, substituindo o que se demoliu n'uma cova, que havia mais acima, entre o Montilhão e a rua que vai para a Boa-Vista" (Pereira:1867, p.200)³. O aqui referido, ficava no largo da Igreja, em frente à

¹ Estes números representam uma aproximação à realidade da época, já que muitas famílias não eram, neste século, identificadas pela sua residência.

² Para este momento procurámos as ruas indicadas também pelos nomes recentes que então tinham.

³ Tectónio da Fonseca escreveu que fora, o "chafariz ao cimo da Rua Ermídio Navarro, construído em 1853", obra cit. p.52. Pelo que nele se encontra inscrito, é o que parece; no entanto, pelo enrolado dos números, facilmente se lê 1858. O manuscrito do padre Domingos Joaquim Pereira permite, sobre esta data, alguma confusão. Nos artº 3º e 4º do mesmo, já citado, a data referida é 1858. Nós lemos, na pedra, 1853.

mesma e ligeiramente abaixo dela. Portanto, até meados do séc.XIX, a população referenciada ao Tanque, deve situar-se mais próximo da igreja; depois daquela data, residir no Tanque seria o mesmo que no Topo¹ ou Topo da rua Direita ou no Montilhão, por serem espaços tão cheios e tão próximos (como se pode constatar no mapa - e nas fotografias, embora actuais), que dificilmente se encontrará quem seja capaz de lhes traçar os limites exactos.

Legenda dos números:

- 1.R. Direita / R.Emídio Navarro
- 2.R. de Baixo / R.R.da Ponte
- 3.R. da Esperança/ R.Alc.de Faria*
- 4.R.S. Miguel-o-Anjo
- 5.R. da Boavista
- 6.R./Trav.Montilhão
- 7.R. do Souto
- 8.Tanque/Topo/ Montilhão

*Simultaneamente identificada como Martins de Faria



Barcelinhos: mancha urbana

A rua de Baixo, depois chamada rua da Ponte e actualmente, rua Miguel Ângelo Pereira, saindo da ponte em direcção a Braga, sempre foi a mais densamente povoada. A rua Direita, saindo do largo da Ponte, sobe até ao Topo. Chamava-se, no início deste século, rua Emídio Navarro e actualmente é a rua Eng^o Custódio José Gomes de Vilas Boas.

¹ A este espaço-cruzamento e espaços envolventes muitos dos jovens barcelinenses chamam top. Nenhum daqueles aos quais perguntámos a razão de ser de tal nome nos soube dizer: uns aprenderam com os outros. Ouvindo o Topo Mais televisivo ou vestindo, no caso das meninas, em vez de blusa um top, facilmente admitem a expressão sem a questionar. Certamente, os adultos que ainda recordam esse nome como referência a lugar, queriam ter feito entender topo e não top.



Actual "top":Topo,Tanque, Montilhão. Do cruzamento para cima, Largo da Igreja, da esquerda para a direita, R.da Esperança e a rua descendente é a R.Direita

Estas duas ruas apresentam-se ladeadas de casas, algumas de três pisos e ainda com águas-furtadas. Por último, a rua da Esperança, no início do séc.XX, rua Alcaides de Faria¹ era a que permitia a antiga saída mais directa a caminho da Póvoa de Varzim, iniciando-se no Topo - esta rua hoje, é a Dr. Celestino Costa. A actual rua da Esperança desvia-se desta em frente à Escola Agrícola e desemboca em frente à Escola de Ensino Básico dos 2º e 3º Ciclos.

Transversalmente à rua da Esperança, em direcção ao rio, sai a rua de S.Miguel-o-Anjo, tendo no início a actual capelinha deste Santo. Pelo quadro, esta rua só é nomeada no último momento, mas como a da Cangosta deixa de ser nomeada, e antes ora era cangosta ora Cangosta da Esperança, cremos ser a mesa ruela.

Para além dos lugares e ruas a que fizemos referência, outros, mais recônditos foram povoados - tais como Bouça d'Ama (ou Bouça d'Ana), o Brejo ou a Tomadia. No entanto, cremos ter nomeado os mais significativamente povoados e cumprido o nosso objectivo.

¹ Pela mesma época, nos registos paroquiais surgiram referências a ruas, até então não existentes. Depois de reflectir e comparar, concluímos que significavam as anteriores, com novos nomes. No entanto, para a rua Martins de Faria, por várias vezes referida, não encontramos correspondente anterior. Como a Alcaides de Faria também era uma de nome recente, supusemos ser equívoco do pároco.



Aspecto da R. Direita / actual R. Eng.º Custódio José Gomes de Vilas Boas.
Habitações, lojas de comércio e trânsito.

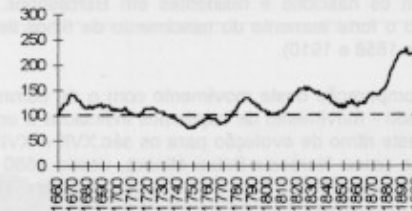
Na impossibilidade de termos um conhecimento preciso da evolução da população desta paróquia para o período pré-estatístico, servimo-nos da evolução dos baptizados desde 1660¹, de forma indiciada. Teremos assim uma medida, ainda que não rigorosa, dos períodos de crescimento mais ou menos intenso desta paróquia.

Perante o gráfico seguinte - movimento de baptismos nesta paróquia - facilmente se aceita a evolução do número de fogos (ou vizinhos), expressa no quadro 4, para o séc.XVIII: note-se a diminuição do número de fogos entre 1706 e 1758 e a leve recuperação até ao final do séc.XVIII, movimentos coerentes com a curva dos índices dos baptismos. Veremos, posteriormente, que a mortalidade se apresentou anormalmente gravosa para esta população nas décadas de 1730 e 1740.

A curva representada deixa prever ainda a grande instabilidade da população no séc.XIX até cerca de 1870, posto o que é notório um forte esforço de recuperação, que cremos tenha resultado em crescimento populacional. Os Censos da População também mostram a diminuição do número de fogos e o posterior incremento.

¹ Anteriormente parece ter havido alguns períodos de sub-registo.

GRÁFICO I
MOVIMENTO DE BAPTISMOS
(médias móveis de 9 anos. 1660=100)



QUADRO 4
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE SANTO ANDRÉ DE BARCELINHOS

ANO	FOGOS	POP. TOT	HOM.	MULH.	FONTE / AUTOR ¹
1706	200	----	----	----	Ant.º Carv. Costa, 1706
1758	177	----	----	----	Leal, 1873 / Sampaio, 1932 ²
1799 ³	192	---	---	---	António Cruz
1864	283	1099	496	603	Censo / Imprensa Nac.
1878	249	1035	468	567	Censos / Imprensa Real
1890	281	1058	500	558	Censos / Imprensa Real
1911	310	1309	597	712	Censos / Impr. Nacional
1920	318	1405	617	790	Censos / Impr. Nacional
1940	418	1901	886	1015	Censos / Impr. Nacional
1960	489	2239	1043	1196	Censos / Impr. Nacional
1981	566	2421	1111	1310	Recensº Geral / INE

¹ Para completar o conhecimento da fonte, deve consultar-se a bibliografia.

² Os números relativos ao ano de 1758 foram apresentados pelo padre João Gomes, vigário desta paróquia, em cumprimento da ordem ambulatória recebida e depois de se informar com várias pessoas e do conhecimento próprio da paróquia. A distribuição por sexos e estado civil, entre outras distinções, é a seguinte: 104 casados, 67 solteiros, 75 menores, 6 ausentes e 17 sacerdotes e um total de fogos.

³ Esta data fictícia significa que os dados se referem a finais do séc.XVIII.

Paralelamente, o autor do relatório, refere 230 homens e 285 mulheres de mais de 14 anos e 35 rapazes e 49 raparigas de menos de 14 anos, num total de 569 almas e 16 clérigos.

Analisando o gráfico da página anterior, para o séc.XIX, e sabendo, como veremos em capítulo posterior, que os óbitos se mantiveram em números perigosamente elevados, (salvo entre 1810 e 1830) e que os casamentos se celebraram em ritmos constantes, é de crer que aquele aumento de baptismos se deva relacionar mais com as entradas de casais de fora que tiveram filhos nesta paróquia do que com os nascidos e residentes em Barcelinhos. Para o mesmo deverá ter contribuído o forte aumento do nascimento de filhos ilegítimos (15% do total de nascidos entre 1858 e 1910).

Por comparação deste movimento com o de outras paróquias, utilizando o mesmo método - movimento de baptismos iniciados a um momento - podemos verificar que este ritmo de evolução para os séc.XVII e XVIII se assemelhou bastante ao de Ronfe (zona Noroeste-Baixo Minho), desde 1680 pelo menos até 1780, não tendo Ronfe crescido "da forma esperada" (Amorim: 1997) assim como Barcelinhos.

Para o séc.XX, se até 1940, servindo-nos de dados extraídos dos Censos da População, podemos dizer que a população desta paróquia cresceu aceleradamente, posteriormente o crescimento é cada vez menor: a partir de 1920 e de 20 em 20 anos, os aumentos foram de 496, 338 e 182 indivíduos.

Vemos actualmente, que a paróquia não pára de crescer, pelo menos em número de habitações. No entanto, estamos certos que no seu interior já não habitam os 5 filhos por casal, em média; as práticas contraceptivas, reduzindo os nascimentos, e os avanços da Medicina, prolongando a vida, podem estar na base do curto crescimento populacional dos nossos dias.

2. EVOLUÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA E CULTURAL

2.1 Entre o rural e o urbano: economia mista

Beneficiámos de uma descrição do ambiente sócio-económico desta paróquia, elaborada pelo já citado vigário João Gomes, ainda que de modo muito abreviado (Sampaio:1932). Refere, fundamentalmente, três vertentes económicas deste povo. Apresenta-nos a **pescas no rio**; fala-nos dos peixes que se pescam de Verão (trutas, sáveis e relhos) e dos que se pescavam de Inverno (escalos e bogas); e adianta que existiram duas pesqueiras, uma no *sítio* de Sto António e outra, de-baixo da ponte, onde havia então, em cada açude, quatro "rodas de azenha" em funcionamento (duas eram foreiras da Casa de Bragança). No "sítio de maresses" havia

também um local de pesca de todos os peixes já citados; tinha 4 rodas de azenhas novas, naquela época de 1758 (sendo três da Casa de Bragança). Nos ribeiros que se escondem no rio, também abundam as azenhas: em Santo António, com 3 moinhos, em Medros, com 12 e um de fazer azeite.



R. Baixo. Entre a Rua e a Igreja, Lugar do Monte.
1º plano: campo de milho até ao rio (dir*).

Temos, portanto, a **moagem** como uma das actividades económicas dos barcelinenses, certamente, componente de uma mais vasta, que é, sem dúvida, a **agricultura** de cereais. Colhiam-se, no séc.XVIII, o milho grosso e miúdo, o centeio, feijões, vinho verde, azeitonas e bastante fruta (Sampaio:1932), a que, no séc.XIX, se junta a produção de algum linho (Costa:1868). Existiam, certamente, ainda os **gados** necessários aos trabalhos agrícolas e de transporte.

E para a mesma época um barcelinense de residência, António Maria do Amaral Ribeiro, informa sobre a existência de **lojas de comércio**: 3 lojas de fazendas, uma boa estalagem, 7 mercearias e várias tabernas. Acrescenta ainda que os costumes da maior parte dos habitantes de Barcelinhos "tem ressaibos" de aldeia, mas carácter bom como os da Vila (Ribeiro:1867).

Actualmente, a freguesia manifesta ainda duas facetas: a urbana e a rural. Na **parte urbana** podem ver-se o denso povoamento das ruas, os serviços de apoio à população - uma Creche, um Jardim de Infância, 2 Escolas de 1º Ciclo, uma Escolas dos 2º, 3º Ciclos, uma do 3º Ciclo e Ensino Secundário, um Banco, uma far-

mácia, um Centro de Saúde, um quartel de Bombeiros Voluntários - e todo o tipo de lojas comerciais (cafés, padarias, mercearias, sapatarias, cabeleireiros, casas de electrodomésticos, de pronto-a-vestir, serralharias, drogeries, oficinas de mecânica de veículos,...).



Lugar de Mareces: Fábricas têxteis e de calçado

Na **parte rural**, os campos de milho e feijão, as ramadas carregadas de uvas quase maduras - no mês de Setembro - e as hortas nas traseiras das casas. De onde em onde, as oficinas: serralheiros, mecânicos e afins. Agora também já têm representação as fábricas de diversos produtos: têxteis (vestuário ou bordados), calçado e outras, e grandes lojas de automóveis (Renault), entre outras diversas infra-estruturas.

2.2 Profissões e profissionais¹

Perante o espaço rural e urbano que caracteriza esta paróquia seriam levados a concluir da existência de todo o tipo de **profissionais**: quer os ligados às actividades ligadas à terra quer às relacionadas com o artesanato ou indústria e com o comércio. No entanto, as actividades ligadas à terra só excepcionalmente surgiam referidas antes do séc.XIX.

¹ Com este tema pretende-se mostrar o nascimento de novas profissões e alguma evolução sócio-profissional da paróquia. No entanto, seguidamente, trataremos, de escravos e criados.

Desde o início da nossa observação, vimos continuada referência aos **artistas**, sobretudo sapateiros, ferreiros, serralheiros e carpinteiros.

Outros tipos profissionais, referidos no quadro seguinte, deixam prever que, no seu desempenho, se satisfaçam as necessidades de indivíduos muito para além dos naturais ou residentes nesta paróquia. Será o caso dos estalajadeiros, cocheiros, cirurgiões, escrivães ou advogado.

Notemos ainda que a dinâmica populacional veio produzir, para o final da nossa observação, outras dinâmicas sócio-profissionais: surgiram, em massa, os pedreiros, os caiadores, os carpinteiros, os negociante de vários tipos (panos, vinho, cereais, madeiras), os funcionários dos serviços relativos à Administração do Concelho, à Justiça, ao sector bancário, aos caminhos de ferro, à segurança, etc..

E, na viragem do século, surgiram também os mendigos! Com esta situação se casavam e assim continuavam pela sua vida fora!

Referiremos ainda algumas das profissões das quais só vimos um profissional, relativos a 1910: sardineiro, tipógrafo, tacheiro, pregueiro, carteiro, cozinheiro, doceiro, funileiro e engraxador. Pelo tipo de profissões, facilmente se compreenderá o reduzido número de existências.

A apresentação do quadro seguinte tem por objectivo mostrar a composição e a evolução sócio-profissional, por períodos, dos chefes de família, sexo masculino, naturais ou residentes nesta paróquia.

Sapateiros, ferreiros e ferradores eram as profissões mais abundantemente referidas para o séc.XVII. A meados do séc.XVIII (1740) os ferreiros continuam a marcar a sua presença e surgem referências aos carpinteiros. Para 1820, já o leque social é mais amplo nele cabendo novas profissões ou estatutos: proprietários, escreventes e lavradores, continuando os artistas em menor número referidos. Posteriormente é a abertura total às novas actividades que uma população em desenvolvimento precisa.

Já Domingos Joaquim Pereira nos dizia que bastantes serralheiros habitariam em Mareces, para a segunda metade do séc.XIX (Pereira:1867), o que de facto, confirmámos. Mas Barcelinhos também teria, para o mesmo séc.XIX, alguns fidalgos, muitos nobres e os melhores letrados da província (Costa:1868), o que também observámos, se não na qualidade, pelo menos no número.

QUADRO 5
PROFISSIONAIS CHEFES DE FAMÍLIA NATURAIS E/OU RESIDENTES¹

Ano/ Profiss.		Ano/ Profiss.		Ano/ Profiss.	
1660:	Nº	1740:	Nº	1820:	Nº
Moleiro	1	Proprietário	1	Proprietário	4
Alfaiate	1	Cirurgião	1	Lavrador	3
Ferrador e Ferreiro	7	Ferreiro	4	Jomaleiro	1
Sapateiro	9	Alfaiate	1	Escrevente	3
		Carpinteiro	2	Alfaiate	2
				Carpinteiro	2
				Sapateiro	1
				Serralheiro	1

Ano/ Profissionais		Ano/ Profissionais	
1870:	Nº	1910:	Nº
Proprietário	6	Lavrador	7
Lavrador	15	Jomaleiro	5
Jomaleiro	4	Negociantes	3
Negociantes	7	Boticários, farmacêutico	2
Boticários, farmacêutico	2	Escrivães e afins	4
Empregado (Câmara)	1	Advogado	1
Escrivão	2	Militares.	2
Estalajadeiro	1	Marchantes	1
Relojoeiro	1	Alfaiates	4
Marchante	1	Barbeiros	4
Moleiro	1	Carpinteiros, tamanqueiros	10
Padeiro	1	Sapateiros	2
Cantoneiros	3	Serralheiros	3
Cocheiros	2	Pedreiro	3
Alfaiates	1	Caiador	1
Barbeiros	2	Criado	1
Carpinteiros e tamanq ^o	11	Mendigos	2
Sapateiros	2		
Serralheiros	4		
Ferradores	2		
Ferreiros	1		
Pedreiros	2		
Mendigos	2		

¹ Este quadro representa um esforço feito no sentido de compreender a dinâmica sócio-profissional, através de cortes transversais feitos na sociedade barcelnense, para os momentos em que julgámos serem pertinentes.

2.3 Criados, escravos e seus senhores

Ser criada de servir era, no período que estudámos, a profissão feminina que mais mulheres trazia a esta paróquia. Normalmente eram solteiras, mas as que ficavam viúvas também se tornavam muitas das vezes, criadas, de modo a garantirem abrigo e sustento. Nesta situação, o emprego era o seu amparo. Tudo indica ser este o caso de Maria Bárbara, falecida em 1855, na qualidade de criada de António Lopes do Couto. Noutros tempos, possuía, com seu marido, um escravo. Tendo falecido o marido em 1817, ficou com dois dos oito filhos que tivera, pelo menos, mas depressa ficou só: Inácio, já tonsurado, morreu em 1820 e Maria Joaquina, em 1826. Que lhe restava, pois? À hora da sua morte teria 96 anos... e, de criada, deveria *fazer jus* só ao nome.

Em alguns casos, é patente que ser criado é um emprego seguro, quer por poder ser esse o único objectivo de muitos, quer por não se reunirem condições para a mudança de estatuto. Seria o caso do criado do cônego Manuel Veloso, Domingos Tomé, falecido em 1658, com mais de 30 anos, mas criado há 13 ou 14 anos? Ou seria o caso de Francisca, falecida em 1615, como *criada antiga* de Jorge de Faria e de seu pai?

Já ser patrão parece dar a entender ser possuidor de bens que justificassem querer e poder pagar a quem fizesse os trabalhos, ou parte deles, de sua responsabilidade. É certo que não é de hoje o ficar-se a dever... Catarina, falecida em 1666, criada de Marta da Costa, tinha soldadas a receber... Deixou dito que os bens d'alma fossem pagos com as mesmas! Natália, solteira, de Santo António, mãe de Catarina de Sá, criada de André Leitão Pita - família brasonada - tinha a receber, à hora da morte, 3 anos de soldadas a 2\$000 por ano...

Parte do conhecimento relativo aos patrões foi possível pela identificação das criadas, no momento do baptismo de seus filhos. Vimo-las simplesmente criadas e ainda como escravas. Por isso foi-nos relativamente fácil identificar as famílias proprietárias de escravos, do séc.XVII ao início do séc.XIX, cuja listagem se encontra no anexo a este capítulo.

De todas as famílias apresentadas, podemos considerar aparentados todos os Vales, sendo todos residentes na zona do terreiro da Ponte, à excepção de Pedro, que seria da quinta de Sto António de Vessadas. A família de João Rodrigues do Vale crescia pela reprodução da escrava Quitéria, que parece ter substituído a mãe que faltara aos outros filhos, em 1738. Já a família Ferraz possuiu 4 escravos, talvez sequencialmente (3 escravos e uma criança nascida).

A escrava Maria, de Pedro da Cunha Peixoto, depois de ter tido o primeiro filho como residente nesta paróquia, veio a ter o segundo sendo escrava de Manuel da Cunha, residente no Porto, filho do anterior.

A maior parte dos nascimentos dos filhos de escravos ocorreu em tempo de registo de mortalidade infantil. No entanto, não só não registámos o seu óbito como também de nenhuma das suas mães, o que nos faz supor que eram sujeitos a alguma mobilidade, vendidos ou oferecidos antes da velhice.

Foram observados cerca de 20 escravos adultos e 10 crianças que, de algum modo, contribuíram para a elevação do estatuto social das famílias barcelinenses e também para o crescimento demográfico.

Para o espaço entre 1831 e 1910, vimos 21 chefes de família naturais e/ou residentes nesta paróquia, do sexo masculino, cuja profissão referida era a de criados: de lavoura, de açougue, de cozinha, criado que acompanha o tabelião ou o licenciado. De uma amostragem que elaborámos, que consta do anexo a este capítulo¹, vimos que, na maior parte dos casos, as profissões dos patrões não são referidas; de entre as conhecidas, encontramos 2 licenciados, um desembargador, 2 marchantes, 2 escreventes e 1 procurador.

2.4 Saber escrever

naturais e não naturais

Foi nos assentos de casamento que mais informações colhemos sobre a alfabetização nesta paróquia. Trataremos simplesmente o *escreve* ou *não escreve* o nome, na qualidade de noivo ou noiva, a partir de 1871, data a partir da qual surgem as assinaturas dos nubentes. Por regra, significará que sabe ou não sabe escrever, ainda que algumas assinaturas parecessem decoradas e simplesmente postas no local indicado.

Apresentámos separadamente a alfabetização para os barcelinenses de naturalidade e só de residência, por nos termos apercebido de alguma diferença, por alguns ensaios pré-elaborados²

Dividimos a observação em 2 períodos (1871-1890 e 1891-1910), para perscrutar alguma evolução da alfabetização.

Para os **naturais** desta paróquia, parece que a aprendizagem das letras foi uma preocupação dos barcelinenses, de ritmo muito mais acentuado no caso

¹ Esta identificação dos patrões através do conhecimento que temos dos criados, fez-se com base nos registos de óbitos dos criados ou de baptismo dos filhos das criadas.

² Considerámos que a falta de informação podia significar não saber escrever ou, em alguns casos, esquecimento, dada a novidade do procedimento. A percentagem apresentada nos quadros 6 e 7 foi obtida em relação ao total de casamentos dos períodos.

das mulheres, passando a proporção de alfabetizadas de 7,8% para 17,8% , do primeiro para o segundo período.

QUADRO 6
ALFABETIZAÇÃO AO CASAMENTO
(naturais de Barcelinhos)

	Homens						Mulheres					
	esc.	%	não esc.	%	sem inf.	%	esc.	%	não esc.	%	sem inf.	%
1871 - 1890	42	37,2	30	26,6	41	36,3	10	7,8	67	51,9	52	40,3
1891 - 1910	52	41,2	33	26,2	41	32,5	23	17,8	61	47,3	45	34,9

QUADRO 7
ALFABETIZAÇÃO AO CASAMENTO
(não naturais de Barcelinhos)

	Homens						Mulheres					
	esc.	%	não esc.	%	sem inf.	%	esc.	%	não esc.	%	sem inf.	%
1871 - 1890	30	40,5	22	29,7	22	29,7	4	4,9	52	64,2	25	30,9
1891 - 1910	42	51,2	26	31,7	20	24,4	16	20,8	49	63,6	12	15,6

Notámos que os **não naturais** que aqui celebravam o seu casamento eram mais alfabetizados, à excepção das mulheres, no primeiro período apresentado. A evolução é também grande, sobretudo no caso das mulheres, à semelhança das barcelinenses, conforme mostram os quadros seguintes.

Observando uma grande afluência de indivíduos de fora, cujas actividades económicas se encontravam ligadas ao funcionalismo, no caso do sexo masculino, sabendo escrever, certamente que teriam níveis de alfabetização mais elevados do que os naturais desta paróquia.

Para ambos os sexos, encontramos alguma aproximação entre a alfabetização da população referida nos Censos de 1890 e a encontrada por nós para 1891-1910.

Já na população analfabeta há grande diferença nas percentagens apresentadas; no entanto, se considerarmos os sem informação relativa ao *saber escrever* como analfabetos, a relação volta a estabelecer-se: seriam 58,7% de homens e 82,1 % de mulheres analfabetas.

As percentagens de alfabetização, relativas às mulheres, são quase insignificantes quando comparados com a alfabetização da população feminina de Lisboa, em que os valores percentuais eram de 46,5%, 55 % e 56,9 %, respectivamente, para 1890, 1900 e 1911, segundo os Censos (Ferreira:1993).

Projectando agora uma visão para depois de 1911, servindo-nos dos Censos de 1940, vemos que a alfabetização continuou, mas a ritmo lento; neste espaço de 50 anos, só mais 8,4% dos homens se haviam alfabetizado, enquanto que o haviam conseguido mais de 13% de mulheres.

QUADRO 8
EVOLUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO
DE BARCELINHOS ENTRE OS CENSOS DE 1890 E 1940

	Homens		Mulheres	
	ler /escrever	analfabetos	ler/escrever	analfabetos
1890	223 45%	276	114 20%	443 80%
1940	473 53,4%	413 46,6%	344 33,9%	671 66,1%

profissão e saber escrever

Procurando uma relação entre a própria profissão, a profissão dos pais e a alfabetização, segundo os dois primeiros períodos anteriormente definidos, encontramos que os assinantes mais numerosos do **sexo masculino** são os artífices, sendo dos grupos que mais representatividade apresenta nos dois períodos. No entanto, como será compreensível, as assinaturas mais desenhadas e menos trêmulas são daqueles que mais praticam a escrita. Aos negociantes a escrita era também fundamental, de modo que os vemos marcar fortemente a sua presença. De notar que os proprietários, assim nomeados, não têm quase participação nas letras, no entanto, alguns podem estar incluídos no grupo dos negociantes ou lavradores.

No que respeita ao **sexo feminino**, nota-se a preocupação na alfabetização das proprietárias sendo mais um dote e nos outros grupos, a alfabetização é mais característica das domésticas, regra geral, bem posicionadas socialmente por relação aos seus maridos. Referimos ainda que grande parte destas domésticas é também costureira; desconhecemos, no entanto, se a costura funciona como profissão remunerada ou se simplesmente faz parte das tarefas domésticas.

ANEXO AO CAPÍTULO II

QUADRO 9
RELAÇÃO ENTRE A ALFABETIZAÇÃO E A PRÓPRIA PROFISSÃO

Profissão própria - HOMENS	1871 1890	1891 1910	Profissão própria - MULHERES	1871 1890	1891 1910
proprietário	1	-	proprietária	3	1
lavrador	4	2	jornaleira	-	2
jornaleiro	2	2	vendeira	1	-
negociante	6	7	caixeira	-	1
escrevente e afins ¹	9	9	padeira	1	1
vendeiro	2	-	costureira / tecedeira	-	9
artífices ²	10	13	doméstica	2	6
outras ³	8	1	criada	1	1
	-	-	mendiga	-	1

Tentando um olhar sobre as **profissões dos pais destes alfabetizados**, concluímos que, quase sempre, a profissão dos filhos copia, sensivelmente, a do pai, com algumas excepções:

- um escrevente é filho de um pedreiro e de uma jornaleira;
- o jornalista é filho de lavradores;
- alguns negociantes são filhos de lavradores ou de lavrador e doméstica;
- um alfaiate é filho de um escrevente e de uma doméstica.

No caso das mulheres, os pais que proporcionam a aprendizagem das letras às filhas são do grupo dos artífices, barbeiros, serralheiros, ferradores, ferreiros e alfaiates, e ainda três proprietários, dois escreventes um negociante, um vendeiro e um militar.

¹ Inclui empregado da Fazenda, procurador, jornalista, advogado e farmacêutico.

² Inclui carpinteiro, marceneiro, tamanqueiro, barbeiro, alfaiate, moleiro, pedreiro, tacheiro e serralheiro.

³ Inclui cocheiro, empreg. ponte ferro rio Lima, padeira e os sem indicação.

Constatámos que o pároco António de Vilas Boas, ao registar um óbito, em 14 de Junho de 1702, disse ser o falecido do lugar de Marés¹, quando já tinha por costume escrever Maresses. cremos que Maresses ainda não estava de todo gravado na sua memória; seria uma reminiscência de um tempo algo distante. Em 1758, o padre João Gomes fala-nos de "Maresses" e informa que "athé o sitio de Medos sobem muitas vezes tainhas, muggens e alguns roballos do mar" (Sampaio:1932, p.58). Certamente, só na maré alta, em que a água pode ser até ali, salgada. Em 1867, "Marésses" - notemos a acentuação - era ainda a expressão referida (Pereira:1867). Teotónio da Fonseca refere esse lugar como Mareces, já em meados deste século (Fonseca:1948, p.48). Porquê, agora, na voz do povo, Mareces?

2. PATRÕES E CRIADOS

QUADRO 10: IDENTIFICAÇÃO DOS PATRÕES através do conhecimento da existência dos criados²

Data	Criados	Patrões	Observações sobre patrões
01.05.1615	Francisca, criada antiga	Jorge de Faria e do pai	teve um caivo
06.11.1647	Catarina	Francisco Fernandes	-
22.01.1651	Ana	Ldo Raimundo	-
17.08.1658	Domingos Tomé, + de 30 a, criado há 13 ou 14 anos	Cónego Manuel Veloso	-
14.01.1666	Catarina	Marta da Costa	devia-lhe soldadas
13.05.1676	Catarina Fernandes, solteira	Benta da Costa	-
16.02.1678	Maria, solteira	Francisco Fernandes	vendeiro, da igreja
n. 28.07.1683	Maria	Pepino	-
10.11.1691	Ana Dias, solteira, daqui faleceu em Tentúgal	Domingos da Costa	pai da criança
09.03.1694	Natália, solt ^a , de Sto Ant ^o , mãe de Catarina Sá	Feliciano Silva Peres, desembargador	residiu em Tentúgal
n. 29.05.1695	Mariana	André Leitão Pita, 2 ^a vez casado	devia-lhe 3 anos de soldadas a 2000 rs/a
n. 28.08.1704	Lucia, de S. Salvador	André de Pontes	-
n. 25.01.1705	M ^a Afonso, de Cossourado	Domiciano do Vale	-
		Domingos Per ^a Rebelo	-

¹ Misto 3, p.118, frente.

² No item data, sempre que esta surge antecedida da letra n, significa que o dado foi extraído do assendo de baptismo dos filhos dos criados.

(cont.)

Data	Criados	Patrões	Observações sobre patrões
13.07.1707	João Martins, mais de 12a, f ^o de Grácia Martins, de Cabreiros. Afogado.	Domingos Fernandes	-
n. 28.10.1713	Josefa Costa, n. Braga	Manuel Ferreira, marchante, da Ponte	-
24.02.1715	Domingos, f ^o de Pedro André, nat. S. Pedro Alvito	Ldo João Vilas Boas, casado	-
n. 19.02.1716	Rosa	Jose Gomes Lobato	-
22.10.1722	Sebastião	Tomás de Azevedo, r. B ^o	-
29.11.1749	Mariana, menor	Josefa Rodrigues, v ^a de Dom.Rod. Chaves	7 filhos de mais de 10 anos
23.12.1749	Antónia, solt ^a , de Góios	Dámaso C. Brandão, v ^o	-
21.04.1750	Francisca de Miranda, solt ^a , de Curvos	João Gonçalves, solt ^o , o rezões, r. Baixo	ele, f ^o Dom. Álvares
28.10.1750	Manuel, de Palmeira Faro	João Rodrigues, r. Esper ^a	c.c. Catar ^a Gomes
17.11.1752	Teresa Franc. ^a , solt ^a , Gamil	Ant ^o Vilas Boas, Ponte	v ^o Cust.Fr ^a , de Gamil
19.11.1754	Mariana, s ^a , de Sta Leoc.	Francisca de Faria, terreiro	-
25.07.1758	Catarina Cordeiro, v ^a	Ldo Louren ^o Soar. V. Boas	f ^o ldo João V. Boas
08.06.1781	Luísa, de Abade do Neiva	P. Franc ^o da Cunha, Barc.	-
04.10.1784	Domingos, solt ^o , de Alvelos	Dr. Manuel José Gomes	f ^o de José da Costa
05.09.1789	António, s ^o , cr. de cozinha	Ant ^o José V. Boas, Barc.	-
03.09.1800	Teresa, solt ^a , Creixomil	Palmeiros, terr ^o Ponte	Franc. V.B. Palm ^o
09.08.1807	Inácia Ferreira, da Pousa	João Rodrigues Chaves, v ^o (Boa)Ventura Lopes, açougueiro	sem filhos de Maximinos resid. açougue
16.10.1810	Benta Rosa, v ^a de João Sousa	Pedro José Rodr., r. Dta	v ^o Rosa M ^a Ar ^o
05.11.1818	Maria Jesus Neves, solteira	Tomás da Costa e Alm. ^a	-
18.10.1820	Silvestre da Costa	D. Clementina Rosa	-
18.02.1830	Ant ^o José Rodrigues	Domingos José de F ^a , escr.	mult. filhos, Galo
24.09.1831	Paulo Ferreira, cas., Moure	Ant ^o de Sousa, terr ^o Ponte	marchante
20.04.1832	Bernardo Carvalho, v ^o , pob.	Domingos Álvares Lima, escrivão	cas. c. M ^a Bravo
03.09.1835	Manuel Fernan. Micharro, mais de 25 anos	João António Silva, de Mareces, procurador	Sousa Meneses
21.08.1847	Joaquina, 40 anos	António Lopes do Couto	c.c. M ^a Josefa G.
09.10.1849	Maria, solt ^a , de Góios	Francisco Rodrig. Chaves	-
19.12.1855	M ^a Bárbara, v ^a de Man. Ant ^o Queiroz	António Lopes do Couto	-
19.02.1857	Narciza Rosa Conceição, s ^a	Eusébio José Pereira	v ^o Teresa M ^a Sousa

3. QUADRO 11
 ESCRAVOS E SEUS SENHORES

PROPRIETÁRIOS	ESCRAVOS	NASCIM. OU ÓBITO(+)
Jorge de Faria	Belchior dos Reis	+ 22.12.1625(da mulher)
Maria Francisca, v ^a	Serafina	+ 24.02.1673
Dtor(?) Ant ^o Vilas Boas S. Paio	Victória	Rosa Maria, n. 02.09.1692
Diogo de Vilas Boas Caminha	Victória	André Pedro, n.27.11.1705
Franc ^o Carvalho, de Matosinhos	Teresa	Domingos, n. 28.04.1721
Pedro do Vale Vessadas de Sto António	Maria Pedro (enforcado)	+ 14.12.1731 + 25.11.1746
Maria da Rocha	Salvador	+ 18.02.1733
João Rodrigues do Vale (viúvo depois de 1738)	Luzia Quitéria	+ 06.09.1734 Antónia, n. 04.10.1738 Grácia, n.11.11.1743 Ant ^o Júlio, n.10.11.1740 Maria, n.11.03.1745
Manuel Vaz	Grácia Maria	+ 29.04.1741
Padre Adão Rodrigues do Vale	Maria	+ 31.08.1756
Fam. de Diogo Freire de Caldas: D. Antónia Ferraz (mulher) D. Tomásia Luisa Gouveia (f ^{ra}) D. Josefa Ferraz (f ^{ra})?	Joaq ^a , f ^{ra} de Josefa Francisca Julião	+ 19.07.1758, 2 anos + 02.08.1765 + 05.06.1771
Família de Pedro C. Peixoto: mulher e filho (Manuel Cunha - Porto)	Maria	Maria, n.04.02.1768 João Marcos, n.23.04.1773
Padre José Costa do Vale	Lourença - Angola António - Goiás	Pedro, n. 02.03.1761 (dest. desconhecido)
António Pimenta de Gusmão	Maria	+16.05.1778
Manuel António Queiroz	Jão Ferreira	+18.02.1812

Capítulo III
 NUPTIALIDADE

As regras de direito desta época, relativamente aos casamentos e nupcialidade, regulavam o casamento das populações de Angola e Bengala. De um lado, regras dos costumes de origem europeia, e de outro, as regras de direito de origem africana. A nupcialidade, no tempo, de diversas regiões do casamento, sendo a de Bengala caracterizada por ser mais rígida do que a de Angola, e a de Angola, por ser mais rígida do que a de Bengala. Para a Europa Ocidental, as regras de direito, sobre a nupcialidade, eram de origem europeia, e para a Europa Oriental, eram de origem africana. A nupcialidade, no tempo, de diversas regiões do casamento, sendo a de Bengala caracterizada por ser mais rígida do que a de Angola, e a de Angola, por ser mais rígida do que a de Bengala.

Recentemente, através de um estudo comparativo entre as regras de direito de Bengala Ocidental - Bengala, França e Suécia - para o período entre 1750 e 1800, Robert Rostand mostrou que a família portuguesa era regulada por regras de direito de origem europeia, e a família africana, por regras de origem africana. A nupcialidade, no tempo, de diversas regiões do casamento, sendo a de Bengala caracterizada por ser mais rígida do que a de Angola, e a de Angola, por ser mais rígida do que a de Bengala.

As regras de direito desta época, relativamente aos casamentos e nupcialidade, regulavam o casamento das populações de Angola e Bengala. De um lado, regras dos costumes de origem europeia, e de outro, as regras de direito de origem africana. A nupcialidade, no tempo, de diversas regiões do casamento, sendo a de Bengala caracterizada por ser mais rígida do que a de Angola, e a de Angola, por ser mais rígida do que a de Bengala.

3. MARÇO 11
 ESCRAVOS E SEUS SENHORES

PROPRIETÁRIO	ESCRAVOS	NASCIM. DO DONO(ES)
Maria de Fátima	Diogo José Reis	+ 22.10.1672 (morto)
Maria Antonia, viúva	Luiz de	+ 24.03.1673
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Luiz de	Perna Moura, n. 02.06.1680
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Francisco	André Paulo, n. 27.11.1700
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Francisco	Domingos, n. 25.04.1720
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Maria	+ 14.12.1721
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Francisco (religioso)	+ 15.11.1740
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Luiz de	+ 18.07.1723
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Luiz de	+ 08.09.1734
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Luiz de	Antônio, n. 04.10.1738
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Luiz de	Luiz de, n. 11.11.1745
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Luiz de	Ant. João, n. 10.11.1740
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Luiz de	Maria, n. 11.01.1745
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Luiz de	+ 28.04.1741
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Maria	+ 31.08.1750
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Luiz de	+ 18.07.1756, 2 anos
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Francisco	+ 02.08.1765
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Luiz de	+ 20.08.1771
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Maria	Maria, n. 04.02.1768
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Luiz de	Luiz de, n. 21.04.1773
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Luiz de	Luiz de, n. 07.05.1761
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Luiz de	Luiz de, n. 07.05.1761
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Luiz de	+ 18.05.1775
Maria de Vila Rica e Maria de Vila Rica	Luiz de	+ 18.05.1811

Capítulo III

NUPCIALIDADE

Até cerca de meados deste século, considerava-se que era a mortalidade o principal fenómeno regulador do crescimento das populações de Antigo Regime. Daí em diante, depois dos estudos de Hajnal, passou a ter-se mais em conta o papel da nupcialidade para o mesmo fim. John Hajnal mostrou a coexistência, na Europa, de diversos regimes de casamento, sendo o da Europa Ocidental caracterizado por elevada idade média da mulher ao casamento (superior a 24 anos) e por um forte celibato definitivo feminino. Para a Europa Oriental, as características seriam uma baixa idade média da mulher ao casamento e por um acesso ao mesmo quase universal. Já para a Europa Meridional, percebendo a grande heterogeneidade de comportamentos, não foram possíveis observações conclusivas¹.

Recentemente, através de um estudo comparativo entre três países da Europa Ocidental - Inglaterra, França e Suécia - para o período entre 1750 e 1850, Robert Rowland mostrou que a dinâmica populacional era regulada por variáveis diferentes: na Inglaterra, pela nupcialidade e fecundidade; na Suécia, pela mortalidade; e na França, por uma combinação entre algumas variáveis demográficas (Rowland:1995). Chamava-se, assim, a atenção para a especificidade de cada população.

¹ As conclusões aqui expostas, advindas dos estudos de John Hajnal, foram colhidas do estudo sobre Guimarães... de Maria Norberta Amorim (ob.cit.). A nossa dificuldade de compreensão da língua inglesa impediram-nos de aceder aos textos daquele investigador.

Relativamente à Península Ibérica, Robert Rowland referiu a existência de regimes de casamento cujas idades médias de acesso ora se assemelham às da Europa Oriental ora às da Europa Ocidental, reforçando a ideia da especificidade de cada população e períodos de observação, sobretudo entre os séc.XVI e XVIII.

Não se podendo, portanto, falar de "regime matrimonial mediterrânico" nem de um "meridional", urgia desenvolver estudos e as suas comparações com os já elaborados, de modo a se conhecer as características das populações do passado e sua inter-relações.

Apesar do exposto, o facto de iniciarmos esta análise demográfica com o estudo da nupcialidade resulta de uma opção nossa. Tanto a nupcialidade como a fecundidade poderiam merecer-nos o primeiro lugar nas nossas abordagens, pelo facto de ambas conduzirem, à priori, a outras igualmente importantes. Uma e outra, bem como a mortalidade, são de tal modo dependentes de outros factores, que, temendo optar por um princípio questionável, decidimos, então, iniciar a nossa análise pela nupcialidade, "*acto voluntario por parte de los contrayentes (o de alguien por ellos), sino que tambien se traduce en la creación de una nueva célula del organismo social*" (Rowland: 1988, p.72).

Cerca de trezentos e cinco anos de vida de uma comunidade não poderão compreender-se dentro de padrões de comportamento constantes, pelo que será privilegiada a análise por gerações e períodos de tempo, de modo a melhor se perceber a evolução.

Não pretendemos aqui desenvolver um estudo exaustivo de todos os aspectos possibilitados pela exploração dos assentos de casamentos. Cingir-nos-emos aos que mais possam contribuir para a melhor compreensão da evolução desta sociedade.

1. SAZONALIDADE DOS CASAMENTOS

Quando se casa, em Santo André de Barcelinhos, foi a nossa primeira questão. Uma primeira observação leva-nos a concluir que, ao longo do ano, nem todos os meses têm a mesma preferência para a celebração do casamento. Assim, para todo o período estudado, o número total de casamentos foi assim distribuído:

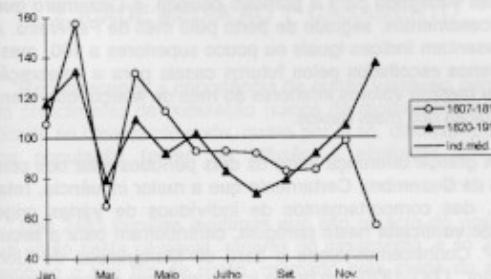
Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Julh.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
132	149	78	131	115	104	99	92	89	97	108	98

A estes números correspondem os índices que o quadro seguinte mostra e que o gráfico respectivo apresenta com vantagem visual ¹.

QUADRO 12
SAZONALIDADE DOS CASAMENTOS (índices)

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Julh.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1607-1819	107	157	66	132	113	93	93	92	83	84	98	56
1820-1910	117	133	79	109	92	102	83	72	79	92	106	137

GRÁFICO II
SAZONALIDADE DOS CASAMENTOS
Evolução dos comportamentos



Para o primeiro período observado (1607-1819), no decorrer do qual se celebraram 770 casamentos, nota-se nos meses de Março e Dezembro, uma grande diminuição do índice de casamentos. Os meses mais escolhidos eram Fevereiro, Abril, Maio e, já abaixo do índice médio, Novembro. Os meses de Verão até Outubro seriam mais votados para a faina agrícola da colheita, malhada, vindima, etc., e os noivos esperariam terminar os trabalhos nas suas casas ou nas de seus empregadores, para só depois celebrarem o seu casamento. Cremos que o menor

¹ A representação em índices em vez de números absolutos tem por fim contribuir para facilitar a análise comparativa entre diversas paróquias. A propósito pode consultar-se Louis Henry, *Manuel de Démographie Historique*, Genève/Paris, Droz, 1967.

número de casamentos realizados em Março e Dezembro se deve a imposições religiosas, segundo as quais os nubentes não receberiam as bênçãos nupciais nem na Quaresma nem no Advento; e, para todos os casais, a Igreja aconselhava vivamente a abstenção de contactos íntimos, pelo que seria mais uma razão para se antecipar ou adiar o casamento, em toda a Europa Católica.

No entanto, sabemos que nem todas as regiões cumpriam as imposições religiosas da mesma forma.¹ Não será de estranhar que, oscilando a festa da Páscoa entre Março e Abril, o mês de Abril possa também ser afectado pelo acatamento das normas religiosas. Os casamentos eram, pois, distribuídos pelo resto do ano, mas sobretudo pelos meses de Inverno e por Abril e Maio, da Primavera, tempo mais morto para as actividades relacionadas com a terra. Setembro e Outubro eram meses de intensos trabalhos agrícolas, preparando a terra para as sementeiras de Inverno, pelo que eram necessários todos os braços disponíveis. Findos estes trabalhos, em Novembro, já os casamentos se efectuavam em maior número.

No segundo período (1820-1910) celebraram-se 524 casamentos. Contrariamente ao verificado para o primeiro período, é Dezembro que concentra o maior índice de casamentos, seguido de perto pelo mês de Fevereiro. Abril, Novembro e Junho apresentam índices iguais ou pouco superiores a 100, mas os meses de Verão são os menos escolhidos pelos futuros casais para a celebração das bodas. Agosto apresenta mesmo valores inferiores ao mês de Março, que mantém, em toda a observação, índices dos mais baixos.

A grande diferença entre os dois períodos está nos comportamentos relativos ao mês de Dezembro. Certamente que a maior influência, relativamente ao período anterior, dos comportamentos de indivíduos de várias origens, fruto da grande mobilidade verificada nesta paróquia, contribuíram para a secularização dos comportamentos.² Conhecemos ainda o caso do Marquesado de Llombai, já para uma época anterior, 1741-1820, em que o índice máximo de casamentos também se verificava no mês de Dezembro (Lucas, 1995).

Uma outra diferença significativa relaciona-se com os comportamentos nos meses de Verão, onde a espera pelas tarefas sazonais da agricultura não se faz sentir tanto como no primeiro período. A abertura de Barcelinhos às paróquias

¹ Para o Arcebispado de Braga, esta imposição está conagrada nas Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga, ordenadas no ano de 1637.

Maria Norberta Amorim em *Guimarães. 1580-1819. Estudo Demográfico* concluiu, pelos estudos já desenvolvidos, que na diocese de Braga, as interdições relativas à Quaresma e ao Advento parecem ser mais respeitadas do que em algumas paróquias transmontanas. E em *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (1680-1980)* constata que naquela ilha açoreana os meses de Janeiro e Dezembro têm os índices menores.

² Desde 1820 que as ideias liberais, mais ou menos intensamente, vinham promovendo a secularização dos comportamentos. De algum modo, estas ideias deveriam ter afectado esta população, tão próxima se encontrava da sede do Governo do Concelho.

exteriores, mas sobretudo a indivíduos cujas actividades económicas cada vez tinham menos a ver com a agricultura, certamente justifica outras escolhas para o mês do enlace.

Sendo o índice de Março um de entre os dois mais baixos, por ser igual ao de Setembro, somos levados a concluir que, apesar da lenta laicização dos comportamentos, a Páscoa mantinha-se como o tempo de maiores contenções e respeito pela moral e os costumes de que a Igreja era guia e que a proibição dos contactos íntimos, levava mesmo os nubentes a adiarem o casamento (veremos o cumprimento desta norma, a respeito da sazonalidade das concepções). É também possível que a limitação das festas, recomendada para os casamentos que se celebrem nestes períodos, tenha tido também a sua influência.¹

2. IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO

Reconhecendo a importância de outras variáveis demográficas como reguladoras do crescimento da população (casos da mortalidade e mobilidade), sabemos que a idade ao casamento pode, quase por si só, dificultar ou facilitar a reposição de uma população (antes da difusão e aceitação dos métodos anti-conceptivos).

Das 2485 famílias legítimas que são objecto do nosso estudo, 1294 iniciaram a sua união nesta paróquia, através do casamento; e só 240 tiveram também nesta paróquia o seu fim de união, marcado pela morte do primeiro cônjuge falecido. Significam um rendimento baixo de famílias completamente observadas - 9,6% - fruto da grande mobilidade das famílias e da exogamia matrimonial, aspectos que analisaremos posteriormente.

¹ Nas *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas pelo Ilmo. Sr. Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha*, no ano de 1637, impressas no ano de 1697, em Lisboa, na oficina de Miguel Deslandes, Constituição IX, p.145, lê-se: "Mandamos que não se celebrem solenemente casamentos alguns desde o primeiro Domingo do Advento até dia de Reis, e desde a Quarta-Feira de Cinza até ao Domingo de Pascoela inclusivé; mas não proibimos que no mesmo tempo se possam casar (...) com tal condição que se recebam sem solenidade: a qual consiste em três cousas, segundo os Doutores, convem a saber, na bênção nupcial; e em ser levada a noiva à casa do noivo com pompa, e aparato, e no convite que se costuma fazer; de maneira que só a solenidade se proibe nestes tempos; e sem ela em qualquer tempo podem casar. Encomendamos porem, que a dita solenidade, ainda nos tempos em que a pode haver, se faça com muita modestia, e com a honestidade e sobriedade devida (...)" (adaptado).

QUADRO 13
IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO¹
(Observação longitudinal)

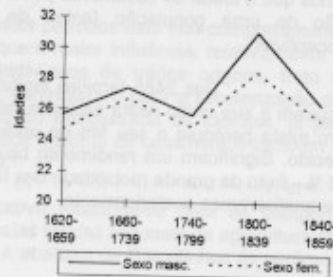
	Homens		Mulheres	
	nº cas.	id. média	nº cas.	id. média
1620-1659	17	25,7	36	24,7
1660-1739	87	27,4	181	26,7
1740-1799	56	25,7	112	24,9
1800-1839	66	31,1	74	28,5
1840-1859	35	26,4	61	25,4

Numa primeira observação, de natureza longitudinal, considerámos as gerações nascidas a partir de 1620, em grupos de gerações de acordo com a maior uniformidade de comportamentos observada em períodos curtos²

Nesta observação, nota-se que a idade média se mantém acima dos 24 anos, sendo sempre mais elevada a masculina, sensivelmente sempre com a mesma distância entre as idades médias ao casamento, nos dois sexos.

A instabilidade destes comportamentos, mais forte no sexo masculino do que no feminino, sobretudo ao longo do séc.XIX, certamente denota que em algumas gerações, caso das gerações nascidas entre 1800 e 1839, houve graves oscilações na presença de indivíduos adultos nesta paróquia, sobretudo do sexo masculino.

GRÁFICO III
IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO
(obs. longitudinal)



¹ Considerámos os casamentos entre os 12 e os 49 anos, por ser dentro destas idades que o corpo da mulher estaria em condições de reprodução. Ao considerarmos as gerações nascidas de 1620 a 1659, apesar de poder haver algum sub-registo, quisemos mostrar a significativa mudança de comportamentos para as gerações nascidas ao longo do séc.XVII.

² Dando-nos hipótese de observarmos as primeiras gerações estudadas, esta observação só poderá estender-se até 50 anos antes do final da nossa observação, de modo a dar espaço aos casamentos até aos 49 anos.

Recorrendo à observação transversal, que reflecte melhor a influência de factores favoráveis ou desfavoráveis ao casamento, analisámos o comportamento das populações, de 1660 até final da nossa observação. Após vários ensaios, a periodização apresentada corresponde aos espaços de maior uniformidade de comportamentos.

QUADRO 14
IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO
(Observação transversal)

	Homens		Mulheres	
	total	id. média	total	id. média
1660-1729	65	25,1	130	26,0
1730-1819	87	27,8	184	26,0
1820-1879	99	29,0	128	27,0
1880-1910	68	24,9	73	24,5

Verifica-se, para o primeiro período, 1660-1729, que as mulheres casam mais velhas do que os homens, sendo quase um ano de diferença, comportamento este que consideramos de alguma excepção; posteriormente, esta situação altera-se, mas, no último período, 1880-1910, as idades médias masculina e feminina aproximam-se quase até à igualdade, sendo as mais baixas, 24,9 e 24,5 anos, respectivamente. As diferenças das idades médias, ao longo de todos os períodos, são mais significativas para o sexo masculino, tal como havíamos visto para algumas gerações.

A mais elevada idade média feminina relativamente à masculina, observada no período entre 1660 e 1729, manifestando um comportamento não repetido, certamente encontra alguma explicação numa menor presença de mulheres nesta paróquia, que uma mortalidade mais gravosa para o sexo feminino pode ter ocasionado e que as entradas femininas não terão compensado.

A subida da idade média masculina do primeiro para o segundo, de 25,1 para 27,8 anos pode ter sido motivada por factores como uma forte mortalidade de indivíduos adultos, mais gravosa para o sexo masculino; e a mobilidade e a emigração poderão justificar os valores masculinos de 29 anos para 1820-1879; do mesmo modo, a redução da mortalidade de adultos (e também de menores) e da emigração masculina no final do séc.XIX, bem como a maior diversidade de ocupações/empregos permitindo adiantar a definição da situação económica do homem, terão contribuído para a descida da idade média masculina, na viragem do séc.XIX

para o séc.XX, para 24,9 anos.

Para o sexo feminino é só na viragem do séc.XIX para o séc.XX que a modificação de comportamentos é significativa, com um forte abaixamento da idade média ao casamento, para 24,5 anos, certamente movido por factores idênticos aos que afectaram a baixa idade média para o sexo masculino.

Perante as altas idades médias ao casamento observadas, de modo geral, considerámos oportuno alguma comparação com outros estudos.

Para a paróquia de Alvito S. Pedro e Anexa, as idades médias de acesso ao casamento foram ainda mais elevadas, de modo geral. Considerando os séc.XVII a XIX, enquanto que para Barcelinhos se verificaram idades médias masculinas ao casamento entre 25,1 e 29 anos (obs. transversal), para Alvito S.Pedro as mesmas oscilaram entre um mínimo de 26,4 anos e um máximo de 30,2 anos. Para o sexo feminino, a conclusão é semelhante: as mulheres de Barcelinhos acedem ao casamento em idades médias que oscilam entre 26 e 27 anos, enquanto que as de Alvito só o conseguem em idades médias acima dos 28 anos (acima dos 30 anos se não tivermos em conta o abaixamento da idade média na segunda metade do séc. XIX).

Poderemos concluir que a paróquia rural de Alvito S. Pedro regulava o crescimento da sua população recorrendo ao casamento (mais) tardio, enquanto que Barcelinhos, de ambiente urbano-rural, além de uma elevada idade média ao casamento para os dois sexos, poderia ainda contar com outros mecanismos reguladores como sejam a mobilidade diferencial, que cremos se fez fortemente sentir, os que ficavam acediam mais cedo ao casamento.

Em trabalho recente Maria Norberta Amorim apresenta o estudo demográfico de Ronfe em caracterização da zona Noroeste - Baixo Minho no contexto do território nacional ¹. Do conjunto das quatro paróquias referidas, é com Ronfe (para o período de 1750 a 1799) que Barcelinhos mais se assemelha (para 1730-1819): em Ronfe, as idades médias ao casamento foram de 27 anos para o sexo masculino e 26,8 para o feminino (Amorim: 1997).

Observadas as alterações na idade média de acesso ao casamento, considerámos que a distribuição dos indivíduos por grupos de idade poderia mostrar melhor a mudança de comportamentos.

¹ Este estudo integra quatro paróquias, num esforço da cobertura possível do território nacional: pelas ilhas, a paróquia de S. Mateus e pelo espaço continental Póiares (Nordeste Transmontano), Ronfe (Noroeste- Baixo Minho) e Couto do Mosteiro (Centro-Beira Alta).

3. REPARTIÇÃO POR GRUPOS DE IDADE AO PRIMEIRO CASAMENTO

Distribuída toda a observação pelos quatro períodos anteriormente considerados na observação transversal, vimos que o grupo etário em que mais casamentos se verificam é o dos 20-24 anos de idade, para os dois sexos, em todos os períodos.

QUADRO 15
REPARTIÇÃO POR GRUPOS DE IDADE AO 1º CASAMENTO
Distribuição proporcional. Sexo masculino¹

	1660- 1729		1730 - 1819		1820 - 1879		1880 - 1910	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
12 - 14	0	0	1	1,1	0	0	0	0
15 - 19	10	15,4	12	13,8	7	7,1	8	11,8
20 - 24	26	40,0	29	33,3	36	36,4	38	55,9
25 - 29	19	29,2	17	19,5	21	21,1	14	20,6
30 - 34	5	7,7	10	11,5	16	16,2	6	8,8
35 - 39	3	4,6	12	13,8	12	12,1	0	0
40 - 44	1	1,5	2	2,3	4	4,0	0	0
45 - 49	0	0	2	2,3	1	1,0	1	1,5
>=50	1	1,5	2	2,3	2	2,0	1	1,5

QUADRO 16
REPARTIÇÃO POR GRUPOS DE IDADE AO 1º CASAMENTO
Distribuição proporcional. Sexo feminino²

	1660- 1729		1730 - 1819		1820 - 1879		1880 - 1910	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
12 - 14	2	1,5	0	0	1	0,8	1	1,4
15 - 19	23	17,7	30	16,3	18	14,1	16	21,9
20 - 24	38	29,2	65	35,3	49	38,3	29	39,7
25 - 29	31	23,8	42	22,8	23	18,0	16	21,9
30 - 34	24	18,4	29	15,8	20	15,6	6	8,2
35 - 39	8	6,2	10	5,4	7	5,5	4	5,5
40 - 44	1	0,8	6	3,3	8	6,3	1	1,4
45 - 49	1	0,8	0	0	0	0	0	0
>=50	2	1,5	2	1,1	2	1,1	0	0

¹ Na tabela, os números a **negrito** resultam do somatório das percentagens das três primeiras linhas.
² Idem.

Podemos sublinhar que, no primeiro período, 1660-1729, a maior distribuição das idades da mulher pelos grupos depois dos 25 anos, é o factor responsável pela idade média feminina superior à masculina, ao 1º casamento.

Para o segundo período, 1730-1819, apesar de 47,2% dos homens contra 51,6% das mulheres celebrarem o seu 1º casamento em idades inferiores a 25 anos, as idades médias que verificámos dão ao sexo masculino valores mais altos; deve-se, como vemos, à maior distribuição dos homens pelas idades mais avançadas, sobretudo, depois dos 35 anos de idade.

No terceiro período, 1820-1879, apesar de haver menor concentração de homens casando abaixo dos 25 anos do que no período anterior, a idade média geral foi mais elevada - 29 em vez de 27,8 anos - devendo-se à maior dispersão pelos grupos de idades superior a 25 anos, sobretudo até aos 39 anos; esta mesma dispersão, no sexo feminino até aos 44 anos, faz com que a idade média feminina também seja mais elevada do que no período anterior, apesar da maior concentração até aos 24 anos.

No quarto período, 1880-1910, homens e mulheres voltam a aproximar os comportamentos, casando mais concentradamente nos grupos de idades inferiores a 25 anos, sendo mais notória esta concentração no sexo masculino do que no feminino.

Esta oscilação de números irá provocar também alterações no celibato definitivo, como veremos, embora nos pareça que outros factores intervêm na definição desta variável.

4. GRUPOS SOCIAIS E IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO

Situações profissionais ou ocupacionais poderão ter justificado, de algum modo, os comportamentos demográficos relativos à idade média ao casamento.

Já tivemos ocasião de mostrar que as indicações sobre as profissões dos intervenientes nos actos vitais só surgem, com pequenas falhas, a partir da segunda metade do séc. XIX. Até aí as profissões ligadas à terra não eram, regra geral, mencionadas; só nos surgem as ligadas aos ofícios ou a actividades liberais, segundo terminologia actual, mas não teremos certezas quanto à sua representatividade.

Apesar do número de casos observados ser pequeno, expressos no quadro da página seguinte, podemos dizer que, de forma geral, homens e mulheres se comportam diferentemente face ao casamento, consoante a categoria profissional dos seus pais.

Assim, até ao fim do séc.XVIII, com relativamente menos informações sobre dados profissionais, considerámos que o principal destaque é o atraso da idade ao casamento para os filhos dos proprietários em relação a toda a população masculina. Os filhos dos vendedores observados podem ser considerados de alguma excepção, por serem pouco numerosos, tendo casado cerca de 2 anos mais cedo do que o conjunto da população masculina, em geral.

QUADRO 17
IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO
Comportamento diferencial ¹

Prof. dos pais	1660 - 1799		1800 - 1910	
	homens/nº	mulheres/nº	homens/nº	mulheres/nº
Proprietário	29,1 (3)	-	32,3 (5)	23,2 (7)
Lavrador	-	-	24,7 (25)	25,1 (24)
Jornaleiro	-	-	24,1 (11)	24,7 (4)
Prof. liberais ²	-	-	33,5 (2)	22,1 (3)
Funcionário ³	-	-	29,0 (2)	20,8 (3)
Escrevente	-	-	25,5 (5)	16,8 (3)
Negociante	-	-	25,1 (5)	20,8 (9)
Artífice ⁴	26,7 (21)	24,6 (52)	24,6 (31)	24,6 (45)
Vendeiro	24,0 (4)	22,8 (3)	-	-
População total	26,6 (131)	25,8 (286)	27,0 (192)	25,8 (243)

¹ As profissões que apresentamos são aquelas onde maior número de eventos em estudo se verificou. Não pretendemos aqui estabelecer uma classificação sócio-profissional para a sociedade barcelinense. Isso seria uma tarefa algo complexa que não projectámos levar a cabo. Para além do mais, as fontes sobre as quais nos debruçámos não seriam as mais apropriadas para esse efeito. A este propósito pode consultar-se o trabalho de Paula Guihermina de Carvalho Fernandes, *A Classificação Sócio-profissional: uma questão em aberto*, inserido na revista *População e Sociedade* n.º 1/1985 e ainda o trabalho de António Pinto Ravara, *A Classificação sócio-profissional em Portugal*, inserido na *Revista Análise Social*, vol. XXIV, 1988.

² Trata-se de um boticário e um advogado.

³ Sob esta expressão estão os funcionários do Caminho de Ferro, da Fazenda e da Câmara.

⁴ Englobamos, sob esta expressão, sapateiros, ferreiros, ferradores, serralheiros, carpinteiros, alfaiates, barbeiros e moleiros, tendo feito, anteriormente, uma análise individualizada e não me parecendo haver diferenças significativas.

Para o sexo feminino, os números são mais distintos: as filhas dos artífices e as dos vendeiros casam bem mais cedo do que a população feminina, em geral. Ora, grande parte das outras mulheres cuja profissão dos pais não é referida serão as filhas dos assalariados agrícolas e outros trabalhadores ligados à terra, que se apresentarão mais tarde ao casamento, certamente por terem de juntar o que puderem das suas soldadas para adquirir algum suporte económico para o futuro.

No 2º período, depois de 1800, em relação aos homens, é notória a polarização das médias encontradas: cerca dos 24 anos, para os filhos de artífices, lavradores e jornaleiros; entre 32 e 34 anos para os filhos de profissionais liberais e proprietários, havendo a considerar o grupo dos filhos de funcionários, com uma idade média ao casamento entre as anteriores, de 29 anos. O comportamento dos filhos dos negociantes e escreventes aproxima-se mais dos do primeiro grupo referido. Uns e outros posicionam-se diferentemente em relação ao conjunto da população, cuja idade média é de 27 anos. Parece-nos, então, que os filhos dos artífices, de maior representatividade, aprendida a arte com o pai, poderão dar um rumo à sua vida; o mesmo se poderá dizer para o trabalhador da terra de outrém, o jornaleiro, depois de juntas as suas soldadas. Sugere-nos ainda que os filhos dos funcionários, negociantes e proprietários esperarão esposa de semelhante situação económica, atrasando as suas idades ao casamento, à semelhança do que foi observado para o primeiro período.

Para o sexo feminino, é curioso constatar que se passa o contrário dos homens. Agora é nos grupos das filhas de artífices, lavradores e jornaleiros que se casa mais tarde, à volta dos 24 e 25 anos, enquanto que as filhas dos indivíduos de profissões liberais, funcionários, negociantes e proprietários casam ente os 20 e 23 anos. Todos estes grupos ainda casam abaixo da média da população feminina total - 25,8 anos.

Numa sociedade aberta ao exterior como a de Barcelinhos, sobretudo a partir da segunda metade do séc.XIX, não era difícil aos grupos mais conceituados socialmente atrair um indivíduo de idêntica posição social para casar com as suas filhas; de notar o caso das filhas dos escreventes e dos funcionários, casando 9 e 5 anos, respectivamente, abaixo da idade média feminina.

5. ESTADO CIVIL DOS NUBENTES

Se hoje a morte nos aparece como um fim natural, normalmente depois de termos tido tempo para o desenvolvimento dos projectos pessoais, no Antigo Regime, a morte marcava a sua presença de modo mais contínuo e inesperado, ceifando vidas ainda com projectos de futuro inacabados. Daí que os indivíduos procurassem reconstruir aquilo que haviam iniciado, a família.

Observando o estado civil de quem casa, no quadro da página seguinte, considerando três períodos, conclui-se que enquanto que a proporção de mulheres solteiras, em cada período, é sempre superior a 93%, já os respectivos valores, para os homens, situam-se entre os 85 % e menos de 92 %, sendo mais elevada a proporção de solteiros no segundo período e menos elevada no terceiro. Esta situação significa de imediato que, em cada período, os recasamentos de viúvos são mais frequentes do que os das viúvas.

QUADRO 18
ESTADO CIVIL DOS NUBENTES ¹

	1661 - 1750		1751 - 1830		1831 - 1910	
	nº	%	nº	%	nº	%
solteiras	358	96,76	312	93,98	449	93,74
viúvas	12	3,24	20	6,02	30	6,26
solteiros	331	89,46	304	91,57	409	85,39
viúvos	39	10,54	28	8,43	70	14,61
total de casam.	370	-	332	-	479	-

Os recasamentos de viúvas aumentam proporcionalmente ao longo dos 3 períodos, de 3,2% a 6,2%; quanto ao recasamento de viúvos, oscilou entre 10,5% e 14,6%, com uma quebra no período intermédio, de 8,4% de casos.

¹ Durante o séc.XVII, não era prática dos párocos de Santo André de Barcelinhos anotarem a situação civil anterior dos nubentes. E, anotando ou não a filiação dos mesmos, constatámos que não poderíamos daí deduzir se seriam solteiros ou viúvos, em grande parte dos casos. Em falta de informação específica, considerámo-los solteiros, pelo que os valores relativos a estes poderão aparecer inflacionados, para aquele século. Por esse facto, não alargaremos esta observação às primeiras décadas estudadas, em que é mais notória a falta de informação.

A observação das maiores proporções de recasamentos masculinos do que de femininos sugere-nos, quer a maior necessidade do homem de garantir a mulher para o cuidado dos filhos que já teria e para a lida da casa, quer a maior censura gerada à volta da mulher; no entanto, parece ter-se verificado uma diminuição deste constrangimento social sobre a mulher, perante o recasamento. Por outro lado, a maior incidência dos recasamentos masculinos, no primeiro e no terceiro períodos, poderá significar a presença de uma mortalidade de adultos particularmente gravosa, o que poderemos verificar na sequência deste trabalho.

Esta evolução de comportamentos apresenta alguma afinidade com os observados para a zona mista de Guimarães (Amorim:1987) - a que pensamos que Barcelinhos se possa assemelhar, pela situação entre a ruralidade e o urbanismo - e menor com os da paróquia barcelense de Alvito S.Pedro (Miranda:1993), mais de carácter rural. O quadro seguinte mostra a comparação, para o caso dos solteiros.

QUADRO 19
SOLTEIROS AO CASAMENTO
Comparação entre 3 paróquias, em 3 períodos¹, em percentagens

	Barcelinhos			Alvito S.Pedro			Guim. (z. mista)		
	1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP	1ºP	2ºP	3ºP
Solteiras	96,8	93,9	93,7	79,8	86,9	94,9	96,3	94,1	94,7
Solteiros	89,5	91,6	85,4	95,3	96,4	98,7	87,5	84,9	85,4

A mobilidade das populações em zonas de carácter urbano-rural ou misto, como cremos poder dizer-se de Barcelinhos, permitindo uma numerosa entrada de mulheres solteiras, faz com que aumente o leque de escolhas dos homens, mantendo as participações das solteiras em níveis elevados; permitindo também a entrada de homens viúvos faz com que estes tomem parte nos referidos enlaces, baixando, no último período, a participação dos solteiros nos enlaces matrimoniais, em termos percentuais.

¹ Considerámos 3 períodos observados nas diferentes paróquias pelos respectivos investigadores, ainda que os períodos não sejam exactamente coincidentes. Assim, para Barcelinhos são: 1661-1750, 1751-1830 e 1831-1910, para Alvito S.Pedro: 1700-1799, 1800-1849 e 1850-1899; para Guimarães: 1670-1729, 1730-1779 e 1780-1819. Considerámos o período 1850-1899, referido a Alvito S.Pedro, apesar de surgir identificado como 1850-1859, o que julgamos ser lapso, considerando os 5 períodos analisados pelo autor.

6. ESTADO CIVIL COMBINADO DOS NUBENTES

Para os mesmos períodos, anteriormente apresentados, procurámos compreender as combinações de estado civil ao casamento.

QUADRO 20
ESTADO CIVIL COMBINADO DOS NUBENTES

	1661-1750			
	solteiros		viúvos	
	nº	%	nº	%
solteiras	323	87,3	35	9,46
viúvas	8	2,16	4	1,08

	1751-1830			
	solteiros		viúvos	
	nº	%	nº	%
solteiras	288	86,75	24	7,23
viúvas	16	4,82	4	1,2

	1831-1910			
	solteiros		viúvos	
	nº	%	nº	%
solteiras	388	81,00	61	12,73
viúvas	21	4,38	9	1,88

O agrupamento mais frequente encontra-se na conjugação dos dois nubentes solteiros, como seria de esperar. As percentagens estão entre 87% e 81%, tendo-se verificado uma queda contínua, desde meados do séc.XVII até à primeira década do séc.XX, em 3 períodos.

Segue-se a combinação de viúvos com solteiras, com uma quebra no segundo período, e uma subida acentuada para o último período, com percentagens entre 7,2 e 12,7 %.

Solteiros e viúvas é a terceira combinação em quantidade de casos verificados, tendo a sua percentagem aumentando do primeiro para os períodos seguintes para quase o dobro, de mais de 2% para mais de 4% de casos.

Por último, a combinação menos frequente é a das viúvos casando com viúvas. Não chegam aos 2% em nenhum dos períodos.

Em síntese, encontrámos percentagens de casamentos em que pelo menos um dos cônjuges é viúvo, que sobem dos 12,7 % para os 13,2 % e para 17,8 %, ao longo dos períodos apresentados.

Estas conclusões gerais assemelham-se às verificadas para Trás-os-Montes, para as três zonas de Guimarães, urbana, rural e mista (Amorim:1987), também às verificadas para Alvíto S. Pedro (Miranda:1993) e ainda às do Sul da Ilha do Pico, nos Açores (Amorim:1992). No entanto, as percentagens variam, conforme a especificidade de cada ambiente.

7. FREQUÊNCIA DO CASAMENTO SEGUNDO A IDADE À VIUEZ

Tendo já observado as possibilidades que os viúvos tinham de contrair novo casamento e sabendo que a viuvez surge a qualquer idade, questionámo-nos sobre a frequência de tais eventos segundo essa mesma idade e o sexo dos viúvos desta paróquia em estudo, resultado que se apresenta no quadro 21.

Para o primeiro período, 1630-1750, seria facilmente aceitável que os jovens viúvos tivessem bastantes hipóteses de recasar, ainda que os 67% verificados sejam fruto de uma amostragem pouco significativa; no entanto, os homens que enviuvaram entre os 40 e os 49 anos e depois dos 60 anos não tiveram aqui segundo casamento.

De todos os viúvos, só 7% recasaram (nesta paróquia). As mulheres que recasam fazem-no mais nas idades mais baixas, onde o recasamento pode ainda proporcionar a reprodução; no entanto, a participação total das mulheres em segundos casamentos é ainda mais baixa do que para os homens, 5% - notemos que das viúvas em idades superior a 50 anos só 2 recasaram.

QUADRO 21
FREQUÊNCIA DO CASAMENTO SEGUNDO A IDADE À VIUEZ¹

		< 30	30-39	40-49	50-59	>=60	Total
1630- -1750	Viúvos	3	9	13	20	53	98
	Recasados	2	2	0	3	0	7
	% recasam.	67	22	0	15	0	7
	Viúvas	9	25	27	26	73	160
	Recasadas	1	5	0	2	0	8
	% recasam.	11	20	0	8	0	5

		< 30	30-39	40-49	50-59	>=60	Total
1751- -1830	Viúvos	5	5	12	8	46	76
	Recasados	2	4	2	1	1	10
	% recasam.	40	80	17	13	2	13
	Viúvas	3	8	14	12	56	93
	Recasadas	1	1	0	0	0	2
	% recasam.	33	13	0	0	0	2

		< 30	30-39	40-49	50-59	>=60	Total
1831- -1910	Viúvos	3	7	7	13	55	85
	Recasados	1	1	2	5	2	11
	% recasam.	33	14	29	38	4	13
	Viúvas	11	11	28	27	86	163
	Recasadas	1	2	0	2	1	6
	% recasam.	9	18	0	7	1	4

Para o segundo período, 1751-1830, o recasamento dos homens acontece em maiores percentagens também nos grupos inferiores de idade à viuvez até aos 40 anos; novamente, o recasamento para os viúvos com 60 ou mais anos é meramente ocasional. Em relação ao primeiro período, nota-se uma maior procura do 2º casamento pelos homens, num total de 13 % dos viúvos, facto certamente ocasionado por períodos de mais forte mortalidade de adultos.

Para as mulheres, o número de recasamentos é pouco significativo: as de mais de 40 anos não têm hipótese de recasar e das restantes só recasam 13 %

¹ Nesta análise, incluímos só os naturais desta paróquia de Santo André de Barcelinhos, porque só desses conhecemos a idade, com exactidão, e portanto, só pudemos observar os recasamentos aqui efectuados, pelo que os números apresentados são reduzidos.

entre os 30 e os 39 anos e 33% antes dos 30 anos. No total, só recasaram 2% de mulheres viúvas neste período, mostrando grande diferença relativamente ao sexo masculino.

Para o terceiro período, 1831-1910, no que respeita aos homens, os recasamentos acontecem em todas as idades, mostrando que os viúvos a partir dos 40 anos têm mais hipóteses de recasar do que anteriormente, embora a totalidade não ultrapasse os 13%, tal como para o segundo período. A participação das viúvas nos recasamentos continua muito baixa, num total de 4%, mas nota-se uma maior dispersão das recasadas pelas idades mais avançadas, não tendo consequências na reprodução em 50 % dos casos.

Em síntese, podemos afirmar que, do séc.XVII ao séc.XX, os homens viúvos recasavam em maiores percentagens do que as mulheres no mesmo estado civil. Que esses recasamentos aconteceram a uma pequena percentagem de viúvos do sexo masculino (que cresceu de 7% a 13%) e a uma muito menor percentagem de viúvas, não ultrapassando os 5% verificados para o primeiro período. E que, ao longo da nossa observação, as idades mais favoráveis para os recasamentos se foram alargando para idades cada vez mais avançadas, para ambos os sexos.

8. INTERVALO ENTRE A VIUVEZ E O POSTERIOR CASAMENTO

Apesar das baixas percentagens de recasamentos nos dois sexos, já verificadas, ao analisar os intervalos entre a viuvez e o recasamento, verificámos que as diferenças de comportamento são significativas, quer relativas aos períodos, quer aos sexos, apesar do devido cuidado que exige uma amostra pequena, sobretudo em comparação com outras paróquias.

QUADRO 2
INTERVALO ENTRE A VIUVEZ E O POSTERIOR CASAMENTO ¹

	1607 - 1830				1831 - 1910			
	Hom.	%	Mulh.	%	Hom.	%	Mulh.	%
menos de 3 meses	0	0	0	0	0	0	0	0
menos de 6 meses	2	11,8	0	0	0	0	0	0
menos de 12 meses	9	52,9	1	10,0	1	9,0	0	0
menos de 2 anos	11	64,7	4	40,0	4	36,4	1	16,6
menos de 3 anos	12	70,5	5	50,0	5	45,5	1	16,6
menos de 4 anos	13	76,4	5	50,0	7	63,6	2	33,2
menos de 5 anos	14	82,3	6	60,0	7	63,6	3	49,8
de 5 a 10 anos	15	88,2	6	70,0	10	90,9	5	83,0
mais de 10 anos	17	100	9	100	11	100	6	100

No primeiro período, 1607-1830, vemos que nenhum viúvo ou viúva recasou no espaço de 3 meses de viuvez. E que nenhuma mulher recasou até aos 6 meses de viuvez, tendo-o feito 2 homens. Dos viúvos, 52,9% recasam antes de 1 ano de viuvez e para atingir a mesma proporção, as viúvas demoram até 3 anos.

No segundo período, 1831-1910, os viúvos atrasam, mais que no primeiro período, os recasamentos: só um viúvo recasa entre os 6 meses e um ano de viuvez e a maior parte dos homens espera mais de 3 anos para se recasar. Quanto às mulheres, neste período, só uma recasa entre o segundo e o terceiro ano de viuvez; e metade das mulheres espera mais de 5 anos para casar de novo.

Da análise ressalta o facto de que, ao longo desta observação, os homens viúvos foram alargando o tempo entre a viuvez e o segundo casamento: no princípio, tratavam com mais urgência de preencher a falta da mulher (para cuidar da casa e dos filhos, sobretudo se são de tenra idade e talvez para ajudar na economia doméstica); para o fim, o adiamento do recasamento parece significar a existência de outros recursos para a alimentação e outros cuidados com os menores, se existem; mas perante uma mortalidade relativamente suave, como parece ter sido o caso desde cerca de 1830, as idades à viuvez seriam mais altas do que anteriormente, pelo que estaria reduzida a possibilidade da existência de filhos menores, carentes de cuidados maternos.

¹ Dada a fragilidade dos números, realizámos este estudo em dois períodos, com o objectivo de observar alguma evolução nos comportamentos.

Para a mulher, a viuvez, podendo contribuir para uma situação económica mais débil, não traria os mesmos problemas familiares; amamentando o seu próprio filho, o recasamento aconteceria sem a *pressa* que poderia caracterizar os homens.

Para ilustrar alguns comportamentos dos viúvos de ambos os sexos, vejamos, para o séc.XVIII, o caso de **Paulo Carvalho de Faria** que casara em 1722. Seu filho Manuel nasceu em Abril de 1723. A mãe de Manuel morreu 2 meses depois de ele ter nascido. Manuel sobreviveu; não sabemos quem o alimentou; sabemos que as suas tias Bárbara e Úrsula, irmãs do pai, fizeram dele o seu herdeiro, em 1772. O recasamento do pai, Paulo Carvalho de Faria, surge em Agosto de 1725, passados 2 anos e 2 meses da morte da primeira mulher; tinha ele 29 anos e o pequeno Manuel 2 anos. Em vários casos semelhantes a este, os recém-nascidos morreram na sequência da morte da mãe, num prazo que nos apercebemos ser de menos de um mês. Seria o destino de Manuel se a família não tivesse encontrado uma solução.

O caso de **Mariana Josefa Fernandes** ilustra o comportamento bastante comum nas mulheres: ficando viúva de António Machado em 1758, com duas filhas de 2 e 5 anos, não recasou. Desconhecemos qual seria a sua fonte de rendimento, mas sabemos que conseguiu criar as filhas até à idade adulta (no entanto, Sebastiana, exposta à sua porta e criada pela viúva, faleceu com menos de 1 ano, em 1759).

9. GRUPOS DE IDADE E IDADE MÉDIA AO 2º CASAMENTO

Com o objectivo de melhor definirmos os comportamentos relativos ao segundo casamento e de nos apercebermos do contributo dos indivíduos de outras paróquias para os comportamentos observados nesta de Santo André de Barcelinhos, abrimos este estudo, não só aos naturais desta paróquia, de idade perfeitamente conhecida, mas também aos de outras paróquias que aqui celebraram o seu 2º casamento, cuja idade nos foi facultada pelo pároco.

Notámos, entretanto, que as idades escritas pelos padres nem sempre merecem a nossa total confiança; parece-nos que seriam lançadas por cálculo, sobretudo no caso dos viúvos de idade avançada.

Veja-se, como curiosidade, o caso de Bento José Meireles, criado, natural de Vilar de Frades e residente em Barcelinhos, que casou no ano de 1862, com 51 anos (n.4/Junho/1811), com Maria Rosa, criada, natural de Barcelinhos, de 27 anos, de quem havia tido pelo menos um dos dois filhos ilegítimos desta. Tendo falecido Maria Rosa seis meses depois do casamento, Bento José Meireles, com um filho de pouco mais de um ano, apressou-se a recasar, o que fez em Janeiro de 1864, com Rosa Maria, de 29 anos, criada, de Santa Lucrecia de Aguiar. Neste casamento, o pároco regista para o noivo, 43 anos, ou seja, menos oito do que dois anos antes.

Julgamos que as idades facultadas pelos párocos representam uma aproximação às idades reais, por nos surgirem arredondadas normalmente para a dezena ou meia dezena mais próxima da idade calculada do indivíduo em causa.

Observando o comportamento dos **naturais desta paróquia**, expresso no quadro 23, compreende-se a mudança verificada do primeiro para o segundo período. No primeiro, em que a morte surgia mais inesperadamente, perto de 71% dos homens que recasam, fazem-no entre os 25 e os 44 anos, como que para refazer a família; no segundo, esta concentração é só de 66%; a dispersão pelos grupos de idades superiores é maior no segundo período, 33%, contra 29% no primeiro período.

O comportamento das mulheres é bastante diferente: no primeiro período, mais de 90% recasam acima dos 40 anos de idade, não estando, a maior parte delas, em condições biológicas de gerar filhos, enquanto que no segundo período, só cerca de 33% é que recasam acima dos 40 anos; há uma forte apresentação das viúvas jovens ao 2º casamento.

Entre os sexos, a maior diferença encontra-se no primeiro período, em que cerca de 71% dos viúvos que se apresentam ao 2º casamento têm até aos 44 anos de idade, enquanto que no sexo feminino, só se apresentaram a um 2º casamento, uma mulher de 25 a 29 anos e 4 mulheres dos 40 aos 44 anos, num total de 38% dos casos. No segundo período, homens e mulheres apresentam sensivelmente o mesmo comportamento, recasando massivamente em idades entre os 25 e os 39 anos, 66% a 67% nos dois sexos.

QUADRO 23
GRUPOS DE IDADES AO 2º CASAMENTO¹

idades	Naturais da paróquia								De outras paróquias			
	1650 - 1830				1831 - 1910				1831 - 1910			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	
20-24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6,2	
25-29	1	7,1	1	7,6	2	16,6	1	16,6	1	3,4	3	18,6
30-34	3	21,3	0	0	2	16,6	1	16,6	2	6,8	4	24,8
35-39	2	14,2	0	0	4	33,2	2	33,2	4	13,6	2	12,4
40-44	4	28,4	4	30,4	0	0	0	0	3	10,3	1	6,2
45-49	0	0	1	7,6	1	8,3	1	16,6	3	10,3	2	12,4
50-59	1	7,1	5	38	3	24,9	1	16,6	9	30,9	1	6,2
60-69	3	21,3	2	15,2	0	0	0	0	3	10,3	2	12,4
70-79	0	0	0	0	0	0	0	0	4	13,6	0	0
todas	14	-	13	-	12	-	6	-	29	-	16	-

Quando reparamos nos indivíduos de **outras paróquias** que aqui celebraram o 2º casamento, parece-nos que eles entraram predispostos para o mesmo, pois que se distribuem, homens e mulheres, com pequenas alterações, por todos os grupos etários considerados, incluindo dos 20 aos 24, uma mulher, e dos 70 aos 79 anos, quatro homens, idades estas em que não houve recasamentos dos barcelinenses.

De modo geral, para o último período, os recasamentos tinham como principais intervenientes indivíduos de outras paróquias (45 homens e mulheres de fora, contra 18 naturais).

Mais uma vez, é notória a grande abertura desta paróquia ao exterior, facilitando a residência dos que buscavam Barcelos como centro das suas actividades - funcionalismo da Câmara, da Fazenda, da Justiça, dos Caminhos de Ferro, do Banco, etc. - tomando-se um local de encontros sempre renovados, propiciadores de casamentos aos que se mostrassem disponíveis.

Perante a distribuição dos viúvos por grupos de idade ao 2º casamento, procurámos ver a evolução que a idade média sofreu, para os naturais, ao longo de 3 períodos; para os outros, num só período.

¹ Para esta observação, considerámos grupos de 10 anos nas idades iguais ou superiores a 50 anos, de modo a obtermos os resultados com amostras mais significativas.

QUADRO 24
IDADE MÉDIA AO 2º CASAMENTO

	Naturais da paróquia			De fora
	1650-1750	1751-1831	1831-1910	1831-1910
	Id.méd. (obs.)	Id.méd. (obs.)	Id.méd. (obs.)	Id. méd.(obs.)
Homens	35,5 (5)	40,5 (9)	49,8 (13)	51,5 (29)
Mulheres	40,7 (5)	39,7 (7)	39,7 (6)	38,1 (16)

Se reparamos no comportamento dos **naturais** desta paróquia, notamos que a idade média masculina ao 2º casamento aumenta, como já era de prever, depois da análise anterior, do primeiro para o terceiro período, de 35,5 anos para 49,8 anos. Esta evolução permite supor, no caso dos homens, que a sobrevivência dos adultos foi sendo alongada, de modo a que a viuvez surge, em média, mais tarde; permite ainda deduzir que, à medida que o tempo passa, cada vez menos o homem sente a pressão que o levava ao recasamento mais imediato, verificado no primeiro período.

As alterações na idade média feminina são muito leves, diminuindo ligeiramente do 1º para o 2º período e estabilizando posteriormente. Este leve abaixamento da idade média feminina pode dever-se tanto à menor repressão social pelo recasamento, como à precocidade do óbito do cônjuge, ocorrido, muitas vezes, em terras distantes.

Os indivíduos **não naturais** ultrapassam as idades médias masculinas e descem abaixo das idades médias femininas dos barcelinenses. Diremos que, para estes, o constrangimento social seria muito diminuto, uma vez que estavam em terra estranha.

Analisámos, até agora, só os segundos casamentos. No entanto, registámos alguns 3º e 4º casamentos, todos no último período considerado, 1831-1910, sobre os quais faremos algumas apreciações, de modo a ilustrarmos as excepções. Foram 3 terceiros casamentos para os 3 viúvos - um barbeiro, que assim, teve 18 filhos legítimos, um sapateiro e um estalajadeiro que parece nunca terem tido filhos. No campo feminino, houve só um terceiro casamento.

O único quarto casamento foi de Paulo José da Silva, lavrador, que casou em Barcelinhos uma só vez, a quarta, aos 70 anos de idade, em 1909. Teve filhos dos primeiro e terceiro casamentos nesta paróquia. Residia em Medros, sendo natural de Mariz. As suas mulheres eram, por ordem cronológica, naturais de Rio Côvo Santa Eugénia, Louro - Famalicão, Alvelos e de novo, Rio Côvo Santa

Eugénia, todas lavradeiras ou jornaleiras. Mais uma vez, verificamos que esta paróquia exercia uma forte atracção perante os indivíduos das regiões circundantes. Veremos o mesmo, de modo alargado, com a exploração do tema seguinte.

10. CELIBATO DEFINITIVO

Casar ou ficar solteiro nem sempre parece ter sido um acto de pura vontade individual. Há todo um conjunto de circunstâncias que podem ter facilitado ou dificultado o acesso ao casamento, umas de carácter pessoal, outras de carácter demográfico. Pela análise do celibato definitivo¹, poderemos comprovar ou prever outros comportamentos demográficos, pela sua relação com a idade média ao casamento, a mobilidade e até a mortalidade.

Depois de alguns ensaios com menores grupos de gerações, observámos algum equilíbrio no comportamento dos grupos de gerações considerados no quadro seguinte, coincidindo com os grupos para os quais analisámos a idade média ao 1º casamento².

QUADRO 25
CELIBATO DEFINITIVO
(Observação longitudinal)

	homens			mulheres		
	total	solt.	%	total	solt.	%
1660-1739	87	24	27,6	185	80	43,2
1740-1799	54	11	20,4	92	31	33,7
1800-1839	48	9	18,8	51	19	37,3

¹ Para esta análise, procurámos saber, por gerações e por sexos, quantos indivíduos morriam solteiros com idade igual ou superior a 50 anos, que convençionámos ser aquela em que o celibato definitivo seria, para nós, uma certeza. E apresentámos a proporção dos mesmos relativamente a todos os indivíduos falecidos com idade igual ou superior a 50 anos, independentemente do seu estado civil.

² A não inclusão dos comportamentos das gerações nascidas entre 1620 e 1659, apesar de algum sub-registo dos actos vitais, justifica-se também pelo reduzido número de casos observados. Os valores relativos às gerações nascidas entre 1800 e 1839 devem ser vistos por aproximação, uma vez que os indivíduos nascidos em datas próximas a 1839 podem ainda não ter falecido no final de 1910.

Da análise do quadro ressalta que:

- que os indivíduos do sexo masculino ficam celibatários em percentagens menores do que os do sexo feminino;
- que o celibato masculino se foi reduzindo à medida em que se passava de um grupo de gerações ao seguinte;
- e que o celibato definitivo feminino, em decréscimo do primeiro para o segundo grupo de gerações, volta a subir para as gerações nascidas entre 1800 e 1839.

Após uma comparação destes níveis de celibato com as idades médias ao 1º casamento já verificadas, estabelece-se uma correlação quase perfeita, segundo a qual, celibato definitivo e idade média ao 1º casamento evoluem de forma directa, ou seja, a mais altas idades médias correspondem mais altos níveis de celibato, e inversamente; no entanto, as gerações nascidas entre 1800 e 1839 não obedecem à conclusão apresentada: casaram nas mais altas idades médias - 31,1 anos para o sexo masculino e 28,5 para o feminino - e os níveis de celibato definitivo, tendo subido, para o sexo feminino, para 37,3%, desceram para o sexo masculino, para 18,8%.

Não sendo fácil definir as razões desta descida dos níveis de celibato definitivo masculino (não nos podemos servir dos registos de mortalidade infantil para o espaço entre 1760 e 1840, por não terem sido sistematicamente elaborados), sugeríamos que um forte movimento de saída para o sexo masculino faria com que os que permaneceram tivessem, na generalidade, mais ocasiões para casar, ainda que atrasada a idade, certamente pela instabilidade do futuro do homem, devido ao serviço militar ou outras razões ou ainda pela *concorrência* das não naturais.

Observando agora os níveis de celibato, por períodos, considerando espaços de maior estabilidade de comportamentos, optámos por observar separadamente o comportamento dos naturais desta paróquia e dos não naturais que nesta vieram a falecer, dado que os seus comportamentos se nos apresentam bastante diferentes, para além de não ter sido possível observar nenhum indivíduo de outras paróquias, para o primeiro período referido, por falta de menção da idade dos indivíduos, no registo do óbito - quadros 26 e 27.

Assim, vê-se que o celibato masculino dos **naturais** apresenta uma descida dos níveis, do primeiro para o segundo períodos, e que retoma um nível intermédio, de 22,2%, no último período da nossa observação, 1880-1910. Para o sexo feminino, os valores do celibato apresentam-se superiores aos do sexo masculino. Foram mais altos no primeiro e terceiro períodos, em valores de 44,8% e 42%, e mais baixos no segundo período, no valor de 31,5% (a mesma oscilação já foi observada para o sexo masculino).

Os níveis de celibato dos naturais foram bastante elevados. No entanto, na paróquia vizinha de Alvito S.Pedro, os níveis de celibato definitivo foram sempre bem mais elevados do que os desta paróquia: para o sexo masculino, descendo de 37% (1623-1749) a 29% (1750-1849); e para o sexo feminino, descendo de 49% a 45% para os mesmos períodos (Miranda: 1995).

QUADRO 26
CELIBATO DEFINITIVO
(Indivíduos naturais. Observação transversal)¹

	homens			mulheres		
	total	solt.	%	total	solt.	%
1660-1789	85	28	32,9	174	78	44,8
1790-1879	97	16	16,4	146	46	31,5
1880-1910	36	8	22,2	50	21	42,0

QUADRO 27
CELIBATO DEFINITIVO
(Indivíduos não naturais. Observação transversal)

	homens de fora			mulheres de fora		
	total	solt.	%	total	solt.	%
1790-1879	58	3	5,2	68	16	23,5
1880-1910	72	5	6,9	101	17	16,8

Comparando ainda os valores do celibato definitivo dos naturais de Barcelinhos com os observados para quatro paróquias portuguesas, geograficamente dispersas, vimos que Barcelinhos apresenta valores mais elevados do que qualquer das paróquias em questão (S.Mateus, Poiares, Ronfe e Couto do Mosteiro); no entanto, encontram-se mais próximos dos verificados para Ronfe - 15,1% e 27,6% para os sexos masculino e feminino, respectivamente - gerações nascidas entre 1700 e 1789 (Amorim:1997).

¹ Apesar da observação ter sido dirigida aos naturais e de fora desta paróquia, no primeiro período considerado não se registam participações de indivíduos de fora, pela falta da referência à idade.

Para além das inter-influências das variáveis demográficas, parecem outros factores, de carácter não demográfico, podem ter contribuído para os elevados valores de celibato verificado.

A própria estrutura familiar e mental podem ter condicionado mais as mulheres do que os homens ao celibato: ajudar nas lidas campestres ou domésticas, ficar para amparo dos pais na sua velhice, na esperança de uma mais choruda parte da herança - são aspectos que podiam ser levados em conta.

Aos homens poderia ser mais fácil encontrar trabalho e sustento fora de casa, daí que a forte mobilidade que caracteriza esta paróquia pode ter estado também na origem dos diferentes valores de celibato entre os sexos; os homens que ficavam na paróquia acediam ao casamento em proporções mais elevadas dos que as mulheres.

Comparando agora os níveis de celibato dos naturais com os dos não naturais que faleceram nesta paróquia, facilmente constatámos que estes, sobretudo os do sexo masculino, ficavam celibatários em proporções muito baixas; por certo que grande parte deles já entrava nesta paróquia casado ou tendo o casamento como uma certeza; aos que entravam solteiros, vimos que também não faltariam ocasiões de contraírem casamento.

As mulheres de fora da paróquia, podendo entrar em condições semelhantes às dos homens, ficavam celibatárias em maiores proporções que os homens, mas muito menores que as das naturais; o facto de também entrarem nesta paróquia por motivos de trabalho, normalmente, o de criadas, e de o deverem manter como garante do seu sustento, pode ter adiado o casamento até à impossibilidade.

10.1 Celibato definitivo: comportamento diferencial¹

Depois da análise dos comportamentos de naturais e não naturais, relativamente ao celibato e cientes de que esta população que estudamos se compõe de diversos grupos profissionais, considerámos de toda a oportunidade observar a reacção ao celibato dos diversos grupos.

¹ Para as primeiras décadas do séc.XVII não nos é possível fazer este estudo de modo total, dada a pouca frequência da informação sobre as profissões. Até cerca do final do séc.XVIII, as profissões mencionadas são, regra geral, as dos artífices; só posteriormente, com mais incidência a partir da segunda metade do séc.XIX, surgem referências a outras profissões. Por estas razões, observámos este comportamento em um só período.

De acordo com o quadro 28, os filhos dos artífices¹ - um dos mais significativos, numericamente - ficam celibatários em percentagem pouco significativa, de 12,5%, se comparada com o celibato da população masculina total, no valor de 23,9%. Vimos que casam, no entanto, em idades médias muito semelhantes à restante população masculina. Os filhos de negociantes, escreventes e boticários, celibatários em elevadíssimas proporções, 50% ou mais, e até os filhos dos lavradores, em situação contrária (0%), por serem em pequeno número, não podem ser tomados para qualquer conclusão válida.

Para o sexo feminino, é também o conjunto das filhas dos artífices aquele em que o número de casos permite uma mais segura conclusão: ficam celibatárias em valores um pouco acima dos de toda a população feminina. Esta relação é inversa da que se verifica para as idades médias ao casamento - 24,6 anos para as filhas dos artífices e 25,8 anos para toda a população feminina. As filhas dos proprietários e dos negociantes, pelo escasso número, não nos permitem conclusões seguras.

QUADRO 28
CELIBATO DEFINITIVO
Comportamento diferencial: 1660-1910

Prof. dos pais	homens			mulheres		
	total	solt.	%	total	solt.	%
proprietário	8	2	25,0	8	6	75,0
lavrador	4	0	0	6	1	16,6
negociante	1	1	100	2	1	50,0
escrevente	4	2	50,0	3	1	33,3
boticário	2	1	50,0	1	0	0
artífice	32	4	12,5	64	29	45,3
População	218	52	23,9	370	145	39,2

Comparando o comportamento dos dois sexos, vemos que os filhos dos escreventes, boticários e negociantes, ficam celibatários em maiores proporções do que as verificadas para as suas irmãs; mas, verificando que a idade média ao casamento das mesmas era das mais baixas, podemos concluir que os dois comportamentos coexistiam: os que casavam cedo e os que não casavam.

¹ Na expressão artífices, incluímos ferreiros e ferradores, serralheiros, sapateiros, carpinteiros, barbeiros, moleiros e alfaiates.

Já os filhos dos proprietários acediam ao casamento em altas proporções; já não se verificava o mesmo com as filhas, certamente por dificuldades em lhes garantir um dote razoável ou por deverem esperar marido à altura da sua situação económico-social.

De modo semelhante nos poderíamos referir aos filhos e filhas dos artífices: eles, aprendida a profissão, teriam o futuro garantido, ficando celibatários em proporções baixas - 12,5%; elas esperariam um marido que lhes garantisse um futuro condigno, e ficavam celibatárias em proporções mais elevadas - 45,3%.

11. COMPORTAMENTOS SOCIAIS DE EXCEPÇÃO AO CASAMENTO

Com este tema pretendemos mostrar que os factos sobre os quais trabalhámos nem sempre se enquadram na normalidade; que situações de excepção motivaram, tal como hoje, comportamentos de excepção; e que a mentalidade dos povos se reflecte nos actos que praticam. No entanto, todas as situações, de excepção ou não, nos mereceram um tratamento demográfico igualmente rigoroso.

casamento com punição pública

Uma certidão de casamento, vinda de Tuy, e registada a 28 de Janeiro de 1785, levou-nos à seguinte síntese:

- casamento, em Tuy, em 27 de Fevereiro de 1770;
- contraentes: **Pedro José Rodrigues**, residindo naquela paróquia e natural de Sto André de Vitorinho, Arcebispado de Braga, filho de António Luís e de Maria Durães; e Rosa Maria, de Sta Leocádia de Geraz do Lima, filha de Francisco Rodrigues, já defunto e de Antónia de Araújo;
- celebrante, Dom Miguel de Sebes, cura e pároco da Catedral;
- em virtude da Bula e comissão especial de Sua Santidade, foram dispensadas "altas admoestações" que dispõe o Concílio de Trento, e declarados dispensados do segundo e terceiro grau de consanguinidade e expressa legítima a prole e geração que Deus lhes desse durante o seu matrimónio;
- cumpririam a penitência pública e prestariam juramento de cumprir o mais que lhe determinasse Sua Santidade¹

¹ Pode ler-se, integralmente, no livro de Casamentos n.º 1, folhas 78 e 79, verso e frente, respectivamente.

Deste casal, do qual vimos nascer só um filho, aqui em Barcelinhos, em 25 de Janeiro de 1771 e vimos surgir a morte aos dois elementos do casal, no primeiro quartel do séc.XIX, nada mais sabemos. Para lhes tentar compreender o passado, seria preciso reconstituir-lhes as suas histórias de vida com encadeamento genealógico e certamente investigar o processo de licenciamento para aquele casamento, em cujo conteúdo deverão estar as razões das "altas admoestações", da "Bula de Sua Santidade", etc..

Certamente que havia impedimentos ao seu casamento, podendo ser só o grau de parentesco que existia entre ambos; no entanto, a existência das admoestações permite-nos sugerir que o casamento ocorreu vivendo eles em situação de ilegalidade, tendo-se desenvolvido todo o processo conducente à sua legalização, tal como prevê o Concílio de Trento, que também seria o documento oficial em Tuy, de onde nos surge este casal.

casamento sem banhos

No casamento de **André de Sousa** e de Josefa Simões, feito a 5 de Fevereiro de 1801, havia "circunstâncias graves que de alguma forma obrigavam a fazer-se este casamento sem publicidade; tudo se fez patente ao Sr. Arcebispo e ainda mesmo certo breve ausculto que veio para o dito fim (...)", e lá se casaram, "sem banhos, mas não houve nem há impedimento algum e nem eles, contraentes, tinham ausências".

Após o casamento, deixaram esta paróquia, não se registando aqui mais nenhum acto vital, nem de seus descendentes directos.

Trata a Constituição III do Título Nono das Constituições do Arcebispado de Braga, de "Que nenhum Sacerdote receba noivos sem precederem as ditas denunciações, e banhos". "E sendo caso que por parte dos que quizerem casar se allegue que se temem os maliciosos impedimentos, se precederem banhos, os ditos Parochos se não entremeterão em julgar nem determinar se é causa bastante para se escusarem as ditas denunciações ou alguma delas". Se o fizessem, sem consultar os seus superiores, estariam sujeitos à suspensão das suas ordens por um ano... Daí que Francisco Chaves tenha dado conhecimento ao Sr. Arcebispo!

Apesar da informação de que os contraentes não tinham ausências, nós sabemos que o noivo era de Barcelos, não de Barcelinhos... Da noiva, barceli-

¹ Cas. 1, folha 95, verso

² Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga, 1697, p. 137. Apesar de terem sido ordenadas por D. Sebastião de Matos e Noronha, segundo consta na capa das mesmas, no ano de 1639, a crítica histórica corrigiu esta data para 1637 (informação veiculada pelo Professor Doutor Franquelim Neiva Soares).

³ Idem, p.137.

nense, de facto, adiantamos que era uma das mais novas de uma família numerosa e órfã de pai. Ao casamento, tinha 32 anos. Seria uma gravidez precoce, que precisavam de esconder, o motivo de tal segredo e pressa no casamento? A ser assim, talvez fosse essa a razão do estabelecimento da residência noutra paróquia....

casamentos na cama

Em 12 de Setembro de 1851, em casa de **Domingos José Simões**, solteiro e cirurgião, do lugar do Tanque, "estando ele em uma cama doente gravemente, mas em seu perfeito juízo e entendimento, por ele me foi rogado e exigido com inteligível voz que se queria confessar e sacramentar como fiel cristão, (...), e logo em seguida clara e distintamente me pediu que queria receber por sua legítima mulher (...) a sua criada Maria Quitéria, da qual, por fragilidade humana tivera dous filhos os quais foram expostos na Roda desta vila, o nome dos quais vai declarar no seu testamento, se Deus Nosso Senhor lhe der algumas horas de vida, declarando mais que queria fossem tidos e reconhecidos por seus legítimos filhos, em virtude deste Santo Sacramento do Matrimónio" ¹ Julgando-o in articulo mortis, o padre Guimarães casou-os nestas condições.

De facto assim era. Faleceu nesse mesmo dia, mas, segundo desejava, Deus deu-lhe o tempo necessário para fazer o testamento em favor da mulher e dos filhos que disse ter. Este casamento, para além da prova da excepção desejada, veio também mostrar uma das causas da exposição de crianças conjuntamente com a manifestação de alguma preocupação com os seus destinos.

De modo semelhante casou **Domingos Fernandes**, viúvo de Joana de Sousa, em 9 de Outubro de 1849, no Hospital da Póvoa de Varzim. Este casamento só foi registado aqui, em Barcelinhos, em Março de 1853, por apresentação de certidão. Dizia dele que "estando gravemente enfermo no Hospital desta mesma, doído de sua consciência, recebeu a Josefa Maria Carvalho" ², de Airó.

Não temos meios para deduzir da pressa desse casamento. Ele era viúvo, tendo tido 5 filhos com Joana de Sousa, moradores nesta paróquia. Não conhecendo esta Josefa Maria, só nos ocorre que, sentindo-se ele às portas da morte, doído da sua consciência, velasse assim pela protecção dos seus filhos (sabemos que os dois mais novos, pelo menos, existiam, com 11 e 9 anos); ou ainda que já tivesse, então, filhos com Josefa Maria, com a qual, sobrevivendo à sua enfermidade, ainda teve dois filhos, nesta paróquia.

¹ Cas. 2, folha 18 e 19.

² Cas. 2.

Entre estes dois casamentos de excepção, há uma diferença que queremos notar: enquanto Domingos José Simões estava em seu perfeito juízo, Domingos Fernandes estava *doido de sua consciência*... Estamos certos que esta expressão significará que o indivíduo em causa sentia remorsos pela situação em que vivia com a mulher. Pois se isto significasse *sem juízo*, teria valor este casamento? Se o contraente recuperasse a sua consciência, como cremos que aconteceu, não poderia ele mesmo, exigir a anulação desse casamento, se tal não lhe interessasse? As Constituições Sinodais previam que, "se por erro ou engano algum dos contraentes receber a outro, cuidando que é certa pessoa, sendo outra diferente" podia o dito casamento ser dirimido. Era mais que certo que ninguém esperaria que tal viesse a acontecer; sendo um meio pequeno, o padre e demais paroquianos deveriam conhecer-se suficientemente e todos deveriam saber que aquele casamento estaria para acontecer.

Também "gravemente em perigo de vida e vivendo escandalosamente em a mancebia com Emília de Faria, procedeu a remediar os males pecaminosos"². João António Silva Ferreira, através da recepção dos sacramentos, seguida do casamento, com a dita mulher, em 24 de Janeiro de 1871.

Note-se que a temência do Juízo Final é uma característica do Homem de qualquer tempo. Se é bem visível nos livros de óbitos, não o deixa de ser também nestas situações de casamentos à procura da salvação da alma. Estamos crentes de que se não fosse esta "moléstia que se acumulava", continuariam os dois a viver como até então. A única criança que conhecemos como filha dela, nascera já em 1866 e falecera três anos depois. Tal foi o medo da morte que, segundo os *facultativos*, se aproximava (o que só aconteceu cinco meses depois), que o reitor arriscou casá-los, junto do leito da cama, julgando-o *in articulo mortis*, sem antes proceder às denúncias de lei e esperando ainda o despacho do Arcebispo Primaz³.

É-nos dado supor fortemente que viveriam na mesma casa, em situação de convívio quotidiano, suposição esta também fundamentada na exposição à sua porta de uma criança - Emília da Conceição - em 29 de Dezembro de 1869. Tendo falecido o seu filho em Agosto passado, podemos supor que tivesse outros, para justificar a escolha desta casa.

Sendo várias e graves as penas para os leigos amancebados, consignadas na Constituição, não nos apercebemos de que tivesse sido movido qualquer processo contra este casal: primeiro, até três admoestações, para que se separassem; ainda, obrigação de separação física dos amancebados, devendo o

¹ Dos impedimentos que impedem e dirimem o Matrimónio e dos que o impedem somente, em Constituições Sinodais..., ob. cit., tit. 9º, Const. II, pág. 135.

² Cas. 2, folhas 65 e 66.

³ Procedendo assim, o reitor incorreu em falta penalizável, caso o Arcebispo assim o entendesse, em dois mil reis do Aljube (...) e suspensão do ofício ou benefício por três meses.

homem pagar seiscentos reis e a mulher um cruzado; etc., até à excomunhão e ao degredo¹. Ou o controlo social e da Igreja não funcionavam ou, sem a sua confissão, o padre, por si ou por terceiros, não se teria apercebido.

casamento anulado

Para prevenir os casamentos nulos, repetiam-se os banhos, publicamente, três vezes, pelos próprios párocos dos contraentes, "em três dias de festa contínuos, na Igreja, à missa chamada *conventual*"². E mais: estas denúncias deveriam ser feitas "assim na sua Freguezia como na outra donde algu dos contrahentes for freguez"³. Já vimos, anteriormente, que para além das freguesias donde os noivos sejam fregueses, os párocos mandavam fazer as denúncias noutras, onde os noivos tivessem residido, ainda que temporariamente⁴. De todos se passavam certidões que os noivos e os padres das paróquias de sua passagem teriam de entregar ao pároco que celebraria, só então, o casamento.

Mas nem sempre acontecia o previsto ou o desejado. Constatando nós que, em 21 de Janeiro de 1872, "compareceram os nubentes" Manuel Augusto Gomes Carreira e Delfina Rosa "com todos os papéis de estilos correntes" e "com licença do Juiz dos casamentos"⁵, tendo recebido o sacramento do casamento, se apresentaram, para novo casamento, em 13 de Novembro do mesmo ano, ficamos perplexos perante tal fenómeno. Então, diz Sousa Guimarães que "compareceram os supostos nubentes" e, justificando o facto, "nulamente recebidos em 21 de Janeiro pretérito". É que, "posteriormente descobrindo-se impedimento de que a contraente tinha tido contratos ilícitos com dois primos carnais do suposto marido"⁶, ficou provado que haviam contraído um tipo de parentesco impeditivo deste casamento.

Daqueles "contratos ilícitos" não temos provas... Mas, para quê levantar só agora o impedimento, se nada se ia alterar? Já a Delfina Rosa esperava o primeiro filho, que veio a nascer em Fevereiro de 1873!

Acrescenta o reitor: "logo que me foi declarado impedimento, recorri posteriormente ao Excelentíssimo Reverendíssimo Senhor Arcebispo Primaz; este passou a sindicá-lo escrupulosamente o grau de parentesco que serviu de impedi-

¹ Dos leigos amancebados, in Constituições Sinodais..., ob. cit., tit. LXV, Const. Única, pág. 673.

² Ordo Verborum..., ob. cit. sessão 24ª, cap. I.

³ Que nenhum Sacerdote Receba noivos alguns sem precederem as ditas denúncias e banhos, in Constituições Sinodais do Arcebispo de Braga, ob. cit., tit. 9º, Const. III, pág. 137.

⁴ Também isto determinado superiormente. Ver *Da ordem que os Parochos devem guardar, quando alguns seus freguezes quizerem casar assim na sua Freguezia, como em outra, e antes estiverem ausentes*, in Constituições Sinodais..., ob. cit., tit. 9º, Const. XIX, pág. 159 e 160.

⁵ Cas. 2, folha 71, frente.

⁶ Cas. 2, folha 74, frente. o sublinhado é nosso.

mento, com informações minhas e por mim obtidas (...), autorizando-me (...) a absolver os mesmos impetrantes de qualquer censuras e penas eclesíásticas, (...) e ficaram validamente recebidos"¹

De facto, segundo as leis que regiam, então, este Arcebispado, dentro *Dos impedimentos, que impedem, e dirimem o Matrimónio, e dos que o impedem somente*, encontramos que seria impedimento ao casamento o parentesco em quarto grau, se adquirido por cópula lícita, "porque sendo ilícita, não passa do segundo grau, conforme ao Concílio Tridentino"². E, neste Concílio, ficou expresso que "a afinidade pela fornicção se restringe e coarcta até ao segundo grau"³. E neste caso, o casamento seria dirimido. Acreditamos no desconhecimento desta lei, por parte dos contraentes, ou só de um deles, conhecedor da real situação, apesar de que os padres eram mandados a declarar, algumas vezes, "à estação da Missa, principalmente quando houver denúncias, quais são os impedimentos que dirimem e anulam o Matrimónio e quais são os que impedem somente"⁴. Os impedimentos eram de tal modo numerosos que seria difícil, cremos, numa paróquia que fosse pequena, haver solução matrimonial intra-paroquial, se tal fosse buscado.

Estes e outros comportamentos, a que chamamos de excepção, justificados mais por questões morais do que por outras, surgem-nos como um emocionante campo de trabalho, para o qual não nos poderemos dispor, actualmente.

¹ Idem.

² *Dos impedimentos, que impedem, e dirimem o Matrimónio, e dos que o impedem somente*, in *Constituições Sinodais...*, ob. cit. tit. 9º, Const. II, pág. 136.

³ *Ordo Verborum...*, ob. cit., sessão 24ª, cap. IV, pág. 311.

⁴ Idem.

Capítulo IV

FECUNDIDADE

Tão soberanas até que prout fatores indígenas ao ser humano, como a alimentação e o clima, podem influenciar a sua capacidade reprodutiva. No entanto, algumas atitudes sociais stressam ou adiantam as concepções e o crescimento da população, como a continência de relações sexuais em alguns períodos do ano, como no Advento ou a prática sexual de desproveros.

Fatores indígenas como a mais tardia ou mais precoce surgimento da menarca e da menopausa afectam a capacidade de reprodução das mulheres, bem como a mortalidade. Difícilmente poderá o homem, sobretudo o dos séculos passados, intervir sobre fatores

Anunciar um filho para algumas mulheres, um meio impedido de nova gravidez? Baseando-nos no algum conhecimento directo, dirimos que não nos casos das esta situação se verifica. Interrompendo a amamentação de recém-nascido, a mulher torna-se mais vulnerável a nova gravidez? Quando é que a mulher chega à sua maior e menor capacidade reprodutiva? Para todos e algumas outras questões implícitas à análise demográfica, procuramos encontrar algumas respostas, para a paróquia de Barcelinhos.

...as informações dadas a por mim sobre [...] a ab-
 ...de direitos espirituais de qualquer natureza e para a obtenção [...] e
 ...a mais valiosamente recalcitrante?"

De facto, segundo as leis que regem, então, este Arcebispado, de-
 ...Dos impedimentos que impedem e dizem o Matrimónio, e dos que o impedem
 ...acordados que seria impedimento ao casamento a parentesco em quarta
 ...do casamento por ócupa folla, "porque sendo folla, não puzza do segundo grau
 ...ntar-se ao Condição Tridular". E, neste Condição, ficou expresso que "a afecção
 ...a follação se restringe e conta até ao segundo grau". E neste caso
 ...mento seria dimitido. Acreditamos se desconhecimento desta lei, por parte
 ...dentes, ou se de um deles, conhecedor da real situação, apesar de que
 ...dos, sem mandatos a declarar, algumas vezes, "é estado de não
 ...esperar quando houver descondição, qual são os impedimentos que
 ...em o Matrimónio e qual são os que impedem o mesmo". Os impedi-
 ...mentos de tal modo numerosos que seria difícil, mesmo, numa paróquia a
 ...de alguma, fazer eleição matrimonial intra-paróquia, se tal fosse tentado.

Entre a outros comportamentos, a que chamamos de excepção, f
 ...mas por questões morais de que por outras, surgem-nos como um obstá-
 ...no trabalho, para o qual não nos poderíamos dispor, actualmente, i-

...do Arcebispado de Coimbra, Arcebispado de Coimbra, Arcebispado de Coimbra
 ...do Arcebispado de Coimbra, Arcebispado de Coimbra, Arcebispado de Coimbra
 ...do Arcebispado de Coimbra, Arcebispado de Coimbra, Arcebispado de Coimbra

MOVIMENTO NASCIMENTOS E REPARTIÇÃO DOS NASCIMENTOS E DAS CONCEPÇÕES SEGUNDO OS MESES (Índices)

...a follação se restringe e conta até ao segundo grau. E neste caso
 ...mento seria dimitido. Acreditamos se desconhecimento desta lei, por parte
 ...dentes, ou se de um deles, conhecedor da real situação, apesar de que
 ...dos, sem mandatos a declarar, algumas vezes, "é estado de não
 ...esperar quando houver descondição, qual são os impedimentos que
 ...em o Matrimónio e qual são os que impedem o mesmo". Os impedi-
 ...mentos de tal modo numerosos que seria difícil, mesmo, numa paróquia a
 ...de alguma, fazer eleição matrimonial intra-paróquia, se tal fosse tentado.

1920	121	123	105	113	96	95	95	92	95	92	101	96
1921	107	107	100	104	94	94	94	94	94	94	94	94
1922	107	107	100	104	94	94	94	94	94	94	94	94

Capítulo IV

FECUNDIDADE

Não saberemos até que ponto factores exógenos ao ser humano, como a alimentação e o clima, podem influenciar a sua capacidade reprodutiva. No entanto, algumas atitudes sociais atrasam ou adiantam as concepções e o crescimento da população, como a contenção de relações sexuais em alguns períodos como na Quaresma e no Advento ou a prática sexual de desposados.

Factores endógenos como o mais tardio ou mais precoce surgimento da menarca e da menopausa afectam a capacidade de reprodução das mulheres, bem como a esterilidade. Difícilmente poderia o homem, sobretudo o dos séculos passados, interferir nesses factores.

Amamentar um filho seria, para algumas mulheres, um meio impeditivo de nova gravidez? Baseando-nos nalgum conhecimento directo, diremos que ainda nos nossos dias essa situação se verifica. Interrompendo a amamentação do recém-nascido, a mulher tornar-se-ia mais vulnerável a nova gravidez? Quando é que a mulher atinge a sua maior e menor capacidade reprodutiva? Para estas e algumas outras questões implícitas à análise demográfica, procurámos encontrar algumas respostas, para a paróquia de Barcelinhos.

1. MOVIMENTO SAZONAL DOS NASCIMENTOS

Através da análise do movimento sazonal dos nascimentos pretendemos mais chegar ao momento da concepção do que ao do nascimento¹. Assim, para o espaço entre 1606 e 1910, inclusive, o número e distribuição dos nascimentos verificados foi como se segue:

Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
623	565	564	527	465	432	405	440	445	457	507	484

Nascia-se mais no Inverno e menos no Verão, o que pode significar que a Primavera era mais favorável à prática sexual e à gravidez; já havíamos notado que o maior número de casamentos se verificava, ao longo de todo o período observado, entre Janeiro e Maio (excluindo Março), o que, por si só, já promove um aumento das práticas sexuais nesses meses.

Após alguns ensaios relativos à sazonalidade dos nascimentos, verificámos alguma modificação de comportamentos quando comparámos os períodos anterior e posterior a 1720.

Observando o quadro 29 e o gráfico da página seguinte, verifica-se que, até 1720, os meses de Abril a Junho eram os de maior volume de concepções, ocasionando os nascimentos de Janeiro a Março. Os meses de Junho e Julho, de menor índice de nascimentos, mostram que era reduzido o número de concepções nos meses de Setembro e Outubro, permitindo supor, mais uma vez, que o corpo humano evoluía paralelamente à natureza, também, nesta altura, em repouso; e ainda, que o cansaço das fainas do início do Outono, indispunha os casais para os contactos mais íntimos.

Para os 190 anos que se seguem a 1720, os comportamentos assemelham-se, mas há maior dispersão do volume de concepções pelos meses de Abril a Julho e o menor pelos de Outubro e Novembro.

De notar que as concepções no mês de Março, para ambos os períodos, correspondentes aos nascimentos de Dezembro, sofrem uma quebra significativa, se comparadas com as dos meses anterior e posterior, podendo significar o respeito pelo tempo da Quaresma, vivamente aconselhado pela Igreja Católica. Em relação ao tempo do Advento, não é tão vincado tal respeito, embora pareça que tenha existido, sobretudo no primeiro período.

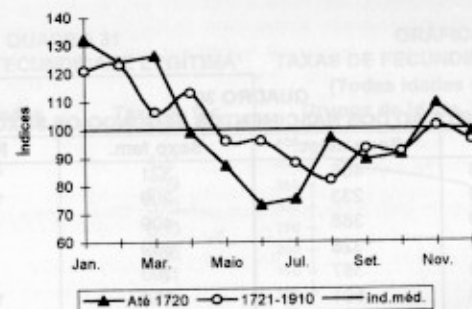
¹ Neste sub-capítulo, trataremos unicamente os nascimentos legítimos, considerando que os dos ilegítimos e dos expostos, apresentando ritmos diferentes, poderiam distorcer esta distribuição.

QUADRO 29
REPARTIÇÃO DOS NASCIMENTOS E
DAS CONCEPÇÕES SEGUNDO OS MESES (índices)

Nascimentos												
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Até 1720	132	124	126	99	87	73	75	97	89	91	109	99
1721-1910	121	123	106	113	96	96	88	82	93	92	101	96

Concepções												
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Até 1720	91	109	99	132	124	126	99	87	73	75	97	89
1721-1910	92	101	96	121	123	106	113	96	96	88	82	93

GRÁFICO IV
SAZONALIDADE DOS NASCIMENTOS



A evolução dos comportamentos relativos aos últimos séculos é menos acidentada do que a do séc.XVII, caminhando-se, aparentemente, para a uniformização dos comportamentos relativos às concepções.

2. REPARTIÇÃO DOS NASCIMENTOS SEGUNDO OS SEXOS

A repartição dos nascimentos por sexos pode contribuir para justificar outros comportamentos ocorridos ao longo da vida de cada geração, tais como uma mortalidade diferencial, as condições de acesso ao casamento, o celibato, etc..

Apesar desta distribuição apresentar relações de masculinidade desfavoráveis ao sexo masculino entre 1681 e 1800, globalmente (quadro 30), encontramos uma relação de masculinidade à nascença de 107, favorável ao mesmo sexo, não muito longe dos 105, considerada uma relação média.

A relação de masculinidade distante de 100 pode ser responsável por outros fenómenos demográficos, tal como um desnível de celibato definitivo que, como já vimos, nesta paróquia foi sempre mais elevado para o sexo feminino. No entanto, por vezes, uma mobilidade diferencial pode anular ou agravar os efeitos de qualquer relação de masculinidade à nascença.

QUADRO 30
REPARTIÇÃO DOS NASCIMENTOS SEGUNDO OS SEXOS

Períodos	Sexo masc.	Sexo fem.	R.M.
1606-1660	405	321	126
1661-1680	233	209	111
1681-1720	388	409	95
1721-1760	328	339	97
1761-1800	387	390	99
1801-1840	501	450	111
1841-1880	520	422	123
1881-1910	632	598	106

3. FECUNDIDADE LEGÍTIMA

Para o cálculo da fecundidade legítima, considerámos unicamente as famílias das quais conhecemos o início, marcado pela data de casamento, e o fim, marcado pelo óbito do primeiro cônjuge falecido e ainda a data de nascimento da mulher. Observámos 240 famílias, fecundas e infecundas, obedecendo a estes critérios.

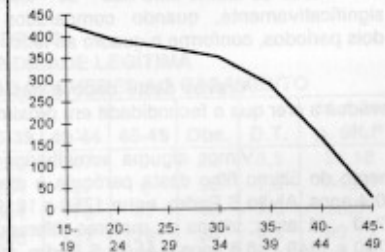
3.1 Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade

A escolha de um só período para toda a observação baseou-se em ensaios prévios que demonstravam não haver diferenças significativas desta variável, em períodos menores. É notório que a capacidade de reprodução da mulher se esgota à medida que a idade avança.

QUADRO 31
TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA¹

Gr. de idades	Taxa de fec.
15-19	427
20-24	389
25-29	372
30-34	350
35-39	285
40-44	161
45-49	23

GRÁFICO V
TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA
(Todas idades da mulher.
Grupos de idade. Mil mulheres)



¹ Para este estudo foram utilizadas todas as famílias tipo 1 cujo casamento ocorreu entre 1660 e 1859, num total de 188.

Da comparação expressa no quadro seguinte, pareceu-nos haver maior semelhança com as taxas verificadas para Alvito S. Pedro, paróquia próxima, do que para Guimarães, zona mista. Os elevados valores relativos às mulheres barcelinenses entre os 15 e os 19 anos, dever-se-ão ao facto de este grupo de idade não ser completo¹.

QUADRO 32
TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA²
Comparação entre Barcelinhos, Alvito S. Pedro e Guimarães
Todas as idades da mulher (mil mulheres)

	<20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
Barcelinhos: 1660-1859	427	389	372	350	285	161	23
Alv. S. Pedro: antes 1750	-	375	355	323	286	170	-
1750-1899	-	364	402	323	272	147	15
Guim. (mista): 1620-1739	404	449	455	392	376	204	40
1740-1814	408	485	448	397	340	196	18

Nas famílias das quais conhecemos, para além da data de nascimento da mulher, as datas de casamento e de óbito do primeiro cônjuge falecido, localizado este para além dos 48 anos da mulher, constatámos que as idades da mãe ao nascimento do último filho não se alteram significativamente, quando comparados os dois períodos, conforme o quadro ao lado.

QUADRO 33
IDADE MÉDIA DA MÃE AO NASC. DO ÚLTIMO FILHO

	Obs.	I.M.
1660-1749	48	40,6
1750-1859	57	40,8

Através deste dado e das taxas de fecundidade registadas, somos levados a crer que a fecundidade era próxima da natural.

Vimos alguma semelhança entre a idade média da mãe ao nascimento do último filho desta paróquia e das paróquias de Poiães, antes de 1740 - 40,4 anos, Alvito S. Pedro, entre 1750 e 1819 - 40,1 anos e Guimarães-rural, antes de 1740 - 41 anos; vimos as maiores diferenças entre esta paróquia e Poiães, entre 1790 e 1849 - 38,6 anos e Alvito S. Pedro, até 1750 - 41,8 anos.

¹ Por esse facto, embora admitindo comparações, não sugerimos esse valor a representação gráfica, juntamente com os restantes grupos de idades da mulher ao casamento - gráfico VI.

² Além de dados do presente estudo, relativos a Barcelinhos, este quadro integra dados extralidos de Amorim: 1967 - Miranda: 1963 - ob. cit.,

3.2 Influência da idade ao casamento nas taxas de fecundidade legítima

Conforme o quadro e gráficos seguintes, é notório que o grupo de idades em que a mulher casa é aquele em que tem um nível de fecundidade mais elevado, não havendo diferenças dignas de nota para qualquer grupo de idades ao casamento. Era de esperar tal situação não havendo, aparentemente, qualquer controlo de natalidade, pois o intervalo protogenésico será naturalmente mais curto do que os intergenésicos sucessivos, dando lugar a maior número de nascimentos nos primeiros 5 anos de convívio conjugal.

É ainda visível que a taxa de fecundidade decresce sistematicamente à medida que a idade avança. A excepção que nos surge encontra-se nas mulheres que casaram antes dos 20 anos, quando passam cerca de 10 anos sobre o seu casamento. O valor da taxa, 313, quando atingem os 25-29 anos, foi mais elevado que o anterior, 299, e agora naturalmente, do que o posterior.

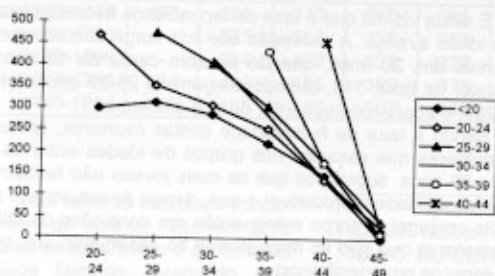
Sendo a taxa de fecundidade destas mulheres, antes dos 20 anos, inferior à das mulheres que casaram nos grupos de idades entre os 20 e os 24 e entre os 25 e os 29 anos, sugerimos que as mais jovens não tenham desenvolvido ainda toda a sua capacidade reprodutiva; e que, depois de um espaço de cerca de 10 anos de convívio conjugal, o corpo esteja então em condições de utilizar toda essa capacidade (notaremos que são as mais jovens ao casamento que nos apresentam os mais largos espaços protogenésicos).

QUADRO 34
TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA
POR GRUPOS DE IDADES DAS MULHERES AO CASAMENTO

	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Obs.	D.T.	Id. mãe n. últ.º
<20	427	299	313	286	220	147	0	22	8,5	33,18
20-24		488	352	307	254	137	8	58	7,6	34,28
25-29			474	403	304	178	41	48	7,0	38,57
30-34				415	286	137	29	30	4,3	40,15
35-39					432	176	12	20	3,1	41,19
40-44						455	29	7	2,4	44,75

Se observarmos a idade média da mãe ao nascimento do último filho, vê-se que quanto mais cedo se casa, mais cedo se deixa de ter filhos, o que dá uma ideia do esgotamento precoce da capacidade de reprodução para as mulheres que iniciaram mais cedo a procriação. A descendência teórica apresenta-se, como seria de prever, directamente proporcional à idade do casamento: quanto mais cedo se casa, mais hipóteses há de ter mais filhos.

GRÁFICO VI
TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA
SEGUNDO A IDADE DA MULHER AO CASAMENTO



4. ESPAÇAMENTO DOS NASCIMENTOS

De acordo com as taxas de fecundidade observadas, o espaçamento dos nascimentos deverá confirmar que estes se sucediam ao ritmo natural, sem intervenção de métodos que proibam ou dificultem a procriação. Escolhemos todas as famílias fecundas das quais conhecemos a data de casamento (tipos 1 a 4)¹ conhecendo ou não a idade da mulher e a morte do primeiro cônjuge falecido, de modo a que o número de casos observados nos permita tirar conclusões válidas.

¹ Pode consultar-se uma descrição dos diferentes tipos de famílias no anexo ao capítulo I, como já tivemos ocasião de sugerir.

4.1 Intervalo protogenésico médio

Nesta rubrica consideraremos unicamente os intervalos maiores ou iguais a 8 meses, deixando para mais tarde os iguais ou menores, por corresponderem normalmente a concepções pré-nupciais e nos merecerem um tratamento diferente. A observação distingue os comportamentos segundo os diferentes grupos de idades ao casamento¹, bem como uma síntese para todas as idades, conhecidas ou não.

QUADRO 35
INTERVALO PROTOGENÉSICO MÉDIO (>=8 meses)²
Famílias fecundas (tipo 1 a 4) : 1607-1910

15-19	20-24	25-29	30-34	>=35	idades conhecidas	todas as idades
23,4 (46)	16,3 (101)	15,8 (56)	19,8 (38)	20,9 (26)	18,4 (267)	18,9 (562)

Assim, vemos que o grupo mais propício à procriação é o dos 25-29 anos (recordamos que a idade média ao casamento, para o sexo feminino e para toda a observação, é de cerca de 26 anos), seguido pelo grupo dos 20-24 e só depois pelo dos 30-34 anos.

De notar que o maior intervalo protogenésico pertence ao grupo de menos de 20 anos - 23,4 meses. Perante esta observação, mais uma vez se confirma a ideia de que, nas idades mais baixas, o corpo feminino não tenha ainda atingido a total capacidade de procriação, provavelmente pelo arrastamento da menarca por períodos largos, provocando adiamentos na gravidez.

O intervalo protogenésico relativo à totalidade das mulheres, que mais que duplicam o número para as quais conhecemos a idade ao casamento, é minimamente mais largo - 18,9 meses em vez de 18,4 meses. Poderá significar que os comportamentos das mulheres naturais e das de outras paróquias se assemelhava, neste aspecto.

¹ A utilização de todas as famílias das quais conhecemos a data de casamento, para além de nos permitir observar os intervalos protogenésicos segundo as idades ao casamento (casos das famílias tipo 1 e 3), permite ainda a mesma observação para todas as mulheres, conhecemos ou não a idade ao casamento.
² Os números dentro dos parêntesis significam os números de famílias observadas.

De modo a concluirmos sobre a maior capacidade de procriação de umas mulheres em relação a outras, segundo a idade da mulher ao casamento, comparámos ainda a frequência com que os intervalos protogenésicos são entre os 8 e os 12 meses.

QUADRO 36
INTERVALO PROTOGENÉSICO INFERIOR A UM ANO
SEGUNDO A IDADE DA MULHER AO CASAMENTO (%)¹

	15-19	20-24	25-29	30-34	>=35	idades conhec.	todas idades
8 a 11 meses (%)	43,5	52,5	60,7	36,8	7,7	46,1	46,4
obs. (8 a 11 meses)	20	53	34	14	2	123	261
obs. (>=8 meses)	26	48	22	24	24	144	301

Conclui-se que a maior frequência de intervalos protogenésicos entre os 8 e os 12 meses se encontra no grupo de idades dos 25 aos 29 anos, seguido do dos 20-24 anos, grupos mais favoráveis à procriação. E que, sejam conhecidas ou não as idades da mulher ao casamento, as diferenças de comportamento não são significativas.

4.2 Intervalos intergenésicos

Procurámos fazer o cálculo dos intervalos intergenésicos sucessivos, tendo em conta as famílias mais numerosas, por comodidade de comparação com outros estudos.

Assim, foram consideradas as famílias tipo 1 e 3, das quais conhecemos as idades das mulheres: com 7 ou mais filhos, para o caso das mulheres casadas até aos 25 anos; com 6 ou mais filhos, para as mulheres casadas entre os 25 e os 29 anos; e com 5 ou mais filhos para as casadas com 30 ou mais anos de idade. Nestas condições e tendo eliminado os intervalos iguais a zero, decorrentes do nascimento de gémeos, encontramos 108 famílias².

¹ Foram utilizadas as famílias de tipo 1 a tipo 4.

² Não deixa de ser interessante verificar que foi no 6º intervalo intergenésico que mais se verificou a presença de gémeos: 7 no grupo de idades dos 25 aos 29 anos e 5 no grupo de idades seguinte; os restantes 3, um a um, encontram-se nos 2 primeiros intervalos do grupo de idades dos 20 aos 24 e no 4º intervalo do grupo de idades dos 30 aos 34 anos.

QUADRO 37
INTERVALOS INTERGENÉSICOS MÉDIOS SUCESSIVOS
EM FAMÍLIAS NUMEROSAS POR GRUPOS DE IDADES DA MULHER

	<20	20 - 24	25 - 29	30 - 34	todas idades
nº fam.	18	42	28	7	108

INTERVALOS

	<20	20 - 24	25 - 29	30 - 34	todas idades
1º	28,6	24,2	19,1	16,9	23,1
2º	23,8	24,9	22,8	20,9	24,5
3º	33,9	23,5	23,9	23,3	26,4
4º	29,2	26,2	25,5	23,6	26,8
5º	31,6	30,4	27,4	33,3	30,8
6º	29,7	29,6	25,4	27,5	28,5

Numa primeira observação, conclui-se que os intervalos intergenésicos se vão alargando à medida em que o corpo feminino vai gerando cada vez mais filhos. No entanto, chegado o 6º intervalo intergenésico, em todos os grupos de idade da mulher, se observa um intervalo mais curto do que o anterior.

Quando numa sequência de intervalos intergenésicos, excepcionalmente, se verificam alguns mais curtos do que os precedentes, poderemos supor ter-se registado uma mais forte incidência da mortalidade de menores de um ano ou a entrega dos recém-nascidos para serem amamentados por amas, um e outro factor concorrendo para uma maior vulnerabilidade da mulher a uma nova gravidez.

Permitindo excepções, também se pode concluir que os intervalos intergenésicos sucessivos se apresentam tanto mais curtos quanto mais avançada é a idade da mulher ao casamento, como se a facilidade de procriar tivesse sido acumulada ao longo dos anos em que não foi necessária. Este comportamento é bem visível se compararmos o grupo anterior aos 20 anos e o dos 30-34, excluindo, por ser excepção, o 5º intervalo para este último grupo. Semelhantes comportamentos se verificaram para outras paróquias (ver Amorim:1992] e 1987; e Miranda:1993).

5. NÚMERO DE FILHOS POR CASAMENTO E DURAÇÃO DAS UNIÕES

Por comodidade de comparação com outros estudos, fizemos esta observação em todas as famílias com início de observação marcado pela data de casamento e fim de observação, marcado com a data de óbito do primeiro cônjuge falecido (tipos 1 e 2), desde que as mulheres tenham casado até aos 44 anos de idade. Foram observadas 487 famílias, conforme mostra o quadro seguinte. A distribuição dos filhos por união fecunda dá-nos uma média que se situa entre 4 e 5 para toda a observação, mas de modo decrescente, ao longo de todo o tempo observado, conforme o quadro seguinte.

QUADRO 38
NÚMERO DE FILHOS NASCIDOS POR UNIÃO

nº de filhos	<=1750	1751-1830	>=1831
0	36	37	40
1	17	20	14
2	22	10	24
3	22	17	13
4	16	14	9
5	15	10	8
6	21	13	6
7	17	8	8
8	13	10	5
9	6	9	2
10	8	2	1
11	2	3	1
12	1	2	4
13	1	0	0
total	197	155	135
média filhos/família	4 (796 obs)	3,7 (569)	2,9 (396)
méd.filhos/fam.fecunda	4,9	4,8	4,2
famílias infecundas (%)	18,3 %	23,9 %	29,6 %

Os níveis de infecundidade são bastante elevados: mais elevados do que os observados para Guimarães-urbano (20,8% - 1580-1819; Amorim: 1987) ou para Alvito S.Pedro, Barcelos (23,1% para 1567-1989, adapt.; Miranda:1995). Não nos é permitido apresentar eventuais razões para este fenómeno, onde o social se deve misturar com o biológico¹.

Tendo considerado antes o número médio de 6 filhos para o estudo de famílias numerosas, pode ver-se que, ao longo dos três períodos em observação, cada vez menos famílias atingem este número de filhos, descendo o número médio de filhos de 4,9 para 4,2 nas famílias fecundas. Podem buscar-se algumas razões na duração média das uniões que, sobretudo a partir de 1831, se reduz gravemente.

QUADRO 39
DURAÇÃO DAS UNIÕES

	<=1750	1750-1830	>=1831
0-4 anos	25	15	32
5-9 anos	22	17	22
10-14 anos	18	16	7
15-19 anos	20	13	13
20-24 anos	25	15	10
25-29 anos	13	18	15
30 e mais	74	61	36
total	197	55	135
média	24,1	24,7	18,8

Considerando os intervalos intergenésicos antes observados, notemos que seriam necessários 10 a 14 anos para que uma família atingisse os 6 filhos; no último período, onde o número de observações é considerável, 54 famílias (40%), não atingem esse tempo de convívio conjugal.

Analisando agora, para todo o período observado, a totalidade das famílias fecundas, segundo a idade da mulher ao casamento, e nas quais houve convivência conjugal por 30 ou mais anos, verificámos que o número médio de filhos por família é como a seguir se mostra:

- Idad. mulher ao casam.: 15-19 20-24 25-29 30-34 35-39 todas idad.
- Nº médio de filhos/fam. 6,2 (19) 6,7 (29) 4,8 (27) 4 (21) 2,3 (6) 5,2 (104)

¹ O método implica que se considerem famílias infecundas as que tenham registado nesta paróquia o casamento e o óbito do primeiro cônjuge falecido, conhecendo a idade da mulher e das quais não se tenham registado nascimento de filhos. Perante as altas percentagens e considerando a forte mobilidade desta população, poderemos admitir que algumas destas famílias, depois do casamento se tenham ausentado, tendo filhos noutra paróquia e vindo posteriormente, a falecer nesta.

Notámos uma grande diferença entre o segundo e terceiro grupos de idade, bem como entre o quarto e o quinto. Estas diferenças não se verificam para antes de 1800 - observação seguinte, em comparação com outras localidades (verificam-se, no entanto, relativas a Poiares e Guimarães, na passagem do terceiro para o quarto grupo de idades (Amorim: 1987)).

QUADRO 40
NÚMERO MÉDIO DE FILHOS POR FAMÍLIA COMPLETA
SEGUNDO A IDADE DA MULHER AO CASAMENTO
Comparação com outras localidades para antes de 1800¹

	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	todas idad.
Barcelinhos - Barcelos	7,9	6,1	5,4	4,1	2,8	5,4
Alvito S. Pedro - Barcelos	7,6	5,5	4,3	3,4	2,3	3,6
Poiares - Trás-os-Montes	8,0	7,0	5,0	2,9	1,6	5,0
Guimarães-rural	8,9	7,9	6,0	3,9	1,8	6,0

Na tentativa de observarmos o número de filhos por família, consoante a posição social, baseada na distinção da profissão referida, elaborámos o quadro seguinte, referente às famílias fecundas com 30 ou mais anos de convivência conjugal.

QUADRO 41
NÚMERO MÉDIO DE FILHOS POR FAMÍLIA
Comportamento diferencial (1607-1910)

PROFISSÕES	Nº MÉD. FILHOS	PROFISSÕES	Nº MÉD.FILHOS
Proprietário	6,6 (5)	Alfaiate	4,8 (5)
Lavrador	5,8 (11)	Sapateiro	7,1 (13)
Jornaleiro	3,7 (3)	Ferreiro	6,3 (15)
Escrevente	8,5 (2)	Carpinteiro	5,0 (12)
Negociante	4,5 (4)	Serralheiro	7,0 (5)
Solicitador	12,0 (1)		

¹ Dados extraídos de Amorim:[1992], no que respeita ao Sul do Pico e Poiares, e de Miranda: 1963, no que respeita a Alvito S. Pedro- obras cit..

De todos os profissionais, com filhos acima da média antes verificada, de 5,2 filhos, encontramos os proprietários, os lavradores, os escreventes, o solicitador, os sapateiros, os ferreiros e os serralheiros. Inferiormente à média situam-se os jornaleiros, os negociantes e os alfaiates.

Tal distribuição não nos sugere que a situação sócio-económica esteja directamente relacionada com o número de filhos de um casal. De uma forma geral, tudo indica que os filhos surgiriam desde que o tempo de convívio conjugal o permitisse.

6. CONCEPÇÕES PRÉ-NUPCIAIS

Todos os filhos nascidos dentro do casamento eram considerados filhos legítimos, no acto do registo do seu baptismo, quando tal menção era feita. No entanto, sabemos que, muitas vezes, a sua concepção tinha ocasião antes do casamento, sobretudo para os nascidos antes de decorridos 8 meses sobre a data de casamento. Veremos, então, a evolução e frequência destes comportamentos. Considerámos unicamente dois períodos, para dar algum significado a esta observação e de modo a visualizar alguma modificação de comportamentos.

QUADRO 42
CONCEPÇÕES PRÉ-NUPCIAIS ¹
(Intervalos médios, observações e percentagens)

	total obs.	Int.protogen. <=3meses		Int.protogen. <8 meses	
		i.p.m. (obs)	%	i.p.m. (obs)	%
< 1800	343	1,4 (12)	3,5	4,6 (35)	10,2
>= 1800	313	1,6 (27)	8,6	4,9 (89)	28,4

Até ao séc.XIX, 10,2 % dos primeiros filhos dos casais dos quais conhecemos a data de casamento eram de concepção pré-nupcial. Depois de 1800, já o eram 28,4%. Não pondo de lado a hipótese de várias das crianças aqui consideradas de concepção pré-nupcial serem simplesmente prematuras, ocorre-nos perguntar

¹ A observação abrangeu todas as famílias fecundas com data de casamento conhecida, tipos 1 a 4.

se existiria, para depois de 1800, maior liberdade sexual... ou o mesmo será dizer, menor constrangimento social por estes comportamentos. Ou ainda: poderá ver-se neste avolumar de concepções, para o último período, um desespero feminino, se uma gravidez pré-nupcial fosse um meio de prender um homem? Se nos lembramos do celibato feminino para o período entre 1880 e 1910, no valor de 42% (contra 22,2% para o sexo masculino) é o que parece.

No entanto, outros pensamentos nos ocorrem: este avolumar de concepções pré-nupciais para depois de 1800, também pode ser reflexo de uma maior vergonha que se abata sobre as famílias, tratando os pais de conseguir casamento para as filhas solteiras que engravidam, no sentido de regular a situação aos olhos da sociedade, caso contrário surgiriam como mães solteiras.

Para o primeiro período, verificámos que 12 das 35 mulheres esperaram mais de 7 meses para realizarem o casamento (35,5% das concepções pré-nupciais); no segundo período, foram 27 das 89 (30,3% das mesmas). No entanto, a espera de 7 meses era longa demais... Pode parecer que a convivência dos desposados era prática socialmente aceite, ainda que condenada pela Igreja; ou ainda que, abatida a vergonha sobre a mulher e a família, só quando não pôde mais esconder a situação é que as condições se conjugaram para lhe proporcionar o casamento; também se poderia sugerir que o homem, ciente da situação que causara, se tentasse esquivar de responsabilidades e fosse ele o causador de tal demora.

Vemos alguma semelhança deste comportamento com o verificado para Guimarães e Sul do Pico (apesar de uma pequena diferença na periodização) e vemos menor semelhança com Alvito, freguesia barcelense.

QUADRO 43
CONCEPÇÕES PRÉ-NUPCIAIS

Comparação com algumas localidades portuguesas - percentagens ¹

Períodos	Barcelinhos		Alvito S. Pedro		Guim. urb.		Sul do Pico	
	<1800	>=1800	<1829	1830-99	<1815	<1799	1800-99	
Conc. pré-nup. (%)	10,2	28,4	11,6	28,9	10,1	10,5	9,7 apr.	

Os níveis assemelham-se, para o segundo período, entre Barcelinhos e Alvito. De notar que os comportamentos dos ilhéus do Sul do Pico, se numa primeira fase se assemelham ao das outras paróquias, na fase seguinte seguem um ritmo contrário. "Será de admitir uma maior austeridade de costumes ou tratar-se-á

¹ Dados extraídos de Amorim:[1992] e 1987 e de Miranda: 1993, obras cit.

de um período em que foi mais efectiva a responsabilização dos sedutores?" - pergunta-se M. Norberta Amorim (Amorim:[1992], p.158); Fernando Miranda, para Alvito, pelo exagero de concepções pré-nupciais, refere a "liberalização de comportamentos", também condenada pela sociedade e pela Igreja (Miranda:1993, p.134).

A tendência para a maior liberalização de comportamentos por parte dos solteiros (e talvez um esforço dos pais no sentido de esconder o resultado dessa liberalização), que também sugerimos para esta paróquia, pode ser influência da grande abertura da mesma ao contacto com as demais, cujos indivíduos encontram nesta paróquia condições satisfatórias de acolhimento.

7. FILIAÇÃO NATURAL E ENJEITADOS

Tudo indica que a ilegitimidade e a exposição sejam práticas enraizadas na História do Homem. Notámos, pela análise do quadro seguinte, que uma e outra prática evoluem paralelamente, parecendo duas facetas do mesmo acto; à partida, cremos que, uns e outros eram filhos ilegítimos, no entanto, alguns processos de legitimação nos mostraram que nem sempre assim foi.

QUADRO 44

FILIAÇÃO NATURAL E ENJEITADOS
(percentagens relativas ao total dos nascimentos)

	FILHOS NATURAIS				total nasc.	ENJEITADOS				
	Sexo masc.	Sexo fem.	Sexos reun.	% ilegít.		Sexo masc.	Sexo fem.	Sexos reun.	% exp.	% ileg + exp.
1606-1729	62	67	129	5,9	2179	12	18	30	1,4	7,3
1730-1789	31	40	71	6,2	1145	53	54	107	9,3	15,5
1790-1849	30	39	69	4,9	1394	5	10	15	1,1	6,0
1850-1910	176	137	313	15,2	2054	41	37	78	3,7	18,9
totais	299	283	582	8,6	6772	111	119	230	3,4	12,0

Observando os dois fenómenos, em períodos longos, na segunda metade do séc.XIX e depois, o movimento de ilegítimos chega a 15,2% do total de nascidos, percentagem que mais que duplica a máxima de períodos anteriores; para a exposição, o período mais crítico situa-se no séc.XVIII, 1730-1789. Perante a inconstância que estes valores manifestam, parece-nos que sofrem a influência de factores estranhos, para os quais procurámos explicação, observando estes comportamentos em períodos menores.

Assim, considerámos ser pertinente o relacionamento da abertura e do encerramento da Casa da Roda, em Barcelos, com os movimentos de ilegítimos e expostos verificados nesta paróquia, onde distinguimos 4 fases:

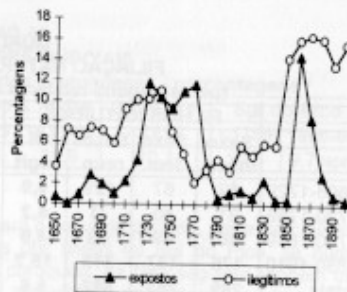
- uma primeira, que abrange o séc.XVII e XVIII até cerca de 1740, em que os dois fenómenos evoluem paralelamente, salvo em 1660-70, em que a ilegitimidade desce e a exposição sobe - tudo indica que fossem crianças ilegítimas, umas aceites, outras rejeitadas pelas mães;

- uma outra fase até 1780, em que a uma forte descida dos valores da ilegitimidade corresponde uma forte subida dos da exposição - manifestando, certamente, uma degradação das condições das mães solteiras, fazendo com que expusessem os seus filhos;

- a terceira fase, 1780 a 1850, é aquela em que nos parece que o funcionamento da Casa da Roda interfere nos dois fenómenos: ambos evoluem, de modo semelhante, em baixas percentagens;

- a última fase é a posterior ao encerramento da Casa da Roda, na década de 1860, com percentagens muito elevadas de ilegítimos e expostos, logo na mesma década, posto o que a exposição desce rapidamente, mantendo-se a ilegitimidade em valores elevados.

GRÁFICO VII¹
ILEGÍTIMOS E ENJEITADOS
(% rel. ao total de nasc. / período)



¹ O quadro numérico que deu razão a este gráfico encontra-se no anexo a este capítulo.

Sabendo que o contrato de aluguer para a Casa da Roda, em Barcelos, entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 1784 (Matos:1995), é óbvio que as crianças que aqui deixam de ser expostas, o são na própria Roda, aqui tão perto. O quase simultâneo abaixamento dos níveis de ilegitimidade correspondeu, certamente, a uma elevação dos níveis de exposição, directamente na Roda (enquanto que, em 1784, entraram na Roda de Barcelos 75 crianças, em 1835, último ano para que dispomos de dados, entraram 254 crianças (Matos:1995, p.124)).

O fim da Casa da Roda de Barcelos chegou por cerca de 1864¹, logo na década de sessenta foi notório o impacto desta medida surgindo de imediato as mais altas percentagens de expostos e filhos naturais. Depois deste primeiro impacto, as mães passam a assumir os filhos, em vez de os enjeitarem, provocando, em termos percentuais, o declínio da exposição e a ascensão da ilegitimidade.

Os movimentos das curvas, para muito próximo da abertura e do encerramento da Roda, mostram bem a expectativa que acompanhava o acto de expor: antes, parecia significar esperança de acolhimento da criança, daí, antes expor do que criar; depois, esgotado o recurso da Roda, também as famílias não se sentiam tanto na obrigação de cuidar de crianças abandonadas. Podendo, portanto, significar abandono e morte, as mães optam por assumir os seus próprios filhos.

Para reforçar a relação exposição-Casa da Roda, notámos ainda que, na década que se inicia em 1770 foram expostas, nesta paróquia, 22 crianças; na década seguinte, que coincide com a abertura da Roda de Barcelos, só 9 foram expostas, descendo este número para apenas uma, na última década do séc.XVIII. E desde 1860 a 1864, não havia sido exposta, em Barcelinhos, qualquer criança - ainda a Roda as recebia; e entre 1864 e 1869, as exposições atingiram o número de 29 crianças !...

Confrontados estes resultados com os de outras paróquias - Alvito S.Pedro, Bougado e Guimarães - pareceu-nos haver maior semelhança com os de Bougado, em geral, para as décadas entre 1650 e 1720 (5,6%) e seguintes até 1840 (7,7%) (Sá:1996) - lembrámos que Barcelinhos, sensivelmente para os mesmos períodos, apresenta 5,9% e 5,5% de crianças ilegítimas (se considerarmos os expostos de nascimento ilegítimo, os números sobem para 7,5% e 10,8%; para Bougado, não dispomos de valores relativos a expostos).

Para Alvito S.Pedro verificaram-se valores elevados de exposição - 17%, até ao final do séc. XIX; tal distância relativamente a Barcelinhos poderá estar

¹ A actividade da Roda de Barcelos pode ter sido reduzida a partir daquela data, mas, de Barcelinhos continuaram a ser enviados para lá, as crianças que eram expostas nesta paróquia, por ordem do regedor da mesma, pelo menos até 1871.

mais na distância daquela paróquia à Casa da Roda, do que em outros fenómenos, tal como, por exemplo, o celibato definitivo feminino (cerca de 40% para as 2 paróquias, dentro do período referido).

Guimarães apresenta também valores de exposição bastante superiores aos verificados para Barcelinhos - 12,4%, em média, até 1819; poderá ser a existência da Casa da Roda que justifique estes valores de exposição (enquanto que muitos dos expostos de Barcelinhos são directamente canalizados para a Casa da Roda, provocando uma grande redução das percentagens dos baptizados nesta paróquia - 3,4% em média).

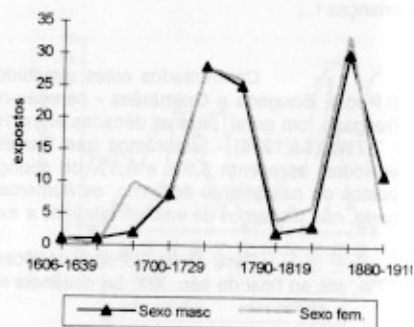
Sendo o acto de expor, na maior parte dos casos, conclusivo de que a família do exposto se submete a perdê-lo para sempre, fomos levados a procurar compreender se, de entre as razões da exposição das crianças, o sexo seria factor determinante.

Pela análise do gráfico VIII, apesar de os expostos do sexo feminino serem quase sempre em maior número, a diferença é de tal modo curta, que não nos parece que o sexo determine a exposição.

No entanto, considerámos ser excepção a esta observação, o período entre 1670 e 1699, em que, à exposição, o sexo feminino ultrapassa 5 vezes o masculino. Seriam, então, as raparigas maior problema para os pais? A ser assim, o que terá contribuído para a mudança de atitude?

Tal facto, poderá ter sido obra do acaso. No entanto, sabemos que a relação de masculinidade, analisada no início deste capítulo, dava valores sempre superiores a 100, para os períodos considerados.

GRÁFICO VIII
MOVIMENTO DE EXPOSTOS
(números absolutos, por sexos)



7.1 Estado civil das mães dos filhos ilegítimos

Para esta análise, servimo-nos de todas as mães de filhos ilegítimos. No entanto, o estado das mesmas nem sempre é definido, sobretudo ao longo do séc. XVII, pelo que eliminámos esse período, para esta análise ¹.

QUADRO 45
ESTADO CIVIL DAS MÃES DOS FILHOS ILEGÍTIMOS

	solt.	%	viúvas	%	casadas	%	total
1700 -1799	112	92,6	6	5,0	0	0	121
1800 -1849	48	87,2	5	9,1	0	0	55
1850 -1910	198	91,6	12	5,5	4	1,8	216
total	358	91,3	23	5,9	4	1,0	392

Vemos facilmente que eram as solteiras que contribuíam fortemente para a ilegitimidade dos barcelinenses, em percentagens acima de 87%. No entanto, as viúvas marcam a sua presença em todo este processo; em alguns casos, eram as saídas masculinas até terras distantes, onde perigos desconhecidos os rodeavam, que levavam as mulheres a uma viuvez precoce. Também, no último período, surgem mulheres casadas a terem filhos ilegítimos; normalmente, os maridos estão longe, no Brasil ou simplesmente ausentes.

7.2 A ilegitimidade segundo a naturalidade das mães solteiras

Grande parte das mães de filhos ilegítimos são as criadas que trabalham e residem nesta paróquia. Outras deslocam-se propositadamente para esta paróquia para fazerem nascer o filho que carregam na barriga longe dos olhares curiosos dos vizinhos. Chegam-nos de Bragança, Montalegre, Vila Real, Lamego e Lisboa. Porquê? Nenhuma razão são invocadas; no entanto, vejamos alguns casos: Joana Maria da Conceição Montes Cordeiro, solteira, natural de Lisboa, mas com parentes em Barcelinhos, teve nesta paróquia uma filha, Adelaide, em 1844;

¹ Utilizámos o nascimento do primeiro filho como marco divisório, para os diversos períodos.

Maria Agonia da Silva, viúva e proprietária, de Viana do Castelo, instalou-se na rua da Esperança desta paróquia de Barcelinhos, para aqui baptizar o seu filho, em 1881. De ambos os casos, nada mais se regista. Num e noutro caso, as razões são óbvias: com ou sem parentesco a apoiar, trata-se de esconder a criança gerada em situações de ilegitimidade.

A participação das **naturais**, solteiras, para o aumento de famílias ilegítimas era restrita: situa-se entre níveis que variam, oscilando, dos 14,6% aos 26,8%, ao longo dos dois últimos séculos, de modo crescente. Exceptua-se o vinténio de 1780-99, em que a participação das barcelinenses atinge os 40%, de acordo com os altos valores de celibato feminino registados, perto dos 40% (não tendo, em outras épocas ultrapassado os 30%)¹

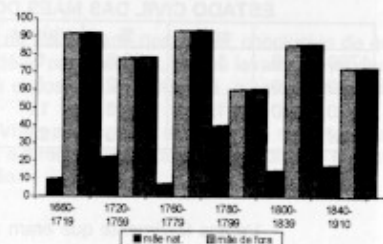
Barcelinhos, numa das entradas de Barcelos - centro administrativo, judicial, económico, etc.- oferece-se para albergar os que em Barcelos não encontram o lugar ideal. O vaivém de indivíduos isolados e de famílias torna este ambiente favorável à proliferação de comportamentos que seriam fortemente condenáveis em ambientes sociais mais pequenos e fechados.

7.3 Posterior casamento das mães de filhos ilegítimos

Pelo que vimos, esta paróquia apresenta-se, de entre algumas, como aquela em que a repressão social dos comportamentos acima referidos foi menor, ao longo de todo o período estudado, permitindo a 44,6% das mães de filhos ilegítimos, **naturais** desta paróquia, contraírem posterior matrimónio, nesta ou noutra paróquia (destas, só 36,3% casaram nesta paróquia).

¹ O quadro que deu origem a este gráfico encontra-se no anexo a este capítulo.

GRÁFICO IX
FAMÍLIAS ILEGÍTIMAS
(segundo a naturalidade das mães - %)



Este comportamento assemelha-se mais ao das paróquias de Guimarães - percentagens entre 29,5% (zona urbana) e 33,3% (zona rural) - estudo feito para o período entre 1580 e 1819 (Amorim:1987) - do que ao observado para a paróquia de Alvito S.Pedro e Anexa - percentagens em média de 15,1% , de 1567 a 1899 (Miranda:1993).

Para as mães solteiras **não naturais**, observámos percentagens de 15,3% no acesso ao casamento¹: percentagem bem menor do que a relativa às naturais; no entanto, podem ter acedido ao casamento em percentagens mais elevadas se casaram ou se estabeleceram noutra paróquia.

7.4 Maternidade ilegítima e reprodução de comportamentos

Até que ponto ser mãe solteira vai condicionar que as suas filhas também o venham a ser, foi também a nossa preocupação. Das 112 filhas ilegítimas nascidas nesta paróquia antes de 1800, conhecemos três que vieram a ser mães solteiras, o que significa 2,6%; e das 180 que nasceram naquele ano ou posteriormente, só conhecemos duas que estiveram nas mesmas condições, significando um abaixamento desta percentagem para 1,1%.

Em qualquer dos casos, devemos supor que se as mulheres de outras paróquias procuravam Barcelinhos para aqui fazer nascer os seus filhos, do mesmo modo, as barcelinenses poderiam procurar outras paróquias, para idêntico fim². No entanto, parece-nos que a reprodução destes comportamentos aqui observada não é significativa.

Já nas paróquias do Sul do Pico, as percentagens relativas a estes comportamentos situam-se entre 5% (1720-79) e 12% (1830-90) (Amorim:1992[]), mostrando maior ocorrência dos mesmos.

¹ Esta contagem baseou-se não na observação da data de casamento, mas na existência da família já formada, residindo nesta paróquia.

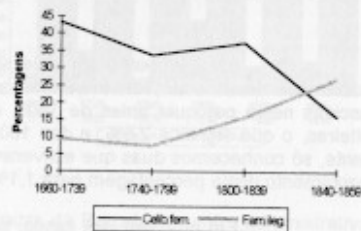
² Recordámos, para meados do séc.XVII, Maria que, tendo ido para Viana, foi mandada regressar pelo pároco, com a *certidão do baptismo* da criança, entretanto nascida; recordámos ainda Luísa, mulher solteira que, tendo engravidado, foi expôr a criança em Gamil, paróquia contígua a esta, sem a família ter tido conhecimento.

8. ILEGITIMIDADE, CELIBATO FEMININO E EMIGRAÇÃO MASCULINA

Analisando os comportamentos das mulheres naturais desta paróquia, concluímos haver uma forte correlação entre a evolução das percentagens de mães de filhos ilegítimos e o celibato definitivo feminino.

De um modo geral, a evolução destes dois comportamentos acontece de modo paralelo: assim, as percentagens do celibato feminino descem do primeiro grupo de gerações observado para o segundo, conforme mostra o gráfico seguinte, acontecendo o mesmo à percentagem relativa à ilegitimidade¹, ainda que os ritmos sejam diferentes; do segundo para o terceiro grupo de gerações, os dois valores ainda manifestam a correlação esperada, agora em movimento ascendente.

**GRÁFICO X
ILEGITIMIDADE E CELIBATO
DEFINITIVO FEMININO
(obs. longitudinal)**



Portanto, até às gerações nascidas entre 1800 e 1839, vimos que quanto mais elevada era a percentagem de mulheres celibatárias, maior era também a participação da mulher para o aumento de famílias ilegítimas. Já para as gerações nascidas entre 1840 e 1859, continuando a subir os valores relativos à ilegitimidade, até 26,9%, vemos que estes não encontram paralelismo com os verificados para o celibato feminino, que desceu aos mais baixos valores verificados, 16%.

Poderá ser efeito da corrente emigratória que então se verificou?

No entanto, também vimos que algumas das mulheres celibatárias são, simultaneamente, mães solteiras. Percentagens que sobem até aos 15,8% para 1880-1910, contra percentagens bem menores para períodos anteriores, mostram

¹ Dada a frequência com que uma mãe solteira tem mais do que um filho, considerámos prudente fazer esta abordagem tendo em conta a percentagem de famílias ilegítimas no conjunto de todas as famílias com início de observação nos períodos considerados.

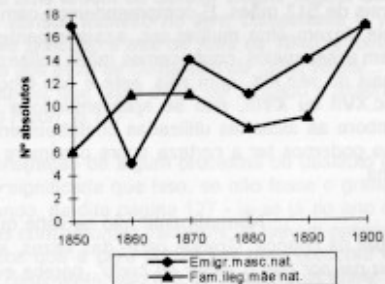
que ser celibatário não tinha agora o mesmo significado do que anteriormente; e que a nossa relação entre celibato feminino e ilegitimidade poderia dar-se com valores mais aproximados.

**QUADRO 46
CASTIDADE E CELIBATO DEFINITIVO FEMININO
(observação transversal)**

	Celibatárias	Com filhos	%
1660-1789	78	5	6,4
1790-1879	62	2	3,2
1880-1910	38	6	15,8

Perante o alto valor relativo à ilegitimidade para as gerações nascidas entre 1840 e 1859 - 26,9%, e o verificado para a situação das mulheres celibatárias com filhos na viragem do séc.XIX para o séc.XX - 15,8%, somos levados a verificar se estes comportamentos se relacionam de algum modo com a mobilidade que atinge fortemente os barcelenses, e, dentro desta variável, se relacionam positivamente com a emigração masculina.

**GRÁFICO XI
ILEGITIMIDADE E EMIGRAÇÃO
MASCULINA (1850-1910)¹**



Tudo indica que haja influências, quer pela laicização dos costumes, quer pela natural sensibilidade da mulher perante a perspectiva de afastamento do homem: verifica-se forte paralelismo dos dois fenómenos, ao longo da segunda metade do séc.XIX e primeira década do séc.XX, à excepção da década de 1860, pela forte retracção da emigração.

¹ Para esta observação, servimo-nos só dos naturais desta paróquia e comparámo-los numericamente.

9. COMPORTAMENTOS SOCIAIS PERANTE A ILEGITIMIDADE E A EXPOSIÇÃO

9.1 Sobre a ilegitimidade

a regra e a excepção

Desde sempre, vimos surgir no baptismo, um grande leque de adjectivos qualificando as crianças. O mais comum foi a designação de *filho legítimo*, como sinónimo de fruto de uma união legalizada pelo casamento. Também conhecemos aqueles que, apesar de serem ditos legítimos, eram fruto de concepção pré-nupcial. Em raros casos, verificámos que o pároco denomina de legítimos, alguns que nós observámos, afinal, serem ilegítimos.

O qualificativo mais normal para todo o tipo de filhos de pais não casados - podendo incluir *filhos ilegítimos*, *filhos solutos* e *filhos adulterinos*, conforme a situação dos pais que os geraram - era o de *filho natural*.

Vimos nascer, ao longo de todo o período em estudo, 586 filhos naturais de 512 mães. E compreendemos como os meios de controle de nascimentos, hoje, fazem uma mulher ser, azaradamente ou por opção, mãe solteira, uma vez. Sem esses meios, conhecemos mães solteiras, devidamente identificadas, já para os finais do séc.XIX, com seis, sete e oito filhos. São, certamente, excepções. Para o séc.XVII ou XVIII, não se apresentando a mãe solteira devidamente identificada, embora as alcunhas utilizadas contribuíssem para a identificação de muitas delas, não podemos ter a certeza sobre o número de filhos que cabia, realmente, a cada uma.

Normalmente não se sabe qual a verdadeira **relação entre a mãe e o pai** da criança. Grande parte das vezes, sentimos que não há; se se diz *"não lhe deu pai por não o saber ao certo"*, parece evidente a falta de relação para além da realizada. Mas quando o pároco informa que a criança é filha de Domingos e de sua esposa, compreendemos que estes pais estavam *ajustados* para casar um com o outro e que o facto de conviverem com a intimidade que nos mostraram não chocava a sociedade do séc.XVII, fazendo com que o adjectivo *ilegítimo* não surgisse nos assentos baptismais. E ter ou não ter adjectivo escrito implicava uma aceitação social diferente, em nosso entender.

Conhecemos um *casal*, António Ferreira de Vasconcelos e **Maria Temuda**, cuja convivência conjugal se prolongou por mais de 20 anos, tendo nascido pelo menos 8 filhos daquela *união*. Apesar de nunca terem casado, cada pároco

registador dos baptismos identificava a criança, em primeiro lugar, ao pai (salvo a primeiramente nascida!); nos casos mais comuns de filhos ilegítimos, ainda que se saiba quem é o pai, é à mãe que se relaciona a criança! Desconhecemos até que ponto a situação económica e financeira de uma família pode justificar tal tratamento.

Mas, analisando outros casos, julgámos deduzível que um **ilegítimo de facto** possa ter sido **legítimo de direito**, pelos documentos que transportaria consigo ao longo da vida.

Na última folha do segundo livro de registos de Casamentos, pode ler-se: *"Aos três de Junho de mil oito centos e trinte e nove, sendo proclamados nas partes competentes..."*. Posto isto, o padre António José Pereira Carneiro da Fonseca, encomendado, durante alguns meses, interrompeu o registo. Recolheu ao fundo duas assinaturas, sendo evidente que estas testemunhas do acto assinaram em branco. Uma delas era de José Francisco da Costa e outra era mesmo uma cruz, certamente, de um analfabeto.

Aquele espaço deixado em branco só foi preenchido em 1855, quando o reitor João de Sousa Guimarães, já então responsável desta paróquia, esclarece que *"este assento não se concluiu por descuido do padre que então era, houve justificação, e em resultado baixou uma ordem do Senhor Doutor Miguel Soares Provisor, para que o pároco actual abrisse assento no livro competente e vai lançado no livro seguinte antes e que teve principio a três de Abril de 1840, a folhas 127 - E para constar faço esta declaração aos treze de Dezembro de 1855. Reitor..."*. A nota que está na margem deste assento diz que *"aqui devia ser lançado o assento de Ant^o de Vasc. Bandeira Lemos. Vai no 1^o corr. p. 127"*¹.

Apesar de parecer demonstração de algum problema ou desleixo de padre antecedente, para nós, nada mais significaria que isso, se não fosse o grande problema com que nos enfrentámos quando, na dita página 127 - ia-se já no ano de 1855 -, encontramos aquele assento, mas com algumas variantes: já tinham passado 16 anos sobre o dito casamento e parece que a data já não era bem presente na memória do casal; consta como data de casamento, não o 3 de Junho, mas *entre 16 a 20 de Março de 1839*. Tudo se segue como era norma e, no fim, o reitor Sousa Guimarães esclarece que esta certidão foi copiada aos 13 de Dezembro de 1855, *por ordem do Cardeal Arcebispo Primaz*.

Na realidade, seguindo a metodologia deste trabalho, já tínhamos elaborado uma ficha de família com este casal e os seus filhos. Ao inscrever nela a data de casamento, tendo até aceite 16 de Março de 1839 em vez de 3 de Junho, constatámos que dois dos filhos ditos legítimos pelo padre que os baptizara e reali-

¹ Casamentos 2, p.143, verso.

zara o casamento, eram afinal ilegítimos, tendo nascido em 1837 e 1838. Voltámos aos livros de modo a confirmar ou não os nossos registos. Foi uma busca demorada, pois os ditos assentos de baptismo não estavam na sequência dos anos a que pertenciam, mas sim, notemos, junto dos do mês de Junho do ano de 1839, antes do dia nove, sendo um de 1837 e outro de 1838. E eram, de facto, chamados *filhos legítimos* pelo padre que iniciara o assento de casamento dos seus pais e o abandonara. Curiosamente, o do dia 9 de Junho era o do terceiro filho do casal!

Como interpretar este *comprometimento* entre este padre, pois era o mesmo de 1837 e 1838, e aquele casal?! Façamos uma síntese cronológica dos factos seguros e das nossas convicções:

- José nasceu a 7 de Junho de 1837, ilegítimo, mas registado legítimo. Padrinhos: S. José e Nossa Sra das Dores;
- João nasceu a 17 de Maio de 1838, ilegítimo, mas registado legítimo. Padrinhos: S. João e a mulher do António Padeiro, desta freguesia;
- António de Vasconcelos Bandeira Lemos e Dona Guiomar Rosa Correia da Silva casaram, estando ela a 6 dias de dar à luz o terceiro filho ilegítimo, facto que certamente nem poderia esconder. O padre António José Pereira Cameiro da Fonseca começou o assento que dizia aos 3 de Junho; (...) Certamente, para que o terceiro não fosse tão visivelmente ilegítimo, 16 anos depois, disseram em Braga, que casaram *entre os 16 e os 20 de Março de 1839* (a ser assim, a gravidez só iria no 6º mês);

- António nasceu aos 9 de Junho de 1839, de fecundação ilegítima, mas nascimento dentro da legitimidade. Padrinhos: António Joaquim de Santa Ana e Dona Ana Josefa Correia da Silva.

Podemos sugerir que o padre sofreu durante dois anos aquele segredo! Baptizou e guardou, baptizou e voltou a guardar; depois casou, segundo a nossa convicção, em Junho, não em Março; com os pais casados, já pôde descarregar as preocupações que eram aqueles dois baptismos por registar, e pôde, na sua consciência, chamar-lhes *filhos legítimos*.

Repare-se ainda que houve grande preocupação em escolher, para os ilegítimos, padrinhos que garantiam, quase em absoluto, o segredo, se era essa a intenção. O terceiro filho, logo a seguir, já pôde receber os padrinhos que a posição social de seu pai impunha. De degrau em degrau, assim, este casal conseguiu que todos os seus filhos, oficialmente, fossem identificados como legítimos.

Podemos constatar que se tratava de uma família com alguma tradição de ilegitimidade, de grandes proprietários de quintas, sediados na Quinta do Areal, familiares do 1º Barão e 1º Visconde de Leiria e de outras personalidades envolvidas com a política liberal do séc. XIX (Trigueiros:1983)¹

¹ Parte das informações de carácter sócio-económico e político foram resultado de investigações feitas por nós no sentido da realização de um trabalho curricular, na sequência deste Curso de Mestrado, a que demos o seguinte título: "Percursos militares de dois barcelenses entre a Guerra Peninsular e a Patulela, passando

Vejamos agora como Ana nasceu *filha adúltera* de Maria das Dores, no ano de 1854. Esta, "*casada, porém divorciada com seu marido*", que seria, segundo apuramos, Salvador de Jesus Ferreira, "*adulterou seu marido*", segundo nota do pároco, à margem do baptismo. Vimos então que, por razões que desconhecemos, Salvador, tendo já tido com Maria das Dores, 6 filhos, fora condenado a degredo, tendo já o seu último filho nascido durante esse degredo.

Não sabemos em que lugar foi cumprido o degredo, mas sabemos que não mais se registou nesta paróquia qualquer acto em que ele fosse interveniente.

Entretanto, Maria das Dores tomara-se de amores, assim cremos, e teve mais 4 filhos adúlterinos, até 1866, tendo nascido aqui, três deles. Todos, ao que parece, eram filhos de João José de Faria Salgado, solteiro, daqui natural.

Provavelmente, pela impossibilidade de casar, em 1872, João José, já com 55 anos de idade e, pelo menos, os 4 filhos, tirou passaporte para abandonar Portugal e ir para o Rio de Janeiro. Certamente foi ele quem abriu caminho para que um dos seus filhos também lá fosse, entre 1876 e 1886...

De João José, solteiro e pai, só temos notícia em Janeiro de 1878, quando, enfim, casa com Maria das Dores, já então viúva de Salvador de Jesus Ferreira, que falecera em Fão, sua terra natal. Ao casamento tinha João José 62 anos e ela, 60. Como é óbvio, não tiveram mais filhos.

filhos de escravas: ilegítimos ao baptismo¹

Também vimos crescer Barcelinhos à custa da participação de escravos. Temos 10 filhos de escravas, solteiras, nascidos nesta paróquia. Destes, não assistimos à morte de nenhum, seja por sub-registo de mortalidade infantil, seja porque cresceram e deixaram a paróquia. Das suas mães, que cremos resumidas a seis, só conhecemos a morte de uma delas, Lourença, em 1766.

peias Campanhas do Rio da Prata e da Liberdade (uma tentativa de biografias históricas)". Não editado.

¹ Inserimos aqui o assento de baptismo de uma escrava, por ser o de maior riqueza de informações: "*Maria, filha natural de Maria, escrava de Josefa Maria da Silva, viúva que ficou de Pedro da Cunha Peixoto, moradora no lugar da Igreja desta freguesia de Santo André de Barcelinhos, nasceu aos quatro dias de Fevereiro de mil sete centos e sessenta e oito anos e foi baptizada, nesta Igreja matriz, solenemente, por mim, o padre António Francisco, vigário desta freguesia, e lhe pus os santos óleos aos dez dias do dito mês e ano; é neto, pela parte materna de Quitéria, escrava do doutor António José, da freguesia de Balugões, do termo desta vila de Barcelos. Forão padrinhos João, solteiro, filho de Francisco de Castro, da rua Direita desta dita freguesia e Luísa, digo, e madrinha, Luíza Simões, viúva que ficou de Pedro José, moradora no lugar da Igreja desta mesma freguesia; e para constar fiz este assento que assino, sendo testemunhas, Leonardo, solteiro, filho de António Dimiz e Domingos, meu familiar, que aqui assinaram comigo. Era ut supra.*" - N.2, folha 133, verso. Actualizámos as palavras e a pontuação.

Para além destes, foi ainda aqui baptizada em 29 de Junho de 1722, tendo sensivelmente, 15 dias, uma escrava, Maria, trazida pelo padre António Rodrigues do Vale, vigário de *Formariz* e, assim o cremos, irmão de João Rodrigues do Vale, residente nesta paróquia. Só assim se compreende que tenha trazido a recém-nascida para esta localidade, tendo-a comprado em Vila do Conde, onde lhe foi vendida *em muito segredo*. Sendo necessário tanto segredo e urgência, "*antes lha dariam*", desabafa ele com o registador do acto.

9.2 Sobre expostos ou enjeitados : a identificação, as causas, os locais e as condições

Foram 230 as crianças que classificámos como expostas e que foram baptizadas nesta paróquia de Santo André de Barcelinhos. São assim referidas no baptismo, podendo, em vez de exposto ser usada a palavra enjeitado. De todos os baptizados, identificámos, ao óbito, unicamente 22 (9,6%), sendo 17 de menor idade. E conhecemos a data de casamento de 4 dos aqui baptizados (1,7)¹.

Estes números indicam que o rendimento do trabalho sobre os expostos é sempre muito baixo, dada a grande mobilidade dos mesmos, entre o nascer, a exposição, a Roda ou o acolhimento instantâneo, as amas, umas a seguir às outras, de paróquia em paróquia, até aos 7 anos, quando serão integrados nos trabalhos das quintas ou outros.

Pelas observações relativas à ilegitimidade e exposição já apresentadas, defendemos a ideia de que são os filhos de mães solteiras os mais condenados à exposição, na tentativa ou de apagarem aquele acto das suas vidas ou de proporcionar aos filhos meios de sobrevivência que, de outro modo, não consideravam ser possível. Desde que abriu a Casa da Roda, em Barcelos, a exposição pode ter ganho outra razão: extorquir dinheiro à edilidade pública, servindo como amas, se possível, do próprio filho, como observámos pelo menos no caso de Joaquina Carreira, já descrito. No entanto, vimos que nem sempre os expostos são filhos de mães solteiras.

¹ Nesta paróquia faleceram 94 expostos, sem baptismo conhecido, 68 ainda sob os cuidados de suas amas, ou seja, antes dos 7 anos, e 16 de mais de 7 anos, dos quais nada mais conhecemos para além do óbito.

a identificação na mira dos porquês

Conhecemos **Bento**, exposto a 23 de Setembro de 1771, à porta de Braz Mendes, no lugar da Boavista. Até 8 de Dezembro de 1802, nada mais soube-mos dele. Surge, de novo nos livros de baptismo, no Crisma, mudando o nome para José de Vasconcelos Lemos Castelo Branco. Dizia-se então ter sido nascido a 23 e baptizado a 24 de Setembro de 1771, tendo sido exposto à porta de "certa casa" no lugar da Boavista (era a casa de Braz Mendes), para encobrir o parto, passado que era pouco tempo depois do casamento.

De facto, o casamento ocorrera em Braga, em 26 de Maio de 1771, "por amores" (Trigueiros:1983). Eram seus pais João de Vasconcelos Lemos Castelo Branco, grande proprietário, residindo na Quinta do Areal, e Dona Ana Maria de Faria Magalhães, de Adufe. Ai estava uma das razões pelas quais gente nobre, neste caso, abandonava os seus filhos.

Desconhecemos o tempo que a criança permaneceu fora da casa dos seus progenitores, sabendo que o lugar da Boavista, onde expuseram a criança e o do Areal, onde residiam os pais, eram um a continuação do outro. Se só em 1802 soube da verdadeira paternidade, foram 21 anos.... O que levaria aqueles pais a demorar tanto tempo a legitimar aquele filho? A vergonha ainda perduraria passados que foram os anos? Pondo de parte a hipótese de ter sido a falta de herdeiros para as suas propriedades o que levou o casal ao reconhecimento do exposto, pois havia mais sete filhos, só nos sugere que pode ter sido necessária a legitimação para lhe proporcionar um casamento condigno com a sua ascendência social (sabemos que ele casou, vindo a falecer, antes de 1811)!

Conhecemos ainda **Engrácia**, que fora exposta na paróquia de S. João de Gamil, em Abril de 1761, à porta de Domingos Carvalho. Mas, certamente por um segredo mal guardado, as diligências de uma avó fizeram com que Barcelinhos recebesse essa criança, onde afinal pertencia, já com 3 meses de idade. Luisa, solteira, acabou por confessar ao Juiz de Fora, em Barcelos, a maternidade em relação a Engrácia. Neste caso, foi certamente a vergonha ou o medo de represálias por parte da família que motivaram o comportamento daquela mãe.

Para mais tarde, conhecemos o baptismo de **António Augusto**, nascido a 22.12.1864, exposto na Roda de Barcelos em 24.12.1864. Nada mais saberíamos dele se, uma escritura, feita já em 1876, na Póvoa de Varzim, não tivesse chegado ao pároco de Barcelinhos (em 9/2/1907), na tentativa de legitimar os três filhos de um casal, tidos enquanto solteiros, a saber:

- António Augusto, n 22.12.1864, exposto na Roda de Barcelos 2 dias depois; esteve em diversas amas, sendo a terceira, Maria de Sousa, de S. Pedro de

Alvito; depois foi para os pais até Junho de 1875, data em que foi para o Brasil;

- João Gualberto, n.12.07.1868, exposto na Roda de Barcelos em 14.07.1868; foi criado pela ama Maria Gomes, mulher de António Fernandes, de Alheira, indo depois, para a companhia destes pais, onde estava;

- Maria Guilhermina, n.20.02.1871, baptizada como filha natural, ficou na companhia de ambos.

Os pais só casaram em 24.05.1871. São eles, João Joaquim Fernandes, negociante, e Maria Rosa de Araújo e Sousa, de Barcelos.

Será interessante reparar que Ana de Sousa, identificada no processo de legitimação como Maria de Sousa, terceira ama de António Augusto, tinha o mesmo apelido que a verdadeira mãe do mesmo. A ser tia da criança viria a comprovar que as mães solteiras, abandonando os filhos para esconderem alguma vergonha pelos mesmos, se preocupariam em velar pela sua sobrevivência até ao momento em que os pudessem cuidar por seus próprios meios.

Para a mesma época, lembrámos também o caso de **Félix Exposto** ou Félix Carreira, filho de Joaquina Rosa Gomes da Carreira. Ela, natural de Gilmonde, mas residente em Barcelinhos, solteira, empregada de lavoura e mulher por várias vezes assinalada como pobre, baptizou nesta paróquia, entre 1884 e 1901, 7 filhos; Félix seria o oitavo filho desta mulher que, de facto, fora o primeiro. Surgiu-nos, adulto, tirando passaporte para França; ela, por *ser recatada* (dizia o registo de baptismo escrito em Barcelos, em 1882), expusera a criança à piedade pública; e, certamente logo que pôde, tratou de se tomar ama do próprio filho - facto que vimos confirmado no processo de passaporte do mesmo.

Pelos casos expostos e por todos os que verificámos, podemos concluir que ilegitimidade e exposição estão intimamente relacionadas, ainda que nem sempre do mesmo modo.

condições de exposição e destino dos expostos

O acto de expor era-nos relatado pelo padre, com mais ou menos pormenores, conforme a época, variando também consoante as características do padre -registador. Deixámos sintetizados o primeiro e o último registos, de modo a vermos o *salto* de informação, ainda que pequeno, que sofreram no espaço de 276 anos.

Assim, em 17 de Junho de 1624, foi baptizada uma menina com o nome de Ana, mais ou menos de 8 dias, *exposta no portal de Pedro Gomes de Miranda, sem se saber nem presumir quem fosse seu pai nem mãe*. Foram padrinhos Amaro Fernandes, ferreiro e Ana, filha de Gaspar Dias que faleceu no Brasil.

E em 5 de Outubro de 1900, foi baptizada Maria, encontrada à porta nº 36 da rua da Boavista, onde residia Joaquina Gomes Carreira, *numa cesta velha de compras, envolta numa baeta branca de flanela e algodão, vestida de camisa branca e blusa de chita cor de rosa e um lenço vermelho e branco na cabeça, mais uma camisa branca e um lenço branco*. Foram padrinhos José de Almeida, viúvo, alfaiate, e Joaquina Gomes Carreira, solteira e pobre (esta Joaquina foi a mãe solteira dos 8 filhos, que expôs o mais velho; teve os filhos entre 1882 e 1901).

Pelos exemplos acima transcritos não se pode concluir que as crianças dos primeiros tempos observados, fossem simplesmente abandonadas, sem mais *carinhos*. A qualidade dos registos é que se altera, a meados do séc.XIX, pelo que, a partir desta época temos mais elementos de modo a compreendermos as preocupações de quem expõe.

Antes da abertura da Roda (1783), da maior parte das crianças não se conhece o destino, mas sabemos de algumas que eram entregues pelo padre, depois do baptismo *sob condição*, a mulheres que tivessem condições de as criar, devendo ter sido mães há pouco tempo, de preferência tendo ficado sem os seus filhos. De outro modo, como sobreviveriam?

De Caetano, entregue por uma mulher desconhecida a Francisco Fernandes, sabemos que fora pedido aquele nome e que se haveria de procurar. Era o ano de 1731.

Pela mesma época, Catarina foi lançada nas mãos da mulher de Santos Ferreira por um homem e uma mulher disfarçados, depois de terem entrado na sua loja.

E Constantino, apesar de exposto à porta de João Gonçalves, vinha com um escrito encomendado a Jácome de Castro; já havia sido baptizado.

Escolástica, em 1751, fora entregue ao padre António Pereira de Melo, pedindo que a fizesse criar, que não dissesse que era exposta e que tudo se haveria de pagar. Ora, este padre era filho de Francisco de Melo, com filhos entre 1715 e 1739, tendo já criado João, também exposto, e pago a criação de Josefa a uma mãe solteira. Nada indica que tenham criado também Escolástica. Era uma família de *padres e doutores*, com alguma prática de caridade pública, ao que nos parece. No acolhimento a expostos, eram também uma excepção.

Algumas crianças eram acompanhadas de objectos mais simbólicos que utilitários. Assim, Beijamim, em 1877, apresentava consigo uma cédula em que pedia esse nome, uma carta com um fio de algodão vermelho e um ramo de perpétuas amarelas.

Maria Augusta, encontrada à porta de Domingos António Martins, em 1878, num açafate com palha e um bilhete onde se lia: *"esta menina já levou água, queria que tivesse a bondade de me pôr onde se saiba dela se pudesse ficar na vila para se procurar... o nome é Maria Augusta"*.

António do Carmo Campos, em Fevereiro de 1888, foi encontrado nas escadas da loja de António José Ferraz de Gouveia Lobo, do lugar do Tanque,

dentro de uma canastra coberta de roupa, com um bilhete em que pediam que se lhe pusesse o nome dito e com um enxoval composto de 5 camisas, 2 vestidos, 2 cingidores, 2 ligas, 2 babeiros, um lenço, 4 panos, uma baeta vermelha, 2 saias, sendo uma de morim e outra de baetilha.

De modo semelhante foi exposto João, em 1896, na varanda de Agostinho Fernandes de Vilas Boas, do lugar do Galo. Estava numa cesta de compras, com o seu enxoval: lenços, saias, vestidos e um lenço com mamadeiras de marmelada, certamente para entreter a fome enquanto esperava uma mama repleta de leite quentinho.

Maria da Graça, em 1900, na sua condessa nova, além de um lenço branco com mamadeiras de marmelada leva também um papel com mais marmelada e um cartucho com açúcar, inclusões extremamente raras.

Por todas estas indicações, facilmente podemos concluir que não era a falta de sentimentos que fazia com que se expusesse uma criança ¹.

Em muitos casos se pode ver que havia o cuidado de deixar a criança onde fosse encontrada, à porta de quem a pudesse acolher ou mandar criar, quase sempre era escolhido um casal com filhos pequenos ou mãe solteira; como também vimos, quando foi prática, também o enxoval para as primeiras necessidades era incluído na oferta.

Com alguma frequência, sobretudo no séc.XVII, eram também escolhidas as capelas para servirem de protecção aos expostos, até que fossem achados.

locais de exposição

Vimos que as crianças eram expostas em diferentes locais, à porta de casas ou capelas (neste caso, procurando a protecção dos santos?), variando certamente de acordo com a esperança das famílias que expunham, quanto ao acolhimento das suas crianças.

Apresentamos a seguinte síntese dos locais mais procurados, ao longo dos três séculos da nossa observação:

Locais (casas e capelas)	Séc. XVII	Locais (casas e capelas)	Séc. XVIII	Locais (casas)	Séc. XIX
Cap. N. Sra Ponte	3	Ant ^o José Santos	8	Francisca Rosa	3
Cap.S.Sebastião ¹	2	Braz Mendes	7	M ^a Marg. Moura	3
Tomé Carvalho	2	Custódio Francisco	6	Boavent ^a Manuel	3
Gonçalo Martins	2	Ant ^o .Mart.e Joana	4	José Alves Faria	3
		José Fernandes	3	Maria Rosa	2
		Cap. Sto António	2		
		Cap.N. Sra Ponte	2		

Numa tentativa de compreender a escolha destes lares, caracterizámos alguns deles.

António José dos Santos, às vezes designado por José dos Santos Linheiro, era serralheiro, às vezes também chamado ferreiro. Desconhecemos se linheiro corresponderia a produtor de linho; Teresa Domingues, sua mulher, era costureira; poderia ser ela a linheira? Residiram no lugar do Souto, mas teriam alguma relação com a Rua de Baixo, pois alguma residência se lhe dirige. Casados em 1852, tiveram 7 filhos até 1867, nesta paróquia. Só os 4 mais velhos chegaram à idade adulta. À sua porta se expuseram 8 crianças, todas entre 1867 e 1883. Se era com intenção que ali fossem criadas, não seria Teresa Domingues a amamentá-las, dada a velhice natural em que se encontraria, pois nascera em 1825. No entanto, o povo conhecia bem o interior deste lar: as três filhas mais velhas foram mães solteiras oito vezes entre 1879 e 1890. Portanto, haveria uma razoável hipótese de haver sempre leite em boas condições de nutrição.

Os trâmites legais, no entanto, impunham que as crianças fossem do regedor da paróquia para a Roda, de onde eram distribuídas pelas amas inscritas. Talvez Teresa fosse uma dessas amas, pois teve a seu cargo, 3 expostos, que faleceram de tenra idade, entre 1859 e 1865. Se cuidou de outros que seguiram a sua vida, não o poderemos saber.

Maria Margarida de Moura Faria Barreto, descrita como pobre mendiga ², era uma das mães solteiras, com 3 filhos entre 1866 e 1871, vivendo no lugar da Igreja. Sua irmã, Maria Rosa, também mãe solteira, em 1871, vivia no

¹ Estes dados que relacionam o local de exposição com a capela de S.Sebastião, foram o ponto de partida para o esclarecimento sobre o tempo em que esta capela terá sido demolida. Pode ver-se, no anexo ao capítulo II, no tema "Contributos para a História Local", o nosso contributo para a mesma, a propósito desta capela.

² Os seus apelidos são relacionáveis com os de dois vereadores da Câmara Municipal de Barcelos, desta época.

mesmo lugar, provavelmente na mesma casa. Eram naturais de S.João de Vila Boa. As crianças foram expostas à sua porta entre 1864 e 1884. De facto, criou pelo menos dois expostos, em 1870 e 1874, que faleceram menores, de tenra idade.

Notemos que, no séc.XIX, as capelas deixam de ser escolhidas para local de exposição das crianças, sinal de evolução da mentalidade no sentido da secularização dos comportamentos.

ANO	Nº	Nº	%	Nº	%
	bapt.	exp.	exp.	ilegit.	ilegit.
1606	223	1	0,4	6	2,7
1620	169	1	0,6	5	3
1630	88	0	0	1	1,1
1640	89	0	0	0	0
1650	139	1	0,7	5	3,6
1660	222	0	0	16	7,2
1670	227	2	0,9	15	6,6
1680	217	6	2,8	16	7,4
1690	210	4	1,9	15	7,1
1700	204	2	1	12	5,9
1710	184	4	2,2	17	9,2
1720	207	9	4,3	21	10,1
1730	196	23	11,7	20	10,2
1740	163	17	10,4	18	11
1750	172	16	9,3	12	7

... Maria da Graça, em 1801, no dia 20 de maio de 1801, nasceu em Vila Boa, filha de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi batizada em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi exposta em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780.

... Maria da Graça, em 1801, no dia 20 de maio de 1801, nasceu em Vila Boa, filha de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi batizada em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi exposta em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780.

... Maria da Graça, em 1801, no dia 20 de maio de 1801, nasceu em Vila Boa, filha de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi batizada em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi exposta em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780.

... Maria da Graça, em 1801, no dia 20 de maio de 1801, nasceu em Vila Boa, filha de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi batizada em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi exposta em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780.

... Maria da Graça, em 1801, no dia 20 de maio de 1801, nasceu em Vila Boa, filha de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi batizada em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi exposta em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780.

... Maria da Graça, em 1801, no dia 20 de maio de 1801, nasceu em Vila Boa, filha de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi batizada em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi exposta em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780.

... Maria da Graça, em 1801, no dia 20 de maio de 1801, nasceu em Vila Boa, filha de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi batizada em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi exposta em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780.

... Maria da Graça, em 1801, no dia 20 de maio de 1801, nasceu em Vila Boa, filha de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi batizada em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi exposta em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780.

... Maria da Graça, em 1801, no dia 20 de maio de 1801, nasceu em Vila Boa, filha de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi batizada em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi exposta em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780.

... Maria da Graça, em 1801, no dia 20 de maio de 1801, nasceu em Vila Boa, filha de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi batizada em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi exposta em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780.

... Maria da Graça, em 1801, no dia 20 de maio de 1801, nasceu em Vila Boa, filha de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi batizada em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780. Foi exposta em Vila Boa, em 21 de maio de 1801, pelas mãos do padre João da Silva, filho de João da Silva e Maria da Graça, ambos naturais de Vila Boa, e casados em Vila Boa, em 1780.

ANEXO AO CAPÍTULO IV

1. QUADRO 47
FILIAÇÃO NATURAL E EXPOSTOS
Impacto da abertura e encerramento da Roda de Barcelos
(% em rel. ao total de Baptismos)

	nº	nº	%	nº	%	nº	nº	%	nº	%	
	bapt.	exp.	exp.	ilegit.	ilegit.	bapt.	exp.	exp.	ilegit.	ilegit.	
1606	223	1	0,4	6	2,7	1760	183	20	10,9	9	7
1620	169	1	0,6	5	3	1770	190	22	11,6	4	4,9
1630	88	0	0	1	1,1	1780	241	9	3,7	8	2,1
1640	89	0	0	0	0	1790	211	1	0,5	9	3,3
1650	139	1	0,7	5	3,6	1800	185	2	1	6	4,3
1660	222	0	0	16	7,2	1810	232	3	1,3	13	3,2
1670	227	2	0,9	15	6,6	1820	276	2	0,7	13	5,6
1680	217	6	2,8	16	7,4	1830	260	6	2,3	15	4,7
1690	210	4	1,9	15	7,1	1840	230	1	0,4	13	5,8
1700	204	2	1	12	5,9	1850	225	1	0,4	32	5,7
1710	184	4	2,2	17	9,2	1860	264	38	14,4	42	14,2
1720	207	9	4,3	21	10,1	1870	288	24	8,3	47	15,9
1730	196	23	11,7	20	10,2	1880	369	10	2,7	59	16,3
1740	163	17	10,4	18	11	1890	394	3	0,8	53	16
1750	172	16	9,3	12	7	1900	515	2	0,4	80	13,5

2. QUADRO 48
FAMÍLIAS ILEGÍTIMAS SEGUNDO A NATURALIDADE DAS MÃES

	total	naturais da paróq.	% de nat.	de fora	% de fora
1660-1719	83	8	9,6	75	90,4
1720-1759	63	14	22,2	49	77,8
1760-1779	14	1	7,1	13	92,9
1780-1799	15	6	40,0	9	60,0
1800-1839	41	6	14,6	35	85,4
1840-1910	242	67	27,7	175	72,3

Capítulo V

MORTALIDADE

Um completo estudo da mortalidade só seria possível se tivéssemos ao nosso alcance um registo sistemático dessa variável. Ora, acontece que para os menores de sete anos, esse registo nem sempre se fez. Por dedicação de um dos párocos do final do séc.XVII, o padre António de Vilas Boas, tivemos acesso a registos de mortalidade infantil a partir de 1677, ano em que começou a *curar* nesta paróquia. Outros lhe seguiram a prática, vindo a perder-se em 1760, para só voltar a fazer-se, sistematicamente, a partir de 1840, com o padre João de Sousa Guimarães, também muito criterioso nos seus registos ¹. No espaço intermédio de 80 anos, os párocos registaram, esporadicamente, a morte de algumas crianças, algumas vezes na margem do assento de baptismo outras em lugar próprio, caso este do padre Francisco Rodrigues Chaves (1798-1811), natural desta paróquia e mostrando também algum cuidado com os registos.

A ausência de registos de mortalidade de menores provoca graves lacunas no conhecimento exacto que se poderia ter de várias outras variáveis demográficas, embora esta ausência possa ser minorada por um investigador atento e criterioso. Assim, a duplicação de um nome no conjunto dos filhos de um casal, sobretudo para antes do séc.XIX, poderia ser sinal de que o primeiro nomeado havia falecido ainda menor. A presença de um intervalo intergenésico de cerca de um ano

¹ Registrar ou não as crianças menores de sete anos, pareceu-nos ser uma opção pessoal, uma vez que, de acordo com as normas da Igreja, as crianças, antes do uso da razão, a que se fazia coincidir o 2º sacramento, a Comunhão, não eram consideradas pecadoras; não precisando, pois, de sufrágios pela sua alma, não se sentia necessidade de registar a sua morte.

ou pouco mais poderia significar que o nascido antes desse intervalo falecera de tenra idade. Neste estudo, servimo-nos da primeira destas estratégias; não nos servimos da segunda, dado que o abandono de crianças ou a amamentação por uma ama - factores que devemos considerar - poderiam induzir-nos em erro.

Os estudos da mortalidade de menores serão desenvolvidos em dois períodos: 1677-1760 e 1840-1910, separando, a mortalidade dos menores de um ano de idade da mortalidade da totalidade dos menores de 7 (salvo no que respeita à sazonalidade, por termos constatado não haver diferença significativa). O relativo aos religiosamente adultos far-se-á para toda a observação, a partir de 1655, dado que anteriormente se verificara algum sub-registo, sobretudo nas décadas de 1630 e 1640.

Dado o grande leque de estudos necessários à compreensão da mortalidade, optámos por um desenvolvimento segundo os seguintes parâmetros: sazonalidade dos óbitos, sempre que possível e oportuno, com distinção das observações relativas aos adultos e aos menores; mortalidade dos religiosamente adultos e dos de menoridade religiosa, referindo também a dos expostos menores; abordaremos ainda alguns aspectos relativos aos comportamentos do Homem e da Igreja perante a morte e uma apreciação das causas da morte para um espaço de 5 anos, em que as causas foram quase totalmente referidas.

1. SAZONALIDADE DOS ÓBITOS

1.1 Sazonalidade dos óbitos dos religiosamente adultos

Fazendo esta observação em dois períodos, as principais conclusões gerais apontam para uma menor mortalidade de adultos nos meses de Primavera e Verão, sendo este comportamento mais vincado no segundo período. O mês de Abril pode considerar-se de excepção, para o primeiro período, verificando-se um índice de mortalidade de 108, muito acima do anterior e do posterior.

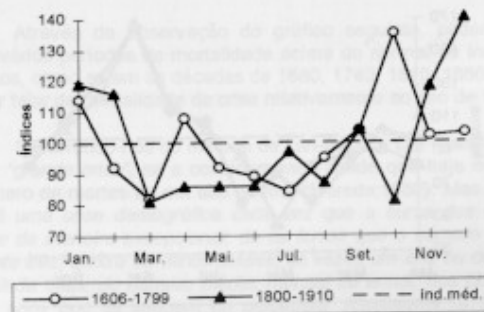
A mortalidade dos maiores apresenta grandes diferenças relativamente aos dois períodos em estudo (quadro 49), quando consideramos os meses de Outono e Inverno, excluindo os meses inicial e terminal. Outubro e Fevereiro são os meses de comportamentos mais distantes: enquanto no primeiro período, a mortalidade era mais gravosa em Outubro, aproximando-se, nos dois meses seguintes, do valor médio, no segundo período sucedia o contrário - menor mortalidade em Outu-

bro, elevando-se nos dois meses seguintes; quanto à mortalidade relativa a Fevereiro, é bem mais gravosa no último do que no primeiro período.

QUADRO 49
SAZONALIDADE DOS ÓBITOS DOS MAIORES DE SEIS ANOS
Dois períodos. Número de observações e índices

		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Julh	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1606-1799	obs.	61	54	44	56	49	46	45	51	54	72	53	55
	ind.	114	92	82	108	92	89	84	95	104	135	102	103
1800-1910	obs.	97	86	66	68	70	68	79	71	82	66	93	114
	ind.	119	116	81	86	86	86	97	87	104	81	118	140

GRÁFICO XII
SAZONALIDADE DOS ÓBITOS DOS MAIORES DE SEIS ANOS



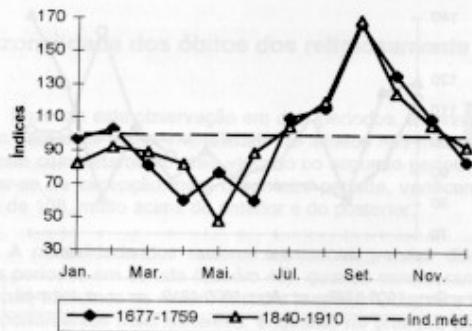
1.2 Sazonalidade dos óbitos dos menores de sete

O quadro e o gráfico seguintes mostram claramente, para ambos os períodos, que era nos meses de Julho a Novembro que as crianças morriam em quantidades superiores à média. Setembro era, nos dois períodos, o mês mais crítico.

QUADRO 50
SAZONALIDADE DOS ÓBITOS DOS MENORES DE 7 ANOS
Dois períodos. Número de observações e índices

		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Julh	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1677-1759	obs.	30	29	25	18	24	18	34	36	50	42	33	26
	índ.	97	103	81	60	77	60	110	116	167	136	110	84
1840-1910	obs.	36	37	39	35	21	38	46	53	72	55	45	41
	índ.	82	92	89	82	48	89	105	120	169	125	106	93

GRÁFICO XIII
SAZONALIDADE DOS ÓBITOS DOS MENORES DE SETE ANOS
(1677-1759 e 1840-1910)



Registrando-se de Janeiro a Junho uma mortalidade abaixo da média, (à excepção de Fevereiro para o primeiro período), desenvolvendo-se, de modo geral, em sentido negativo, nota-se uma diferença significativa, quanto aos meses de Abril, Maio e Junho, para os dois períodos, estando, no entanto, abaixo do índice médio. Enquanto que, no primeiro período, as crianças morrem mais em Maio do que em Junho, no segundo, morrem mais nos meses de Abril e Junho. os movimentos alteram a sua posição relativa.

Para os dois períodos considerados, os maiores índices de mortalidade surgem nos meses de fim de Verão e início de Outono - de Agosto a Outubro - com os mais altos valores em Setembro.

Tudo indica que os calores do tempo final do Verão e suas consequências nos meses de Outono são propícios à existência de factores que afectam determinadamente a vida das crianças, os quais podem estar relacionados com a alimentação (frutas em demasia ou alimentos deteriorados pelo calor).

2. MORTALIDADE NORMAL E MORTALIDADE DE CRISE

2. 1 Mortalidade dos maiores de seis anos

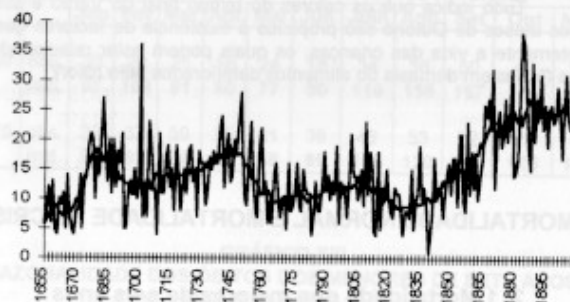
Através da observação do gráfico seguinte, podemos verificar a existência de vários períodos de mortalidade acima do normal de indivíduos religiosamente adultos, como sejam as décadas de 1680, 1740, 1810, 1860 e 1880, apesar de só se poder falar de mortalidade de crise relativamente ao ano de 1701.

Socorrendo-nos do método de Livi-Bacci e Del Planta, vemos não se tratar de uma "grande crise", se a considerarmos desde que haja multiplicação por quatro do número de mortes de um ano normal (Moreda:1980). Mas se tivermos em conta que "há uma crise demográfica cada vez que a curva dos óbitos se eleva bruscamente e de maneira excepcional, de tal forma que o número destes óbitos é superior durante três, quatro ou vários meses, às vezes um ano ou dois, ao dobro ou ao triplo, ou ainda mais, do número médio, mensal ou anual, dos óbitos, durante os meses ou os anos que se seguem ou precedem" (Guillaume:1970, p.145), então estamos perante uma crise demográfica em Barcelinhos. Parece ter sido uma crise epidémica, dada a forte concentração dos óbitos nos meses de Setembro e Outubro, conforme mostra a distribuição mensal dos óbitos do ano de 1701:

Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Julh.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
0	1	1	1	1	1	1	0	4	10	0	0.

No entanto, a falta de referência às causas das mortes impede-nos de conhecer o tipo de epidemia que vitimou esta população.

GRÁFICO XIV
MOVIMENTO DOS ÓBITOS DOS MAIORES DE SEIS ANOS
 (méd. móveis de 11 anos - mét. Livi-Bacci/Del Planta)



2.2 Mortalidade dos menores de sete anos

Através do gráfico relativo aos menores de 7, para 1677-1760, podemos constatar que, tal como os adultos, também foram afectados pela crise do ano de 1701, neste caso, uma grande crise: 16 óbitos, em período de média igual a 4 mortos.

Vimos também que o mês de Outubro concentrou mais óbitos do que os restantes meses, pelo que ganha consistência a hipótese de ter sido uma crise epidémica, já ventilada no caso dos adultos:

Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Julh.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
3	1	0	0	1	2	2	2	1	4	0	0

Para o primeiro período (1677-1760), a mortalidade dos menores de sete anos apresenta-se ainda com algumas pequenas crises para os anos de 1686, 1692, 1718, 1727, 1747, 1754, 1758 e 1760, em que os óbitos duplicam sensivelmente, relativamente aos anos contíguos.

Para o segundo período, 1840-1910, observámos menor número de ocasiões de mortalidade de crise: anos de 1842, 1854 e 1858. Mortalidade também gravosa, pode ver-se nos anos de 1864-66 e 1868-71, em que as médias anuais são largamente ultrapassadas. Depois, os picos são suaves se comparados com as médias dos anos imediatos.

GRÁFICO XV
MORTALIDADE DOS MENORES:
1677-1760
 (mét.Livi-Bacci/Del Planta)
 (méd.móv.de 11 anos)

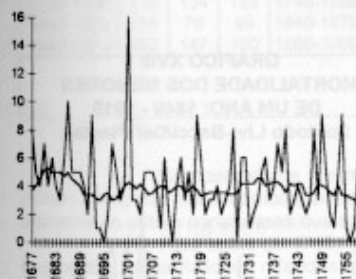
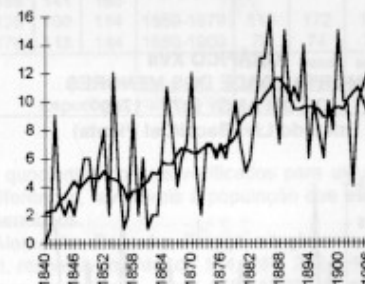


GRÁFICO XVI
MORTALIDADE DOS MENORES:
1840-1910
 (mét.Livi-Bacci/Del Planta)
 (méd.móv.de 11 anos)



A relativa estabilidade ao longo do 1º período deixa pressupor que o crescimento da paróquia foi lento ou que pode ter decrescido nos seus quantitativos populacionais; o contrário se pressupõe para o 2º período, pelo elevado ritmo da mortalidade de menores, sabendo-o acompanhado de elevados ritmos de fecundidade legítima e ilegítima.

2.3 Mortalidade dos menores de 1 ano

Através dos gráficos seguintes, pode verificar-se que só nos anos de 1686, 1740, 1758 e 1759, relativamente ao primeiro período, 1677-1760, se verificou uma mortalidade de crise nos menores de um ano de idade, em que o número de óbitos mais que duplica relativamente à média.

Para o segundo período, 1840-1910, verifica-se que os primeiros 15 anos foram de uma mortalidade instável, mas pouco gravosa, culminando no ano de 1865, com uma mortalidade de crise, em que o número de óbitos triplica relativamente à média. O ano de 1886 ultrapassa também largamente as médias observadas.

Para os menores de uma ano, as ocasiões críticas foram menos numerosas do que para a totalidade dos menores de 7, muito sujeitos a epidemias causadas por agentes externos. A alimentação ao seio das mães traria os menores de um ano mais protegidos de problemas gástricos e outros, muitas vezes fatais para crianças de tenra idade.

GRÁFICO XVII
MORTALIDADE DOS MENORES
DE UM ANO: 1677 - 1760
(método Livi-Bacci/Del Planta)

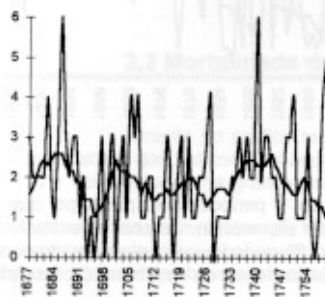
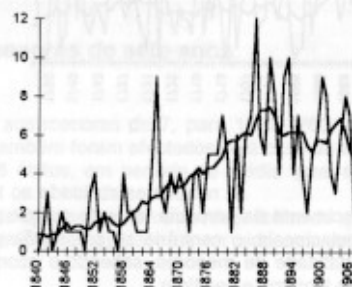


GRÁFICO XVIII
MORTALIDADE DOS MENORES
DE UM ANO: 1840 - 1910
(método Livi-Bacci/Del Planta)



Apesar da irregularidade da mortalidade dos menores de um ano e dos momentos de crise, a mortalidade infantil nesta paróquia de Santo André de Barcelinhos foi pouco gravosa, se comparada com outras observações.

Comparando os quocientes de mortalidade das crianças legítimas menores de um ano de idade de algumas paróquias portuguesas comparação expressa seguidamente e considerando os períodos cronologicamente mais coincidentes, vemos que os de Barcelinhos são menores do que os de Esporões, Alvito S. Pedro e Sul do Pico, salvo na viragem para o século XX, em que Barcelinhos apresenta os mais elevados quocientes de mortalidade infantil, mais próximos dos verificados para o Sul do Pico do que dos verificados para Alvito S. Pedro.

QUADRO 51'
QUOCIENTE DE MORTALIDADE DOS MENORES DE UM ANO
(comparação com outras paróquias)

Barcelinhos			Sul do Pico (adapt.)			Alvito S. Pedro (adapt.)					
Períodos	sexo mas.	Sexo fem.	sexo reun.	Períodos	sexo mas.	Sexo fem.	sexo reun.	Períodos	sexo mas.	Sexo fem.	sexo reun.
1680-1719	123	80	103	1740-1759	188	141	165				
1720-1759	116	134	125	1840-1879	128	100	114	1859-1879	116	172	143
1840-1879	116	76	99	1880-1909	170	118	144	1880-1909	79	74	78
1880-1910	152	147	150						sexo mas.	Sexo fem.	sexo reun.
								Esporões: 1650-1709	-	-	144,2

Comparando os mesmos quocientes com os verificados para alguns países europeus, constatámos grandes diferenças, favoráveis à população que estudámos e às outras portuguesas que apresentámos.

Para antes de 1700, na Alemanha, Espanha, França e Inglaterra, os quocientes de mortalidade referidos eram, respectivamente, de 154, 281, 252 e 187, resultados estes muito distantes dos que verificámos. Para 1780-1820, os quocientes verificados em Alemanha, Espanha, França e Suíça - respectivamente de 230, 220, 195 e 255 (Flinn:1989) - foram ainda mais elevados do que os verificados para as paróquias portuguesas acima referidas, em períodos posteriores.

Parece-nos que a situação portuguesa não se enquadra na que é dada como geral para toda a Europa do Antigo Regime, de quocientes de mortalidade infantil que ultrapassam os 200 por mil nascidos. No entanto, a continuidade destes estudos microanalíticos poderá vir a confirmar ou não esta situação.

¹ Sobre Sul do Pico ver Amorim:1992; sobre Alvito S. Pedro ver Miranda:1985; sobre Esporões ver Barbosa:1996, obras citadas. As referências a para o Sul do Pico e Alvito S. Pedro foram adaptadas.

2.4 Mortalidade dos expostos menores

Dos 230 expostos aqui baptizados identificámos 22 ao óbito, sendo 17 de menor idade. Para além dos baptizados nesta paróquia, também nela faleceram mais 69 menores dos quais não conhecemos o baptismo. Pelos casos em que a idade é assinalada, cremos que morriam mais no primeiro ano de vida, ao cuidado de suas amas, sendo estas normalmente identificadas.

Concluimos, pois, que a vida dos expostos é sujeita a grande mobilidade, perdendo-se facilmente o seu rasto; e que a sua existência, enquanto menores, parece ser algo muito frágil.

3. MORTALIDADE GERAL

Só para as gerações nascidas entre 1677 e 1752 é possível elaborar estudos sobre a mortalidade de modo a acompanhar os indivíduos ao longo de toda a sua vida, pela existência de registos sistemáticos de mortalidade infantil. Todos os indivíduos destas gerações têm um início e um fim de observação conhecidos. Para aqueles que saíram definitivamente da paróquia, abaixo denominados *emigrantes*, foi marcada como data final ou a última data relativa à família, quando é toda a família que se ausenta ou a data do vigésimo aniversário para aqueles de que só conhecíamos a data do seu baptismo, se emigram isolados, ou a data do último acto vital em que estiveram envolvidos, se emigram isolados e esta emigração ocorre depois dos 20 anos.

Este procedimento faz com que as saídas aos 20 anos nos surjam em muito maior número do que o que seria, na realidade; no entanto, para que o cálculo da mortalidade geral possa ser equilibrado e o mais próximo possível da realidade, admitimos distribuir, equitativamente, os emigrados aos 20 anos pelas 10 idades anteriores e posteriores.

Assim, chegámos ao conhecimento das saídas definitivas da paróquia e dos níveis de mortalidade a cada idade ¹

Observando os quocientes de mortalidade para estas gerações ou coortes, conclui-se que existe uma grande capacidade de sobrevivência à nascença, chegando 880 indivíduos em cada 1000 a completar um ano de idade, qualquer que seja o sexo.

¹ As respectivas tábuas de mortalidade podem consultar-se no anexo a este capítulo.

GRÁFICO XIX
SOBREVIVENTES POR MIL NASCIDOS
(Gerações nascidas de 1677 a 1752)

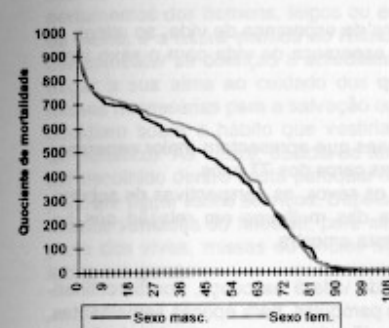
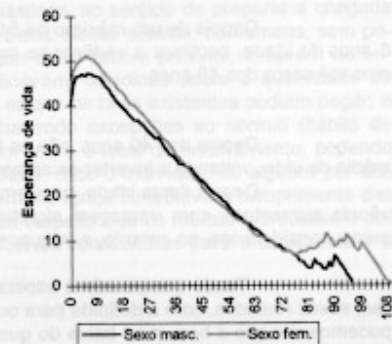


GRÁFICO XX
ESPERANÇA DE VIDA
(Gerações nascidas de 1677 a 1752)



São só cerca de 250 os que morrem de idade até 7 anos, sendo um número bastante elucidativo das razoáveis condições de sobrevivência. Nestas idades, o sexo feminino apresenta uma ligeiramente mais elevada capacidade de sobrevivência do que o sexo masculino.

Do mesmo modo, até cerca dos 66 anos, as mulheres apresentam um quociente de mortalidade superior ao dos homens, equilibrando-se os quocientes relativos aos dois sexos até cerca dos 78 anos a partir desta idade, passa-se a verificar um maior poder de sobrevivência do sexo masculino, invertendo-se as posições definitivamente, aos 88 anos.

Observando agora a esperança média de vida dos barcelinenses, verifica-se que, à nascença, a vantagem é do sexo feminino, com uma esperança de vida de 43 anos, contra 40 para o sexo masculino; esta diferença mantém-se até aos 2 anos, alargando-se a diferença para mais de 3 anos até aos 7 anos de idade.

Depois de um máximo de 51 anos de esperança de vida, ao atingir os 6 anos de idade, continua a verificar-se maior esperança de vida para o sexo feminino até cerca dos 40 anos.

Depois dos 40 anos, são os homens que apresentam maior esperança média de vida, voltando a inverter-se as posições cerca dos 77 anos.

Depois desta idade, para ambos os sexos, as perspectivas de sobrevivência aumentam, com vantagem significativa das mulheres em relação aos homens, considerando, no entanto, a pequenez desta amostra.

Tendo comparado a esperança de vida à nascença, dos barcelinenses, sexos reunidos, com a definida para outras paróquias, para épocas semelhantes, pudemos ver que é bem mais baixa do que a verificada para as paróquias do Sul do Pico, para 1740-1799, de 50 anos, mas bem mais alta do que a verificada para Tourouvre, 1670-1719 e 1720-1769, sendo de 25,1 e 33,09 anos, respectivamente (Amorim:1992) e 1987).

Verifica-se que a população desta paróquia, passados que sejam os primeiros cinco anos de vida, atinge uma esperança de vida máxima de cerca de 51 anos para o sexo feminino e de cerca de 47 para o sexo masculino. O limite máximo, aos 5 anos, para os naturais de Tourouvre, sexos reunidos, no último período já referido, o mais favorável, fica-se pelos 45 anos; depois dessa idade, a esperança de vida decresce continuamente, enquanto que nesta paróquia em estudo existe um patamar entre os 2 e os 6 anos, para o sexo masculino, e entre os 3 e os 5 anos, para o sexo feminino, em que a esperança de vida se mantém muito perto dos valores máximos.

Não abundam ainda os estudos sobre esperança média de vida para épocas do Antigo Regime. Serão necessários mais estudos à base da mortalidade infantil, para aquele período, para se poderem apontar quais as condições ou causas que estão na origem de tão diferentes resultados.

4. O HOMEM (E A IGREJA) PERANTE A MORTE

Perante a riqueza de informação dos registos paroquias, sobretudo dos de óbitos, não podíamos deixar de apresentar algumas visões sobre os comportamentos dos homens, leigos ou eclesiásticos, no sentido de preparar a chegada da morte, e a futura entrada no Reino de Deus. Nesse sentido, os homens, sem poder combater as doenças e acreditando que o fim estava próximo, tratavam de entregar a sua alma ao cuidado dos que ficavam, decidindo sobre a quantidade de missas necessárias para a salvação ou só as que os bens existentes podiam pagar, e decidiam sobre o hábito que vestiriam, havendo excepções ao normal (hábito de S.Francisco). Às vezes, decidia-se também sobre o local de enterramento, podendo ser escolhido dentro desta paróquia ou noutra, caso o indivíduo, ou alguém por ele, pudesse pagar esses serviços. Depois, a própria Igreja controlava o cumprimento das últimas vontades do falecido; para além do respeito que os mortos merecessem por parte dos vivos, missas ou ofícios significavam rendimentos para o celebrante e a Igreja em geral.

4.1 Os homens, entre as vésperas da morte e a sepultura

últimas vontades

Os testamentos são os documentos que consagram as **últimas vontades**, tanto relativas ao **pió**, como dizem, como aos bens terrenos e outras determinações; às vezes, é nos mesmos que se reconhecem os filhos tidos fora do casamento, de modo a poderem ser reconhecidos pela sociedade. Algumas das últimas vontades dizem respeito ao **hábito para a sepultura**. O mais comum, nesta paróquia pareceu ser o hábito de S.Francisco. No entanto, alguns homens optavam pelo de Sto António ou S.Pedro e os sacerdotes vestiam sempre hábitos sacerdotais. Quanto às mulheres, o de S.Francisco era muitas vezes substituído pelo da Conceição ou de viúva. Encontrámos descrições de mantos, referindo rendas e veludos e, esporadicamente, o uso do caixão. O seu uso, ao lado de outros aspectos, pareceu ser, nos primeiros séculos da nossa observação, sinal de algum bem-estar económico.

tempo e local de espera

Depois era o **tempo de espera** até ao momento da sepultura. Em alguns casos, vimos ser um tempo curtíssimo, dado o estado de adiantada decomposição do cadáver; noutros casos, seria o tempo regulamentar. Alguns exemplos:

- 4.01.1777: padre Antônio José de Faria, faleceu a 2 de Janeiro e só foi sepultado a 4; -16.09.1807: Francisco Antônio de Magalhães e Barros, da Rua de Baixo, foi sepultado no mesmo dia por não estar o cadáver *capaz de esperar*; - 3.04.1809: Manuel José do Nascimento, casado, pobre, foi sepultado no mesmo dia *por necessidade*; -8.03.1810: José Ferreira de Macedo, oficial pedreiro, foi achado morto na cama; foi sepultado no próprio dia, porque a Justiça assim o mandou, "ao depois de ser examinado exactamente na forma do costume"¹.

Entre a morte e a sepultura, qual o **local de espera** do falecido? Por um pedido especial da viúva de Manuel Gomes Bogas, da Rua de Baixo, que queria ficar em casa até ir para a sepultura, em 1760, acreditamos que os cadáveres esperariam a hora da sepultura noutra local, talvez na Igreja. Depois, os locais de enteramentos ou eram decididos pelo pároco ou pedidos pelos defuntos. Normalmente iam para a Igreja; os *importantes*, iam para a Capela de Nossa Senhora da Ponte ou Igreja da Colegiada de Barcelos ou ainda para a Igreja do Senhor da Cruz de Barcelos. Isto no caso dos adultos. As crianças iam normalmente para a Capela de S. Sebastião e Capela de Nossa Senhora da Ponte ou para a Igreja Paroquial.

paróquia e local de enterramento

Normalmente, os falecidos nesta paróquia, residentes ou não, eram aqui enterrados; pareceu-nos que, regra geral, o enterramento se fazia na Igreja mais próxima. Foi o caso do *Vidinha*: em 21 de Fevereiro de 1804, foi chamado o padre para sacramentar Domingos, o *Vidinha*, natural de Vilar de Mouros, Caminha, mas há muitos anos residente em Barcelinhos, onde foi enterrado.

No entanto, casos especialíssimos justificam outros comportamentos. Em 21 de Novembro de 1777, falecendo o Padre Manuel de Araújo, de Braga, mas residente em Barcelinhos, foi levado, *jacentemente, em andas*, para a cidade de Braga, onde foi sepultado, na Sé Primaz, no Claustro de Sto Amaro.

Mas se, uma criança morre sem baptismo ou se um adulto põe fim à sua vida, onde são sepultados?

Vimos, em 1750, ser enterrada uma criança exposta metade dentro e metade fora do local sagrado, no adro da capela de Nossa Senhora da Ponte, pela

¹ Óbitos 2, folha 166, verso.

dúvida de ter ou não recebido o baptismo.

No entanto, Paulo Martins, alfaiate, "*frenético e com pouco juízo atirou-se nele (no rio) de noite*", em 1689. Pedro, escravo, surgiu enforcado, pendurado numa árvore. E uma mulher, depois de ter tentado o suicídio no poço, inconsequentemente, atirou-se ao rio, de onde não saiu com vida.

Em nenhum destes casos vimos qualquer processo no sentido de averiguar-se da responsabilidade pessoal nestes actos. Era provavelmente o *pouco juízo* que justificava o perdão dos homens e a sepultura católica.

4.2 Depois da morte: o controlo da igreja

direitos do defunto e da igreja

Aconteceu, para o séc.XVII, em defuntos ausentes, de vermos assentos relativo a óbitos e ofícios de indivíduos ausentes. Posteriormente, esse costume-obrigação de se mandar celebrar os bens d'alma pelos defuntos ausentes ou que se supunham como tais, deve ter-se desvanecido, pois deixamos de encontrar essas referências.

No entanto, temos alguns indícios de que esse controlo existiu pelo menos até à época liberal. Notas à margem dos assentos tais como "*testamento e legítima não cumpridos*", "*dera a (...) saberei para tratar dos bens d'alma*", "*deve 700 rs do enterro*" ou "*faltou obrada*" eram muito comuns¹.

Entre 1835 e 1836, já no período liberal, o cônego-cura Manuel Afonso Sousa Dias deixou-nos ver que os serviços da Igreja eram, tal como hoje, serviços a serem pagos: num total de dezasseis assentos de óbitos feitos por este cônego, as notas, para além de outros dados incluem: *faltou obrada* - em 3 assentos; *faltou 10 missas* - em 1 assento; e *pobre, ou abintestado e nada se lhe fez* - em 4 assentos².

Posteriormente, este tipo de notas deixa de surgir; ou a vigilância foi afrouxada ou a técnica de registo para controlo se modificou.

¹ Um conjunto mais vasto, onde conste data, identificação e sinais de controlo vai inserido no anexo a este capítulo.

² O mesmo controlo se pode ver relativo aos baptizados: "*deve assento e vela 720*" e "*deve assento 480*" - N.4, folhas 73 e 74, versos.

últimos sacramentos

Do mesmo modo que se procurava que a família do defunto garantisse os sufrágios pela sua alma, também, já antes da morte, havia um cuidado rigoroso para que os religiosamente adultos não morressem sem os últimos sacramentos. O pároco ou a família poderiam vir a sofrer sanções dos Superiores da Igreja caso isso acontecesse por responsabilidades imputadas a alguém. Daí que, quando acontecia, os párocos registassem algo que o pudesse justificar, às vezes, servia a *morte repentina* ou por *apoplexia*.

Vejamos alguns exemplos destas justificações: - em 1665, Manuel Rodrigues, faleceu sem sacramentos; o padre refere "*não chamaram para confessar nem sacramentar*"; - em 1667, Grácia Rebelo, viúva, recebeu a visita do pároco, mas não os sacramentos, "*confiados que não morria tão depressa*"; - em 1676, faleceu repentinamente João Francisco, o maxaço, "*donde Deus nos libre*"; - em 1701, faleceu Manuel Martins às 4 h da manhã, tendo chamado o cirurgião, mas ao pároco, só quando já estava morto, segundo o seu relato, pelo que foram condenados a mulher e o cirurgião.

Notemos também o cuidado posto no assento de óbito do *Vidinha*, ocorrido a 21 de Fevereiro de 1804, de modo a que não houvesse responsabilidades a imputar: encontrava-se a morrer no quintal de Ricardo da Silva, enquanto comia a sopa de vinho oferecida pela mulher de Ricardo (era depois do meio dia).

Chamaram o padre que veio depressa, mas já achou estar o sobre-dito indivíduo morto, "*pois vendo o pulso da mão direita, achei na palpitação, estar quase despedido de todo e se foi breve nesta abriguação avista de muitas pessoas vezinhas que ahí se achavam, e disseram que estava morto, segundo as suas experiências*"¹; aqui morreu e aqui se enterrou com este *atestado de óbito*.

Havia alguma preocupação em identificar num falecido desconhecido as suas convicções religiosas, antes de lhe darem sepultura. Tal é notório em José de Poiães, de Ponte de Lima, pobre mendigo, que *mostrava ser católico, por umas contas que trazia ao pescoço e duas sacas de veneras religiosas*. Era, então, Setembro de 1877.

¹ Óbitos 2, folha 151, frente.

4.3 Causas das mortes: 1842 - 1847 (um registo de excepção)

Ao longo de todo o período estudado, os párocos foram assinalando, sem carácter sistemático, as causas das mortes dos indivíduos, certamente para justificarem a falta de todos ou parte dos últimos sacramentos.

Assim, de 4708 indivíduos falecidos nesta paróquia entre 1607 e Março de 1911, conhecemos 239 causas de morte (só 5%); no entanto, destas, 84 referem-se aos anos de 1842 a 1847, relativas aos 102 indivíduos falecidos no mesmo período, sendo cerca de 82%.

Das mesmas apresentamos uma síntese, identificadas tal como o pároco Sousa Guimarães as considerou¹.

<u>Causas dos óbitos dos maiores</u>	- asma.....1	- <i>captralgia</i>1	- hidropisia.....6
	- assassinio.....1	- sangue pelo nariz...1	- paralisia.....2
	- bexigas.....1	- ética.....1	- parto.....1
	- cancro.....4	- febre aguda.....2	- <i>supres.transpir. pulmonite</i>1
	- catarral.....9	- gangrena.....1	- tuberculose.....5
- caquexia.....9	- <i>gastroragia</i> crónica.1		
<u>Causa dos óbitos dos menores</u>	- afogamento...2	- escaldão.....2	- gastroenterite.....2
	- ataque de	- esgana2	- <i>gastropneumonia</i> .1
	- bichas1	- febre catarral.....4	- sarampo.....2
	- bexigas11	- febre gástrica.....1	- sama.....1
	- <i>lcamaras</i>1	- febre lenta.....1	
- desenteria.....1			

Segundo opinião de um especialista², podemos considerar duas grandes causas das mortes para o período considerado - 1842-1847: as provocadas por doenças pulmonares, afectando adultos e crianças (podemos considerar, ao todo, 22 casos - 22% dos falecidos no período considerado), onde encontram lugar a tuberculose, a ética, a asma e provavelmente as denominadas catarral, febre catarral, a *gastropneumonia* e a *supressão de transpiração pulmonite* por poderem ser

¹ Em itálico encontram-se as palavras de leitura e/ou tradução duvidosa.

No anexo a este capítulo, podem consultar-se alguns dos significados destas doenças.

² Doutor António Carlos Monteiro Capelo, médico-cirurgião do Hospital de S. Marcos, Braga.

sintomas de doenças pulmonares (não causas directas da morte); as provocadas por falta de higiene (16% dos falecidos), afectando sobretudo as crianças, permitindo o alastramento das doenças infecto-contagiosas, tais como as bexigas (variola), a sarna, o *ataque de bichas* e o sarampo; estas não serão as autênticas causas das mortes, antes, as suas manifestações visíveis aos olhos do pároco ou de quem as sugira.

De considerar ainda que a manifestação de quatro cancros - externos, certamente - poderia ser aumentada se a ciência e a tecnologia permitissem a identificação dos mesmos, tal como hoje acontece. No entanto, é já um número significativo, no conjunto destas observações.

Os acidentes, tais como os afogamentos, o escaldão e o assassinio, por serem imprevisíveis, não merecem semelhante análise.

Perguntando-nos o porquê da novidade do registo quase sistemático das causas das mortes, considerámos que, se no caso das crianças se pôde julgar que o aparecimento inesperado das *bexigas* podem ser a razão, no caso dos adultos não parece haver relação directa com qualquer crise. Mais parece que o pároco considerou dever proceder de modo semelhante para todos os falecidos.

Para toda a observação, a causa de morte mais comumente referida foi o afogamento. Dos 45 afogamentos, significando 29,6% de todas as causas assinaladas, 37 aconteceram no rio Cávado, 27 dos quais entre Junho e Setembro, tempo de mais calor. Tal como ainda hoje, o rio era procurado como paraíso de frescura em tempo de Verão e, tal como hoje, esconde ciladas para os veraneantes incautos.

Observámos 15 referências a mortes de mulheres dentro de um mês após o parto. Os párocos referiam algumas vezes o parto como causa da morte, ou quando o parto acontecera "*há poucos dias*" ou quando a mãe ou a mãe e a criança morriam no mesmo acto, casos mais raros.

ANEXO AO CAPÍTULO V

1. QUADRO 52: LISTA DAS PARÓQUIAS DE NATURALIDADE DOS FALECIDOS EM SANTO ANDRÉ DE BARCELINHOS NÃO INTEGRADOS EM FAMÍLIAS. Número de falecidos por período

Paróquias	1806-1799		1800-1910		Paróquias	1806-1799		1800-1910	
	Sexo mas.	Sexo fem.	Sexo mas.	Sexo fem.		Sexo mas.	Sexo fem.	Sexo mas.	Sexo fem.
Barcelos:					Barcelos:				
Abade de Neiva	0	3	0	0	Manhente	0	0	0	2
Adães	1	0	0	0	Martim	0	0	0	1
Alvelos	2	5	2	0	Midões	1	0	0	1
Arcozelo	0	2	0	2	Milhazes	0	2	1	1
Areias	1	0	0	0	Moure	0	1	1	0
Barqueiros	0	1	0	0	Paradela	0	1	0	0
Cabreiros	1	0	2	0	Perehal	0	0	0	1
Carvalhal	1	2	1	1	Pereira	0	0	2	0
Carvalhas	1	0	1	0	Remelhe	0	1	1	0
Chorente	0	0	0	1	Rio Tinto	0	0	1	0
Courel	0	0	0	1	Roriz	0	1	0	2
Creixomil	0	0	0	1	S. Miguel da Carrª	0	0	0	1
Escariz	1	0	0	0	S. Pedro de Alvito	1	0	1	0
Feitos	1	0	0	1	S. Romão da Ucha	0	2	0	0
Fonteboa	0	0	1	1	S. Veríssimo	0	0	1	1
Fonte Coberta	0	1	0	0	Silva	0	0	1	0
Fornelos	1	0	0	0	Santa Eugénia	0	3	0	0
Fragoso	0	1	0	0	Santa Leocádia	2	1	0	0
Gamil	1	2	0	0	Tamel	0	1	1	1
Gilmonde	1	1	0	1	Várzea, S. Bento	0	1	0	0
Goios	0	1	0	1	Vila Cova	0	0	1	1
Lijó	0	0	0	1	Vila Fresc. S. Martª	0	0	1	0
Madalena Vilar	0	0	0	1	Vila Fresc. S. Pedro	0	2	0	0
Esposende:					Vila Fria	0	1	0	0
Curvos	0	1	0	0	Vila Seca	0	0	0	1
Fão	0	0	1	0	V.N.de Famalicão:				
Palmeira	1	0	0	0	Arcos	0	0	1	0
Guimarães:					Bagunte	1	0	0	0
Covas	1	0	0	0	Cavalões	0	0	1	0
Guimarães	1	0	1	0	Joane	0	0	0	1
Mozege	1	0	0	0	Louro	0	0	1	1

(cont.)

Paróquias	1606-1799		1800-1910		Paróquias	1606-1799		1800-1910	
	Sexo mas.	Sexo fem.	Sexo mas.	Sexo fem.		Sexo mas.	Sexo fem.	Sexo mas.	Sexo fem.
Fafe:	0	0	1	0	Lousada	2	0	0	0
V*Verd: Portela	0	0	0	1	Requião	1	0	0	0
Valença:	0	0	0	1	Vila N. Famalicão	1	1	0	2
Ponte de Lima:					Melgaço:				
Poiães	0	0	0	1	S. Paio	0	1	0	0
Ponte de Lima	1	0	1	1	S. Tiago de Fiães	0	1	0	0
Vitor, ° de Piães	0	0	1	0	Viana:	0	1	1	0
Braga:					Porto, Carrzedo:	1	0	0	0
Braga	3	0	1	0					
Maximinos	1	0	0	0	Galiza:				
Santo Tirso:	0	0	0	1	Biscaia	1	0	0	0
Vila do Conde:	1	1	0	0	Galiza	2	3	2	0
Amarante:	0	0	1	0	Tuy	0	0	1	0
Santarém:	0	1	0	0					
Lisboa:	1	0	0	0	Benguela, África	0	0	0	1
Paris, França	0	0	0	1					

2. QUADRO 53: MORTALIDADE GERAL
Gerações nascidas de 1677 a 1752

Id.	Efectivos Iniciais			Saídos de observação			Falecidos		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
0	646	674	1320	45	40	85	75	79	154
1	526	555	1081	2	2	4	32	26	58
2	492	527	1019	2	4	6	11	16	27
3	479	507	986	3	4	7	16	19	35
4	460	484	944	1	0	1	4	12	16
5	455	472	927	2	3	5	17	7	24
6	436	462	898	0	1	1	6	6	12
7	430	455	885	2	2	4	6	8	14
8	422	445	867	1	0	1	7	1	8
9	414	444	858	0	1	1	8	2	10
10	406	441	847	10	7	17	0	1	1
11	406	439	845	10	7	17	1	2	31
12	405	436	841	10	6	16	2	2	4

(cont.)

Id.	Efectivos Iniciais			Saídos de observação			Falecidos		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
13	403	434	837	10	6	16	0	2	2
14	403	432	835	10	76	17	0	4	4
15	403	427	830	10	7	16	2	1	3
16	401	426	827	10	9	17	2	3	5
17	399	422	821	11	8	20	4	3	7
18	394	416	810	12	11	20	3	2	5
19	389	412	801	12	9	23	1	0	1
20	386	407	793	25	6	34	3	2	5
21	172	283	455	11	13	17	2	7	9
22	169	276	445	12	10	25	5	0	5
23	162	269	431	10	8	20	1	3	4
24	161	262	423	12	10	20	2	3	5
25	157	257	414	12	7	22	1	2	3
26	154	251	405	13	9	20	1	0	1
27	150	250	400	13	8	22	2	2	4
28	145	245	390	13	7	17	1	0	1
29	141	243	384	10	1	1	5	2	7
30	136	240	376	0	1	1	0	2	2
31	136	237	373	1	5	6	0	3	3
32	135	229	364	4	2	6	0	2	2
33	131	225	356	2	2	4	1	1	2
34	128	222	350	3	2	5	3	1	4
35	122	219	341	2	1	3	1	0	1
36	119	218	337	2	3	5	0	2	2
37	117	213	330	2	1	3	4	1	5
38	111	211	322	1	0	1	3	4	7
39	107	207	314	1	3	4	2	0	2
40	104	204	308	0	2	2	3	1	4
41	101	201	302	0	1	1	0	1	1
42	101	199	300	1	4	5	1	2	3
43	99	193	292	3	2	5	1	1	2
44	95	190	285	0	0	0	3	0	3
45	92	190	282	2	1	3	1	3	4
46	89	186	275	0	0	0	1	2	3

(cont.)

Id.	Efectivos Iniciais			Saídos de observação			Falecidos		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
47	88	184	272	1	1	2	1	3	4
48	86	180	266	0	0	0	2	3	5
49	84	177	261	0	0	0	2	5	7
50	82	172	254	0	1	1	2	6	8
51	80	165	245	0	1	1	1	5	6
52	79	159	238	1	0	1	3	3	6
53	75	156	231	0	0	0	0	1	1
54	75	155	230	0	1	1	1	5	5
55	74	149	223	1	0	1	1	3	4
56	72	146	218	1	1	2	2	5	7
57	69	140	209	0	1	1	3	10	13
58	66	129	195	0	0	0	1	4	5
59	65	125	190	2	0	2	2	5	7
60	61	120	181	0	0	0	4	1	5
61	57	119	176	0	1	1	1	2	3
62	56	116	172	0	0	0	3	3	6
63	53	113	166	0	1	1	2	9	11
64	51	103	154	0	0	0	2	8	10
65	49	95	144	0	0	0	1	4	5
66	48	91	139	0	0	0	1	8	9
67	47	83	130	0	0	0	4	7	11
68	43	78	119	0	1	1	3	1	4
69	40	74	114	2	0	2	2	2	4
70	36	72	108	0	0	0	4	6	10
71	32	66	98	0	0	0	1	5	6
72	31	61	92	0	0	0	2	4	8
73	29	57	86	0	0	0	4	9	13
74	25	48	73	0	0	0	1	3	4
75	24	45	69	0	0	0	2	4	6
76	22	41	63	0	0	0	2	4	6
77	20	37	57	0	0	0	0	8	8
78	20	29	49	0	0	0	3	5	8
79	17	24	41	0	0	0	1	2	3
80	16	22	38	0	0	0	1	5	6

(cont.)

Id.	Efectivos Iniciais			Saídos de observação			Falecidos		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
81	15	17	32	0	0	0	4	2	6
82	11	15	26	0	0	0	5	2	7
83	6	13	19	0	0	0	0	2	2
84	6	11	17	0	0	0	1	2	3
85	5	9	14	0	0	0	0	1	1
86	5	8	13	0	0	0	1	2	3
87	4	6	10	0	0	0	2	0	2
88	2	6	8	0	0	0	0	0	0
89	2	6	8	0	0	0	1	0	1
90	1	6	7	0	0	0	0	1	1
91	1	5	6	0	0	0	0	1	1
92	1	4	5	0	0	0	0	0	0
93	1	4	5	0	0	0	0	1	1
94	1	3	4	0	0	0	0	0	0
95	1	3	4	0	0	0	0	0	0
96	1	3	4	0	0	0	1	0	1
97	0	3	3	0	0	0	0	0	0
98	0	3	3	0	0	0	0	1	1
99	0	2	2	0	0	0	0	0	0
100	0	2	2	0	1	1	0	0	0
101	0	1	1	0	0	0	0	0	0
102	0	1	1	0	0	0	0	0	0
103	0	1	1	0	0	0	0	0	0
104	0	1	1	0	0	0	0	0	0
105	0	1	1	0	0	0	0	0	0
106	0	1	1	0	0	0	0	0	0
107	0	1	1	0	0	0	0	0	0
108	0	1	1	0	0	0	0	1	1
109	0	0	0	0	0	0	0	0	0

3. QUADRO 54: TÁBUA DE MORTALIDADE
Gerações nascidas de 1677 a 1752

Id.	Sobreviventes			Quociente de mortalidade por mil			Esperança de vida		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
0	1000	1000	1000	120,29	120,80	120,55	40,21	43,14	41,92
1	880	879	879	60,95	46,93	53,75	44,64	48,00	46,60
2	826	838	832	22,40	30,48	26,57	46,50	49,34	48,21
3	808	812	810	33,51	37,62	35,62	46,56	49,87	48,52
4	781	782	781	8,71	24,79	16,96	47,15	50,80	49,29
5	774	762	768	37,44	14,88	25,96	46,56	51,08	49,13
6	745	751	748	13,76	13,00	13,37	47,36	50,85	49,43
7	735	741	738	13,99	17,62	15,86	47,01	50,51	49,09
8	724	728	726	16,61	2,25	9,23	46,67	50,41	48,87
9	712	727	720	19,32	4,51	11,66	46,45	49,52	48,33
10	698	723	711	0,00	2,27	1,18	46,35	48,74	47,89
11	698	722	710	2,46	4,56	3,55	45,35	47,85	46,95
12	697	718	708	4,94	4,59	4,76	44,47	47,07	46,11
13	693	715	704	0	4,61	2,39	43,68	46,28	45,33
14	693	712	702	0	9,27	4,79	42,68	45,50	44,44
15	693	705	699	4,96	2,34	3,61	41,68	44,92	43,65
16	690	704	697	4,99	7,05	6,05	40,89	44,02	42,80
17	686	699	693	10,04	7,13	8,55	40,09	43,33	42,06
18	680	694	687	7,63	4,82	6,19	39,49	42,64	41,42
19	674	690	683	2,58	0,00	1,25	38,79	41,84	40,68
20	673	690	682	10,70	5,78	7,98	37,89	40,84	39,73
21	665	686	676	11,66	24,73	19,80	37,30	40,08	39,04
22	658	669	663	29,76	0,00	11,35	36,73	40,08	38,82
23	638	669	655	6,17	11,24	9,32	36,84	39,08	38,26
24	634	662	649	12,50	11,49	11,88	36,07	38,52	37,62
25	626	654	641	6,41	7,84	7,30	35,52	37,96	37,06
26	622	649	637	6,56	0,00	2,48	34,74	37,26	36,33

(cont.)

Id.	Sobreviventes			Quociente de mortalidade por mil			Esperança de vida		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
27	618	649	635	13,47	8,05	10,08	33,97	36,26	35,42
28	610	644	629	6,97	0	2,58	33,43	35,55	34,77
29	606	644	627	35,46	8,25	18,25	32,66	34,55	33,86
30	584	639	616	0	8,35	5,33	32,84	33,83	33,48
31	584	633	612	0	12,79	8,11	31,84	33,11	32,66
32	584	625	608	0	8,77	5,54	30,84	32,53	31,92
33	584	620	604	7,69	4,46	5,65	29,84	31,82	31,10
34	580	617	601	23,72	4,52	11,51	29,07	30,96	30,27
35	566	614	594	8,26	0,00	2,95	28,76	30,10	29,62
36	561	614	592	0	9,24	5,98	28,00	29,10	28,70
37	561	608	589	34,48	4,71	15,22	27,00	28,36	27,87
38	542	606	580	27,15	18,96	21,77	26,94	27,49	27,30
39	527	594	567	18,78	0,00	6,41	26,68	27,02	26,89
40	517	594	563	28,85	4,93	13,03	26,18	26,02	26,06
41	502	591	556	0	4,99	3,32	25,95	25,14	25,40
42	502	588	554	9,95	10,15	10,08	24,95	24,27	24,48
43	497	582	549	10,26	5,21	6,91	24,19	23,51	23,73
44	492	579	545	31,58	0	10,53	23,44	22,63	22,89
45	477	579	539	10,99	15,83	14,26	23,18	21,63	22,13
46	471	570	531	11,24	10,75	10,91	22,44	20,97	21,44
47	466	564	526	11,43	16,35	14,76	21,69	20,19	20,67
48	461	555	518	23,26	16,67	18,80	20,93	19,52	19,97
49	450	545	508	23,81	28,25	26,82	20,42	18,84	19,35
50	439	530	494	24,39	34,99	31,56	19,90	18,38	18,87
51	429	511	479	12,50	30,40	24,54	19,39	18,02	18,47
52	423	496	467	38,22	18,87	25,26	18,63	17,57	17,92
53	407	487	455	0	6,41	4,33	18,35	16,90	17,37
54	407	483	453	13,33	32,36	26,14	17,35	16,01	16,44
55	402	468	441	13,61	20,13	17,98	16,57	15,53	15,87

(cont.)

Id.	Sobreviventes			Quociente de mortalidade por mil			Esperança de vida		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
56	396	458	434	27,97	34,36	32,26	15,80	14,83	15,15
57	385	443	420	43,48	71,68	62,35	15,24	14,34	14,64
58	368	411	393	15,15	31,01	25,64	14,91	14,41	14,58
59	363	398	383	31,25	40,00	37,04	14,13	13,86	13,95
60	351	382	369	65,57	8,33	27,62	13,57	13,41	13,47
61	328	379	359	17,54	16,88	17,09	13,48	12,52	12,84
62	323	373	353	53,57	25,86	34,88	12,72	11,73	12,05
63	305	363	340	37,74	80,00	66,47	12,41	11,03	11,47
64	294	334	318	39,22	77,67	64,94	11,88	10,94	11,25
65	282	308	297	20,41	42,11	34,72	11,34	10,82	11,00
66	277	295	287	20,83	87,91	64,75	10,57	10,28	10,37
67	271	269	268	85,11	84,34	84,62	9,78	10,22	10,06
68	2478	246	246	69,77	13,25	33,76	9,64	10,11	9,94
69	230	243	237	51,28	27,03	35,40	9,33	9,24	9,27
70	219	237	229	111,11	83,33	92,59	8,81	8,49	8,59
71	194	217	208	31,25	75,76	61,22	8,84	8,21	8,42
72	188	200	195	64,52	65,57	65,22	8,11	7,84	7,93
73	176	187	182	137,93	157,89	151,16	7,64	7,36	7,45
74	152	158	155	40,00	62,50	54,79	7,78	7,65	7,69
75	146	148	146	83,33	88,89	86,96	7,08	7,12	7,11
76	134	135	134	90,91	97,56	95,24	6,68	6,77	6,74
77	121	122	121	0	216,22	140,35	6,30	6,45	6,39
78	121	95	104	150,00	172,41	163,27	5,30	7,09	6,36
79	103	79	87	58,82	83,33	73,17	5,15	7,46	6,50
80	97	72	81	62,50	227,27	157,89	4,44	7,09	5,97
81	91	56	68	266,67	117,65	187,50	3,70	8,03	6,00
82	67	49	55	454,55	133,33	269,23	3,86	8,03	6,27
83	36	43	40	0	153,85	105,26	5,67	8,19	7,39
84	36	36	36	166,67	181,82	176,47	4,67	8,59	7,21
85	30	30	30	0	111,11	71,43	4,50	9,39	7,64

A SINCRONIA DE ALGUMAS DOENÇAS REFERIDAS
COMO CAUSAS DAS MORTES - 1842-1847

(cont.)

Id.	Sobreviventes			Quociente de mortalidade por mil			Esperança de vida		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
86	30	26	28	200	250,00	230,77	3,50	9,50	7,19
87	24	20	21	500	0	200	3,25	11,50	8,20
88	12	20	17	0	0	0	5,00	10,50	9,13
89	12	20	17	500	0	125,00	4,00	9,50	8,13
90	6	20	15	0	166,67	142,86	6,50	8,50	8,21
91	6	16	13	0	200	166,67	5,50	9,10	8,50
92	6	13	11	0	0	0	4,50	10,25	9,10
93	6	13	11	0	250	200	3,50	9,25	8,10
94	6	10	8	0	0	0	2,50	11,17	9,00
95	6	10	8	0	0	0	1,50	10,17	8,00
96	6	10	8	1000	0	250	0,50	9,17	7,00
97	0	10	6	0	0	0	0	8,17	8,17
98	0	10	6	0	333,33	333,33	0	7,17	7,17
99	0	7	4	0	0	0	0	9,50	9,50
100	0	7	4	0	0	0	0	8,50	8,50
101	0	7	4	0	0	0	0	7,50	7,50
102	0	7	4	0	0	0	0	6,50	6,50
103	0	7	4	0	0	0	0	5,50	5,50
104	0	7	4	0	0	0	0	4,50	4,50
105	0	7	4	0	0	0	0	3,50	3,50
106	0	7	4	0	0	0	0	2,50	2,50
107	0	7	4	0	0	0	0	1,50	1,50
108	0	7	4	0	1000	1000	0	0,50	0,50
109	0	0	0	0	0	0	0	0,50	0

Produto de esperanças e p. 99.

TUBER - destruição gradual dos tecidos. O termo "tubo" foi provavelmente usado para designar em especial a TUBERCULOSE pulmonar. A palavra "tubo" neste "tubo" tem um significado semelhante.

4. QUADRO 55:
SINAIS DE CONTROLO DOS BENS D'ALMA PELA IGREJA

DATA	IDENTIFICAÇÃO	SINAIS DE CONTROLO - OBS. DO PÁROCO
10.01.1631	João Costa, 1º Dom. Gonç.	testamento e legitima - não cumpridos
14.02.1640	Inês Domingas	falta 1 estado
29.09.1646	João Fernandes, ferreiro, de fora	mulher ficou com os bens que diziam ser muitos; até 1º de Jan. de 1648 não fizeram nada
22.01.1651	Ana, solteira	o pai não quis fazer nada
16.04.1656	Sabina Gonçalves, solteira	dera ao João Francisco; <i>saberei... para tratar dos bens d'alma</i>
18.06.1656	Antª Gomes, solteira	não era pobre; não lhe fizeram nada; <i>logo procurarei ...</i>
17.07.1666	Grácia de Almeida	deve 700 rs do enterro
10.06.1731	Mª Gomes, viúva	testª: 25+5 missas; só disseram 3+12 missas
02.04.1776	P. Domingos Costa Brandão	testª não fez; apareceu um papel que não era de letra sua nem sei fosse por ele assinado;(...) de pio só 500 missas
18.08.1779	P Antª Álvares, terrª Ponte	falta pagar 2ª e 3ª ofícios
07.10.1810	José Fern. Micharro, Mareces	uso e costume, mais 10 missas - não feitas
29.07.1835	Antª J. Silva, o coral	ofício de 9 padres; <i>faltou obrada</i>
20.11.1854	António, menor	deve 400 reis de direitos. Pagou.

5. SIGNIFICADO DE ALGUMAS DOENÇAS REFERIDAS
COMO CAUSAS DAS MORTES : 1842-1847

- ASMA - doença da árvore brônquica que provoca dificuldade de respirar; pode ser uma doença passageira, mas, sendo crónica, pode ter consequências graves se não for tratada.
- BEXIGAS (designação popular de VARÍOLA) - doença causada por vírus, muito contagiosa, caracterizada por uma erupção da pele, que deixa pequenas cicatrizes côncavas. Por vezes provoca cegueira e pode ser fatal.
- FEBRE... - A maior parte das vezes é o resultado de uma infecção bacteriana ou por vírus, constituindo uma importante indicação do estado de gravidade do doente.
- GASTROENTERITE - inflamação da membrana mucosa que reveste a superfície interior do estômago e dos intestinos. Pode ser originada por uma doença contagiosa, idiosincrasia, distúrbios emocionais, irritação ou qualquer outra causa. Entre os seus sintomas, incluem-se febre, vômitos e diarreia.
- HIDROPISIA ou EDEMA - acumulação anormal de líquido nos tecidos do organismo, produzindo inchaço. Não sendo propriamente uma doença, pode constituir um sintoma de uma doença (por exemplo, de coração) ou de deficiência alimentar.
- SARAMPO - doença infecciosa causada por um vírus. Podendo atingir pessoas de todas as idades, a maior parte dos adultos possuem uma imunidade em relação a esta doença, pelo facto de a ter contraído em criança.
- SARNA - Infestação por ácaros que se alojam na pele. Doença típica da falta de higiene, transmite-se pelo contacto directo.
- TUBERCULOSE - doença infecciosa e contagiosa. Afecta com mais frequência os pulmões, mas pode também atingir a laringe, os ossos, as articulações, a pele, os gânglios linfáticos, os intestinos, os rins e o sistema nervoso. Habitualmente, a doença é contraída pela inalação dos bacilos, que deste modo penetram nos pulmões, ou pela ingestão de alimentos contaminados. As gotículas de saliva, espalhadas pela tosse e pelos espirros do doente, propagam os germes directamente para o ar e para as outras pessoas. Estes germes podem também sobreviver durante largos períodos de tempo nos produtos da expectoração e no pó.
- TÍSICA - destruição gradual dos tecidos. O termo "tísica" foi primeiramente usado para designar em especial a TUBERCULOSE pulmonar. A doença denominada "ética" tem um significado semelhante.

Capítulo VI

MOBILIDADE

Ao longo de toda a investigação que deu origem a este trabalho, fomos-nos apercebendo da grande dificuldade em acompanhar os indivíduos e até as famílias, por saírem em grande número do nosso campo de observação.

Registos de óbitos e de casamentos dão-nos conta do grande número de indivíduos presentes nesta paróquia de Santo André de Barcelinhos, sendo naturais de outras.

Referências ao Brasil, quer como destino final dos falecidos, quer como naturalidade ou residência anterior dos nubentes quer ainda como residência de padrinhos de baptismo, deram mais razão de ser a este trabalho, já que se integra num Curso de Mestrado em que a relação Portugal-Brasil é o tema fundamental, levando-nos ainda a procurar outras relações para além das já observadas, tal como o movimento emigratório para aquele país ¹.

Desde cedo compreendemos que o estudo da mobilidade de uma população é um fenómeno difícil de observar, pelo que nos dispusemos a analisá-la segundo vários dos recursos de que dispúnhamos.

Assim, no desenvolvimento deste tema, depois de fazermos uma abordagem ao problema da mobilidade em tempo de registos de mortalidade infantil,

¹ No anexo a este capítulo pode ver-se uma listagem de ocorrências que indiciam movimentos emigratórios (não contabilizados em guias ou processos de passaporte) e imigratórios ao longo dos 3 séculos desta observação.

teremos em mente a mobilidade resultante da observação da naturalidade dos residentes nesta paróquia, qualquer que seja o motivo da sua estadia. Seguidamente, a mobilidade será abordada tendo por base ora as guias de passaporte interno, ora as guias de passaporte externo e os processos de passaporte.

1. APROXIMAÇÃO AO PROBLEMA DA MOBILIDADE DISPONDO DE REGISTOS DE MORTALIDADE INFANTIL

"No primeiro do mês de Julho veo notícia certa que no mês de Junho ou Mayo antecedente fallecera na cidade de Lisboa, Bento Gomes, solteyro, filho que ficou de Ant^o Gomes çapateiro e tinha legitima (...) ficou herdeiro seu irmão Ant^o Gomes q casou na villa" (Misto 3-ano de 1689).

"Aos dous de Oitubro de seiscentos e oitenta e seis veo novas q fallecera Miguel gomes rebelo filho de Domingos Gomes cocheiro e estava no Alentejo hera já de mayor idade" (Misto 3).

Informações do género das apresentadas acima encontram-se ao longo de todos os livros de registos de óbitos, embora sejam mais frequentes para antes do séc.XIX. Podem ser uma contribuição para o conhecimento ou a compreensão das ausências dos que saem do nosso campo de observação sem outros sinais. No entanto, o seu conjunto (78 casos desde 1608 a 1910) não chega a ser significativo, quer pelo número, quer pelo seu carácter esporádico.

De qualquer modo, para que um estudo relativo à mobilidade seja concludente deve dominar-se totalmente a variável mortalidade. Barcelinhos teve a sorte de receber como pároco, o padre António de Vilas Boas, entre os séc.XVII e XVIII, que manifestou bastante empenho pessoal na edificação da História desta paróquia e das suas obras. Registou, para além de muitas notas importantes para a História Local, o óbito de menores, desde 1677 até ao fim dos seus dias, em 1711, comportamento este que foi continuado também pelos párocos seguintes até cerca de 1760. Perdendo-se esta prática, só se reiniciou posteriormente em 1840, de forma sistemática, como já vimos anteriormente.

Para este estudo, em famílias estáveis, considerámos que os indivíduos de quem só temos o registo de nascimento saíram da paróquia, considerando o dia do seu vigésimo aniversário como fim de observação, uma idade que pensámos intermédia entre a idade para o casamento e a idade de saída por motivos de trabalho. Em famílias móveis, considerámos um fim de observação para a generalidade dos membros no dia do último acto vital registado para qualquer um dos membros da família.

Todos os indivíduos são observados entre duas datas, salvo no tempo em que não há registos de mortalidade infantil, em que os filhos de um casal que não vimos casar, nem sair, nem morrer, permanecem sem fim de observação preciso. Para essas épocas, teremos este facto em conta.

Do mesmo modo, para os indivíduos que entraram nesta paróquia, considerámos um início de observação no dia do primeiro acto vital verificado para um dos membros da família a que pertencem, aqui ocorrido; o fim de observação poderá ser a data de óbito ou outra em que os saibamos intervenientes.

Para o estudo da mobilidade isolada e em família até aos 20 anos¹, considerámos os efectivos no início de cada década e, descontando os falecidos até aos 20 anos, sabemos com rigor, quantos saíram antes dos 20 anos - certamente envolvidos num processo de migração familiar - e quantos têm saída marcada aos 20 anos - considerados migrantes isolados. Destas distribuições daremos conta nos quadros 56 e 57 e gráficos seguintes (XXI a XXVI), distinguindo os sexos.

No primeiro período, 1680-1749, do princípio para o fim da observação, é visível algum decréscimo dos quantitativos nascidos. Se a saída dos indivíduos em idades inferiores a 20 anos pode ter alguma responsabilidade nesse decréscimo, com certeza que a migração isolada, que considerámos ser aos 20 anos, tem uma responsabilidade ainda maior, quer no sexo masculino, quer no feminino.

Notámos que, à maior percentagem de saídas antes dos 20 anos, corresponde uma menor percentagem aos 20 anos e a percentagens também consideráveis depois dos 20 anos: é o caso das gerações nascidas na década de 1700, supondo-se migrações em família.

É ainda patente, para este primeiro período, a forte mobilidade geral desta população, em níveis entre 43% e 50% para o sexo masculino (salvo para as gerações nascidas em 1730-39), e entre 27 e 43% para o sexo feminino. Não parece ter havido, em Barcelinhos, do séc.XVII para o séc.XVIII, melhoria significativa das condições de sobrevivência para os naturais desta paróquia.

¹ Dada a falta de registos de mortalidade dos indivíduos de menoridade religiosa, não podemos prolongar esta observação para além de 1749. E por se aproximar do fim da nossa observação achámos prudente terminar este estudo, para o segundo período, em 1879.

QUADRO 56
MOBILIDADE ISOLADA E EM FAMÍLIA
(1680 - 1749) e (1840 - 1879)

1º per.	Nascimentos		Id.ób.<20		Saída<20		Saída isol.=20		Saída>20	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
1680-89	109	107	37	26	9	8	38	22	6	4
1690-99	91	119	23	29	4	10	34	22	7	6
1700-09	101	102	24	28	15	14	23	16	7	13
1710-19	94	90	25	22	6	6	23	8	12	11
1720-29	104	103	26	23	9	8	31	15	5	12
1730-39	95	101	23	22	7	11	24	15	3	8
1740-49	81	82	22	31	6	5	27	15	3	4
2º per.										
1840-49	108	122	22	25	22	23	30	21	-	-
1850-59	120	105	29	23	15	4	26	29	-	-
1860-69	146	118	43	29	10	6	30	21	-	-
1870-79	175	113	46	28	17	5	43	24	-	-

QUADRO 57
MOBILIDADE ISOLADA E EM FAMÍLIA
Percentagens em relação aos efectivos iniciais
(1680 - 1749) e (1840 - 1879)

1º per.	Saída<20		Saída. isol=20		Saídas>20		Tot. saídas	
	M	F	M	F	M	F	M	F
1680-89	8,2	7,5	34,9	20,6	5,5	3,7	48,6	31,8
1690-99	4,4	8,4	37,4	18,4	7,7	5,0	49,5	31,9
1700-09	14,9	13,7	22,8	15,7	6,9	12,7	44,6	42,2
1710-19	6,4	6,7	24,4	8,9	12,8	12,2	43,6	27,8
1720-29	8,7	7,8	29,8	14,6	4,8	11,7	43,3	34,0
1730-39	7,4	10,9	25,2	14,9	3,2	7,9	35,8	33,7
1740-49	7,4	6,1	32,9	18,3	3,7	4,9	44,4	29,3
2º per.								
1840-49	20,3	18,8	27,7	17,2	-	-	-	-
1850-59	12,5	3,8	21,6	27,6	-	-	-	-
1860-69	6,8	5,0	20,5	17,7	-	-	-	-
1870-79	9,7	4,4	24,5	21,2	-	-	-	-

Para o 2º período apresentado, 1840-79 é visível, década a década, um gradual aumento dos efectivos iniciais, com algumas oscilações para o sexo feminino, e um nível de mortalidade antes dos 20 anos não mais penoso do que no período anterior. Perante este quadro demográfico, pareceria necessário garantir maior escoamento de indivíduos para fora da paróquia.

No entanto, se as saídas dos indivíduos do sexo masculino, antes dos 20 anos se elevam percentualmente, já as dos de 20 anos baixam; no sexo feminino, parece ser o contrário: são mais elevadas as percentagens de saída das mulheres aos 20 anos do que as de menos de 20 anos (salvo para as gerações nascidas de 1840 a 1849).

Para os do sexo masculino nascidos na década de 1840, parece-nos evidente a atracção que a emigração provocou neles, sobretudo nos menores de 20 anos. Teremos oportunidade de confirmar esta influência.

Da análise dos gráficos seguintes, relativos às saídas definitivas até aos 20 anos, dos grupos de gerações nascidos em 1680-1749 para os nascidos em 1840-1879, ressalta o seguinte:

- o sexo masculino mantém o nível de saídas aos 20 anos acima dos 20%, no entanto, no séc.XIX estas apresentam-se de ritmos mais uniformes, mostrando ser um comportamento natural e esperado; para os menores de 20 anos, à grande uniformidade do séc.XVII / XVIII, em níveis abaixo dos 10% (salvo para as gerações de 1700-09), vemos suceder, para o séc.XIX, uma descida dos mesmos níveis, de cerca de 20% para perto de 7%, para as gerações nascidas entre 1840 e 1859 (talvez fruto do impacto das notícias sobre a emigração nos meados do século), posto o que os níveis se mantêm abaixo dos 10%;

- para o sexo feminino, aos 20 anos, ao movimento levemente descendente do ritmo das saídas para os dois primeiros séculos desta observação (havendo a registar uma queda brusca nas saídas das gerações de 1710-1719), corresponde, para o séc.XIX, um movimento contrário, merecendo relevo a forte subida verificada para as gerações de 1850-1859; para as menores de 20 anos, salvo para as gerações de 1700-1709 e para as de 1840-1849, a diferença de percentagens deve relacionar-se mais com movimentos familiares em que se incluíam - mais significativos no 1º do que no 2º período - do que em movimentos individuais de saídas;

- reunidos os sexos, a principal diferença de comportamento é o maior movimento de saídas do sexo masculino, nos dois períodos, mas com grande aproximação dos movimentos para o séc.XIX; verifica-se também uma tendência à diminuição dos fluxos de saída, ao longo de cada período em observação, mas mais acentuada para o séc.XIX.

GRÁFICOS XXI a XXVI
SAÍDAS DEFINITIVAS ATÉ AOS 20 ANOS
 Gerações nascidas entre 1680-1749 e 1840-1879 .
 Percentagens dos nascidos. Sexo masculino e sexo feminino



Entre os dois períodos em observação, pode concluir-se que Barcelinhos foi oferecendo aos seus naturais, cada vez maiores oportunidades de residência e talvez emprego (pela proximidade com o centro administrativo do Concelho), fazendo com que as saídas dos jovens declinassem, sobretudo na viragem para o séc.XX.

2. NATURALIDADE DOS RESIDENTES

Apresentamos, na página seguinte (quadro 58), uma visão sobre a relação que as outras localidades mantêm com esta paróquia, através da *cedência* de indivíduos que aqui celebram o seu casamento e/ou residem com as suas famílias.

Ao longo dos dois períodos referidos, a maior entrada de indivíduos de ambos os sexos regista-se vindos das paróquias vizinhas, sobretudo das da margem esquerda do Rio Cávado, sendo cada vez maior o número de indivíduos em circulação. As paróquias das quais mais indivíduos chegam a esta de Santo André de Barcelinhos são Carvalhal, Alvelos e Remelhe, todas na mesma sequência geográfica, circulando pela antiga estrada Barcelos-Porto. Abade de Neiva, que se destaca no último período, permitindo também fortes saídas dos seus naturais rumo a Barcelinhos, situa-se na estrada Barcelos-Ponte de Lima.

Quanto mais nos aproximamos do final da observação, mais foi visível que a distância não impedia a circulação de indivíduos, entrando nesta paróquia indivíduos de naturalidades mais distantes, como Coimbra, Leiria e Lamego, havendo ainda lugar, ainda que sejam exceções, para alguns de outras nacionalidades não referidas (França, Itália). De reparar que os galegos sempre manifestaram a sua presença, com grande significado também no último período.

O grande número de expostos, homens e mulheres, que aqui casaram ou residiram, são oriundos de várias Rodas ou zonas geográficas, com maior incidência das Rodas de Barcelos, Braga, Famalicão e Porto.

QUADRO 58¹
NATURALIDADES MAIS FREQUENTES DOS CÔNJUGES

	Homens		Mulheres			Homens		Mulheres	
	Cas ^o	total	Cas ^o	total		Cas ^o	total	Cas ^o	total
Alvelos	16	22	2	13	Barcelos	53	63	13	31
Remelhe	9	10	1	2	Braga	19	27	6	12
Carvalho	16	20	6	17	Esposende	3	7	0	0
Sta Eugénia	10	14	8	13	Vila do Conde	3	3	2	6
Gilmonde	5	7	1	2	Guimarães	5	6	1	3
Gamil	6	7	5	8	Valença	4	5	1	2
S.Mart ^o V.F	8	8	2	4	Guarda	1	1	0	0
S.Pedro V.F.	8	9	2	3	Lisboa	0	2	1	2
Ab. Neiva	4	5	1	1	Porto	5	5	4	4
S.Mart ^o V.F	8	8	2	4	Guarda	1	1	0	0
Airó	4	4	1	1	Galiza	0	2	0	4

	Homens		Mulheres			Homens		Mulheres	
	Cas ^o	total	Cas ^o	total		Cas ^o	total	Cas ^o	total
Ab.de Neiva	8	12	11	23	Valença	3	5	0	2
Remelhe	7	10	6	20	Póvoa Varzim	6	10	2	7
Carvalho	12	17	23	36	V.N.Famalicão	2	8	11	23
Alvelos	23	42	20	54	Porto	6	14	1	12
S.Mart ^o V.F.	6	15	9	14	Amarante	2	2	3	5
S.Pedro V.F.	8	10	4	16	Coimbra	2	3	1	1
Barcelos	37	73	31	73	Leiria	1	2	0	1
Braga	10	21	4	21	Lamego	1	2	2	4
Amares	0	3	0	2	Galiza	8	15	2	7
Póvoa Lanh.	3	3	0	0	Açores	0	2	0	0
Guimarães	2	6	2	8	Brasil	1	1	5	5
Esposende	2	2	4	11	Expostos	32	45	30	54
Viana Cast.	4	7	4	11					

¹ Dividimos a observação em dois períodos, com a intenção de mostrar a evolução quantitativa das entradas e da sua origem geográfica. Distinguímos, de cada origem, os que aqui casaram - primeira coluna em relação a cada sexo - e também os que chegaram já com família constituída, que, adicionados aos primeiros, apresentamos na segunda coluna.

Apresentamos primeiro as paróquias mais próximas e mais significativas em cada período. Por fim, as cidades e regiões mais distantes, sensivelmente de acordo com a queda de representatividade.

Dada a grande presença nesta paróquia, para toda a observação, de **mães solteiras**¹ naturais de outras, alargámos a observação à naturalidade destas mulheres (quadro 59).

A escolha de Barcelinhos pelas mães solteiras para aqui fazerem nascer os seus filhos, tem certamente mais a ver com a fuga à previsível pressão familiar ou social pelo facto, do que com as condições de criação das crianças que estariam para nascer. Podemos ainda sugerir que a proximidade da Casa da Roda, em Barcelos, desde a sua instituição, em 1783 (Matos:1995), poderia funcionar como recurso, caso houvesse disso necessidade ou intenção.

Procurando conhecer a sua origem, chegámos à conclusão de que maiores ou menores distâncias não eram forte impedimento à sua deslocação.

Sabemos, no entanto, que uma alta percentagem de mulheres, sendo o caso das criadas, se terá movido até Barcelinhos por razões de trabalho; e a gravidez poderá ter ocorrido enquanto residentes nesta paróquia.

QUADRO 59
NATURALIDADE DAS MÃES SOLTEIRAS (1606-1910)²

REGIÃO	Nº	REGIÃO	Nº
Barcelos	161	Sto Tirso	1
Braga	12	Valença	2
Bragança	1	Viana do Castelo	4
Esposende	6	Vila Nova de Famalicão	9
Guimarães	7	Vila Real	1
Lamego	1	Expostas	19
Lisboa	1	Barcelinhos	138
Montalegre	2	Outras	38
Ponte da Barca	1		
Ponte de Lima	5	Total com nat. referida ³	273
Póvoa de Varzim	2	Total sem nat. referida ³	211

¹ Na expressão **mães solteiras** estão incluídas todas as mulheres que deram início a famílias legítimas, sendo solteiras, casadas ou viúvas.

² No anexo a este capítulo encontra-se uma listagem das naturalidades das mães solteiras, por paróquias.

³ A falta de referência à naturalidade destas mães solteiras, pode levar a crer que uma parte das mesmas possa ser natural desta paróquia, sobretudo para o séc.XVII e princípios de séc.XVIII. No entanto, foram esgotadas todas as hipóteses de identificação das mesmas.

3. CARACTERIZAÇÃO DA MOBILIDADE INTERNA (1827- 1860)

Decretado em 1760 a obrigatoriedade do passaporte para o interior do Reino e terminada a mesma em 1863, pela lei de 31 de Janeiro (Alves:1994), só encontramos o seu registo para o período entre 1827 e 1863, relativamente a esta paróquia.

Analisámos 56 guias de passaportes internos (23 eram guias colectivas), abrangendo um total de 78 indivíduos naturais ou residentes na paróquia em estudo, dos quais identificámos 19 naturais ou residentes nesta paróquia¹.

Constatámos ainda a grande circulação de pessoas entre 1827 e 1839. Apesar de não haver indicação suficiente dos motivos desta mobilidade, parte desta movimentação poderá estar relacionada com a instabilidade política própria do primeiro período referido, que sabemos ter tido algum reflexo nesta região (Pestana:1985); a ser assim, entre os indivíduos cuja profissão é omitida, poderiam estar os militares.

QUADRO 60
MOBILIDADE INTERNA ATRAVÉS
DAS GUIAS DE PASSAPORTE ²

	viaj.refer.	viaj.ident.
1827-29	26	5
1830-39	27	3
1840-49	6	3
1850-59	16	5

Vimos que era o **sexo masculino** aquele que mais necessidades tinha de viajar, utilizando o passaporte. O sexo feminino unicamente se fez representar por 4 mulheres: duas irmãs, que acompanham um irmão na viagem para as termas das Caldas das Taipas; uma mulher que vai para Penafiel com o marido; e uma mendiga, casada e com um filho, que parte para diferentes terras do reino a mendigar.

¹ Este pequeno número de identificações deve-se, quer à falta de rigor na identificação nas guias de passaporte interno, quer ao facto de, sendo viajantes, não terem registado nesta paróquia qualquer acto vital, e ainda devido à total falta de identificação de vários dos envolvidos quando são acompanhantes do titular do passaporte.

² Dispensámo-nos de apresentar os diminutos dados para a década de 1860, por não se poder estabelecer, com eles, qualquer conclusão.

Verificando o **estado civil e idade** dos viajantes, concluímos que 15 são casados e 37 solteiros, mostrando uma maior mobilidade para estes últimos (dos restantes 26 não consta estado civil); e que se situam, em larga proporção, entre os 20 e os 59 anos (24 em 29), como veremos no quadro seguinte.

Verificámos que **os destinos** dos que partiam de Barcelinhos eram, sobretudo, para a região do Porto (Porto, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Penafiel). A Província do Minho (Melgaço, Valença, Ponte de Lima e Alto Minho) recebeu também 10 visitas dos indivíduos saídos desta paróquia. Lisboa e a sua região (Torres Vedras, Cartaxo) ocupam o 3º lugar na preferência dos indivíduos observados.

QUADRO 61
CARACTERIZAÇÃO GERAL DA MOBILIDADE INTERNA (1827-1859)

Regiões identificadas	Nº total	Nº ident	Grupos de idades		Interv. saídas repet.		Profissões referidas ¹
				Nº		Nº	
Porto	39	7					1 proprietário*
Lisboa	9	3	<20 anos	3	< 1 ano	5	3 negociantes*
Minho	10	4	20-39 anos	12	1 a 3 a	4	2 caixeiros*
Lamego	3	-	40-59 anos	12	4 e 6 a	2	1 académico*
Ilha Terceira	1	1	60 e mais	2			1 escr. de dir ^{ea}
Coimbra	1	1					1 boticário
							1 ex-militar
							carpinteiro
							2 alfaiates*
Outros locais	12	-					3 mendigos

No que respeita aos naturais ou residentes em Barcelinhos identificados, é bem visível a orientação das saídas: o Porto recebe a maior quantidade de barcelinenses, ou como um fim em si mesmo ou como uma etapa para o salto seguinte. Cremos que por lá se formaram os caixeiros que vemos, mais tarde, sair para o Brasil.

Em contexto semelhante, Jorge Alves considera que "... assume particular relevo a colocação de jovens na cidade do Porto, aonde iniciam o tirocínio

¹ As profissões assinaladas com* significam as referentes aos indivíduos que identificámos nas famílias barcelinenses.

comercial como caixeiros, num percurso que conduzirá muitos deles ao Brasil, levando no bolso as cartas de recomendação dos seus patrões para os respectivos correspondentes, a solicitar-lhes o acolhimento inicial e a inserção laboral dos recomendados" (Alves: 1989, p.270).

De modo a ilustrar esta ideia, apresentamos João Luís de Faria, casado, tamanqueiro e louvado, que, em 1829, no mês de Fevereiro, parte para o Porto. Regressando, volta no mês seguinte, desta vez acompanhado de dois dos seus filhos: Francisco, de 17 anos, do qual não tivemos mais notícia, e Domingos, de 12 anos, que regressou e aqui casou e faleceu. Não sabemos se Francisco partiu do Porto para o Brasil. Sabemos, no entanto, que alguns dos seus sobrinhos, alguns anos mais tarde, caminham rumo ao Rio de Janeiro.

Apresentamos ainda João Couto, de quem, apesar de não termos o seu documento de saída para o Porto, sabemos que lá residia, aos 19 anos, quando pediu passaporte para o Brasil, em 1901.

O exame das **profissões** referidas permite compreender algumas das prováveis razões das viagens, sobretudo para os indivíduos que identificámos: negociantes e caixeiros, académicos ou escrivães facilmente teriam motivos de negócio ou trabalho que os chamassem.

O **intervalo** entre as suas viagens, quando eram repetidas, era de algumas semanas a alguns meses, na maior parte dos casos. No entanto, *tendeiros* e *mercadores*, onde poderiam incluir-se alguns dos caixeiros ou negociantes identificados, podiam tirar passaporte anual para as províncias onde desejassem ir (Alves:1994, p.107).

4. A EMIGRAÇÃO NA 2ª METADE DO SÉC. XIX E INÍCIOS DO SÉC.XX ATRAVÉS DO CRUZAMENTO DE REGISTOS PAROQUIAIS COM GUIAS E PROCESSOS DE PASSAPORTES

A partir de 1822, a jovem nação brasileira parecia preocupar-se com a ocupação dos grandes espaços vazios, que a colonização portuguesa e de outras nações não havia ainda conseguido ocupar.

Sobretudo depois de 1840, a preocupação era também conseguir braços para a agricultura do café, em início de expansão e, posteriormente, para o desenvolvimento industrial. Pela mesma época, a gradual extinção da escravatura afectou fortemente a economia brasileira.

Todas essas preocupações levaram a que os governantes decretassem medida após medida legislativa de modo a atrair imigrantes. Parece ser o caso do decreto nº14 de Dezembro de 1889, que dava a cidadania brasileira a todos os estrangeiros residentes no Brasil no dia 15 de Novembro de 1889, salvo declaração em contrário perante a respectiva municipalidade, no prazo de 6 meses contados a partir da publicação do decreto.

No entanto, a cada conjuntura suas medidas: já nas primeiras décadas deste século, as medidas legislativas vão mais no sentido de proibir do que de permitir a imigração. Veja-se o caso do decreto nº 6455, de 19 de Abril de 1907, que proibia a entrada de maiores de 60 anos, bem como de portadores de doenças contagiosas e inválidos, medidas de carácter social e sanitário mas que acabavam por retrair o movimento imigratório (que acabou por vir a ser finalmente proibido pelo decreto nº 19482, de 19 de Dezembro de 1930).

Do lado português, as medidas legislativas vacilavam entre as exigências do liberalismo e a necessidade de contenção da emigração. Enquanto que a Carta Constitucional de 1826 declara inteira liberdade de circulação para fora do país (guardados os regulamentos policiais e salvo o prejuízo de terceiros), já a Carta de Lei de 4 de Junho de 1859, fixando o limite mínimo para a exigência de passaporte nos 14 anos, e exigindo a prestação de fiança em caso de emigração, teria como objectivo uma retracção das saídas para o Reino do Brasil.

Posteriormente, algumas leis e decretos entre 1896 e 1901, reprimem de novo a emigração (através do encarecimento do passaporte para o estrangeiro, medida repetida em 1907, necessidade de requerimento do passaporte no distrito de naturalidade para os menores de 30 anos, etc.), facilitando-se as saídas para quem fosse para o ultramar português¹.

¹ Apresentamos algumas medidas legislativas, portuguesas e brasileiras, no anexo a este trabalho (Westphalen:1963 e Alves:1994).

De qualquer forma, decretos ou outras medidas legais não empurram os homens para a emigração, mas também não os proibem de a praticar. Factores mais decisivos tocando mais directamente cada individuo estarão na origem das decisões de cada um ou das famílias.

Para Barcelinhos não nos parece ter sido "a penúria" a causa dominante, tal como defendia Mendes Leal (Leal:1868); no entanto, alargava a três as causas essenciais a ter em conta, para o Minho, que seriam a constituição da propriedade, não permitindo a sua posse por todos quantos a desejariam, a deficiência de cereais e as flutuações políticas.

Basilio Teles, de modo semelhante, defendia o seguinte: "emigra-se do Norte de Portugal por falta de paralelismo entre o crescimento da população, em especial da população trabalhadora, e o desenvolvimento da riqueza; e esta sangria (...) tem sido contudo o unico e estúpido processo de proporcionar aos trabalhadores, que não emigram, uma situação tolerável" (...). Mas acrescenta: "o que esses pais desejam, mais ou menos confusamente, é descartar-se d' um encargo que as condições quasi inalteráveis do trabalho regional lhes tornam difícil, senão impossível, de aturar; é fazer do filho uma fonte de receita, ou pelo menos um arrimo carinhoso quando venham mais tarde a velhice e a invalidade. É a sua caixa economica, o seu seguro de vidas, o seu capital de reserva - a pobre criança que elles exportam para os Brazis" (Telles:1903,p.79).

E Caroline Brettell, concluiu, para Santa Eulália, que "alguns podem ser movidos mais pela ambição, se é que esta se pode considerar a palavra adequada, do que pela necessidade" (Brettell: 1991, p. 114).

Tentaremos analisar quais os factores mais determinantes na emigração dos barcelinenses.

Vejamos os três documentos seguintes :

1º doc:

"José António Fernandes, 17 anos, solteiro, filho de Domingos Fernandes, de Barcelinhos, sai para o Rio de Janeiro, dentro de 8 dias, engajado por Pinto da Costa" ¹.

¹ Dados constantes da **guia de passaporte** de 21 de Outubro de 1857, Arquivo Municipal de Barcelos.

2º doc:

* Maria das Dores,

Muito estimo que esta te vá encontrar de perfeita saúde, em companhia de nossos filhos para quem envio muitos beijos e saudades.

Recebi a tua carta em que me falas do primo António a quem peço recomendar-me assim como aos pais dele e meus e pedir-lhe desculpa por não lhe escrever, mas não o faço por falta de tempo, pois não calculas a vida que tenho passado, trabalhando até às 10 e 11 horas da noite e levanto-me às 5 horas da manhã, mas não posso mais.

Estou esperando a carta tua em resposta à que te escrevi com referência à tua vinda e no mês que vem espero mandar dinheiro para as passagens, devendo teres tudo preparado para estares aqui em Setembro. Estou esperando carta tua que me diga alguma cousa a respeito do exame do Manuel mas calculo desde já que este ano é impossível ele ficar bem.

Recomenda-me ao mano e exma família e diz-lhe que pelo vapor seguinte lhe escrevo o que não faço hoje por não poder. Recomenda-me igualmente ao Francisco, Estefânia, Antónia e seus pais e irmãos e a todas as pessoas amigas e em particular ao Sr.Lima e exma família.

E tu aceita um abraço e até breve, sim?

Teu muito amigo

Rio 26/7/1906 Miranda * ¹.

3º doc:

*António Fonseca, operário, serrador, de 37 anos, com sinais de varicela no rosto, casado, parte para França, deixando a esposa e filhos com sustento garantido" ².

¹ Carta anexa ao **processo de passaporte** de Maria das Dores e filhos, em 15 de Setembro de 1906, Arquivo Distrital de Braga. Segue-se o reconhecimento da assinatura, no Brasil, por António Mariz dos Santos, e desta, em Braga, pelo Notário.

² Parte dos dados constantes do **processo de passaporte** de 28 de Dezembro de 1924, Arquivo Distrital de Braga.

Em nosso entender, as três situações cujos testemunhos estão lançados acima, caracterizam 3 fases distintas na emigração que encontramos em Santo André de Barcelinhos. Duas dessas fases, direccionadas para o Brasil, apresentam como grande distinção, para além do tempo a que se referem, a composição e condições de partida do corpo emigratório. A terceira fase relaciona-se com o que parece ser o início da mudança de rumo que tomam os nossos emigrantes: a França.

Destas três situações veremos com algum pormenor as duas primeiras, dado que se inserem no tempo sobre o qual incidiu o nosso estudo. Em relação à viragem para França, iniciada nos anos 20 do nosso século (para esta paróquia, um ano antes) e dado que a nossa reconstituição de paróquia terminou em 1911, só poderemos apresentar alguns dados colhidos.

Era nossa preocupação dar solução a algumas questões: quantos emigram, quem são eles, que lugar ocupam as suas famílias no meio social envolvente, como partem e com que esperanças, como são recebidos no Brasil, se mandam dinheiro para as famílias, se regressam e para onde, ..., enfim, uma infinidade de questões nos movia a esta investigação.

É evidente que não conseguimos todas as respostas pretendidas por não perseguirmos, passo a passo, o percurso de cada indivíduo, desde que deixa a sua paróquia. No entanto, nesta fase da nossa investigação, tentaremos responder às questões possíveis utilizando as guias e os processos de passaporte em cruzamento com a informação advinda da Reconstituição da Paróquia.

4.1 Quantos emigram?¹

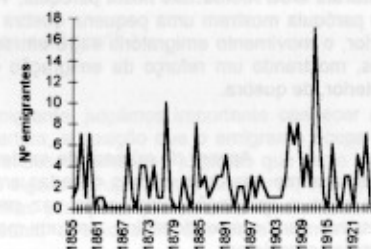
Tendo registado todas as saídas legais de emigrantes ao longo da segunda metade do séc.XIX e primeiro quartel do séc.XX, constatámos que se dirigiam maioritariamente para o Brasil, havendo 2 saídas para África e, já neste século, 11 saídas com destinos diferentes, sendo 9 para a França e 2 para Espanha.

¹ Analisámos os diversos documentos relativos à emigração, consoante de guias de passaportes, assentes nos livros da Administração do Concelho, em Barcelos, e do Governo Civil de Braga, e processos de passaporte, existentes no Arquivo Distrital de Braga. No conjunto, verificámos a existência de 16 guias para passaportes colectivos, em que todo o processo é elaborado em relação a um indivíduo, mas abrangendo dois ou mais. Identificámos 190 indivíduos emigrantes; e desconhecemos 29 por não fazerem parte das famílias barcelinenses, sendo residentes, expostos ou de identificação incompleta; desconhecemos ainda 12 emigrantes por serem identificados como acompanhantes dos titulares dos passaportes, sendo referidos como a criada, a sobrinha, o irmão ou a mulher, dos quais não temos outros elementos.

Foram um total de 190 indivíduos emigrantes, dos quais 43 do sexo feminino, que distribuíram as saídas conforme o gráfico mostra.

A quebra relativa à década de 1860 para o sexo masculino significará uma reacção face às notícias vindas do Rio de Janeiro, segundo as quais o Cônsul Português, João Baptista Moreira, Barão de Moreira, era co-responsável pela vida de "miséria e pobreza" que os jovens portugueses sofriam uma vez lá chegados; o encaminhamento dos mesmos era feito no sentido das fazendas de cana, onde os maus tratos eram constantes e os contratos de locação de serviços, para além de altamente penosos, não eram cumpridos, segundo testemunhos lançados em alguns jornais do início da década de sessenta do século passado¹.

GRÁFICO XXVII
MOVIMENTO EMIGRATÓRIO
Saídas de Barcelinhos: 1855-1925



A manutenção dos baixos níveis de emigração nas décadas finais do séc.XIX, poder-se-á dever às leis repressivas da emigração.

No entanto, outros factores poderão justificar estes movimentos, já que, mantendo-se a repressão da emigração nos documentos legais, vemos que entre 1905 e 1913, o movimento atinge um volume inegalável.

A distribuição dos emigrantes por sexos e por décadas, expressa no quadro seguinte permite a comparação deste movimento com o das saídas totais sob qualquer pretexto.

¹ Ver nos jornais *Eco de Barcelos* e *Comercio do Porto* de 1860 e 1861 - artigo "Questão Consular". Apresentamos uma síntese desta "Questão Consular", no anexo a este trabalho.

QUADRO 62
EMIGRAÇÃO TOTAL¹

Percentagem em relação ao total de saídas da paróquia

	Sexo masculino			Sexo feminino		
	Nº de emigrantes	Saídas totais	% de emigr.	Nº de emigrantes	Saídas totais	% de emigr.
1850-59	18	81	22,2	-	69	-
1860-69	9	96	9,4	-	97	-
1870-79	21	94	22,3	5	119	4,2
1880-89	16	124	12,9	7	141	5,0
1890-99	16	147	10,9	5	147	3,4
1900-09	19	201	9,5	14	244	5,7

Comparando o movimento emigratório com o das saídas totais dos **naturais e/ou residentes** nesta paróquia, vemos que enquanto que as saídas totais da paróquia mostram uma pequena quebra na década de 1870, relativamente à anterior, o movimento emigratório sofre um aumento de 9,4% para 22,3% destas saídas, mostrando um reforço da emigração quando em comparação com a década anterior, de quebra.

Apesar do número de saídas masculinas totais ter aumentado significativamente nas duas últimas décadas em observação, 1890-1909, as direccionadas para a emigração eram cada vez menos representativas; o mesmo não se passava para o sexo feminino, por um mais concentrado movimento de saída de famílias completas.

Analisando unicamente o comportamento dos **naturais** desta paróquia, expresso no quadro seguinte, para ambos os sexos, vemos que as percentagens de saídas dos naturais por motivos de emigração são mais elevadas do que as percentagens de emigrantes relativas às saídas da população total, qualquer que seja o motivo, expressas no quadro 62. Notem-se as percentagens de saídas por emigração no valor de 47,2% para o sexo masculino, em 1850-59; e todas as outras, sobretudo a partir de 1880, superiores às verificadas para a totalidade dos emigrantes.

¹ Só tendo reconstituído a paróquia até Março de 1911, analisámos guias e processos de passaporte relativos aos naturais e residentes nesta paróquia, até 1925. Assim, para a década de 1910-19, saíram 44 emigrantes (31 do sexo masculino e 11 do sexo feminino) e para 1920-25 saíram 18 emigrantes (17 do sexo masculino e 1 do feminino). Esta evolução significa um aumento da emigração masculina na década de 1910-19 e nos seis anos seguintes, proporcionalmente, uma retracção da emigração feminina, mais notória nos últimos 6 anos, a que a mudança de rumo dos emigrantes para a Europa não deve ser alheia.

QUADRO 63
EMIGRAÇÃO DOS NATURAIS

Percentagem em relação à totalidade das saídas dos naturais

	Sexo masculino			Sexo feminino		
	Nº de emigrantes	Saídas totais	% emigr.	Nº de emigrantes	Saídas totais	% emigr.
1850-59	17	36	47,2	-	23	-
1860-69	5	52	9,6	-	48	-
1870-79	14	63	22,2	4	52	7,7
1880-89	11	54	20,4	7	59	11,9
1890-99	14	84	16,7	2	49	4,1
1900-09	17	103	16,5	8	99	8,1

4.2 Quem emigra?

Na caracterização do emigrante, julgámos importante conhecer aspectos como o estado civil, a idade à partida, a posição que o emigrante ocupa na família, sendo esta de pequenas e de grandes dimensões - julgando que ser o mais velho ou ser o mais novo podem ser, em alguns agrupamentos familiares, condições determinantes da saída - bem como outras situações que possam ajudar na compreensão das estratégias familiares, quanto à colocação dos seus membros no mundo do trabalho.

Procurando conhecer o **estado civil** dos emigrantes naturais desta paróquia, num primeiro período, 1850-1889, vimos que a proporção dos emigrantes solteiros parece ser significativa da necessidade de saída dos seus agregados familiares, que os relatos dos insucessos veiculados pelos órgãos de comunicação social só fizeram atrasar; a pequena representatividade dos casados, nesta fase, parece ser motivada pela maior segurança que buscavam, havendo responsabilidades para com a família.

Tendo unicamente em conta a emigração para o Brasil, no segundo período, 1890-1925, as diferenças esbatem-se, havendo um maior aumento relativo da participação na emigração por parte dos casados do que por parte dos solteiros, de ambos os sexos; a participação feminina começa a ter significado, sobretudo a das solteiras.

QUADRO 64
ESTADO CIVIL DOS NATURAIS E DOS RESIDENTES À EMIGRAÇÃO

	Sexo masculino				Sexo feminino					
	Naturais		Não naturais		Naturais			Não naturais		
	Solt ^o	Cas ^o	Solt ^o	Cas ^o	Solt ^a	Cas ^a	Viúv ^a	Solt ^a	Cas ^a	Viúv ^a
1850-1889	40	4	6	8	9	1	1	0	1	0
1890-1925	53	25	0	7	18	3	0	5	3	1

Em relação aos não naturais desta paróquia, os comportamentos são distintos. Tendo, naturalmente, entrado nesta paróquia para casar ou já casados, é nesse estado civil que mais os vemos a emigrar. No último período, no entanto, a grande afluência de mulheres solteiras a esta paróquia fez-se sentir também na maior participação das mesmas no processo emigratório.

Observando o factor **idade**, podemos concluir que a emigração afectava mais os jovens, numa primeira fase, até cerca de 1890, posto o que as famílias, englobando adultos e crianças, também se envolveram neste processo.

Procurando conhecer as idades médias à primeira ausência, vimos que, para o sexo masculino, depois de uma leve descida da mesma, esta sobe, atingindo um máximo de 23,6 anos para os emigrados entre 1910 e 1925.

	QUADRO 65 IDADE MÉDIA À 1ª AUSÊNCIA	
	Sexo masc(obs)	Sexo fem(obs)
	1850-69	19,6 (22)
1870-89	19,2 (25)	20,1 (11)
1890-09	21,3 (32)	18,3 (10)
1910-25	23,6 (45)	27,2 (12)

Se o início da participação de famílias, englobando crianças, pode ser responsável pela leve descida verificada de 19,6 para 19,2 anos, é a participação acentuada de adultos solteiros que faz com que a idade média se mantenha não muito longe da idade média inicial, na qual cremos não haver a participação de famílias. De notar que depois de 1919, para França ou Espanha, só vemos sair homens adultos.

Estas idades médias masculinas são bastante inferiores às verificadas para o distrito do Porto, para a segunda metade do séc.XIX, oscilando entre 22 e

33 anos (Alves:1994). Parece que a necessidade de sair se fazia sentir mais cedo em Barcelinhos do que na generalidade daquele distrito. Ou que, recebendo o Porto indivíduos solteiros que lá se preparavam para saírem para o Brasil, a percentagem destes no corpo emigratório é superior à desta paróquia.

Para o sexo feminino, é também a participação de famílias com crianças que faz diminuir a idade média de 20,1 para 18,3 anos, em 1890-1909, posto o que a maior participação de casais sem filhos e de mulheres solteiras faz aumentar a mesma para o final da observação.

De modo a conhecer a **posição** que o emigrante ocupa na família de origem, sobretudo se parte solteiro e normalmente isolado (que cremos em situação de dependente), desenvolvemos alguns estudos que englobaram 34 famílias, seleccionadas segundo os seguintes critérios: terem o seu fim de observação anterior ao último momento observado (31 de Março de 1911) ou terem já número de filhos igual ou superior a 8, à mesma data; terem emigrantes que partem enquanto solteiros; e não haver naquela família sinais de emigração por parte dos cônjuges.

QUADRO 66
EMIGRANTES E GRUPOS DE IRMÃOS EMIGRANTES
(segundo o número de filhos da família *. Sexo masculino: 1850-1925)

Nº de filhos/fam.	< de 4	4	5	6	7	8	9	10	> 10	% do total
Emigrantes	8	6	4	4	5	7	7	6	8	38,5
Grup. irm.	1	1	1	2	1	1	1	3	2	
(nº emigr.):	-	(4)	-	(3)	(3+2)	(3)	(2)	(2+2+2)	(3+5)	21,7

* Os números dentro dos parêntesis significam o total de irmãos emigrantes de cada família, separados pelo sinal +.

Verificámos que as famílias mais numerosas, de 8 ou mais filhos, apresentam número mais elevado de emigrantes do que as menos numerosas e constatámos que, nestes casos, a emigração afecta mais do que um elemento da família, podendo ou não viajarem juntos.

Assim, enquanto que nas famílias de 4 filhos só encontramos um grupo de emigrantes composto por todos os filhos (eram 4 órfãos), nas famílias de 6, 7 e 8 filhos vimos grupos de 2 e 3 filhos e, nas famílias mais numerosas, grupos de 2, 3, e 5 filhos. Caroline Brettell, para justificar a emigração de filhos de lavradores abastados, concluiu, para Santa Eulália, que: "a existência de vários filhos podia comprometer seriamente a posição social da família" (Brettell: 1991, p.114).

De 29 famílias de emigrantes, vimos que em 13 delas, é o filho mais velho que sai na qualidade de emigrante. E em 9 é o filho mais novo. Só em 6 famílias é que o emigrante ocupa uma posição intermédia na família.

	Nº emigr. isolados (irmãos)	Grupos de emigr. (não irmãos)
Mais velho	13	6 (3+3+3+2+2)
Mais novo	9	3 (2+2+3)
Pos. interm.	6	1 (4)
Filho único	1	-

Nas famílias de onde saiu mais do que um emigrante, ou saíram dois ou três dos mais velhos ou dois ou três dos mais novos (como mostram, no quadro, os agrupamentos).

Neste contexto, ficámos convictos de que haveria a considerar dois grupos de famílias de emigrantes: as que tinham condições económicas para pagar os custos do acto de emigrar, manifestando-se na saída mal surgisse a idade ou a oportunidade esperada, fazendo sair os mais velhos; e aquelas cuja necessidade de fazer sair indivíduos se ia fazendo sentir à medida que os nascimentos se multiplicavam. Certamente, para estas, entre decidir e poder sair haveria necessariamente tempo razoável para que os escolhidos fossem os mais novos.

As famílias menos numerosas que deixam sair indivíduos em número comparável ao das mais numerosas, fazem-no por características próprias não incluídas na análise supra. Assim, vimos que dos 6 emigrantes das famílias de 4 filhos, 4 são irmãos e órfãos de pai e mãe. Para os 8 emigrantes das de menos de 4 filhos, encontrámos a seguinte distribuição: 5 órfãos de pai, sendo 2 irmãos; 2 órfãos de mãe; e 1 órfão de pai e mãe, filho único.

Para o relacionamento de todos os emigrantes com a característica **orfandade**, seguindo a metodologia proposta para o conhecimento da posição do emigrante na família, encontrámos 55 emigrantes, do sexo masculino, dos quais 30 eram órfãos (54,5%), conforme mostra o quadro.

¹ Considerámos os mais velhos ou os mais novos, em cada família, eliminando os que, tendo nascido anterior ou posteriormente, tenham falecido menores. Os números dentro dos parêntesis separados pelo ponto são os conjuntos de irmãos. Foram seleccionadas as famílias com data de casamento ou início de observação com qualquer outro acto, a partir de 1840.

Para o sexo feminino, menos numeroso, observamos 6 indivíduos nas seguintes situações familiares:

- 1 mais velha e órfã de mãe;
- 1 de posição intermédia e órfã de pai;
- 2 irmãs, posição intermédia, órfãs de mãe;
- 1 filha única, órfã de mãe;
- 1 mais nova, viajando só, mas com padrinho, tio materno, em S. Paulo.

Podemos, assim, afirmar da existência de uma forte ligação entre orfandade e emigração, independentemente do sexo e das condições económicas de cada um, à partida.

QUADRO 68
EMIGRAÇÃO E ORFANDADE
Sexo masculino (1850-1925)

Órfãos de pai:
15 (9 famílias) - 27,2%
Grupos: (5+2+2+1+1+1+1+1)

Órfãos de mãe:
8 (5 famílias) - 14,5%
Grupos: (3+2+1+1+1)

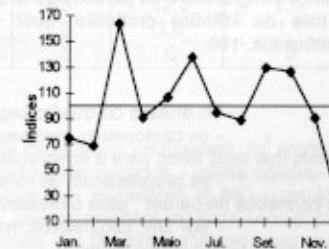
Órfãos de pai e mãe:
7 (4 famílias) - 12,7%
Grupos: (4+1+1+1)

4.3 Quando se emigra?

Para toda a observação, vimos que as saídas, independentemente do destino, idade ou sexo do emigrante, se fizeram mais nos meses de Março, Junho, Setembro e Outubro.

Cremos que o baixo número de saídas nos meses de Julho e Agosto está relacionado, sobretudo para os assalariados agrícolas e outros de actividades ligadas à terra, com a necessidade de braços para as colheitas de Verão, findas as quais já se podem dispensar, saindo entre Outubro e Novembro.

GRÁFICO XXVIII
SAZONALIDADE DA EMIGRAÇÃO
1850-1925



Já para Novembro-Fevereiro, de baixos índices de saídas, a justificação poderá encontrar-se quer nas condições do mar, mais alteradas, naturalmente, do que nos outros períodos, amedrontando os potenciais passageiros não habituados às viagens marítimas, quer na época natalícia, convidando ao adiamento da saída.

4.4 Ambiente sócio-económico e cultural do emigrante

Procurando caracterizar social e culturalmente o emigrante, servimo-nos das informações sobre profissões ou ocupações dos pais dos mesmos, à primeira ausência, por cremos que, de modo geral, é o ambiente familiar que condiciona a saída para a emigração.

Utilizámos ainda as informações das profissões dos próprios emigrantes, quer no momento da primeira ausência, quer em ausências seguintes em comparação com as primeiramente referidas, bem como das informações sobre o *saber escrever* inseridas nas guias e nos processos de passaporte.

4.4.1 As profissões dos pais dos emigrantes

No quadro seguinte são representadas as profissões dos pais dos emigrantes, sexo masculino, o número total de filhos desses profissionais, o número de filhos emigrantes e as percentagens das saídas, quer em relação a todos os filhos de pais de idêntica profissão, quer em relação à totalidade dos emigrantes identificados, 190.

Da análise do quadro seguinte ressalta que:

- os cantoneiros, relojoeiros e o solicitador permitem a saída de 20% ou mais dos seus filhos para a emigração;
- os proprietários, os moleiros, os sapateiros, os funcionários públicos e os cocheiros preparam, para o mesmo fim, de 10 a 20 % dos seus filhos;
- por fim, carpinteiros, negociantes, jornaleiros e marchantes deixam partir - entre 5 e 10 % dos filhos;
- caseiros, barbeiros, padeiros, tendeiros e mendigos não preparam os seus filhos para a emigração, certamente por impossibilidade económica.

QUADRO 69
REPARTIÇÃO DOS EMIGRANTES SEGUNDO AS PROFISSÕES DOS PAIS¹
Dois sexos. Representação proporcional

Profissões dos pais dos emigrantes	Total de filhos dos prof.(emigr ou não)	Filhos emigr.	% de filhos emigrantes	% da emigr. total
Proprietário	38	6	15,8	3,2
Lavrador	232	13	5,6	6,8
Jornaleiro	145	12	8,3	6,3
Caseiro	13	0	0	0
Funcionário público	34	4	11,8	2,1
Solicitador	5	1	20,0	0,5
Escrivão	66	2	3,0	1,1
Negociante	119	10	8,4	5,3
Tendeiro	5	0	0	0
Relojoeiro	9	2	22,2	1,1
Cantoneiro	5	3	60,0	1,6
Cocheiro	10	1	10,0	0,5
Marchante	27	2	7,4	1,1
Moleiro	39	6	15,4	3,2
Padeiro	10	0	0	0
Serralh. e ferreiro	85	4	4,7	2,1
Alfaiate	65	2	3,1	1,1
Carpinteiro	166	15	9,0	7,9
Barbeiro	51	0	0	0
Sapateiro	40	5	12,5	2,6
Pedreiro	52	2	3,8	1,1
Mendigo	25	0	0	0

Reparando na participação de cada grupo profissional, no envio dos seus filhos, relativamente ao total dos emigrantes identificados - última coluna - vemos que são os carpinteiros (7,9%), seguidos dos lavradores (6,8%), jornaleiros (6,3%) e só depois, dos negociantes (5,3%), que apresentam maiores condições de preparar os filhos para a emigração. Seguem-se, em percentagens cada vez menores, os proprietários e moleiros (3,2%), os sapateiros (2,6%), os funcionários públi-

¹ Foram seleccionadas as famílias com data de casamento ou início de observação com qualquer outro acto, a partir de 1840.

cos, os serralheiros e os ferreiros (2,1%)¹

Numa observação aglutinadora, diremos que cerca de 20% dos emigrantes são filhos dos artífices e afins, onde incluímos carpinteiros, serralheiros, ferreiros, sapateiros, alfaiates, pedreiros, barbeiros, cantoneiros e cocheiros; cerca de 14 % são os filhos dos trabalhadores agrícolas; e cerca de 14 % são filhos dos prestadores de serviços, onde incluímos negociantes e proprietários.

Sabendo que os preparativos e as viagens não estariam ao alcance de grande parte dos barcelinenses, os que partem são os que podiam arcar com essas despesas (só um individuo é que partiu engajado, na década de 1850!).

Há profissionais, tais como os caseiros, barbeiros, padeiros, tendeiros e mendigos observados, independentemente do número de filhos que possuam, que não podem enviar os seus filhos para a corrente emigratória. Senão vejamos: "Nas décadas de 1850 e 1860, o preço de uma passagem em primeira, segunda e terceira classes era, respectivamente, 144\$000, 117\$000 e 38\$000, relativamente a uma viagem de Lisboa ao Rio de Janeiro (companhias inglesas). Nos barcos portugueses, os preços eram significativamente mais baixos: 72\$000, 60\$000 e 33\$000 réis, respectivamente. Nos princípios da década de 1870 um jornaleiro ganhava 0\$200 réis por dia, os pedreiros e carpinteiros 0\$300, e os alfaiates e sapateiros, cerca de 0\$280. Atendendo a estes salários, um jornaleiro teria de ter trabalhado aproximadamente 165 dias para juntar o dinheiro suficiente para comprar uma passagem a bordo de um navio português, e este cálculo exclui (o que é absurdo) o custo de vida diário. Escusado será dizer que muitos emigrantes se endividam para comprar a passagem" (Brettell: 1991,p.105-108). Cremos que esta situação de endividamento também se possa ter verificado em Barcelinhos.

4.4.2 As profissões dos emigrantes

Confrontados com as profissões dos emigrantes que partiram desta paróquia, expressas no quadro seguinte, vemos, no sexo masculino, uma grande dispersão das mesmas por sectores de actividades desde os ligados à terra (11,5%), aos ligados ao comércio (20,4%), às indústrias artesanais (19,1%) e aos serviços (2,8%).

Quanto ao sexo feminino, não parecia ser costume o registo da pro-

¹ Vários destes emigrantes, sendo casados ou não, poderiam não depender economicamente dos seus agregados familiares, no momento em que se preparam para emigrar. Pelo facto, a expressão "preparar os filhos" utilizada no texto, não tem, nesses casos, um sentido real.

fissão; só encontramos referidas as 5 profissões referidas no quadro, sobressaindo as domésticas e as costureiras.

QUADRO 70
PROFISSÕES DOS EMIGRANTES
Sexo masculino e sexo feminino. Percentagens

SEXO MASCULINO		
Profissões	nº emigr.	%
Lavrador	8	5,4
Jornaleiro	9	6,1
Comerciantes e proprietários	11	7,5
Caixeiro e empregado de comércio	19	12,9
Agenciário	1	0,7
Escrevente	2	1,4
Carpinteiro e outros trab. madeiras	21	14,3
Alfaiate	6	4,1
Sapateiro	1	0,7
Correeiro	1	0,7
Caiador e pedreiro	3	2,1
Cocheiro	1	0,7
Serviçal	1	0,7
Total: com prof. assinalada	92	64,3
Total: sem prof. assinalada	51	35,7

SEXO FEMININO		
Profissões	nº emigr.	%
Doméstica	6	14,0
Costureira	3	7,0
Engomadeira	1	0,2
Criada	1	0,2
Jornaleira	1	0,2
Total: com prof. assinalada	12	27,9
Total: sem profissão assinalada	31	72,1

Tentando uma classificação semelhante à que Carmen Cunha apresenta para o seu estudo sobre *Emigração familiar para o Brasil... 1890-1914* (estudo relativo ao Concelho de Guimarães) de modo a podermos estabelecer alguma comparação dos resultados vistos para esta paróquia, verificámos que os valores mais aproximados são os relativos *comércio tradicional* (onde considerámos negociantes e proprietários, caixeiros e empregados de comércio), no valor de 20,4% (para Carmen Cunha era de 19%). Quanto às profissões ligadas às *indústrias artesanais* (onde considerámos carpinteiros, sapateiros e alfaiates), observámos 19,1% dos emigrantes (Carmen Cunha observara 38%).

No que respeita às profissões relativas à terra, Carmen Cunha observara 43% de emigrantes (Cunha:1997). Joel Serrão também havia apresentado, para 1911-1913, uma participação dos emigrantes trabalhadores da terra no valor de 38,4% - 14,6% de agricultores e 23,8% de operários agrícolas (Serrão:1977). Nós observámos simplesmente 11,5%, sabendo, no entanto, que a procura de trabalhadores para a terra se incentivou mais no final do séc.XIX e que a nossa observação corresponde a um período largo, 1855-1926. Por outro lado, enquanto que Barcelinhos não pode ser considerada uma paróquia rural, pelo menos desde o séc.XIX, o Concelho de Guimarães concentra inúmeras paróquias com características de ruralidade, daí a mais forte presença de emigrantes de profissões ligadas à terra.

Considerando a separação por sectores de actividades, tal como Jorge Alves considerou para os emigrantes do Porto entre 1840 e 1899, encontrámos alguma semelhança com os valores observados nesta paróquia relativos ao sector terciário (onde incluímos o cocheiro e o escrevente, para além dos ligados ao comércio), cuja participação é de 23,8% (para o Porto, oscilava entre 22,2% e 23,4% em toda a observação). Seria sinal de que este sector de actividades estaria ao nível de desenvolvimento do existente no distrito do Porto, permitindo semelhante nível de saídas?

Já o mesmo não se verifica no sector secundário, onde observámos 23,1% de saídas (todos os artistas e o serviçal), tendo sido observados para o Porto valores que oscilaram entre um mínimo de 23,5% (em 1899) e um máximo de 58,9% (para 1840-49).

No sector primário, onde só incluímos os lavradores e os jornaleiros, os 11,5% que verificámos só encontram alguma semelhança com os 16,6% verificados para o Porto em 1840-49. Depois, como seria de prever, os valores relativos aos emigrantes do Porto aumentam, atingindo um máximo em 1889, de 52,4% (Alves:1994, p.198)¹

¹ A dispersão dos emigrantes por sectores de actividades poderiam ser algo diferentes, caso não apresentássemos cerca de 35% de indivíduos cuja profissão não é referida.

Analisando as profissões referidas na primeira e seguintes saídas do emigrante, referidas no quadro seguinte, bem como os intervalos entre as mesmas, parece-nos que o estatuto social se havia alterado, depois da 1ª ida ao Brasil, pelo menos para alguns deles.

QUADRO 71
PROFISSÕES DOS EMIGRANTES ÀS VÁRIAS AUSÊNCIAS(1890-1925)

Profissão à 1ªausência	Interv. 1º/2ªaus.	Profissão à 2ªausência	Interv. 2º/3ªaus.	Profissão à 3ªausência	Interv. 3º/4ª aus.	Profissão à 4ªausência
artista	7 anos	marceneiro	-	-	-	-
carpinteiro	9 anos	serrador	3 anos	carpinteiro ¹	-	-
artista (não assin.)	7 anos	carpinteiro	-	-	-	-
(s/prof-6an.)	20 anos	negociante	2 anos	negociante	4 anos	negociante
alfaiate	7 anos	empr. comérc.	-	-	-	-
(s/prof-6an.)	15 anos	escrevente	3 anos	negociante ²	-	-
lavrador	4 anos	trabalhador	-	-	-	-
negociante	22 anos	empr.comércio	-	-	-	-
(?)	6 anos	caixeiro ³	-	-	-	-
caixeiro	11 anos	negociante ⁴	-	-	-	-
serrador	4 anos	empr. comércio	4 anos	agricultor	3 anos	-

Notámos a evolução do alfaiate para empregado de comércio e do caixeiro para negociante. E notámos ainda a insistência do serrador que se fez empregado de comércio para, mais tarde, se ter tomado agricultor; pelo menos, durante o tempo de estadia em Barcelinhos entre o primeiro regresso e o seguinte deverá ter tido o estatuto de empregado de comércio.

De todos estes emigrantes, cremos que a conquista definitiva do estatuto de *brasileiro* só caberia ao que dedicou a sua vida ao negócio, sempre negociante nos 3 momentos de profissão referida e ao emigrante que aos 6 anos embarcara com os pais; esta situação certamente fez com que encontrasse condições que lhe permitiram o sucesso esperado.

¹ 3ªausência para França.
² 1ª aus. com 6 anos; à 3ª, transferiu domicílio para o Brasil.
³ Negociante, ao óbito.
⁴ Como caixeiro foi a Benguela, como negociante, ao Brasil.

4.4.3 Alfabetização dos emigrantes

Havíamos constatado os baixos níveis de alfabetização ao casamento, mas sabíamos que *"Antigamente, entendiam os camponeses - e entendiam muito bem - que antes de enviarem um filho para o Brasil era do seu imprescindível dever o manda-lo ensinar a ler, escrever e contar (...)"*¹

Então, fazendo uso da informação colhida nas guias e processos de passaporte, apresentamos as seguintes conclusões, considerando unicamente indivíduos de idade igual ou maior a 10 anos:

QUADRO 72
SABER ESCREVER²

	Sexo masculino			
	Emigrantes	Escrevem	Não escrevem	% alfabet.
1890-99	15	12	2	80,0
1900-09	17	9	6	52,9
1910-19	28	17	9	60,7
1920-25	15	6	6	40,0

Perante os números apresentados, podemos concluir que os emigrantes sabiam escrever em maior percentagem do que a generalidade dos que aqui ficavam. Assim, ao casamento, havíamos visto percentagens de cerca de 45,2% para naturais e não naturais do sexo masculino, para o período entre 1891 e 1910; e, segundo o Censo da população de 1890, a percentagem de homens alfabetizados era de 44,6% (223 em 500).

No quadro seguinte apresentamos uma comparação entre o analfabetismo de todos os barcelinenses do sexo masculino, para as décadas de 1890 e 1900, com o analfabetismo conhecido para os titulares de passaportes do Porto, em 1889 e 1899 (Alves:1994) e com o verificado para Guimarães (Cunha:1997).

¹ J.R. de Oliveira SANTOS, "Emigração", C.P. de 25 de Novembro de 1886, in Jorge Fernandes ALVES, Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista, Gráficos Reunidos, 1994.

² Anteriormente a 1880, as informações sobre o estado de alfabetização eram ainda muito deficientes, pelo que não apresentámos os dados disponíveis para esse tempo. Pela fraca representatividade do sexo feminino na emigração, não podemos apresentar os números relativos à alfabetização das mulheres emigrantes.

QUADRO 73
ANALFABETISMO À EMIGRAÇÃO
Barcelinhos, Porto e Guimarães. Sexo masculino

Porto 1889	Barcelinhos 1890-99	Porto 1899	Barcelinhos 1900-09	Guimarães 1890-1914
37,4 % (2759)	20,0% (15)	28,5 % (1511)	47,1% (17)	34,4% (2386)

No primeiro momento, Barcelinhos apresenta-se com um menor grau de **analfabetismo**; esta situação inverte-se para o segundo momento da observação, em que, não só os saídos pelo Porto são cada vez menos analfabetos, como ainda, os de Barcelinhos, se tornam cada vez mais. Para 1887, *"declaram as autoridades que metade, ou exactamente 52,7 por cento dos emigrantes, são analfabetos"*. A ser assim, parece-nos que os emigrantes barcelinenses seriam mais alfabetizados do que a generalidade da população emigrante.

Considerando toda a observação, cremos haver grande semelhança entre o analfabetismo dos emigrantes de Barcelinhos e os do Concelho de Guimarães.

Vimos que de 1919 a 1925, emigraram de Barcelinhos 11 indivíduos do sexo masculino para a França e Espanha. Desses, sabemos que um sabia escrever, 6 não sabiam e 4 não tinham qualquer referência sobre a sua alfabetização. No mesmo tempo, dos saídos para o Brasil, num total de dez, 6 sabiam escrever e 2 não sabiam, conforme mostra o quadro, não havendo qualquer referência em 2 casos. A diferença de alfabetização entre os emigrantes para o Brasil e os que vão para França e Espanha é de 60% para 9%, respectivamente.

QUADRO 74
ALFABETIZAÇÃO SEGUNDO O DESTINOS DOS EMIGRANTES

	Brasil				França e Espanha			
	Escr.	Não esc.	Emigr.	% alf.	Escr.	Não escr.	Emigr.	% alf.
1919-1925	6	2	10	60	1	6	11	9

¹ Oliveira MARTINS, A emigração Portuguesa, 1931, in Joel SERRÃO e outros, Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa. Antologia, Livros Horizonte.

Pareceu-nos, apesar de serem 6 anos de observações e pequeno número de emigrantes, que saber escrever (e ler?) seria uma preocupação maior para os que procuravam o Brasil, mas menor para os que procuravam outros destinos.

4.5 Como se emigra?

É a questão do acompanhamento à primeira ausência aquilo de que trata este sub-tema. Considerámos unicamente a 1ª ausência por englobar todos os emigrantes e por ter, para os mesmos, um sentido diferente das ausências seguintes, no que respeita à surpresa que o Brasil lhes poderia ocasionar, assim o cremos. Os resultados apresentam-se no quadro seguinte.

QUADRO 75
EMIGRANTES ISOLADOS E EMIGRANTES ACOMPANHADOS(1ªaus¹)

	Emigrantes isolados		Emigrantes acompanhados ¹		
	Sexo masc.	Sexo fem.	Sexo masc.	Sexo fem.	Grupos observ.
1850	16	0	2	0	1 (2)
1860	6	0	3	0	1 (3)
1870	15	0	6	5	3 (2+2+7)
1880	11	4	5	3	3 (2+2+4)
1890	15	2	1	3	2 (2+2)
1900	17	4	2	10	5 (2+2+3+3+2)
1910	25	1	6	-	2 (4+2)

¹ O desajuste entre emigrantes acompanhados e o total de indivíduos componentes dos grupos deve-se ao facto de que, em diversos casos, só identificámos os titulares dos passaportes, como fazendo parte das famílias barcelinenses; os acompanhantes poderiam ser nossos desconhecidos. Ex.: 1884: António José Leite, barcelinense, parte com a mulher; este casal não tem existência no conjunto das famílias barcelinenses, dado que o casamento se realizou fora e nenhum filho deles aqui nasceu; portanto, a mulher de António não é contabilizada para a emigração que abordámos.

Podemos observar uma evolução, entre 1850 e 1925, no sentido de que:

- partir em situação de isolado foi uma constante, para o sexo masculino, notando-se um maior aumento do número destas saídas na década de 1910;
- para o sexo feminino, partir isolado só aconteceu a partir de 1880, em que tudo indica que seria possível contactar, no destino, alguns indivíduos da terra; e
- mesmo acompanhado, o sexo feminino é atraído para a emigração cerca de 2 décadas mais tarde que o masculino, a partir de 1870.

Confrontados com os agrupamentos à emigração, vimos que eram grupos de parentes sempre muito próximas; só extraordinariamente não são o casal, pais e filhos ou irmãos¹. Considerámos que o jovem António José Rego, partindo sem ninguém da sua família, em 1910, emigrava numa situação de acompanhado, uma vez que, mal o barco atracasse do outro lado do Atlântico, onde tudo podia parecer-lhe tenebroso se estivesse sozinho, lá estaria no Rio de Janeiro o pai à sua espera, para lhe minorar grandemente esses sentimentos.

4.6 Para onde se emigra?

Podemos dizer que ao movimento de emigrantes se fazia para o Brasil. Ao longo do séc.XIX, verificámos a existência de 2 guias de passaporte referindo como destino dos emigrantes a África; e entre 1919 e 1925, houve 11 referências a outros destinos que não o Brasil: 9 para França e 2 para Espanha, como já vimos.

Ao movimento de emigrantes para o Brasil, observado a partir de 1855 até 1925 - caracterizado por fases de maior e menor volume de saídas, conforme mostram os gráficos seguintes² - sucedeu-se o que supomos ser o início de uma viragem no destino dos emigrantes.

Coincidentemente com o fim da 1ª Guerra Mundial, abriu-se o caminho da França: seriam então necessários *artistas* para a reconstrução do país no pós-guerra. A Espanha começa também a requerer alguns dos nossos emigrantes, ainda sem grande representatividade, não sabemos se como fim em si mesmo, se como trampolim para o salto seguinte, a França.

¹ No anexo a este capítulo, encontra-se uma listagem dos agrupamentos de emigrantes e relação familiar entre eles.

² No anexo a este capítulo encontra-se a listagem, ano a ano, das saídas para o Brasil e outros destinos, que deu origem aos gráficos seguintes.

Entretanto, os efectivos saídos para o Brasil diminuem a partir de 1922; esta diminuição deve ter-se mantido até 1930, data em que a entrada de imigrantes no Brasil foi totalmente proibida pelo decreto nº 19482, de 19 de Dezembro daquele ano (a crise económica que então atingia grande parte dos países do Mundo levou à forte redução das possibilidades de imigração).

GRÁFICO XXIX
EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL
(1855-1925)

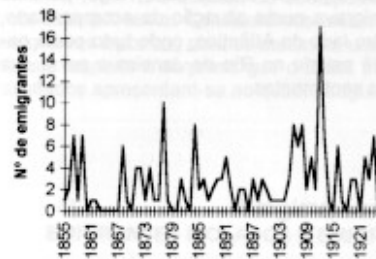
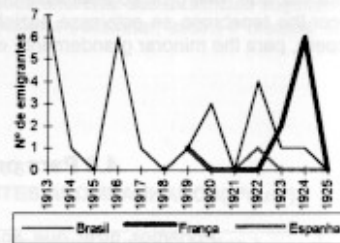


GRÁFICO XXX
EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL,
FRANÇA E ESPANHA(1913-1925)



4.7 Reemigração: características

Depois de observarmos as primeiras saídas em direcção ao Brasil, a partir de meados do século passado, verificámos que só 3 décadas depois é que surgem as segundas saídas com o mesmo destino.

Assim, dos 147 indivíduos do sexo masculino dos quais verificámos a 1ª ausência, vemos que 21 fizeram idêntica viagem pela segunda vez, 14,3%; destes, só 4 a fizeram pela terceira vez; e só um repete a viagem pela quarta vez, dentro do período desta observação.

No que respeita ao sexo feminino, só há um total de 7 segundas viagens, numa percentagem de 16,3% em relação às primeiras saídas.

QUADRO 76
EMIGRAÇÃO REPETIDA

	2ª ausência		3ª aus ^a	4ª aus ^a
	Homens	Mulheres	Homens	Homens
1880-89	2	-	-	-
1890-99	6	3	2	1
1900-09	3	1	-	-
1910-19	6	2	1	-
1920-25	4	1	1	-
total	21	7	4	1

Verificando os intervalos entre a primeira e segunda saídas - desconhecendo a duração da ausência - constatámos que os maiores volumes de segundas saídas se situam de 6 a 10 anos depois da primeira, para o sexo masculino, representando 33,3% dos casos. Os períodos 1 a 5 anos e 11 a 15 anos concentram igual percentagem de reemigração, no valor de 19% cada.

QUADRO 77
EMIGRAÇÃO REPETIDA
Intervalos (1890-1925)

	Sexo	
	masc.	fem.
< 1ano	2	0
1 a 5 anos	4	5
6 a 10 anos	7	2
11 a 15 anos	4	0
16 a 20 anos	2	0
21 a 25 anos	2	0

Para o sexo feminino, a reemigração parece ter um sentido diferente quer pela quantidade verificada, quer pelo espaço que medeia entre as duas ausências, sobretudo de 1 a 5 anos. Apesar de ser um movimento de pouco significado, é previsível o papel das mulheres na condução dos menores e na visita às famílias que por cá ficavam.

Enquanto que, à primeira saída, a **idade média** do emigrante masculino se situava entre os 19,2 e os 23,6 anos, aumentando de modo geral de 1850 para 1925, nas segundas saídas vemos que as idades médias apresentam uma evolução em sentido diferente, conforme o quadro da página seguinte mostra.

Para o primeiro período, sabemos tratar-se de indivíduos do sexo masculino que saíram pela primeira vez, na idade média de cerca de 19 anos. Entre as duas saídas, o regresso, o casamento e o baptismo dos primeiros filhos.

QUADRO 78
IDADE MÉDIA À 2ª AUSÊNCIA

	Sexo masc.	Sexo fem.
1880-1909	34,6 (11)	25,7 (4)
1910-1925	26,0 (10)	27,1 (3)

Para o segundo período, são as facilidades nos transportes e o embaratecimento das viagens que fazem com que em menos tempo os indivíduos circulem entre os dois lados do Atlântico; ao mesmo tempo, as mudanças de rumo, do Brasil para França ou Espanha, de mais fácil acesso contribuem também para que as segundas saídas se façam em idades mais baixas.

Para o sexo feminino, as idades médias entre 25,7 e 27,1 anos significam, de modo geral, a média entre as idades das mães e as filhas, que vêm de visita aos parentes que cá deixaram.

4.8 Emigração e aproximação ao retorno

Jorge Alves havia estimado o retorno dos emigrantes para o Brasil, para 1858-1861, de 40 a 60%; Oliveira Martins, para 1864-1873 e para 1885-1893, estimara o retorno em cerca de 50% (Alves:1994).

Fazendo uma tentativa de quantificar o retorno, utilizámos como sinal de retorno ou as datas de casamento ou óbito (nesta ou noutra paróquia, se temos essa referência), ou a participação do emigrante em qualquer acto vital de algum elemento da sua família (baptismo ou casamento de filhos, presença ao óbito da mulher, etc.).

De modo a dar lugar ao retorno até aos 20 anos de ausência, só analisámos o retorno para os emigrantes saídos até 1889. Nos casos em que o retorno não é conhecido através da data de óbito do emigrante retornado, não poderemos determinar se o retorno foi definitivo.

A grande diferença de comportamentos entre os sexos, no que respeita ao retorno (quadro 79), deve relacionar-se com os objectivos próprios de cada sexo. Por um lado, o homem que sai para enriquecer, sem o conseguir, adia o regresso na tentativa de conseguir o estatuto pretendido até que a morte o pode sur-

prender, não chegando a regressar. Por outro lado ainda, os rapazes que emigram isolados deixando de ser um peso para a família, não terão razões suficientemente fortes para voltarem, malgrado as saudades que possam sentir... Daí que os indivíduos do sexo masculino regressem em percentagens baixas, de 17,2%, e bem menores do que as do sexo feminino.

QUADRO 79
EMIGRAÇÃO E RETORNO
(aos 20 anos de ausência)

	Sexo masculino				Sexo feminino			
	Emi-grantes	Ret. (com óbito)	Ret. (sem óbito)	% retorno	Emi-grantes	Ret. (com óbito)	Ret. (sem óbito)	% retorno
1855-1889	64	5	6	17,2	12	3	1	33,3

Com as mulheres, emigrantes isoladas, poderá passar-se o mesmo que com os homens em semelhantes condições de partida; no entanto, as que emigram em grupos familiares, mais protegidas, serão mais capazes de voltar para construir aqui o seu futuro, depois de amealhado algum dinheiro.

Os baixos níveis de retorno verificados podem ainda dever-se ao estabelecimento do emigrante noutra localidade, estando o restante percurso de vida fora do alcance desta investigação. De todos os emigrantes saídos até 1925 e retornados, do sexo masculino, conhecemos o óbito de 19, mas 7 deles foram registados em outras paróquias, tais como Rio Caldo, Formelos, S.Veríssimo e Alvelos, Famalicão e Esposende. Quanto às mulheres, das oito emigrantes das quais conhecemos o regresso, faleceram 2 em Barcelos, 2 em Braga, uma em Valongo e uma em Queluz, Sintra; só 2 nesta paróquia.

Vejamos alguns dos regressados, de modo a compreendermos as razões do seu regresso:

- Ana Joaquina Alves de Faria, com 14 anos, saíra para o Rio de Janeiro em 1886 (sabemos que o seu padrinho estava por lá; calculámos que lá a esperaria). Regressada, veio a casar em 1889 e a falecer ao primeiro parto, em 1891.

- Fernando Sousa Vilas Boas, com 23 anos, casado e com uma filha de tenra idade, partira para o Pará, em 1906, na situação de trabalhador. Vemo-lo 3 anos mais tarde a baptizar o segundo filho, depois o terceiro... Não sabemos se vol-

tou ao Brasil. Veio a falecer em Fimalicão, em 1954, possivelmente na companhia do filho e nora, lá residentes.

- António Gomes Ferreira, com 21 anos, solteiro, carpinteiro, partira para o Brasil, em 1910. Dois anos mais tarde já estava de regresso formando família; passados 10 anos sobre o casamento, volta a emigrar, desta vez para Espanha, de onde também regressou, vindo a falecer em 1968.

- Joaquina Gomes Ferreira, irmã do anterior, doméstica, parte também para o Rio de Janeiro, em 1916, no estado de solteira. Tinha então 23 anos. Regressada vemo-la casando em 1946, vindo a falecer em Barcelos, no ano de 1989.

- José Luís de Oliveira, com 29 anos, sendo solteiro e denominando-se artista, partiu para o Rio de Janeiro em 1912. Deixou uma filha ilegítima de cerca de 7 anos. Três anos mais tarde, em 1916, regressado do Brasil casou com Maria Rosa Oliveira, legitimando aquela filha.

Dos casos supramencionados e da análise de todos os emigrantes que regressaram, podemos concluir que o retorno parece justificado, para os casados, pela sua integração de novo nas famílias, para os solteiros, pela esperança de vir a constituir família na terra natal, agora que o pecúlio estaria garantido (supomos).

4.9 Emigração clandestina ?

Não dispondo de rol de confessados nem de outros documentos específicos que permitissem, com bastante aproximação, a abordagem a este tema, tendo só em conta, portanto, os documentos que analisámos, poderíamos afirmar com segurança que alguns indivíduos, naturais desta paróquia, se ausentaram para o Brasil, sem documentos legais. No entanto, podemos admitir que algumas guias fizessem parte de algumas das poucas folhas em falta dos livros de registos ou que os seus passaportes se tenham perdido na fogueira que parece ter-lhes sido ateadada. Sabemos ainda que na viragem do século foi permitido o requerimento de passaporte aos indivíduos maiores de 30 anos, no distrito da residência (Alves:1994), mas cremos não ter afectado todos estes barcelinenses.

Vejamos o caso de **José Pereira de Faria**, nascido em 1837. Era um dos 5 filhos vivos de uma família nascidos entre 1829 e 1844. A mãe dos 6 filhos falecera em 1853 e o pai casou de novo 7 anos depois. De José não temos documento de saída, mas temos os relativos a outros dois irmãos, saídos em 1857, como caixeiros. Não sabemos se esta prática de caixeiros foi aprendida na venda do pai ou

se foram, como tantos outros, para o Porto. Não nos parece que um vendeiro que envia para S.Paulo, em 1857, dois filhos como caixeiros, dos quais nada mais sabemos, tenha tido necessidade de enviar um como clandestino. De notar que José, àquela data, tinha 10 anos, devendo ter saído posteriormente. Sabemos que, em 1872, teria então 35 anos, era proprietário, em S.Paulo, sendo escolhido para padrinho de uma sobrinha, por procuração, baptizada nesta paróquia de Barcelinhos.

Vejamos ainda o caso de **Fernando António de Figueiredo**, nascido em 1853. Casou em 1881 com D.Leonor do Amaral Ribeiro, natural de Porto Alegre e filha do cônsul honorário António Maria do Amaral Ribeiro, barcelense, estabelecido em Barcelinhos desde o seu regresso do Brasil. Teve 5 filhos até 1889, sendo identificado como negociante ao baptismo dos mesmos. Em 1897 e 1898 vemos as saídas de 2 filhos. Neste último ano, para legalizar a saída do mancebo de 13 anos, o pároco atesta que o pai se encontra já no Rio de Janeiro (no ano anterior nada disto é referido aquando da saída do outro filho). Posteriormente, em 1900, vemos a saída da mãe e de outro filho, também de 13 anos, rumo a S.Paulo.

Não tendo visto documentos de saída de Fernando António, cremos que ele terá ido depois de 1889, data do último nascimento de filhos. Também não vemos vantagem nem necessidade de ter ido clandestinamente. Certamente que o passaporte não ficou registado como deveria ou se perdeu o seu registo.

Segundo estimou Ioannis Baganha, recorrendo a fontes nacionais e estrangeiras, a emigração clandestina portuguesa rondaria os 5% da legal, entre 1855 e 1865, subindo para 13 a 15 %, entre 1880 e 1900 e descendo de novo a 7 % entre 1911 e 1930 (Baganha: 1991). Aceitamos que Barcelinhos possa ter a sua parte nestes números.

4.10 Algumas consequências da emigração na paróquia de Santo André de Barcelinhos

As consequências gerais da emigração são já conhecidas. Já Bento Carqueja, para o início do séc.XX, identificava algumas, de carácter económico, como sejam a elevação dos salários, pela falta de braços para o trabalho agrícola (e outros) e algum fraccionamento da propriedade que os pequenos proprietários tiveram de provocar, vendendo-a, pela impossibilidade de pagar os salários exigidos; a nível moral, refere-se o maior número de adultérios e infanticídios (Serrão:1976).

Pensando em termos demográficos, ser-nos-ia fácil admitir, com Antonio Eiras Roel e Caroline Brettell que a emigração deverá ter provocado uma

redução da nupcialidade, pela saída de indivíduos em idade casadoira, sobretudo do sexo masculino, uma redução também da fecundidade conjugal pela interrupção do convívio conjugal durante largos períodos de tempo e consequente envelhecimento das populações, uma redução da duração das uniões conjugais, pela morte inesperadamente surgida em terras distantes ao homem casado e ainda um aumento dos níveis de celibato definitivo feminino (Roel: 1991 e Brettell:1991).

Na tentativa de verificar algumas destas consequências da emigração na população em estudo, elaborámos ensaios, de modo a tirarmos as seguintes conclusões¹:

- o **número de casamentos** dos naturais oscilou ao longo da segunda metade do séc.XIX, num ritmo demonstrativo de quase-estagnação; se não fossem as entradas dos indivíduos de outras paróquias, presentes aos casamentos em número bem superior, Barcelinhos não teria crescido, tal como aconteceu;

- a **duração média das uniões** matrimoniais diminuiu gradualmente; a esse facto não deve ser alheia a saída dos homens, que se tornou definitiva (só 2 dos 6 homens que saíram na década de 1870, voltaram; na década de 1890, dos 5 saídos, nenhum voltou, mas um deles levava a mulher; dos 8 saídos na década de 1900, um voltou para a família e um outro havia levado a mulher consigo - no total dos 26 homens casados que saíram desta paróquia, entre 1850 e 1910, só 3 retomaram, até 1911, o contacto com a família);

- o **número médio de filhos** nas famílias do séc.XIX também diminuiu, relativamente aos séculos anteriores, como já vimos; certamente as saídas dos homens casados para terras distantes teve influência nessa diminuição;

- um forte aumento da **ilegitimidade** a partir do terceiro quartel do séc.XIX, que correlacionámos positivamente com a emigração masculina².

- elevados valores do **celibato feminino definitivo**, para 1880-1910: 42%; no entanto, as mulheres de Barcelinhos ficavam normalmente celibatárias em proporções sempre elevadas, superiores a 30% (observação transversal).

Vimos que de facto a emigração e, de um modo geral, a mobilidade, sobretudo a masculina, afectaram a população desta paróquia de Santo André de

¹ Para chegarmos às conclusões apresentadas, considerámos: os emigrantes do sexo masculino, naturais desta paróquia; o número de casamentos verificados, separadamente, segundo o homem é ou não natural da paróquia; a duração média dos casamentos (fam. tipos 1 a 4), relativos a todos os casais férteis dos quais conhecemos a data de casamento e que tenham o fim de observação antes de Janeiro de 1911; para os mesmos casais, o número médio de filhos; e o número de mulheres também naturais desta paróquia que tiveram filhos ilegítimos nos períodos decenais assinalados.

² Apresentámos um gráfico relativo a este assunto, no capítulo sobre a fecundidade (ilegítima).

Barcelinhos. É possível, no entanto, que outros factos tenham contribuído para estas situações.

4.11 Emigrantes: Que sucesso ? - algumas histórias de vida -

Com todos os dados extraídos dos documentos estudados, construímos aquilo a que aqui chamamos histórias de vida. Considerando as fontes, sabemos que serão pequenas histórias. No entanto, é de salientar a capacidade destas fontes, no sentido de nos permitirem elaborar estas pequenas histórias em encadeamento genealógico, podendo ver a evolução das famílias emigrantes, se permanecem na paróquia de onde partem. Só o alargamento destes estudos a outras paróquias e zonas geográficas, poderá permitir o encerramento das histórias que não pudermos agora completar.

1. JOSÉ DO NASCIMENTO: o primeiro que vimos partir

José do Nascimento, nascido no ano de 1817, filho de António José do Nascimento e de Maria Teresa, sem profissões referidas, sendo o quarto de uma família onde nasceram 8 filhos, pediu em Barcelos, em 9 de Outubro de 1830, uma guia para ir a Braga tirar o passaporte para Pernambuco, para onde partiria no prazo de 60 dias. Teria, então, 13 anos. Não voltou. Nenhum dos seus pais ou irmãos têm óbito registado nesta paróquia, salvo um menor, quando só excepcionalmente o óbito de menores era registado, pelo que admitimos que, se voltou, o terá feito para a paróquia da nova residência da família.

Para nós, com base nas fontes utilizadas para o estudo da emigração, foi o pioneiro; no entanto, não esqueçamos que desde o séc.XVI que os portugueses, incluindo os barcelinenses, como já mostrámos anteriormente, partiam para o Brasil.

O que nos sugere:

1. Seria conveniente estudar todo o percurso do indivíduo, Barcelos-Braga, Barcelos-Lisboa ou Porto, Lisboa ou Porto-Pernambuco, Pernambuco- ..., de

modo a completar os estudos que, deste lado, ficam forçosamente, incompletos. Certamente, nem todos os documentos estão irremediavelmente perdidos. Há que incentivar a busca nos portos de chegada, ou nos consulados ou noutras instituições então existentes, de modo a se completar a História de Portugal com a História do Brasil e vice-versa.

2. FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA E OS SEUS: emigrantes sem retorno?

Francisco era, tal como os seus pais, natural de S.Veríssimo, a uns escassos quilómetros de Barcelinhos. Casou aos 19 anos, nesta paróquia, em 1879¹. Sabia escrever mas não tinha modo de vida conhecido, segundo refere o pároco, passando a ser, em 1888, empregado da Fazenda. Ao casamento, contava Ana Emília Gomes de Faria, sua mulher, 25 anos, doméstica e costureira, sendo daqui natural.

Tiveram 8 filhos até 1893, três dos quais faleceram até aos 2 meses de vida.

Em 1895, como escrevente, partiu para o Brasil.

Dois anos mais tarde, o seu filho mais velho, do sexo masculino (a mais velha era mulher), Manuel, com 13 anos, menos de 1,5m, cabelos louros, olhos azuis, sem saber escrever, parte para a companhia do pai. A mãe dera o seu consentimento, através de uma assinatura a rogo.

De Francisco não conhecemos qualquer posterior visita a esta paróquia.

Falecendo a sua mulher, em 1908, vemos as duas filhas solteiras a documentar-se para saírem para o Brasil, em 1909: Elvira tinha 15 anos e Maria dos Prazeres, 13. Ambas escreviam. Dos outros filhos, além dos já falecidos, só restavam Filomena e Maria Augusta, que já haviam casado, a primeira depois de ter sido mãe solteira. Não sabemos se estas jovens embarcaram de facto, pois, 3 anos mais tarde, vemos o pai, Francisco, a pedir que lhas enviassem, desta vez, acompanhadas pelo irmão Manuel, entretanto regressado.

¹ A data de casamento foi convenção nossa, uma vez que, ao nascimento do primeiro filho, o pároco nos diz que os pais casaram em Santo André de Barcelinhos. No entanto, não encontramos o respectivo assento.

É do seguinte teor, a carta que lemos:

"Pará, 19 de Julho de 1912

Amº e Compº:

Saúde a todos é o mais que lhe desejo, pois aqui tudo bem, graças a Deus.

Recebi a sua carta de 7 de Junho findo e só agora lhe respondo porque só agora há poucos dias a recebi, pois o Sr. José da rota ficou lá com ela e não ma mandou e nem me mandou dizer que a tinha lá, pois como Vmcê sabe já á mais de 3 anos que moro na Travessa D.Pedro, nº17, e quasi nunca passo para aquelas bandas, por isso é melhor escrever-me para o nosso escritório (R. 15 de Novembro, nº10).

Incluso lhe remeto uma letra para você receber no Banmco de Barcelos a quantia de 200.000 reis fortes, para com eles me mandar para aqui meus filhos Manuel, Elvira e Prazeres, e isto com a maior brevidade que lhe seja possível, mas previna isso de forma que não aconteça como da outra vez.

Não mando vir Fernando nem filha¹ sem que fallemos nisso mais a miúdo, e mesmo que de forma que está a crize no Pará é muito difficil eu podê-lo empregar, e mesmo porque preciso esclarecer-me das cousas e depois falaremos sobre esse assunto.

Não sei se o dinheiro chegará, se porém, faltar algum bocado, arranje lá e mande-me dizer. As pequenas não precisam trazer muita roupa de cor porque sabe que aqui pouco se usa, por isso aqui se fará o que elas precisarem.

Recomende bem ao Manuel que olhe por elas a bordo e Vmcê tenha paciência dê por ahí as voltas que para esse fim forem precisas que eu mais tarde lhe agradecerei. Minha mulher e filhos recomendam-se muito e eu envio-lhe saudoso abraço e cá o espero também em breve.

Adeus lembranças a todos e um beijo em minha neta Olívia.

Disponha do seu Amº e Compº

Francisco Alves Oliveira

Avise-me da chegada do vapor em que os filhos e não mande o Fernando até segunda ordem.

Olivº nº 2

¹ Fernando Augusto da Silva, seu genro. A filha devia ser a esposa deste, Maria Augusta, e não a filha destes que teria pouco mais de 1 ano de idade.

² Segue-se assinatura reconhecida em Barcelos; carta apenas ao processo de passaporte de 21 de Agosto de

Depois de escrita esta carta, e preparando a possível saída, vemos Manuel e Prazeres (não Elvira) e ainda o genro Fernando, todos tirando passaporte para a saída para o Pará. Manuel aprendera a escrever junto do pai. Agora, já de 28 anos, tendo crescido 25 cm, desde a última medição, com os cabelos mais castanhos do que louros, os olhos ainda azuis, mas estrábicos, ainda solteiro, agenciário, para além dos documentos civis, teve também de pagar a fiança militar e de ser vacinado, antes de sair.

O genro Fernando, alfaiate, estava definitivamente livre do serviço militar e com vontade de ir para o Pará. Era o último de 6 irmãos, filhos de António Augusto da Silva, exposto em Mangualde e serralheiro de profissão. Apesar de não ser do agrado do sogro, não sabemos se Fernando embarcou.

De Elvira e Prazeres não temos a data de óbito, por não constar de qualquer nota apensa ao registo de nascimento. Portanto, ficaremos na dúvida, quanto ao retorno.

O que nos sugere:

1. Compreendemos que o pai é que licencia a saída de um filho menor; quando é já falecido ou está ausente, essa responsabilidade cabe à mãe. Se faltarem os dois, ou os filhos são emancipados ou existe um tutor que é responsável por eles. Neste caso, ainda foi diferente. É a carta do pai que licencia as saídas.

2. As cartas são documentos preciosos sobretudo no sentido da exploração antropológica. Para além de termos compreendido que Francisco, após a morte da sua mulher, em Barcelinhos, voltara a casar e a ter filhos, estando a mulher e os filhos com ele, no Pará, e de termos acesso aos mecanismos económicos e sociais que promoviam o pagamento e o envio dos filhos para o Brasil, ficámos também a saber que o clima do Pará exige menos roupa do que o desta região e que a roupa da moda não será *de cor*, pelo que lá se faria a contento das filhas.

3. FAUSTINO JOSÉ DE LIMA, filhos, netos e bisnetos: uma vida sem sucesso

É, de facto, a história dos netos e bisnetos, que contaremos. Começou quando este avô, jomaleiro como a avó Ana Maria de Jesus, ainda andavam de terra em terra angariando trabalho, para sustentar a família. Os cinco filhos que conhecemos nasceram por Gamil, Sta Eugénia e S. Veríssimo, todas paróquias próxi-

1912, das irmãs Elvira, Prazeres e Manuel, Arquivo Distrital de Braga. Foi respeitada a escrita.

mas desta. E os pais só aqui vieram falecer, ela, no lugar do Galo, em 1889, provavelmente, na quinta do mesmo nome, ainda trabalhadora, ele, no lugar de S.Brás, passados 9 anos, onde todos os filhos conhecidos residiam.

Os filhos e filhas eram chamados de jomaleiros ou lavradores, embora uma das famílias *acumulasse* a função de caseira.

Conhecemos o nascimento de 22 netos de Faustino e algum percurso da vida de mais 4, ao todo 26, que aqui registaram algum acto vital. Desses 26, seis faleceram menores. Sendo famílias móveis, dentro das nossas observações, nenhuma excedia os 8 filhos, mas supomos que em algumas delas haveria mais do que os 4 ou 5 observados por nós.

Havia que organizar a vida de 10 rapazes e de 10 raparigas, mas não parecia fácil. Nada mudava nas suas vidas, até que eles próprios, os netos, tiveram forças para tentar alguma mudança.

Alguns, do sexo masculino, decidem-se pela emigração.
Assim:

José António de Lima, em 1911, casado, serviçal, sem saber escrever, parte para o Rio de Janeiro. Parte de novo, com o mesmo destino, em 1922, lavrador, deixando garantido o sustento para a mulher e os filhos.

José Maria de Lima, irmão do anterior, jomaleiro, como o pai e o avô, parte, em 1912, já casado, sem saber escrever, para o Rio de Janeiro.

António Fernandes, primo dos anteriores, pedreiro, sem saber escrever, parte para Espanha, em Maio de 1922, donde regressa, voltando a sair 17 meses mais tarde, desta vez para França, por Barca d'Alva e acompanhado pela esposa Josefa de Lima. Nesta saída, diz-se jomaleiro e operário.

António Fonseca, primo dos anteriores, surge, em 1919, já casado, serrador, sem saber escrever, a tirar o passaporte para França. Em 1924, vêmo-lo a visar o passaporte para o mesmo destino, operário, deixando sustento para a mulher e filhos e residindo em Adães, aqui perto. É este o primeiro barcelinense que abre aos outros o caminho da França.

João Fernandes Vitória, primo dos anteriores, parte, em 1924, solteiro, de 25 anos, jomaleiro e sem saber escrever, para França, certamente acompanhando o primo António Fonseca, provavelmente o agente que lhe tinha conseguido trabalho na firma Pascal, Raffiani e etc., por 2 francos por hora, como jomaleiro. Dois anos mais tarde, sabemo-lo a contrair matrimónio com Maria do Carmo Lima, natural desta paróquia.

Outros tentam sobreviver sem deixar as famílias:

António Augusto, irmão de José António, tendo casado nos primeiros anos deste século e formando-se serralheiro, considerou que teria condições razoá-

veis de se manter por cá, não tendo saído, pelo menos até 1925.

Anselmo Fernandes Vitória, irmão de João Fernandes Vitória, criado de lavoura, sem saber escrever, casou em 1911. Não sabemos o destino que tomou.

De José e Manuel, irmãos entre si, respectivamente, mais novo e mais velho da mesma família, e primos de todos os outros, nada sabemos, para além de que nasceram em 1888 e 1902.

Joaquim Baptista da Fonseca casou em 1905, criado de servir, e sem saber escrever. Não parece ter fixado residência nesta paróquia, pois, até 1911, não teve filhos nesta paróquia.

Das netas de Faustino destaca-se o seguinte:

Luisa de Lima, criada de servir, foi mãe solteira em 1900.

Maria, irmã de Luisa, faleceu em Paranhos, Porto, com cerca de 77 anos.

Úrsula Fernandes, prima das anteriores, foi mãe solteira de, pelo menos, 4 filhos, tendo 2 deles emigrado para o Brasil.

Maria, Maria Teresa, Maria Rosa e Luisa, irmãs, e primas das anteriores, mantiveram-se por perto, tendo, pelo menos, duas delas casado.

Maria, Carolina e Emilia, irmãs, e primas das anteriores, casaram e também se estabeleceram por perto.

A visão que temos dos bisnetos é curta, mas aqui fica registada:

Maria Augusta, filha ilegítima, solteira, serviçal, parte para o Rio de Janeiro, em 1908, aos 15 anos de idade, sem saber escrever.

Rosa Fernandes, irmã da anterior, segue o mesmo destino, passados 4 anos, tendo então 17 anos. É também serviçal e não sabe escrever.

Antónia Maria veio a falecer no Porto, em 1968.

Maria Armandina, tendo casado em 1923, faleceu viúva, em Barcelos, em 1990.

Joaquim também não se aventurou na saída para longe: casou pela Várzea, S.Bento, em 1932, vindo a falecer em 1981, ainda na Várzea.

Dos outros 4 bisnetos observados, 2 faleceram crianças e dos outros dois não temos qualquer indicação posterior ao nascimento.

O que nos sugere:

1. Foram cerca de 50 anos de observação destas gerações e nada de significativo parece ter-se alterado. Só uma observação mais prolongada, até ao fim das suas vidas, pelo menos, poderia resultar em conclusões válidas. No entanto,

verificámos que, apesar de alguma mudança de orientação dos emigrantes, do Brasil para França, nenhum deles se alfabetizou entretanto.

2. A profissão referida no passaporte parece ter variado consoante o momento e o destino a tomar e as capacidades de emprego sonhadas. Assim, o jornaleiro que parte para o Brasil diz-se caixeiro, mas se parte para França já se diz operário. Jornaleiro é se fica em Portugal.

3. Quando numa família há indivíduos que podemos considerar excedentários, que é preciso fazer sair de casa, os primeiros a sair são os do sexo masculino - talvez pela maior capacidade de conseguir emprego melhor remunerado.

4. ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA, filhos e netos: de moleiro a industrial

Entremos na família formada em 1851, que deu origem a Maria da Graça e a Francisco José. Eram filhos de António José da Silva, que se tornou moleiro por ter casado com Joaquina Rosa das Neves, filha de moleiros, do lugar de Medros.

Foram 9 irmãos, 7 rapazes e duas raparigas. Carolina morreu de *ataque nervoso*, aos 5 anos. Dos rapazes, 5 morreram solteiros, até aos 22 anos de idade: 2 com menos de 3 anos, tendo morrido um deles afogado, o que não surpreende, estando a moagem, certamente, na beira do rio; 2 faleceram com 19 anos, sabendo, de um destes, que residia no Porto e do outro, só que era caixeiro; o último morreu aos 22 anos, também moleiro. De Benjamim não temos qualquer dado posterior ao nascimento. Conhecemos, portanto, o percurso de vida de Maria da Graça e de Francisco José, muito semelhantes nas suas trajetórias.

Maria da Graça, com 23 anos, casou, em 1881, com um moleiro de 36 anos e que sabia escrever; ao longo da sua vida, foi identificada como moleira, logo, ao casamento, e depois, além de moleira, doméstica e lavradeira. O seu marido, João Gomes Ferreira, além de moleiro, ao casamento, foi também identificado como serrador, industrial, lavrador, e, ao óbito, de novo, serrador. Conclui-se que, além da moagem, na qual deve ter introduzido um engenho de serrar madeiras, também teria as suas terras, que arava. No entanto, no início da sua vida de casados, ainda com a moagem gerida pelos pais de Maria da Graça, foram, pelo menos uma vez, identificado como *pobres*, pelo pároco. Mesmo assim, não deixaram de colocar nos caminho de João G. Ferreira, uma criança, recém nascida, para ser por ele encontrada, tal como aconteceu, no ano de 1900, vindo a chamar-se Maria da Graça, como a madrinha.

Francisco José da Silva (a que anexou, *Medros*, apelido que foi passado também aos seus descendentes, por ser o nome do seu lugar de residência e

certamente pela existência simultânea de mais três do mesmo nome), casou, em 1883, aos 28 anos. Moleiro ao casamento, por ser filho de moleiros, é, pela primeira vez, em 1902, definido como industrial. A sua mulher, de 23 anos, vendeira ao casamento, por ser filha de vendeira, surge depois como moleira e doméstica.

Maria da Graça teve 12 filhos, Francisco José, 13.

Dos 12 filhos dela, 2 morreram de menor idade, 5 ou 6 emigraram para o Brasil, depois de órfãos de pai, uma rapariga e 4 ou 5 rapazes, tendo um deles, saído numa segunda viagem, para Espanha. Destes, 3 ou 4 voltaram, dos outros, só sabemos que fizeram duas ou mais viagens para o Rio de Janeiro¹. Os restantes 4 organizaram por aqui as suas vidas, que não conhecemos por completo.

Dos 13 filhos de Francisco José, 2 faleceram de tenra idade; 3 filhas casaram nesta região; um dos filhos faleceu aos 25 anos, industrial; e de 3 desconhecemos qualquer percurso de vida posterior ao nascimento. Os 3 que restam partiram para o Brasil. Do pai deles, Francisco José, sabemos que faleceu casado, pois a mulher é considerada viúva ao dar a autorização para a ausência dos filhos, àquela data. Não nos surpreenderia se tivesse falecido no Brasil.

Falemos então dos emigrantes, todos netos do moleiro António José da Silva:

Filhos de Francisco José:

Teotónio da Silva, serrador, solteiro de 21 anos de idade, parte para o Rio de Janeiro, depois de ter pago a fiança à reserva, em 1908. Não escreve.

Delfina da Silva Medros, irmã do anterior, de 19 anos, solteira e doméstica, sem saber escrever, segue o mesmo caminho, em 1916. Eram, então, órfãos de pai.

Manuel da Silva Medros, irmão dos anteriores, em 1922, solteiro, carpinteiro, com 22 anos, toma o mesmo rumo. Também não escreve.

Filhos de Maria da Graça:

Benjamin Gomes Ferreira, primo dos anteriores, ficara órfão de pai em 1906. No ano seguinte, tendo 21 anos, dizendo-se lavrador e serrador e sabendo escrever, parte para o Rio de Janeiro. Tendo pago a fiança à reserva em 1913, bem como já a pagara antes da primeira ausência, não vimos os outros documentos legais relativos a esta saída. Mas dali por 9 anos repete a viagem no mesmo sentido,

¹ Apesar de termos analisado alguns documentos relativos ao pagamento de fiança para os mancebos se poderem ausentar para o Rio de Janeiro, quando não vimos as correspondentes guias ou os passaportes respectivos, não contabilizámos esses indivíduos como emigrantes. É o caso de um dos filhos de Maria Graça: pagou a fiança à reserva em 1906, para ir para o Brasil, e vêmo-lo, industrial, a ter um filho nesta paróquia, em 1909.

Quanto à saída para o Rio de Janeiro, não poderemos saber se corresponde à verdade: os passaportes, ora referem Rio de Janeiro, ora Brasil, e, desta família, um também refere o Pará.

referindo Brasil e não Rio de Janeiro, sem menção a profissão.

José Gomes Ferreira, 5 meses mais tarde que o irmão anterior, pede também passaporte para se ausentar para o Pará, não Rio de Janeiro. Tem 22 anos, é solteiro, serrador e sabe escrever. Sabemos que voltou, vindo a falecer em S. Veríssimo, em 1948.

António Gomes Ferreira, irmão dos anteriores, em 1910, depois de pagar a fiança à 2ª reserva, dirige-se também ao Brasil. Tinha então 21 anos, era solteiro, carpinteiro e também sabia escrever. Em 1913, pagou de novo a fiança para voltar a ausentar-se para o Brasil. Não sabemos se foi, mas fê-lo certamente, mais tarde, em 1922, já casado, ainda carpinteiro e deixando sustento à família¹.

Agostinho Gomes Ferreira, irmão dos anteriores, parte, em 1912, aos 20 anos, como serrador, solteiro e sem saber escrever. Volta a partir em 1916, como empregado comercial, e em 1919, como agricultor, ora dirigido ao Rio de Janeiro, ora ao Brasil. Não sabemos se casou nem onde faleceu.

Joaquina Gomes Ferreira, irmã dos anteriores, aproveitando a companhia, em 1916, de Agostinho, parte com ele para o Rio de Janeiro. Tinha 23 anos, era ainda solteira, doméstica de profissão e não sabia escrever. Sabemos ainda que, tendo voltado, casou em 1946, aos 53 anos, vindo a falecer em 1989, em Barcelos.

Francisco Gomes Ferreira é o irmão destes últimos emigrantes que, segundo apurámos, só pagou uma fiança à reserva para se ausentar para o Brasil, em 1906. Cremos, no entanto, que não terá embarcado, tendo casado e tido um primeiro filho, nesta paróquia, em 1909. Ao nascimento deste filho, é identificado como industrial. Tudo indica que fora ele o gerente da moagem e serração, dado ter sido o único dos irmãos que parece ter ficado por cá. Há ainda Manuel, mas deve ter tomado outro rumo de vida, pois só lhe conhecemos, para além do nascimento, o óbito, em Arcozelo, Barcelos, em 1953.

Cunhado deste Francisco G. Ferreira, ainda vemos partir para o Pará, Adélio Gomes Casanova, de 28 anos, irmão de sua mulher Maria Leonor, casado e comerciante, natural de Fomelos.

Não reconstituímos as famílias das duas primas Ana Cândida e Elvira, uma de cada uma das famílias de emigrantes acima expostas. Mas sabemos que ambas casam com indivíduos de apelido Monteiro, João Monteiro e António Luís Monteiro, por termos visto o passaporte deste último, marido de Elvira, para Espanha, em 1922 (junto com o seu cunhado António). E por informações orais colhidas junto de alguns barcelinenses, cremos que os seus descendentes continuaram a tradição familiar de emigrar, pelo menos, para o Brasil.

¹ O deixar sustento para a família, parece-nos ter sido uma imposição legal, para a permissão de saída, pelo que surge essa referência nos passaportes dos casados, para o séc. XX. Não significava, cremos, que a despesa ficasse cheia, para o tempo previsto de ausência, mas simplesmente que mulher e filhos tinham condições de ganhar o seu sustento.

O que nos sugere:

1. Vimos que estas famílias numerosas, independentemente do capital inicial, têm necessidade de distribuir os seus membros de modo a que cada um ganhe o seu próprio sustento, dado que, sendo o capital inicial indivisível, no futuro, só pode ser gerido por um agregado doméstico.

2. A família de Maria da Graça, tendo, provavelmente, herdado algumas terras, distribuiu os seus membros pela moagem, serração e agricultura. Pôde prepará-los melhor para a emigração, que começou a surgir logo após a morte do pai, proporcionando a alguns deles, o saber escrever. No fim, um deles define-se só como industrial; por certo, os emigrantes retornados, vieram a herdar as terras.

3. A família de Francisco José, só com a moagem para gerir, procurou, certamente, outra colocação para alguns dos filhos, antes da idade razoável para emigrar, ficando só 3 à espera deste destino. Eram mais mal preparados do que os seus primos, por não saberem escrever. Não sabemos qual deles veio a gerir a indústria nem se esta se tinha alargado também ao sector das madeiras, como na outra família, pois nunca tal é referido, embora, se possa crer que tal tenha acontecido, dado que, à emigração, um dos filhos dizia-se serrador e o outro, carpinteiro.

5. ANTÔNIO MARIA DO AMARAL RIBEIRO: proprietário, capitalista, comendador e cônsul honorário

Natural de Barcelos, filho de proprietários, havia emigrado para o Brasil, Rio Grande do Sul, onde casara com D.Emília Perpétua Dias do Amaral, da qual teve, pelo menos, 5 filhos. D. Emília faleceu em Porto Alegre e Antônio Maria regressa, antes de 1860, certamente, acompanhado dos seus filhos, dos quais conhecemos quatro. Referindo-os a 1860, as suas idades eram assim distribuídas: Emília, 18 anos, Leonor, 9 anos, Fernando, 5 anos, e um mais novo do qual desconhecemos o nome, com 4 anos.

Fixara residência em Barcelinhos, na Boavista, provavelmente, na casa de sua irmã e cunhado, ela, Maria Bárbara do Amaral, ele, Bernardino José da Cruz, de onde vimos sair Emília, à data do seu falecimento, em Outubro de 1860.

Assistimos ao seu recasamento, em 1861. Tinha, então, 52 anos e, como referência sócio-económica, capitalista. Para sua mulher, escolheu a sobrinha, Fausta da Glória da Cruz Amaral Ribeiro, de 29 anos, filha de uma sua irmã, Maria Bárbara do Amaral.

Mudou a residência para Ninães, lugar contíguo ao da Boavista, onde teve, com Fausta da Glória, 10 filhos até 1874.

Entretanto, chegados os filhos do sexo masculino, do primeiro casamento e de naturalidade brasileira, aos 12 e 13 anos, em 1868, vêmo-los seguir para o Rio de Janeiro. Não terão voltado. Passados 9 anos, já dois dos filhos do 2º casamento tinham alcançado a mesma idade, 12 e 13 anos, e também eles, Henrique e Adolfo, embarcam, em Lisboa, para o mesmo destino. Passados 2 anos, em 1879, faleceu Antônio Maria, deixando 14 filhos vivos, segundo informação do registo de óbito: 5, do primeiro casamento e 9 do segundo.

Filha do 1º casamento, ficara Leonor, que vemos sair do recolhimento no Convento do Menino Deus, em Barcelos, aos 30 anos de idade, para casar com Fernando Antônio de Figueiredo, de 28 anos de idade, natural desta paróquia, negociante e filho de negociante. Fez-se representar, no seu casamento, pelo comendador José Joaquim Faria Machado, solteiro, proprietário, de Barcelos.

Estabeleceu residência na R. Direita desta paróquia e aí teve 5 filhos até 1889. Emílio, ao atingir os 13 anos, em 1897, sabendo escrever, embarca para o Rio de Janeiro. Um ano mais tarde, também aos 13 anos e sabendo escrever, é a vez de Alberto, constando dois destinos, Rio de Janeiro ou S. Paulo. Nos documentos a este referidos, a residência é em Vila Frescaíinha S.Martinho, mas só nesta altura. É a mãe que consente a ausência do filho, dado que o marido está ausente. Não vimos qualquer documento relativo à sua emigração, mas, em 1898, é o próprio pároco quem atesta ser verdade que Fernando Antônio se encontra no Rio de Janeiro. Fora, porventura, juntar-se aos seus cunhados, chamando, depois, os seus filhos.

Até que, por fim, em 1900, vemos sair D.Leonor e o último filho, Antônio Maria do Amaral Ribeiro - nome igual ao do avô materno - com 13 anos, em direcção a S.Paulo. Adolfo, filho mais novo, falecera com 11 meses, nesta paróquia e, não tendo saído Maria Benedita, cremos ter também falecido, certamente em S.Martinho.

Estava, pois, uma família e meia do outro lado do Atlântico, os 5 ou 6 filhos do cônsul honorário Antônio Maria e os seus 3 netos que vimos nascer. Do lado de cá, mas não terminando nesta paróquia os seus dias, ficaram a segunda esposa e 6 filhas: 3 faleceram adultas (na Póvoa de Varzim e Apúlia) e das outras três só conhecemos o nascimento.

O que nos sugere:

1. A emigração para o Brasil pode ter contribuído para a manutenção do nível sócio-económico de partida, pela repartição da herança pelos que ficam, considerando-se que os que partem já levam o dote (o passaporte, as viagens pagas, o emprego garantido ou não do lado de lá do Atlântico...). Esta opinião poderia ser apresentada de modo diferente se tivéssemos analisado 3 ou 4 séculos de emigração, pressupondo que à 5ª ou 6ª geração fosse visível a contribuição do Brasil para uma mudança. Mas, existindo o Brasil, para os portugueses, há cerca de 300

anos, ao fim da nossa investigação, podemos crer que as gerações que vimos sair já não serão as dos pioneiros e, no entanto, parece-nos que a fortuna de quem sai não justifica o ter saído anteriormente.

2. O local de entrada, no Brasil, não era rigorosamente explícito, ora uma cidade ora outra, no mesmo momento de saída. Cremos que, para a Instituição que concedia a licença não era importante. E o emigrante, esse, saberia muito bem para onde se dirigia.

4.12 Conclusão

A população de Santo André de Barcelinhos mostrou, em todas as épocas em que foi possível observar a mobilidade, uma forte tendência para a mesma, apesar de alguma diminuição das suas saídas definitivas observada para a contemporaneidade - sinal de que esta paróquia começava a oferecer aos seus naturais e a outros formas mais seguras de ganhar a vida ou simplesmente que lhes permitia residir sendo trabalhadores na então vila de Barcelos.

Para alguns anos do séc.XIX para os quais registámos a mobilidade interna servindo-nos das guias de passaporte, 1827-1860, concluímos que as viagens mais numerosas eram realizadas no sentido da cidade do Porto, mas não parecendo que a distância fosse impedimento. Do mesmo modo, homens e mulheres chegavam a esta paróquia vindos de todas as partes do país e de outros países, igualando e ultrapassando as saídas dos naturais.

Observadas as saídas por emigração para depois de 1855, não nos pareceu que representassem uma sangria na população desta paróquia: o sexo masculino emigrou em percentagens que variaram entre os 9,4% e os 22,3% das saídas totais da paróquia e o sexo feminino em percentagens que não ultrapassaram os 6%.

No entanto, se tivermos em conta só os movimentos dos naturais, as percentagens de emigração do sexo masculino variaram entre 9,6% e 47,2% de todas as saídas dos naturais do mesmo sexo, mantendo-se estacionárias nas últimas décadas, 1890 e 1900, em cerca de 16% das saídas; para o sexo feminino, oscilando de 4,1% a 11, 9% , nas últimas 2 décadas observadas, manteve-se em cerca de 6%.

Apetrechados com documentos legais e pagando as suas passagens, os que saem, regra geral, são os filhos dos lavradores e artífices, normalmente dos mais velhos ou dos mais novos das famílias, ou os órfãos, sabendo escrever em percentagens acima da média dos que cá ficavam se vão para o Brasil; indo para os outros destinos, saber escrever não parecia ser importante.

É provável que a indivisibilidade da terra tenha proporcionado algumas saídas; é ainda bastante seguro afirmar-se que a procura da manutenção ou elevação do estatuto social tenha contribuído para outras tantas saídas; mas também nos parece que "*a irresistível sedução que exerce o exemplo de alguns emigrantes que voltam enriquecidos*" tenha funcionado de modo encorajador (Leal:1868), que o mesmo é dizer que se deixaram levar pela ambição; a emigração teria surgido, para muitos, como uma opção.

No entanto, ao verificarmos as saídas dos indivíduos de famílias numerosas, podemos sugerir, com Basílio Teles, que os pais sentiriam diminuído o peso do seu fardo e que, se tudo corresse bem, ainda poderiam contar, no futuro, com aqueles filhos enriquecidos nos *Brasil*.

Caso diferente seria o dos órfãos, cujo destino se apresentaria inseguro. A sua saída parece-nos mais justificada pela previsão de maiores facilidades de emprego em terras brasileiras do que nacionais; a sua permanência poderia significar a *penúria* diagnosticada por Mendes Leal.

Observando o ritmo das saídas ainda se pode verificar a força daquilo a que Mendes Leal chama "*flutuações políticas*". Não podemos deixar de considerar que a agitação política que Portugal viveu anterior e posteriormente ao regicídio de 1908, incluindo a fase de 1ª República, antes do início da 1ª Guerra Mundial, esteve na base da decisão das famílias de se ausentarem de Portugal ou de permitirem aos seus filhos que o fizessem. Só o estado de guerra na Europa e no Mundo veio frear momentaneamente esta resolução, bem como alterar os destinos dos emigrantes.

A quebra significativa das saídas para o Brasil depois de 1920 também pode estar relacionada também com um esfriamento das relações luso-brasileiras, a propósito da "questão nativista", aparentemente gerada pela obrigatoriedade dos portugueses se naturalizarem brasileiros, no caso de quererem continuar a exercer a sua profissão naquele país¹ (Pinto:1993). Posteriormente, em 1930, o governo brasileiro proibiu completamente a imigração (Westphalen: 1993).

¹ De acordo com as leis de 9 de Dezembro de 1897 e 3 de Março e 17 de Julho de 1913.

ANEXO AO CAPÍTULO VI

1. INDÍCIOS DE EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO: BARCELINHOS - BRASIL... ... utilizando apenas registos paroquiais, a partir de 1606

Indícios de emigração:

- 1624 - Gaspar Dias havia falecido no Brasil. Era pai de Ana, que foi madrinha naquele ano;
- 1670 - João Ferreira, vindo do Brasil, onde deixou muitos legados e fazendas, faleceu em Barcelinhos, nas casas que eram do pai;
- 1691 - Manuel Coelho casou e pediu certidão para ir para o Reino do Brasil;
- 1749 - André Rodrigues Borges residia no Brasil ao óbito de sua mulher, Rosa de Alpoim;
- 1773 - Francisco António, residente no Brasil, pediu certidão do seu nascimento;
- 1864 - Manuel José da Silva, tendo casado em 1782, nesta paróquia, é considerado *emigrante*, ao óbito do filho Francisco José da Silva, naquela data, 1864;
- 1872 - José Pereira de Faria, nascido em 1837, era proprietário em S.Paulo. Foi padrinho de uma sobrinha, por procuração;
- 1898 - Fernando António de Figueiredo, nascido em 1853, residia no Brasil; é o pároco que o atesta, no sentido de se licenciar a saída do filho menor, para o mesmo destino;
- 1905 - Nasce Maria de Jesus, cujo pai, Francisco Machado, natural de Barqueiros, estava ausente no Brasil;
- 1910 - Faleceu Ana Gomes Silva cujo marido, José António, estava ausente no Brasil;
- 1952 - Manuel, nascido em 1891, veio a falecer em S.Paulo.

Indícios de imigração:

- 1688 - Roque Brandão casou, nesta paróquia, com uma brasileira, e foi para o Brasil;
- 1688 - Antónia de Araújo, natural da Baía, casou nesta paróquia, com Domingos Gomes dos Santos; o casal não permaneceu aqui;
- 1782 - D.Joaquim nasce, nesta paróquia, filho de pais baianos ¹;
- 1830 - Domingos Miguel Cunha Sotto-Mayor, natural do Rio de Janeiro, casa nesta paróquia, com D.Ana Emília, daqui natural;
- 1888 - João Machado Ribeiro Júnior, natural do Rio de Janeiro, casou com

¹ Foi o único indivíduo do sexo masculino, a ser identificado, ao baptismo, com o título de *dom*, facto que, no sexo feminino, era mais comum.

D.Guimarães de Vasconcelos Bandeira Lemos, natural de Laúndos, mas residente nesta paróquia;

1891 - Óbito de Rita Maria da Silva, natural do Rio de Janeiro, casada com José Maria Ferreira Pastor, natural de Lisboa, tendo casado no Rio de Janeiro.

1916 - Rosa Conceição Lopes Rodrigues, natural do Brasil casou, na Póvoa de Varzim, com António, nascido em 1889 nesta paróquia.

**2. QUADRO 80:
LISTA DAS PARÓQUIAS DA NATURALIDADE
DAS MÃES SOLTEIRAS: 1606 - 1910**

PARÓQUIAS	nº	PARÓQUIAS	nº	PARÓQUIAS	nº
Barcelos:					
Ab. de Neiva	3	Fornelos	2	Remelhe	8
Aborim	1	Gamil	5	Rio Tinto	1
Adães	1	Gilmonde	1	S. Julião do Freixo	1
Alvelos	13	Manhente	1	S. Miguel Carreira	1
Arcozelo	6	Mariz	2	S. Salv. do Campo	4
Areias	1	Martim	2	S. Veríssimo	4
Barcelos	20	Midões	3	Santa Eugénia	10
Barqueiros	2	Milhazes	5	Santa Eulália	1
Cabeçudos	1	Moure	2	Silveiros	3
Cabreiros	1	Oliveira	1	Várzea, S. Bento	3
Carapeços	3	Outiz	1	Viatodos	1
Carvalho	6	Panque	2	Vila Boa	5
Carvalhas	1	Paradela	2	Vila Cova	2
Cervães	1	Pedra Furada	2	Vila Fresc. S. Martº	1
Cossourado	1	Perelhal	2	Vila Fresc. S. Pedro	6
Durrães	1	Pereira	4	Vilar de Figos	1
Encourados	1	Pousa	3	Vilar de Frades	2
FonteCoberta	2	Rates	1	Vilar do Monte	1
Esposende:					
Esposende	3	Guimarães:		Outras:	
Forjães	1	Guimarães	1	Angola	1
Gemeses	1	Ponte	6	Bragança	1
Marinhas	1			Lamego	1
Rio Tinto	1	Braga:		Lisboa	1
Vila Chã	1	Braga	8	Montalegre	2
		Maximinos	2	Ponte Barca	1
		Prado	1	Ponte Lima	5
Expostas:	19			Póvoa Varzim	2
		Espanha:		StoTirso, Bougado	1
		Galiza	6	Valença	2
		Pontevedra	1	Viana	4
		Tuy	2	Vila Real	1

(cont.)

PARÓQUIAS	nº	PARÓQUIAS	nº	PARÓQUIAS	nº
		V. N. de Famalicão:			
		Arcos	1		
		Calendário	1		
		Cavalões	1		
		Gondifelos	1		
Porto:		Grimancelos	1		
Baltar	1	Landim	1		
Oliveira	1	Lousada	2	Totais:	
Paranhos	1	Nine	1	Com refª à natur.:	273
Porto	2	Vila N. Famalicão	2	Total de mães soltª	484

**3. MEDIDAS LEGISLATIVAS REFERENTES À
EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO - SÉC. XIX**

3.1 Do Governo do Brasil:

- Acto de 14 de Janeiro de 1823 - concedia a cidadania brasileira aos portugueses que fixassem domicílio no Império, devendo prestar juramento e fidelidade à causa do Brasil, perante a Câmara Municipal (medida legislativa suspensa em Novembro do mesmo ano);

- Carta de Lei de 25 de Março de 1824 - concedia a cidadania brasileira a todos os nascidos em Portugal e suas possessões que, sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a independência, aderiram à mesma pela continuação de residência;

- Lei de 12 de Setembro de 1830 - tratava do aluguer de serviços prestados por estrangeiros;

- Lei de 23 de Outubro de 1832 - para a obtenção da cidadania brasileira, todos os estrangeiros, maiores de 21 anos, gozando de direitos civis no país de origem, sendo possuidores de bens de raiz ou participante em estabelecimento industrial ou exercendo profissão útil ou provando que viviam honestamente do seu trabalho, deveriam prestar declaração perante a Câmara Municipal, dos seus princípios religiosos e pátria, pretensão de fixar domicílio e quatro anos de residência após essa declaração, salvo se os tivesse já antes;

- Leis de 13 de Setembro de 1830 e 11 de Outubro de 1837 - regulavam a locação de serviços, a última, para o caso do locador ser estrangeiro (permite a prisão preventiva do locador a pedido do locatário; a condenação aos trabalhos

públicos; julgamento no foro do locatário; desprevine o sistema de contas entre locador e locatário; permite excessos de taxas sobre os custos das viagens, instalação e géneros comprados obrigatoriamente nas fazendas dos locatários; etc.);

- Lei de 4 de Setembro de 1850 - declara ilícito o tráfico de escravos;

- Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850, chamada a Lei das Terras - decidia que os estrangeiros, depois de 2 anos de residência no Brasil, poderiam naturalizar-se;

- Decreto Legislativo nº 1950, de 12 de Julho de 1871, autorizava o governo a conceder carta de naturalização a todo o estrangeiro que a requeresse, sendo maior de 21 anos e residente no país por mais de 2 anos;

- Lei do "ventre livre", de 28 de Setembro de 1871 - declarava livres os filhos das escravas que nascessem a partir dali;

- Lei Áurea de 13 de Maio de 1888 - declarava extinta a escravatura no Brasil;

- Decreto nº 14 de Dezembro de 1889 - considerava que eram cidadãos brasileiros todos os estrangeiros residentes no Brasil no dia 15 de Novembro de 1889, salvo declaração em contrário perante a respectiva municipalidade no prazo de 6 meses contados da sua publicação;

- Decreto nº 6455, de 19 de Abril de 1907, proibia a entrada de maiores de 60 anos, bem como de portadores de doenças contagiosas e inválidos (medidas de carácter social e sanitário);

- Decreto n 19482, de 19 de Dezembro de 1930, proibia a entrada de imigrantes .

3.2 Do Governo Português:

Do lado português, de modo a permitir ou proibir a emigração, o governo elaborou também algumas medidas legislativas (Alves:1994):

- a carta Constitucional de 1826 declara inteira liberdade de circulação para fora do país, guardados os regulamentos policiais e salvo o prejuízo de terceiros;

- Decreto de 23 de Setembro de 1826: ordena o sequestro de bens dos que fugiram para fora do reino sem licença ou passaporte legítimo;

- Decreto de 18 de Julho de 1835: atribui ao Governador Civil a concessão de passaportes para fora do reino, pelos portos de mar;

- Lei de 20 de Julho de 1855: renova a proibição de saída sem passaporte, exigido para todos os mancebos entre os 18 e os 21 anos; regulamenta o transporte de passageiros de acordo com a tonelagem da embarcação; impõe a fiança de 4000\$ aos navios que transportem colonos, de modo a fazê-los cumprir as leis; estipula visitas das autoridades às embarcações antes da saída das mesmas; obriga a que na embarcação viagem um médico quando leve mais de 50 passageiros, estipula multas em dinheiro para os aliciadores da emigração; declara obrigató-

ria a menção das entidades ou indivíduos contratantes da locação de serviços, proibindo a cedência dos contratados a terceiros;

- Regulamento para o transporte de emigrantes, de 1 de Maio de 1858;

- Carta de Lei de 4 de Junho de 1859: fixa o limite mínimo para a exigência de passaporte, nos 14 anos, e correspondente prestação de fiança em caso de emigração;

- Regulamento geral da polícia para o trânsito no continente do reino e ilhas adjacentes, entrada de viandantes e sua saída para o estrangeiro, de 7 de Abril de 1863 (reúne as disposições legais em vigor): os passageiros emigrantes deviam apresentar documentação em como eram maiores ou emancipados, em como tinham satisfeito as leis do recrutamento, no caso dos homens, em como não estavam indiciados judicialmente, mostrar autorização do marido, no caso de ser mulher casada, ou dos pais, se for menor, e, neste caso, mostrar ter prestado fiança ao recrutamento se estiver entre os 14 e os 21 anos de idade;

- algumas leis e decretos entre 1896 e 1901, reprimem de novo a emigração: tomou-se gratuita a concessão e passaporte para quem saísse para o ultramar português ao mesmo tempo que se encarece o para o estrangeiro (3\$000 de emolumentos e 1\$500 de selos); o passaporte passava a ter de ser requerido no distrito da naturalidade, excepto para os maiores de 30 anos que o podiam requisitar no distrito da residência;

- Lei de 25 de abril de 1907: os passaportes só seriam obrigatórios para os emigrantes, passando o seu preço para 7\$000 .

4. A QUESTÃO CONSULAR: ACUSAÇÕES, COMPORTAMENTOS E PROVAS CONTRA O BARÃO DE MOREIRA, CÔNSUL -Séc.XIX

4.1 Acusações concretas e medidas contra o cônsul

Com base nas leituras dos jornais locais e regionais - *O Ecco de Barcellos* e *O Commercio do Porto* - elaborámos uma síntese das queixas dos emigrantes e, de modo geral, dos portugueses, contra o Cônsul português no Rio de Janeiro, o Barão de Moreira, por meados do séc.XIX.

A exposição das queixas parte essencialmente de um protector de dois rapazes do Pico dos Regalados e serviu dois objectivos: concretizar a existência da emigração de insucesso e identificar as contribuições do cônsul para o mesmo.

Com os dados que temos, sintetizámos as acusações da seguinte maneira:

- prestação de informações incorrectas, induzindo em erro quem as recebia - caso da certidão negativa a propósito da chegada dos dois *pequenos* na Flor do Porto;

- recebimento de suborno (embora esta palavra não seja mencionada) - os 4\$000 rs por cada rapaz, pressupõe-se que pagos pelo barão de Nova Friburgo, empregador;

- convivência, com o barão de Nova Friburgo, em relação ao contrato sub-humano feito com os dois rapazes (o próprio cônsul admitiu que foi um roubo, aquele contrato, não se atribuindo culpas, mas defendendo que deveriam ser apuradas responsabilidades e castigados os culpados de estelionato e roubo) - sobretudo no exagero de tempo de serviço e baixíssimo salário;

- responsabilização pelo estado miserável e vida de escravatura que haviam tido com o barão de Nova Friburgo;

- extorsão de declarações que lhe possam ser vantajosas, fazendo os rapazes declarar factos de modo diferente do anteriormente já declarado (e recolha de assinaturas sem esclarecer o conteúdo das mensagens assinadas);

- não cumprimento de obrigações legais: não registo no consulado dos cidadãos portugueses; não atribuição de títulos de súbditos de S.M.F. (Súbditos de Sua Magestade Fidelíssima); não registo da fiscalização feita na cidade do Porto, à saída do barco; não tomada de atitude perante o conhecimento da vinda de clandestinos na Flor do Porto; etc..

Dezenas, talvez centenas de casos saídos na imprensa corroboram a ideia do mau serviço prestado pelo cônsul aos portugueses, no Rio de Janeiro. Apresentamos só uma pequeníssima síntese de alguns deles:

- *um pai e seus 4 filhos* (sendo um deles rapariga), engajados no Porto, por um ano, serviram 18 meses, posto o que foram vendidos: os 3 filhos por 5, 7 e 9 anos (da filha não refere o tempo). A queixa versou o desinteresse e desprotecção do cônsul, que "nunca se comoveu", apesar dos pedidos de auxílio por parte do pai;

- *os falecidos no Rio de Janeiro...* por eles se queixa o público ou os herdeiros de que o barão não remetia os seus espólios, ou não completamente (sobretudo nos casos que não corriam pela via judicial). Este é o caso composto de muitos pequenos casos e sobre os quais a literatura é mais abundante;

- *Antónia Umbolina (com uma filha, menor)*, engajada para serviços domésticos, com conhecimento do cônsul; a queixa versava o peso do contrato, em tempo de serviço a prestar e a sua leveza em relação ao pagamento dos seus serviços (posteriormente, esta colona moveu um processo crime contra o locatário);

- *as barcas Átila, Félix e muitas outras* trazem muitos passageiros clandestinos, e maior número do que o que poderiam trazer, por lei; a queixa versa o facto de o cônsul não ter agido em conformidade com a lei e, contrariamente ao procedimento havido com o capitão da barca Novo Lima que foi severamente casti-

gado, por semelhante crime;

- *cinco portugueses*, trabalhadores da 2ª secção da estrada de ferro D. Pedro II acusam o *assassinio de um outro*, por uma autoridade policial local; o barão de Moreira recebeu as queixas, mas nada fez e os papéis desapareceram;

- *a barca portuguesa Monteiro 2º* transportou cerca de 50 clandestinos; aos mesmos foi feito um contrato de locação de serviços muito lesivo (3 anos), com conhecimento do cônsul;

- *a barca Jovem Faialense* transportou mais de 100 clandestinos, que o barão vendeu para os sertões de Cantagallo;

- *O rapaz que recebeu maus tratos em Cantagallo* e que o Barbosa recolheu em sua casa; o cônsul tirou-o de lá, à força, mandou-o prender para a correcção.

- etc..

Por diversas vezes, sobretudo a partir de Junho de 1861, surgiram na imprensa, fortes indicações de movimentos contra a permanência do barão de Moreira no consulado português do Rio de Janeiro, tendo sido enviadas representações várias ao Parlamento português, a esse respeito. O Ecco de Barcellos de 8 de Junho de 1861 refere uma, assinada por "mil e tantos portugueses entre os mais considerados naquella praça" e acrescenta uma lista imensa de assinaturas. O próprio redactor deste jornal - é um jornal de pequena tiragem e incidência local - explicava, perante o exorbitante número de queixas contra o barão: "não há nisto unicamente desabafo de antipathias e expressão de despeitos particulares"; o volume de queixas, só por si, mesmo não sendo fundadas, já justificaria a substituição do cônsul. E concluiu: "procurar empregos para homens e não Homens para os empregos é sempre mau e pernicioso, mas no caso sujeito seria intolerável".

Na sessão de 5 de Julho de 1861, foi levada ao conhecimento da Câmara dos deputados esta representação, datada de 1 de Maio anterior, e assinada por 11 066 portugueses residentes no Rio de Janeiro, alguns dos quais tendo já pedido protecção a cônsules estrangeiros, e outros ameaçando fazê-lo, caso o barão de Moreira não fosse removido do seu cargo.

O parlamento decidiu consultar o acusado e, então, decidir! Foi a indignação geral, reconhecendo-se a pouca importância que as esferas políticas votavam aos seus emigrantes, tendo aquela representação dos 11 066 sido rotulada de *marçanos e por isso indigna de consideração*.

Semelhante representação foi posteriormente enviada a Lisboa, agora com 12 000 assinaturas, contendo os *maiores nomes* da esfera social brasileira; milhares de vozes acusavam o cônsul e, diz o redactor, que *nem uma se levantou para a sua defesa!*

O "Diário Mercantil" publicou, no Rio, uma carta, ridicularizando os assinantes destas representações, cuja assinatura, sendo de Luís José de Murôs, se provou ter sido conseguida pelo Barão de Moreira a troco de algum convencimento e de 20\$000.

Perante tais escândalos na vida pública portuguesa, mas sobretudo na vida social brasileira, "quando se anunciou que sua exc^a tinha decidido retirar ... o barão de Moreira, foi a notícia geralmente acreditada, porque o bom nome do ministro, e o credito e o interesse do paiz, exigiam e autorizavam essa decisão"¹

Perante tal perigo, o Barão procura então, nos seus velhos amigos, declarações que possam contrariar as acusações públicas.

As declarações surgidas deveriam ser mesmo do bem velhos amigos, pois todas as apresentadas à imprensa, no sentido da abonação da conduta do cônsul, datam de 1839 e 1841, sendo as acusações referentes a procedimentos da década de cinquenta e os processos lançados a público no principio da década de sessenta.

Assim, segundo estes velhíssimos amigos do cônsul - porventura, alguns já falecidos! - este era desinteressado, zeloso, inteligente, de urbanidade e espirito conciliador; prudente, circunspecto, sem falta de energia, merecedor de estima e consideração, de excelente comportamento; etc... Com toda a certeza que, passados que eram cerca de 20 anos, quando as acusações foram tomadas públicas, o cônsul poderia continuar a ter as mesmas qualidades (ou defeitos), pondo em evidência umas mais outras menos, consoante as situações em que se encontrava, não deixando, por isso de ter desmerecido a confiança de milhares de portugueses que sofreram com os seus procedimentos, muitas vezes, indignos da posição que ocupava!

A situação tomou-se tão escandalosa que, convencidos de que o barão tinha toda a protecção dos tribunais locais e se comportava como um pequeno rei, arredado que se mostrava o governo português de tão acesa polémica, os portugueses, onde o encontravam, faziam-lhe *banhos de assobios, apupos e foras*, de que, por várias vezes terá sido salvo pela policia.

Fundara o próprio Barbosa um jornal, "O Lusitano", para continuar a luta contra o barão quando este perseguia a imprensa pública e esta se retraía nas publicações dos casos que lhe eram enviados.

Correram processos judiciais envolvendo o cônsul e o Barbosa. Num 2º processo de liberdade de imprensa, Barbosa foi absolvido e o cônsul condenado a pagar as custas do processo (acreditou-se que para calar um pouco a voz dos portugueses contra o barão). Supõe-se ter existido um processo anterior, tendo o mesmo Barbosa saído vitorioso, pois o redactor inicia a exposição do assunto dizendo: "Barbosa obteve novo triumpho sobre o barão"² referindo-se ao 2º processo.

¹ Barcellos 6 de Setembro, in Ecco de Barcellos, nº 92 de 7 de Setembro.

² Questão Consular - Commercio do Porto, nº263 de 19 de Dezembro

Que mais poderiam os portugueses fazer, de lá, do Rio de Janeiro, longe em distância e tempo da sede do governo em Lisboa?! Há sempre mais algo que se possa fazer. Mais uma vez, o Barbosa, toma a seu cargo a luta contra a presença do barão e marcou viagem de ida a Lisboa para 8 de Dezembro de 1861 para instaurar um processo de concussão ao cônsul. Por mais uma maldade do barão contra um *pobre rapaz* de Cantagallo, Barbosa abreviou a viagem. Recolheu as listas que havia distribuído para a colecta de donativos para as suas despesas (no interesse geral, e porque, declarara, já tinha gasto tudo quanto possuía de seu). Conseguiu 30 contos! "Só o desespero em que estão os portugueses com o barão de Moreira poderia dar um semelhante resultado!"

E mais! Agora um comportamento tipicamente português: fretaram dois vapores, arranjaram duas *músicas*, bandeiras, etc, para acompanhar Barbosa até à barra! Tal era o ambiente de festa e esperança de sucesso que os animava, expressão do desejo imenso de ver afastar o cônsul do seu posto.

4.2 Algumas provas das ilegalidades cometidas pelo cônsul, "escritas pelo seu próprio punho"

Publicadas em o *Commercio do Porto* nº 293 de 19 de Dezembro de 1861, apresentamos aqui, as "*cartinhas*, do punho do barão, que lá vão para Lisboa", de modo a justificar todas as ideias previamente formadas acerca dos seus serviços.

"Snr

O portador é de casa do snr barão de Nova Friburgo que quer que se vão tirar 30 papeletas a bordo da galera portuguesa "Amisade". Vão as papeletas em branco, e estimarei que se possa fazer isto hoje.

Barão de Moreira

3 de maio"

"Snr.....

A barca "Adelaide " está à barra. Este capitão é dono e um pouco emproado; tracta-o muito bem, e depois de fazer entrega dos cartões a cada um, diga ao capitão que elle cumprirá por si o seu dever como é de esperar em cumprimento do termo que assignou para cumprir a portaria de 27 de julho passado e para evitar a multa a que se sujeitou. Com vinagre não se apanham moscas, é necessario mel ou assucar. As intimações dos capitães aos passageiros são muito valiosas.

Barão de Moreira

14 de Novembro"

"Snr....."

O senhor visconde de Jequitinhonha deseja escolher dous criados a bordo da "Açoriana". Ha-de mandar aqui amanhã uma pessoa authorizada para escolher, e eu desejo que vmce o acompanhe para ajudar n'esta empreza, porque quero que o snr visconde seja bem servido.

Quero para mim uma mulher só, de 25 a 40 annos, que saiba fazer alguma cousa, cozer, lavar, engommar e varrer a casa.

Que não seja bonita, mas não feia como o diabo, jeitosa, etc.

Barão de Moreira"

"Snr....."

Agora desejo que me faça o obsequio de indagar a bordo da "Açoriana" muito amigavelmente sobre os factos que veem relatados hontem em uma correspondencia do "Jornal do Commercio", a que eu respondo hoje, mas fugindo da questão.

Desejo saber se é verdade se as menores vieram e estão abandonadas para se der as providencias. Creio que não e que é zêlo de mais no tal portuguez. Se fosse mentir, podendo provar-se á evidencia, desejo que influa o capitão e consignatario para dar uma tunda no tal portuguez.

Enfim, como sabe o que quero, veja se pode tirar isto a limpo, com o necessario geito.

As taes menores serão acaso das que se pariram a bordo? Para isto se descobrir é necessario manha.

Barão de Moreira"

"Snr....."

Estimo que se tirassem 73 papeletas do hiate "Flor do Vouga", e é necessario examinar os passaportes que se hão-de mandar com as ditas ao meu particular amigo barão de Nova Friburgo, que, por me obsequiar, não quer nas fazendas ninguem sem papeletas.

Barão de Moreira"

Da sua análise, fácil se tomava concluir, com o redactor do jornal, que o barão de Moreira:

- fazia engagements;
- mandava documentos em branco para os capitães dos navios pre-encherem como lhes aprouvesse;
- pagava favores particulares com os serviços dos patricios;
- procurava iludir os regulamentos sobre emigração;
- era severo demais com alguns capitães e benévolo demais com outros;
- mandava dar tundas naqueles que têm o arrojo de lembrar-lhe as suas obrigações.

Desnudado que foi o cônsul, lamentou-se, na ocasião, a inoperância do governo portuguez em tal matéria, apesar de ter tomado conhecimento das acuações que contra o cônsul corriam.

Esboçando-se, então, no ar umas promessas de que o barão seria removido, arranjou logo este uma artimanha para sair vencendo. Assim, lê-se no Commercio do Porto de 19 de Dezembro:

"O barão diz em qualquer parte que vai a Portugal; ainda que ninguém acredite na sua palavra, todavia crê-se que assim succederá, por insinuação do sr. Avila ou dos socios de Lisboa.

Esta occorrença deverá agradar muito aos portuguezes e posso affiançar que ele não sahirá sem ruidosas demonstrações de júbilo destes por se verem livres de semelhante homem.

O que não lhes agradará é elle deixar em seu lugar, segundo se diz, Francisco Borges Xavier de Lima, negociante fallido muito desconceituado e de nenhuma illustração. Diz-se que fizeram um convenio entre si do barão trabalhar para a effectividade de Borges no lugar de cônsul e, se o conseguir, este dar-lhe 10 contos annuaes em Lisboa, além de pôr desde já grossa soma alli á disposição de Moreira para obtenção da effectividade.

Seja qual for a verdade deste boato, assevero que os portuguezes não se callarão enquanto lhes não fór mandado de Portugal um homem illustrado, prudente e honesto, porque só com um homem neste caso poderão Portugal e os seus filhos aqui, fruir o que lhes compete, o que nunca poderá acontecer com aqueles que para dividirem com seus consocios terão necessariamente de fazer render per fas ou per nefas os proventos do consulado"(o sublinhado é nosso).

5. QUADRO 81
GRUPOS À 1ª EMIGRAÇÃO E RELAÇÃO DE PARENTESCO

ANOS	Grupos observados	Relação de parentesco
1857	João Antônio Pereira e Joaquim	irmãos
1868	José Manuel Ribeiro, Joaquim e José	pai e 2 filhos
1868	Fernando Amaral Ribeiro e irmão	irmãos
1874	João Freitas e Maria	marido e mulher
1877	Henrique Amaral Ribeiro e Adolfo	irmãos
1877	José Caetano Per ^a Cunha, mulher e 5 filhos	família
1884	Maria da Graça e 6 filhos	mãe e 6 filhos
1884	Antônio José Leite e mulher	marido e mulher
1884	Pedro José Mano e Adélia	conhecidos
1891	Estefânia Aug. Purif. Paula e Manuel	irmãos
1891	Antônio Joaquim Silveira e M. Conceição	marido e mulher
1897	M. Dores Paula Miranda e M. Carmo	mãe e filha
1900	Leonor Amaral Rib ^o Figueiredo e Antônio	mãe e filho
1905	Aurora Gomes Cachada e M. Glória	irmãs (com família)
1906	Leia e M. Josefina	irmãs (+ mãe e irmão)
1906	Victória e Victória Brás	tia, sobrinha (com criada)
1906	Adelaide Vasc. Band ^a Lemos e M. Prazeres	irmãs
1908	Antônio Fem. Oliv ^a Az ^o e Belmira Mor ^a	marido e mulher
1910	Antônio José Rego, menor	(pai no Brasil)
1912	Antônio Gomes Afonseca, Joaquina, 3 filhos	família
1913	Antônio Gomes Gandra, mulher e filho	família

6. QUADRO 82
EMIGRANTES SAÍDOS DE BARCELINHOS PARA O BRASIL,
A FRANÇA E A ESPANHA: 1855-1925

	Brasil		Brasil		Brasil		Brasil	França	Espanha
1855	1	1873	1	1891	5	1909	2	-	-
1856	2	1874	4	1892	2	1910	5	-	-
1857	7	1875	1	1893	0	1911	2	-	-
1858	1	1876	1	1894	2	1912	17	-	-
1859	7	1877	10	1895	2	1913	7	-	-
1860	0	1878	1	1896	0	1914	1	-	-
1861	1	1879	0	1897	3	1915	0	-	-
1862	1	1880	0	1898	1	1916	6	-	-
1863	0	1881	3	1899	3	1917	1	-	-
1864	0	1882	1	1900	2	1918	0	-	-
1865	0	1883	0	1901	1	1919	1	1	1
1866	0	1884	8	1902	1	1920	3	0	0
1867	0	1885	2	1903	1	1921	0	0	0
1868	6	1886	3	1904	1	1922	4	0	1
1869	1	1887	1	1905	3	1923	1	2	0
1870	0	1888	2	1906	8	1924	1	6	0
1871	4	1889	3	1907	6	1925	0	0	0
1872	4	1890	3	1908	8				

DEXX GOPIARO

O movimento dos baptizados em 1645 e 1647 e no caso dos casamentos, faltam totalmente os celebrados entre Fevereiro de 1638 e Fevereiro de 1645.

Quanto aos óbitos, não cremos que tenha descurado o seu registo, salvo o da mortalidade infantil.

Por essas faltas, nos gráficos seguintes, relativos à evolução geral da paróquia, optámos por omitir os dados relativos à primeira parte do séc.XVII até 1655.

Capítulo VII

ASPECTOS GLOBAIS DA DEMOGRAFIA

Notámos que, no segundo quartel do séc.XVII, os movimentos de baptismos, casamentos e óbitos se apresentam de modo pouco *normal*.

Esta *anormalidade* deve-se a uma prática de sub-registo do vigário Francisco Garcia (1628-1650) que ou esquecia de anotar vários dos actos que celebrava, ou, como tivemos ocasião de constatar, deixava alguns inacabados.

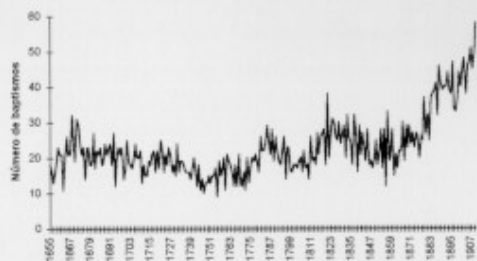
No caso dos baptismos, não há mesmo qualquer registo relativo a 1645 e 1647 e no caso dos casamentos, faltam totalmente os celebrados entre Fevereiro de 1638 e Fevereiro de 1645.

Quanto aos óbitos, não cremos que tenha descurado o seu registo, salvo o da mortalidade infantil.

Por essas faltas, nos gráficos seguintes, relativos à evolução geral da paróquia, optámos por omitir os dados relativos à primeira parte do séc.XVII até 1655.

Sobre a **evolução dos baptismos**, que o gráfico seguinte apresenta, notámos um crescimento do número dos mesmos à medida em que se avança na segunda metade do séc.XVII até cerca de 1680. Depois, o ritmo de baptismos entra em decréscimo, encontrando-se um mínimo, na década de 1740. Podemos dizer que o séc.XVIII se caracterizou por grande instabilidade na evolução dos baptismos, não tendo havido diferença significativa entre o número de baptismos do início e do fim do século.

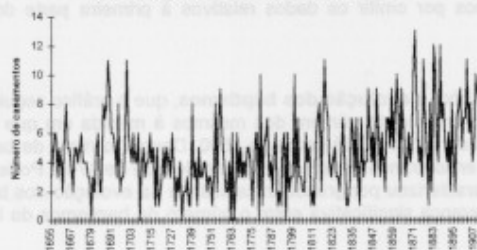
GRÁFICO XXXI
MOVIMENTO DE BAPTISMOS



Já o séc.XIX parece ter sido mais propício a um crescimento do número de batismos nesta paróquia, registando-se, no entanto, um longo período crítico desde a década de 1820 à de 1840, caracterizado por uma descida geral dos mesmos. Só a partir de meados do século o movimento se torna, de modo geral, ascendente até ao final da nossa observação, em 1911, para o qual contribuíram os batismos de crianças ilegítimas, num volume nunca antes observado.

Relativamente à evolução dos **casamentos**, depois do aumento visível nos últimos anos do séc.XVII, o volume de casamentos decresce até cerca de meados do século seguinte, sendo bem notório este decréscimo entre 1725 e 1740 (o que pode ter justificado o simultâneo movimento descendente dos batismos).

GRÁFICO XXXII
MOVIMENTO DE CASAMENTOS

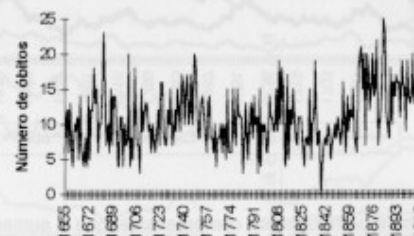


O movimento de recuperação então iniciado é interrompido entre a última década do séc.XVIII e as primeiras três décadas do séc.XIX, posto o que se reinicia uma fase positiva na realização de casamentos, mantendo uma evolução levemente ascendente até ao final da nossa observação, apesar dos picos e baixas momentâneos.

Quanto aos **óbitos**, apresentamos em separado os óbitos dos indivíduos de maioridade religiosa, quer pela total ausência de registo de mortalidade de menores durante largos períodos de tempo, quer pelo seu sub-registo noutros períodos ao longo da nossa observação, quer porque nos facilita alguma análise comparativa.

Esta mortalidade registou-se em alguns períodos de forma bastante gravosa para o equilíbrio desta população. Note-se os altos níveis de mortalidade nas décadas de 1680, 1700, 1730-40, 1770, 1810 e 1830.

GRÁFICO XXXIII
MOVIMENTO DE ÓBITOS DOS
MAIORES DE SEIS ANOS:1655 - 1910



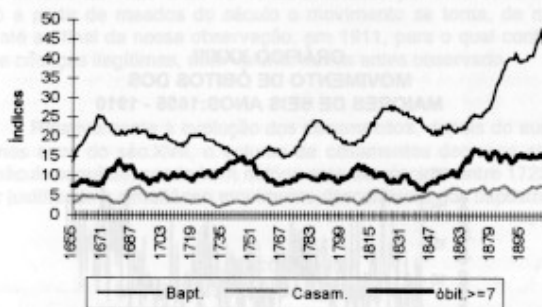
A descida brusca dos níveis de mortalidade dos religiosamente adultos verificada no final da década de 1830, bem como em toda a década seguinte, pode justificar-se por uma falta de registos (de que não temos outros indícios), motivada esta, hipoteticamente, por alguma rejeição da situação político-religiosa

então vivida em Portugal¹.

Através do gráfico seguinte que apresenta os **movimentos gerais** utilizando as médias móveis de baptismos, casamentos e óbitos podemos estabelecer uma melhor comparação entre as três variáveis.

Note-se que apenas estamos a considerar os óbitos dos indivíduos de idade igual ou maior de 7 anos e que com o gráfico comparativo apenas se pretende visualizar alguma influência dos óbitos dos maiores de seis anos nos casamentos e baptismos.

GRÁFICO XXXIV
BAPTISMOS, CASAMENTOS E ÓBITOS (>= 7 ANOS)
(méd. móveis de 9 anos)



Assim, é perfeitamente compreensível que o aumento do número de óbitos de indivíduos religiosamente adultos, na década de 1680, tenha ocasionado a redução do número de casamentos e de baptismos para o mesmo período; as mesmas relações se verificam na primeira metade do séc.XVIII, sobretudo nas décadas de 1720 a 1740 e na viragem do séc.XVIII para o séc.XIX. Neste último século,

¹ Já tivemos ocasião de referir que o padre João de Sousa Guimarães, tendo-se mostrado muito cuidadoso nos seus registos dos actos vitais, manifestara, na década de 1840, desleixo no registo dos mesmos, limitando-se, nos casos vistos, a sintetizá-los: muitas vezes, simplesmente nome e data da ocorrência. Admitimos, no entanto, a hipótese de, naquele ano não ter havido qualquer morte.

a partir de meados do mesmo, apesar da nupcialidade se manter em níveis quase estacionários, destaca-se um aumento abrupto do número de baptismos, relacionado quer com o nascimento de ilegítimos, quer com a entrada de casais já formados, nesta paróquia.

Depois de uma descida do número de óbitos até cerca de 1840 e de uma subida até 1870, os mesmos mantêm uma evolução caracterizada pela constância até final da nossa observação.

Dispondo de registos de **mortalidade infantil** entre 1677 e 1760 e a partir de 1840 e apresentando os movimentos de baptismos, casamentos e óbitos totais para esses períodos, podemos identificar mais claramente os momentos de forte mortalidade, afectando todos os indivíduos desta paróquia, que mostram ser alguns dos já identificados para os maiores de 6 anos, ou seja, as décadas de 1680, 1730, 1740, 1860 e 1870 - o que permite prever a afectação simultânea de adultos e crianças pela mesma conjuntura desfavorável.

GRÁFICO XXXV
BAPTISMOS, CASAMENTOS E ÓBITOS
(1677-1759; médias móveis de 9 anos)

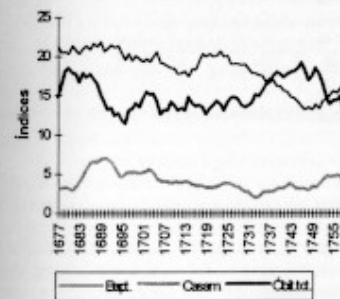
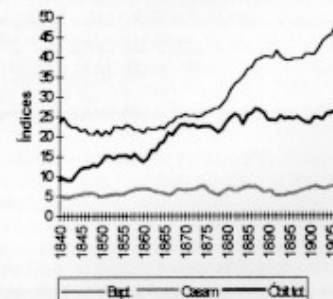


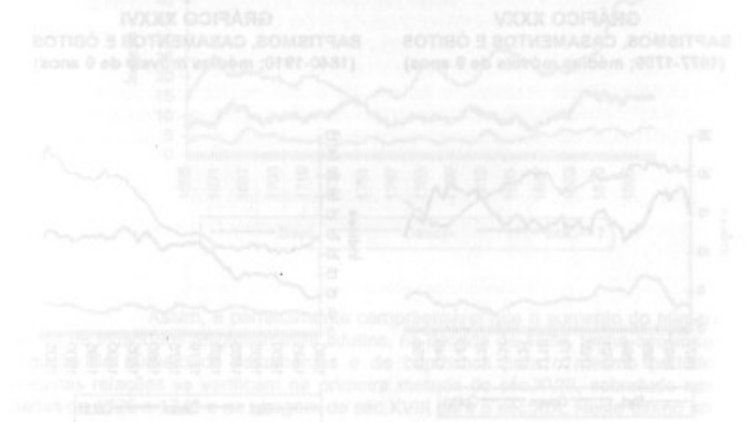
GRÁFICO XXXVI
BAPTISMOS, CASAMENTOS E ÓBITOS
(1840-1910; médias móveis de 9 anos)



Barcelinhos mostrou ser uma paróquia aberta a todas as circundantes, recebendo continuamente indivíduos não naturais, movidos por motivos de casamento, de residência ou de trabalho, vindo a compensar quer os óbitos dos naturais em períodos críticos, quer o movimento de saídas que nunca deixou de se verificar.

Para além das saídas dos barcelinenses para os diversos espaços nacionais, verificámos que, de 1855 a 1925, saíram destas paróquia 190 indivíduos de ambos os sexos, seguindo as vias legais da emigração. Até 1919 todos se dirigiam ao Brasil, posto o que a França e a Espanha passaram a ser países também procurados pelos emigrantes. Apesar destas saídas não terem representado uma sangria na população em estudo, tudo indica que tenha havido alguma influência da emigração, sobretudo masculina, em algumas das variáveis demográficas, tais como uma manutenção da nupcialidade em números quase constantes e o aumento da ilegitimidade, entre outras - tal como já referido no capítulo anterior.

De modo geral, podemos concluir que, ao longo dos três séculos de observação, esta paróquia evoluiu demograficamente a um ritmo típico do Antigo Regime, mostrando um considerável dinamismo demográfico a partir da segunda metade do séc.XIX.



As linhas azuis de cada um dos gráficos representam a taxa de mortalidade, as linhas verdes a taxa de natalidade e as linhas amarelas a taxa de casamento. As linhas azuis de cada um dos gráficos representam a taxa de mortalidade, as linhas verdes a taxa de natalidade e as linhas amarelas a taxa de casamento.

CONCLUSÃO

Observamos a população de Barcelinhos em crescimento e a sua evolução no território desta paróquia de São João do Rio de Janeiro durante cerca de 170 anos. Constatamos a mudança de centro desta paróquia ocorrida em 1771, da antiga paróquia do lugar de Maracá para o de São João. Entretanto, mantivemos o mesmo dos nomes, mais que o dos lugares, pela proximidade com o lugar de mesmo nome da Vila de São João desde 1725, século XVIII.

Uma paróquia de antigos desde o séc.XVII, 1774, talvez não nos surpreenda. As atividades ligadas à terra não eram referidas, embora tenham sido referidas, pela falta de referência de profissões. Espécies, técnicas e profissões eram os profissionais mais referidos, para os meados do séc.XVII. Com o tempo, as famílias continuaram a ganhar importância e sua presença, mas a população começou a ganhar projeção.

O tipo vida-profissional começa a surgir no séc.XIX, marcando a presença de carpinteiros e tecelões e, para o final do século, os artesãos. Também já a referência de profissões ligadas à terra, contínuas, entre 1870 e 1925, tais como, chefes de família. A presença de outros profissões, tais como, farmacêuticos, escrivães, carteiros, etc., mostra a grande transformação social.

No início do séc.XX, a divergência é ainda maior e surgem as profissões de advogados, os guardas florestais, os funcionários dos vários serviços - e, para os fins deste estudo, são mencionados os mandantes.

Barcelinhos mostrou ser uma paróquia aberta a todos os indivíduos, recebendo continuamente indivíduos não nativos, movidos por motivos de negócios, de repatriação ou de trabalho, vindo a compensar assim os débitos que existiam em períodos críticos, quer o movimento de saídas que nunca deixou de ser

Para além das saídas dos barcelinenses para os diversos lugares, verificámos que, de 1665 a 1925, saíram desta paróquia 190 indivíduos, entre os quais, segundo as vias legais de emigração. Até 1719 todos se dirigiram ao Brasil, para o sul a França e a Espanha passaram a ser países também usados pelos emigrantes. Apesar destas saídas não terem representado um êxodo na população em geral, toda a vez que houve alguma influência de êxodo, sobretudo masculina, em alguns dos períodos demográficos, há uma compensação de repatriando-se indivíduos para contrariar o aumento e manter a vitalidade, até hoje já referido no capítulo anterior.

De modo geral, podemos concluir que, ao longo dos três séculos de história, esta paróquia evoluiu demograficamente a um ritmo lento de crescimento, mostrando um considerável dinamismo demográfico a partir da segunda metade do século XIX.

Barcelinhos mostrou ser uma paróquia aberta a todos os indivíduos, recebendo continuamente indivíduos não nativos, movidos por motivos de negócios, de repatriação ou de trabalho, vindo a compensar assim os débitos que existiam em períodos críticos, quer o movimento de saídas que nunca deixou de ser

Para além das saídas dos barcelinenses para os diversos lugares, verificámos que, de 1665 a 1925, saíram desta paróquia 190 indivíduos, entre os quais, segundo as vias legais de emigração. Até 1719 todos se dirigiram ao Brasil, para o sul a França e a Espanha passaram a ser países também usados pelos emigrantes. Apesar destas saídas não terem representado um êxodo na população em geral, toda a vez que houve alguma influência de êxodo, sobretudo masculina, em alguns dos períodos demográficos, há uma compensação de repatriando-se indivíduos para contrariar o aumento e manter a vitalidade, até hoje já referido no capítulo anterior.

CONCLUSÃO

Observámos a população de **Barcelinhos em crescimento** e a sua dispersão pelo território desta paróquia de Santo André de Barcelinhos durante cerca de trezentos anos. Constatámos a mudança de centro desta paróquia ocorrida com a mudança da Igreja paroquial do lugar de Mareces para o do Souto. Entendemos o povoamento intenso das ruas, mais que o dos lugares, pela proximidade para com a ponte, que o mesmo é dizer, da Vila de Barcelos (desde 1928, cidade).

Uma **paróquia de artífices** desde o séc.XVII, foi a imagem que mais nos foi dada. As actividades ligadas à terra não eram referidas, embora tenhamos deduzido que existiam, pela falta de referência de profissões. Sapateiros, ferreiros e ferradores eram os profissionais mais referidos, para os meados do séc.XVII. Cem anos depois, os ferreiros continuam a marcar fortemente a sua presença, mas os carpinteiros começam a ganhar projecção.

O leque sócio-profissional começa a abrir-se no séc.XIX, marcando maior presença os carpinteiros e tamanqueiros e, para o final do século, os serralheiros. Havendo já a referência às actividades ligadas à terra, contámos, para 1870, com 15 lavradores e 4 jornaleiros, chefes de família. A presença de outros profissionais - negociantes, farmacêuticos, escreventes, cantoneiros, etc. - mostra já grande diferenciação social.

No início do séc.XX, a diversidade é ainda maior - surgem os militares de carreira, os guardas fiscais, os funcionários dos vários Serviços - e, pela primeira vez, são mencionados os mendigos!

Entre os **profissionais mais alfabetizados**, a partir do final do séc.XIX, para além dos escreventes, contam-se os negociantes, os lavradores e os artífices - carpinteiros, barbeiros, alfaiates, moleiros e serralheiros. No caso das mulheres, distinguem-se as domésticas, as costureiras e as proprietárias.

No entanto, os indivíduos de outras paróquias que residiam nesta de Barcelinhos eram mais alfabetizados do que os naturais.

Barcelinhos funcionou, desde sempre, como uma **paróquia bastante atractiva** para aqueles cujas actividades económicas e/ou profissões se teriam de desenrolar em ambiente urbano. Certamente que, não havendo em Barcelos as condições ideais de alojamento, Barcelinhos estava ali bem perto, com grandes espaços abertos para proporcionar o acolhimento necessário; simultaneamente, indivíduos naturais desta paróquia buscavam noutras a satisfação das suas necessidades de casamento e/ou trabalho.

Uma paróquia com tal abertura ao exterior teve de adaptar os seus comportamentos demográficos de modo prevalecer o equilíbrio mesmo em tempos de ruptura.

Vimos, então, que a **idade média ao casamento**, para esta população em movimento, tendo sido, em média, ao longo de toda a observação, de 26 anos para o sexo feminino e de 28 anos para o sexo masculino - o que podemos considerar uma idade média elevada - foi, de 1660 a 1729, de 26 anos para o sexo feminino e de 25,1 anos para o masculino. Não se devendo tal facto à relação de masculinidade à nascença, parece que a mortalidade infantil, mais gravosa para o sexo masculino, e a saída para outras paróquias, afectando mais também o sexo masculino, podem ter contribuído para aquela relação excepcional entre as idades médias ao casamento.

Curiosamente, vimos que os filhos dos proprietários, dos funcionários da Administração e dos profissionais liberais, do sexo masculino, casam em idades médias elevadas, cerca de 32 anos; no entanto, as filhas dos mesmos casam em idades médias baixas, cerca de 22 anos. As estratégias de colocação e dote seriam, certamente, diferentes.

Para o séc.XIX, assistimos a uma forte **entrada de indivíduos** nesta paróquia de ambos os sexos, que aqui realizavam o seu segundo casamento. Este facto, também excepcional, veio fazer com que as idades médias ao 2º casamento, para todos os indivíduos, se elevassem: para os homens, a cerca de 50 anos; e para as mulheres, a cerca de 38,5 anos - sendo os não naturais responsáveis pela alta idade masculina e pela baixa idade feminina. Por si só, este facto contribuiu para as

altas percentagens de mulheres naturais que ficam definitivamente solteiras, para o último trinténio da nossa observação, 1880-1910 - 42% (contra 22,2% de homens - observações transversais).

O **celibato definitivo** masculino e feminino, para as gerações nascidas de 1660 a 1739 atingiu os valores máximos observados nos 3 séculos a que respeita este estudo: 27,6% para o sexo masculino e 43,2% para o feminino. Posteriormente, os níveis de celibato de ambos os sexos diminuíram, mantendo-se o celibato definitivo feminino superior a 33% (observação longitudinal), enquanto que o masculino desce até ao nível mínimo de 18,8%.

Ao nos fixarmos sobre os **nascimentos** (baptismos), constatámos que, ao longo de todo o séc.XVIII, nasceram mais indivíduos do sexo feminino do que do masculino. Foi um comportamento que só ocorreu naquele século.

A sequência dos nascimentos fazia-se ao ritmo natural, considerando a convivência normal entre marido e mulher. No entanto, a média de filhos por família é relativamente baixa, sobretudo depois de 1831 - 2,9 filhos (4,2 se considerarmos só as famílias fecundas), cuja parcial responsabilidade se poderá dever à redução das uniões matrimoniais, ao longo do período estudado.

As percentagens de **famílias infecundas** são muito elevadas - cerca de 29,6% depois de 1831 (sendo de 18,3% para antes de 1750 e de 23,9% para 1751-1830). No entanto, considerando incompreensível tais níveis de esterilidade conjugal, somos levados a supor que parte destes casais, depois de casados nesta paróquia, saíram dela, tendo filhos, e regressaram depois, vindo a registar-se só a morte de, pelo menos, um dos cônjuges. A grande mobilidade que se verifica nesta população permite-nos este raciocínio.

Observámos, nesta paróquia, ao **abandono de crianças** desde as primeiras décadas do séc.XVII à primeira do séc.XX, em percentagens que variaram entre 0,2% e 10,5% do total de nascidos. Observámos, no entanto, que as maiores percentagens se relacionavam ora com a abertura, ora com o encerramento da Casa da Roda, em Barcelos, respectivamente, 8,3% e 8,1% (percentagens relativas a 1760-89 e 1850-79). Foi também visível que a exposição de crianças se relacionava inversamente com o surgimento de filhos naturais, o que nos leva a concluir da natureza ilegítima dos expostos, regra geral, e a aceitar que, dependendo das expectativas dos responsáveis por essas crianças, as mesmas fossem aceites como filhos naturais ou abandonados como expostos.

A partir da segunda metade do séc.XIX, vimos que era de cerca de 15% a percentagem de **crianças ilegítimas** nascidas nesta paróquia, cerca do triplo de épocas anteriores. A laicização dos costumes, levando a maior tolerância por comportamentos desviantes, talvez possa ter contribuído para a triplicação da percentagem de ilegítimos. Por estas altas percentagens de ilegitimidade foram responsáveis as mulheres de outras paróquias, em percentagens só excepcionalmente abaixo dos 70%. Aliás, esta presença de "mães solteiras" naturais de outras paróquias sempre se fez sentir, atingindo percentagens relativas a todas as mães de filhos ilegítimos, entre 60% e 92,6% ao longo dos 3 séculos do nosso estudo.

Talvez que essa aceitação implícita destas práticas tenha feito de Barcelinhos uma das paróquias onde as "mães solteiras" tinham razoáveis hipóteses de encontrar casamento - 44,6% das naturais casaram posteriormente (36,3% casaram na própria paróquia).

Vimos, com grande satisfação, que Barcelinhos tem registos de **mortalidade infantil** para os últimos 25 anos do séc.XVII e primeiros 60 do séc.XVIII. A partir deste dado, pudemos acompanhar todo o ciclo de vida dos barcelinenses que não se ausentaram da paróquia, conhecer com rigor as idades de saídas definitivas, conhecer a esperança média de vida para estes grupos de gerações - sendo, à nascença, de 40,7 e 43,2 anos, respectivamente para o sexo masculino e feminino. Pudemos ainda observar que as taxas de mortalidade infantil rondam os 120 por mil, relativamente baixa se comparada com a conhecida para algumas localidades da Europa do Sul, para a Idade Moderna.

Constatámos ainda que a **morte** cumpre um ciclo **sazonal** que é diferente conforme se trate de crianças de menos de 7 anos ou de adultos, morrendo os primeiros mais nos meses de Verão e no mês de Outubro, e os segundos mais nos meses de Outono (Novembro e Dezembro) e Inverno (Janeiro e Fevereiro).

Para cinco anos do séc.XIX, entre 1842 e 1847, conhecemos as **causas** - segundo a descrição do pároco - das mortes dos indivíduos. A conclusão geral das mesmas aponta para a grande força das doenças pulmonares como causadoras da morte e para a fácil proliferação de doenças infecto-contagiosas causadas, em parte, por falta de cuidados de higiene.

O rio Cávado, descendo Barcelinhos no sentido Este-Oeste, surge também como o acidente natural onde se perderam, ao longo de toda a observação, grande quantidade de vidas, a maior parte delas, em tempo de Verão (em Barcelinhos foram sepultadas 37 pessoas das que perderam a vida no Rio Cávado).

Relativamente à evolução da **mortalidade geral**, Barcelinhos apresentou alguns períodos de elevada mortalidade, podendo ser destacadas as décadas de 1680, 1730 e 1740 e 1880 respeitantes à mortalidade dos indivíduos de maioridade religiosa e os anos de 1682/3, 1701, 1749 e 1842, respeitantes aos religiosamente menores. O crescimento natural desta paróquia foi, ao longo de grande parte do séc.XVIII, de nível descendente: nas décadas de 1740 registaram-se, em alguns anos, mais óbitos de naturais do que nascimentos. No entanto, a grande entrada de indivíduos de outras paróquias, aliada a algumas estratégias demográficas tal como o abaixamento da idade ao casamento, contribuíram para a lenta, mas gradual evolução desta paróquia; só a partir de 1870, o crescimento natural se mostra decididamente ascendente.

Já notámos que a **mobilidade dos indivíduos** foi um factor sempre presente nesta população. Encontrámos nesta paróquia, indivíduos de localidades distantes, como sejam, Guarda, Coimbra, Lisboa, Leira, Lamego, Galiza e Açores; e, esporadicamente, indivíduos de Itália, França e Brasil. Do mesmo modo, os barcelinenses se ausentavam desta paróquia em grande número, quer isolados - cerca de 1/4 dos nascidos, quer em famílias, mais perto de 1/10 dos nascidos.

Desde que dispusemos de guias de passaporte interno, 1827-1863, vimos que o rumo tomado pela maior parte dos jovens que deixavam o seu agregado familiar, era o do Porto. Daí, eram raros os que regressavam; certamente aí se estabeleciam ou daí saíam para o Brasil ou outros destinos.

Sabemos que, a partir de 1855, as saídas dos naturais ou residentes nesta paróquia faziam-se também no sentido dos portos do Brasil, por regra, Rio de Janeiro, mas podendo ser também o Pará, S.Paulo ou outros locais (certamente que saíram desde o tempo das Descobertas, no entanto, os documentos observados só permitem garantir a saída desde 1855).

Por todo o conhecimento que obtivemos das famílias barcelinenses, compreendemos a necessidade que bastantes indivíduos teriam de partir: de famílias numerosas, com 6 ou mais filhos, partem cerca de 24% dos emigrantes do sexo masculino, ora os mais velhos, ora os mais novos; cerca de 21% dos emigrantes do mesmo sexo eram órfãos do pai, da mãe ou de ambos; para os restantes cerca de 55% de emigrantes não concluímos de qualquer força que os obrigasse a partir: filhos de artistas (carpinteiros, moleiros, sapateiros, ...), de possuidores e/ou trabalhadores da terra, e de proprietários, negociantes e funcionários da Administração. A estes, sugerimos que os chamaria o desejo de acrescentar a riqueza, de mudar o curso da vida na expectativa de que fosse para melhor, de, enfim... tentar ir e voltar... *brasileiro!*

Podemos ver, desde 1880, que mais de 50% dos emigrantes do sexo masculino sabia escrever, o que significava que saíam os mais alfabetizados (tínhamos visto que a alfabetização ao casamento abrangia 40 a 50% dos naturais e residentes nesta paróquia). Quando as saídas para o Brasil diminuíram, iniciando-se as saídas para a França, por 1919, vimos que os que buscavam a França eram dos menos alfabetizados: 9% contra 60 % dos que buscavam ainda o Brasil, para 1919-1925.

Segundo os métodos utilizados, podemos ver que só uma pequena minoria dos emigrantes voltou: cerca de 17% de homens e cerca de 33% de mulheres; no entanto, constatámos que o regresso nem sempre se fazia para o local de saída, de modo que, considerando *retorno* a entrada em Portugal depois de ter deixado o Brasil, as percentagens referidas deverão, na realidade, ser superiores.

Como conclusão geral, considerámos que a emigração foi, para algumas famílias, um escape para a pressão de bocas a alimentar - uma menor parte delas; para outras famílias ou indivíduos, a maior parte, terá sido o desejo de ir e voltar *brasileiros*. Da existência destes não nos chegámos a aperceber; talvez, continuando o estudo desta paróquia por mais algumas décadas, o pudéssemos observar... Ao chegarmos a estas conclusões, considerámos satisfeitos os nossos objectivos finais.

Estaremos, então, em condições de compreender sem contestar, os silêncios acerca do avô Joaquim, *"que um dia (...) resolveu deixar os nove filhos e a sua mulher (...) e partir para o Brasil, buscando (...), quem sabe..."* (introdução).

Descobrimos que crescemos iludidos pela literatura sobre os *brasileiros*, *"de correntes douradas até ao relógio de bolso, chapéu de côco (...) de anéis nos dedos e um sorriso sempre abundante (...)"* (introdução).

Percebemos então que *"todos falam nos poucos que voltam ricos, mas ninguém se lembra desses milhares de anónimos, que para lá partiram e não regressaram mais, uns porque não ganharam o suficiente para se fazerem transportar para a sua pátria, outros porque lá ficaram nos cemitérios(...)"* (introdução).

Por fim, provámos que a Reconstituição de Famílias alargada à Reconstituição de Paróquias e daqui cada vez mais alargadamente, em cruzamento com outros tipos de fontes, será o método seguro para o conhecimento demográfico, em todas as suas variantes.

FONTES HISTÓRICAS (MANUSCRITAS)

1. Registos Paroquiais

Localidade	NASCIMENTOS	CASAMENTOS	MORTOS
ALCANTARA	15-01-1708	22-07-1707	24-04-1608
ALCANTARA	26-02-1695	17-03-1636	23-05-1645
ALCANTARA	24-03-1697	12-03-1645	26-05-1674
ALCANTARA	21-07-1674	17-05-1674	26-05-1674
ALCANTARA	05-01-1705	28-04-1702	24-04-1705
ALCANTARA	12-02-1712	25-12-1712	22-02-1711

FONTES HISTÓRICAS

e

Localidade	NASCIMENTOS	CASAMENTOS	MORTOS
ALCANTARA	25-01-1715	16-01-1714	26-04-1721
ALCANTARA	22-03-1744	25-05-1638	26-05-1746
ALCANTARA	27-12-1714	16-01-1640	27-11-1746
ALCANTARA	22-04-1772	17-01-1777	26-02-1722
ALCANTARA	11-05-1719	19-05-1620	26-02-1625
ALCANTARA	10-05-1620	17-05-1622	26-12-1670
ALCANTARA	20-12-1690		
ALCANTARA	26-01-1691		
ALCANTARA	20-12-1697		
ALCANTARA	25-01-1688		
ALCANTARA	27-12-1670		
ALCANTARA	26-01-1672	Reg. Civ. 27-01-1672	Reg. Civ. 27-01-1671
ALCANTARA	27-12-1740	27-01-1672	27-12-1741
ALCANTARA	21-01-1694	21-02-1611	27-01-1692
ALCANTARA	26-12-1626		26-12-1626
ALCANTARA	10-01-1587		21-01-1626
ALCANTARA	26-02-1622		21-12-1622
ALCANTARA	24-01-1622		26-04-1622
ALCANTARA	25-12-1622		21-02-1611
ALCANTARA	26-01-1626		
ALCANTARA	16-12-1622		
ALCANTARA	21-02-1612		
ALCANTARA	26-01-1611		

BIBLIOGRAFIA

FONTES HISTÓRICAS (MANUSCRITAS)

1. Registos Paroquiais

Livros Mistos:

	NASCIMENTOS	CASAMENTOS	ÓBITOS
MISTO UM	13-11-1606 26-09-1645	22-07-1607 17-02-1638	09-04-1608 23-08-1643
MISTO DOIS	04-06-1647 21-07-1674	12-02-1645 17-03-1674	19-08-1644 05-09-1675
MISTO TRÊS	06-10-1674 04-02-1705	12-11-1674 20-10-1702	19-09-1674 24-04-1705
M. QUATRO	09-03-1705 12-10-1715	29-04-1703 30-12-1732	01-05-1705 02-03-1721

Livros específicos:

	NASCIMENTOS		CASAMENTOS		ÓBITOS
UM	25-11-1715 02-08-1744	UM	12-07-1734 25-06-1838	UM	20-03-1721 19-10-1745
DOIS	07-12-1744 02-09-1778	DOIS	22-02-1840 24-12-1877	DOIS	17-11-1745 28-10-1828
TRÊS	11-09-1778 10-09-1820			TRÊS	05-12-1828 26-12-1876
QUATRO	11-09-1820 30-12-1860				
CINCO	08-01-1861 30-12-1867				
SEIS	06-01-1868 27-12-1875				
REG. CIV:		Reg. Civ.		Reg. Civ.	
nº254	05-01-1876 07-12-1883	nº261	01-01-1878 31-03-1911	nº263	01-01-1877 31-12-1891
nº255	01-01-1884 06-12-1896			nº264	01-01-1892 31-12-1894
nº256	10-01-1897 28-12-1902			nº265	01-01-1895 31-12-1908
nº257	04-01-1903 30-12-1905			nº266	01-01-1909 31-03-1911
nº258	08-01-1906 13-12-1908				
nº259	01-01-1909 29-03-1911				

LIVRO DE FILIAÇÕES nº 1: 1859 a 1874

LIVRO DE RECONHECIMENTO E LEGITIMAÇÃO DOS FILHOS: 1907

2. Livros de Guias de Passaportes

10 Livros de guias de passaportes 1827-1894 - Do Arquivo Municipal de Barcelos
17 Livros de guias de passaportes: 1868 a 1925 - Do Arquivo do Governo Civil de Braga:

3. Processos de Passaportes

67 Processos de passaportes: 1896 a 1925 - Do Arquivo Distrital de Braga

4. Outras (ocasionais)

Do Arquivo Municipal de Barcelos:

Livro de Registo das patentes de capitães e mais ordens pertencentes às ordenanças, lvo 1714-1735.

Recenseamentos eleitorais: 1837, 1842, 1851, 1853, 1855.

Recenseamento militar a alterações ao domicílio enquanto reservista, lvo 1906-1907.

BIBLIOGRAFIA

Livros:

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1986) - *A paróquia e o seu território* - in *Cadernos do Noroeste*- Ciências Sociais, Abril de 1986, Braga, U.M.
- ALVES, Jorge Fernandes (1989) - *Emigração Portuguesa: O exemplo do Porto nos meados do século XIX* - in *Revista de História*, Centro de estudos da universidade do Porto, vol.IX - Porto, 1989.
- ALVES, Jorge Fernandes (1994) - *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto Oitocentista* - Porto, Gráficos Reunidos, 1994.
- AMORIM, M. Norberta Simas Bettencourt [1992] - *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico. 1680-1980*. Universidade do Minho.
- AMORIM, M. Norberta Simas Bettencourt (1987) - *Guimarães. 1580-1819. Estudo Demográfico* - Inst. Nac. Inv. Científica, Lisboa.
- AMORIM, M.Norberta (1991) - *Uma metodologia de reconstrução de paróquias* - Universidade do Minho, Braga.
- AMORIM, M.Norberta (1995) - *Reconstituição de paróquias e análise demográfica, estudo comparativo de gerações nascidas em duas paróquias periféricas de Portugal, entre 1680 e 1850*, in David Reher, coord.(1995) - *Reconstituição de famílias e outros métodos microanalíticos para a História das Populações. Estado actual e perspectivas para o futuro*. Actas do III Congresso da ADEH, vol.I, Ed. Afrontamento.
- AMORIM, M. Norberta(1995) - *Informatização normalizada de arquivos. Reconstituição de Paróquias e História das Populações. Um projecto interdisciplinar* - U-Minho, Braga.
- AMORIM, M. Norberta (1997) - *Mortalidade e estrutura por idade no Antigo Regime Português (uma análise aproximativa)* - Universidade do Minho, Set/1997.
- AZEVEDO, Pedro A. - *O antigo casamento Portuguez* - in Arquivo Histórico Português, vol. III, nº 3 e 4, Março e Abril de 1905, Lisboa.
- BAGANHA, Maria Ioannis B.(1991) - *Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre emigração* - in *Emigracion Española y Portuguesa A America*, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991.
- BARBOSA, Maria Hermínia Vieira (1996) - *Esporões (Braga), 1590-1709. Um caso de Mortalidade* - in NASH, Marry e BALLESTER, Rosa - *Mulheres, trabalho e reprodução. Atitudes sociais e políticas de protecção à vida* - Actas do III Congresso da ADEH, vol.2, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, p.157-192.
- BIDEAU, Alain (1984) - *Mecanismos auto-reguladores de populações tradicionais* - in MARCÍLIO, Mª Luisa, org.(1984), *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Ed.Vozes, Petrópolis.

- BRANDÃO, Maria de Fátima (1993) - *O bom emigrante à casa torna?* - in *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal. Séculos XIX e XX* - col. estudos.
- BRETTELL, Caroline (1991) - *Homens que partem, mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota* - Publ. D.Quixote, Lisboa.
- CAPELA, José Viriato e NUNES, João Arriscado (1983) - *O Concelho de Barcelos do Antigo regime à Primeira República. Fontes para o seu estudo* - in *Barcelos Revista*, vol I, nº2. Câmara Municipal de Barcelos.
- CARDOSO, P.Luís (1751) - *Dicionário Geográfico ou notícia histórica de todas as cidades, villas, lugares e aldeas,*, tomo II, Oficina Sylviana, Lisboa.
- COSTA, Américo (1932) - *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, vol. III, Ed. do autor, Azurara, Vila do Conde.
- COSTA, P. António Carvalho (1706) - *Corografia Portuguesa e descrição topográfica do famoso reino de Portugal,....*, Tomo I, por padre da Costa, Braga, 2ª edição, 1868.
- CRUZ, António (1970) - *Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do séc.XVIII. Plano de descrição subsidiado de Custódio Jose Gomes de Vilas Boas recolhidos, anotados e publicados por António Cruz* - Centro de Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- CUNHA, Carmen Alice Aguiar Moraes Sarmiento (1997) - *Emigração familiar para o Brasil. Concelho de Guimarães. 1890-1914 (uma perspectiva microanalítica)* - Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- DANTAS, José (1991) - *História do Brasil* - S. Paulo, Editora Moderna.
- FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho(1995) - *A classificação sócio-profissional. Uma questão em aberto* - in *Revista População e Sociedade*, nº1, 1995.
- FLINN, Michael W. (1989) - *El Sistema Demográfico Europeo, 1500-1820* - Ed.Crítica, Barcelona.
- FONSECA, Teotónio(1948) - *O Concelho de Barcelos Aquém e Além Cávado* - Compª Ed. do Minho, Barcelos.
- FONTES, Teodoro Afonso (1996) - *Conjuntura económica e comportamento demográfico* - in MOREDA, Vicente Pérez(coord), *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do séc.XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, Ed.Afrontamento, Porto.
- FREIRE, A. Braamcamp (1905) - *Povoação de Entre Douro e Minho no XVI século*, por in *Arquivo Histórico Português*, vol. III, nº 7 e 8, Julho e Agosto de 1905, Lisboa.
- GARCÍA, José Manuel Pérez (1991) - *Las fuentes parroquiales como reveladoras de las migraciones a larga distancia: posibilidades y limitaciones. El ejemplo del Salnés(1660-1899)* - in ROEL, Antonio Eiras(coord) - *Emigración Española y portuguesa a America* - Alicante, 1991.

- GUILLAUME, Pierre e POUSSOU, Jean-Pierre (1970) - *Démographie Historique* - Lib. Armand Colin, Col. U.
- LEAL, Mendes (1868) - *Da emigração* - in *A America*, periódico mensal dedicado a assuntos económicos e sociais e órgão, ante os poderes públicos de Portugal, dos interesses portugueses no Brasil e no Rio da Prata, Maio 1868.
- LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho (1873) - *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário de todas as cidades, vilas e freguesias de Portugal* -Ed. Matos Moreira e Compª, Lisboa.
- LIVI-BACCI, Massimo(1977) - *Chronologie, intensité et diffusion des crises de mortalité en Italie, 1600-1850* - Rev.Population, 32.
- LIVI-BACCI, Massimo(1984) - *Crises de mortalidade: Definição, métodos de cálculo, análise das consequências* - in Maria Luisa Marcilio, *Revista População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Ed.Vozes, 1984.
- MAGALHÃES, Ernesto Amorim (1958) - *Barcelos no passado e no presente* - Ed. Papelaria Liz, Barcelos.
- MALTHUS, Thomas R.(1798) - *Ensaio sobre o Princípio da População* - Ed. livros de bolso Europa-América, nº301, Sintra.
- MARQUES, José (1996) - *Sinodo e Cartórios Notariais* - in *Jornal Diário do Minho*, Ano LXXI, nº24025, de 27 de Fevereiro de 1996.
- MARQUES, José(1996) - *Sinodo e Património Arquidiocesano e Sinodo e Cartórios Paroquiais* - in *Diário do Minho*, de 23 e 28 de Fevereiro de 1996.
- MATOS, F.A. (1889) - *Dicionário Corográfico de Portugal (parte continental e insular). A população por distritos, concelhos e freguesias, a superfície por distritos e concelhos* - por F. A. de Matos, Lisboa.
- MATOS, Mª Isilda Santos (1993) - *Estratégias de sobrevivência: a imigração portuguesa e o mundo do trabalho. S. Paulo. 1890-1930* - in *Emigração e Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal. Séculos XIX e XX* - col. Estudos.
- MATOS, Sebastião (1995) - *Os Expostos da Roda de Barcelos . 1783/1835* - Areias de Vilar/Barcelos.
- MIRANDA, Fernando António da Silva(1993) - *Estudo Demográfico de Alvito S. Pedro e Anexa - 1567-1989*- ed. da Junta de Freguesia de S. Pedro de Alvito, Barcelos.
- MONTEIRO, Paulo Filipe (1994) - *Emigração: o mito do eterno retorno* - Ed.Celta, Oeiras.
- MOREDA, Vicente Pérez (1980) - *As Crisis de Mortalidad en la España interior (siglos XVI-XIX)* -Siglo Veintiuno Editores, SA, Madrid.
- NEIVA, Manuel Albino Penteado (1985) - *A Administração de Barcelos no século XIX face ao problema dos enjeitados* - in *Barcelos-Revista*, vol.II, nº2, Câmara Municipal de Barcelos.

NÓBREGA, Artur Vaz-Osório e TRIGUEIROS, António Júlio Limpo(1983) - *A Heráldica e a genealogia no concelho de Barcelos -/ Além Cávado* - in *Barcellos Revista*, vol. I, nº2. Câmara Municipal de Barcelos.

NORONHA, D.Sebastião de Matos, Arcebispo (1697) - *Constituições Sinodais do arcebispado de Braga* - mandadas imprimir por D.João de Sousa, na oficina de Migvel Deslandes, Lisboa.

PEREIRA, Domingos Joaquim (1867)- *Memória Histórica da Villa de Barcellos, Barcelinhos e Vila Nova de Famalicão* - Viana, Tipogr. de André J. Pereira e Filho. Também o manuscrito, tomo I.

PEREIRA, Miriam Halpern (1993) - *Liberdade e contenção na emigração portuguesa(1850-1930)* - in *Emigração e Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal. Séculos XIX e XX* - col. Estudos.

PESTANA, Manuel Inácio (1985) - *Fidelidade Miguelista em Barcelos. Dois exemplos* - in *Barcellos-Revista*, vol.II, nº2, Câmara Municipal de Barcelos.

PINTO, Maria de Fátima(1993) - *Relações luso-brasileiras nos anos 20. O "equivoco nativista"* - in revista *História*, nº164, Maio de 1993.

POIARES, Frei Pedro (1672) - *Tratado Panegírico em louvor da villa de Barcellos por rezam do aparecimento de cruces que nella appareceu* - Officina de Joseph Ferreyra, Coimbra.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (1992) - *Manual de investigação em Ciências Sociais* -Ed. Gradiva, Lisboa.

RAMOS, Ilídio Gomes - *Toponímia Barcelense* - in *A Voz do Minho*, Jornal semanal, de 21 de Abril de 1979.

RIBEIRO, António Maria do Amaral (1867) - *Memória Descritiva da Muito Nobre e Antiga Villa de Barcellos* - Ed. E.R Sá Viana, Typ. Barcelense.

ROEL, Antonio Eiras (1991) - *Introducción. Consideraciones sobre la emigración española a America y su contexto demográfico* - in *Emigración Española y Portuguesa A America*, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991.

ROEL, Antonio Eiras (1996) - *La migration dans les systèmes d'autorégulation: mobilité, migration, régulation démographique dans l'Espagne Moderne* - in Alain BIDEAU (dir), *Les systèmes démographiques du passé*, Centre Jacques Cartier.

ROWLAND, Robert (1988) - *Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX). Una perspectiva regional* - in MOREDA, Vicente Perez, e REHER, David-Sven - *Demografia histórica en España* - Ediciones El Arquero.

ROWLAND, Robert (1995) - *Microanálise e regimes demográficos* - in *Reconstituição de famílias e outros métodos microanalíticos para a História das Populações. estado actual e perspectivas para o futuro*. Actas do III congresso da ADEH, vol.1, Ed. Afrontamento.

SÁ, Isabel dos Guimarães(1996) - *Abandono de crianças, ilegitimidade e Concepções Pré-Nupciais em Portugal* - in MOREDA, Viente Pérez(coord.) - *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do séc.XVI ao presente. Actas do III Congresso da ADEH* - vol.3, Ed.Afrontamento, Porto, 1996.

SAMPAIO, José Mancelos (org) (1932) - *Recordações Históricas de Barcelos* - Publ. do Noticias de Barcelos, Barcelos.

SILVA, Maria Beatriz Nizza, coord (1994) - *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil* - Ed.Verbo, Lisboa.

SILVA, Francisco Freire (ano MDCCLIX) - *Ordo Verborum in Sacrosanctum et Ocu-menicum Concilium Tridentinum, Paulo III, Júlio II e Pio IV* - Officina de Joseph Philippe, Lisboa.

SILVA, Fernando J. (1984) - *Dicionário da Língua Portuguesa* - Editorial Domingos Barreira, 4ª edição, Porto.

SOARES, Franquelim Neiva(1983) - *Visitações do D. Frei Baltazar Limpo na Arquidiocese de Braga* - 2ª edição corrigida e ampliada, Braga.

TELLES, Bazílio (1903) - *Carestia da vida nos campos. Cartas a um lavrador* - Liv. Chardron de Lello e Irmão Editores, Porto.

TRIGUEIROS, António Júlio Limpo, S.J. e SILVA, Armando B. Malheiro(1994) - *Os Paes de Barcelos. Subsídios genealógicos para a biografia do Presidente da República Sidónio Paes* - Ed. Correio do Minho, Braga.

TRIGUEIROS, António Júlio Limpo e NÓBREGA, Artur Vaz Osório (1983) - *A Heráldica e a Genealogia no Concelho de Barcelos-/Além-Cávado* - in *Barcellos Revista*, vol. I, nº2, Câmara Municipal de Barcelos.

VASCONCELOS, J. Leite(1902) - *Dicionário Corográfico de Portugal*, por de Vasconcelos, Livraria Portuense.

WESTPHALEN, Cecília Maria e BALHANA, Altiva Pilatti (1993) - *Política e legislação imigratórias brasileiras e a imigração portuguesa* - in *Emigração e Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal. Séculos XIX e XX* - col. Estudos.

Colecções:

1. Atlas de Portugal - Selecções do Reader's Digest, Lisboa, 1988.
2. Censo de 1 de Janeiro de 1864- Estatística de Portugal. População, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1868.
3. Censo de 1878. Relação das freguesias do Continente e Ilhas. População, sexo, fogos,...., por João da Costa brandão e Albuquerque, Lisboa, tipografia Universal, impressora da Casa Real, 1879.
4. Censo da População do reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890, vol. I. Fogos, população de residência habitual e população de facto. Sexo, naturalidade, estado civil e instrução.
5. Censos da População de 1911, parte I-II, Imprensa Nacional, Lisboa, 1913.
6. Censos da População de 1920, vol.I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1920.
7. Censos da População de 1940, Imprensa Nacional, Lisboa, 1940.
8. Censos da População de 1960, Imprensa Nacional, Lisboa, 1960.
9. Recenseamento geral da população e da habitação - 1981- antecedentes, metodologia e conceitos, Instituto Nacional de estatística, Lisboa.
10. Diário do Governo de 4 de Janeiro de 1854.
11. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. IV, Editorial Enciclopédia limitada, Lisboa / Rio de Janeiro.
12. HISTÓRIA E PATRIMÓNIO EDIFICADO, ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO, Plano Director Municipal (mapas do terreno), Câmara Municipal de Barcelos (s.d.)
13. O Livro da Saúde. Enciclopédia Médica Familiar, Selecções do Reader's Digest, Lisboa, 1976.

Jornais :**O Ecco de Barcellos :**

7 de Novembro de 1860
 1 de Dezembro de 1860
 8 de Junho de 1861
 19 de Junho de 1861
 26 de Junho de 1861
 6 de Julho de 1861
 13 de Julho de 1861
 17 de Julho de 1861
 20 de Julho de 1861
 7 de Setembro de 1861
 11 de Setembro de 1861
 5 de Outubro de 1861

O Commercio do Porto:

16 a 19 de Outubro de 1861
 21 3 26 de Outubro de 1861
 28 e 29 de Outubro de 1861
 4, 5, 6, 8 de Novembro de 1861
 13 e 14 de Novembro de 1861
 16 e 17 de Novembro de 1861
 20 e 27 de Novembro de 1861
 29 e 30 de Novembro de 1861
 3, 5, 6 e 19 de Dezembro de 1861

ÍNDICE GERAL

	Pág.
INTRODUÇÃO	1
ANEXO À INTRODUÇÃO	7
1. METODOLOGIA DA RECONSTITUIÇÃO DE PARÓQUIAS	7
2. TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS	9
Capítulo I	
AS FONTES: APRESENTAÇÃO E CRÍTICA	11
1. AS FONTES: ESTADO ACTUAL DE CONSERVAÇÃO	12
1.1 Os livros de registos paroquiais	12
1.2 Os livros de guias de passaportes	15
1.3 Os processos de passaporte	15
2. O FASCÍNIO DAS FONTES: O PAPEL DOS VISITADORES...	16
2.1 ... nos livros de Baptismos	17
2.2 ... nos livros de Casamentos	21
2.3 ... nos livros de Óbitos	25
ANEXO AO CAPÍTULO I	31
1. PÁROCOS DA PARÓQUIA DE SANTO ANDRÉ DE BARCELINHOS (1606-1911)	31
2. VISITAÇÕES/VISITADORES (SÍNTESE)	32
3. SÍNTESE DAS RECOMENDAÇÕES DEIXADAS PELOS VISITADORES (1606-1911)	36
Capítulo II	
SANTO ANDRÉ DE BARCELINHOS: PINCELADAS PARA UMA IDENTIFICAÇÃO	39
1. O ESPAÇO E A POPULAÇÃO	40
2. EVOLUÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA E CULTURAL DA PARÓQUIA	48
2.1 Entre o rural e o urbano: economia mista	48
2.2 Profissões e profissionais	50
2.3 Criados, escravos e seus senhores	53
2.4 Saber escrever	54

	Pág.
ANEXO AO CAPÍTULO II	59
1. ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA LOCAL	59
2. PATRÕES E CRIADOS (QUADRO)	62
3. ESCRAVOS E SEUS SENHORES (QUADRO)	64
Capítulo III	
NUPCIALIDADE	65
1. SAZONALIDADE DOS CASAMENTOS	66
2. IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO	69
3. REPARTIÇÃO POR GRUPOS DE IDADE AO 1º CASAMENTO	73
4. GRUPOS SOCIAIS E IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO	74
5. ESTADO CIVIL DOS NUBENTES	77
6. ESTADO CIVIL COMBINADO DOS NUBENTES	79
7. FREQUÊNCIA DO CASAMENTO SEGUNDO A IDADE À VIUVEZ	80
8. INTERVALO ENTRE A VIUVEZ E O POSTERIOR CASAMENTO	82
9. GRUPOS DE IDADE E IDADE MÉDIA AO 2º CASAMENTO	84
10. CELIBATO DEFINITIVO	88
10.1 Celibato definitivo - comportamento diferencial	91
11. COMPORTAMENTOS SOCIAIS DE EXCEÇÃO AO CASAMENTO	93
Capítulo IV	
FECUNDIDADE	99
1. MOVIMENTO SAZONAL DOS NASCIMENTOS	100
2. REPARTIÇÃO DOS NASCIMENTOS SEGUNDO OS SEXOS	102
3. FECUNDIDADE LEGÍTIMA	103
3.1 Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade	103
3.2 Influência da idade ao casamento nas taxas de fecundidade legítima	105
4. ESPAÇAMENTO DOS NASCIMENTOS	106
4.1 Intervalo protogenésico médio	107
4.2 Intervalos intergenésicos	108
5. NÚMERO DE FILHOS POR CASAMENTO E DURAÇÃO DAS UNIÕES	110
6. CONCEPÇÕES PRÉ-NUPCIAIS	113

	Pág.
7. FILIAÇÃO NATURAL E ENJEITADOS	115
7.1 Estado civil das mães dos filhos ilegítimos	119
7.2 A ilegitimidade segundo a naturalidade das mães solteiras	119
7.3 Posterior casamento das mães de filhos ilegítimos	120
7.4 Maternidade ilegítima e reprodução de comportamentos	121
8. ILEGITIMIDADE, CELIBATO FEMININO E EMIGRAÇÃO MASCULINA	122
9. COMPORTAMENTOS SOCIAIS PERANTE A ILEGITIMIDADE E A EXPOSIÇÃO	124
9.1 Sobre a ilegitimidade	124
9.2 Sobre expostos ou enjeitados : a identificação, as causas, os locais e as condições	128
ANEXO AO CAPÍTULO IV	135
1. FILIAÇÃO NATURAL E EXPOSTOS: IMPACTO DA ABERTURA E ENCERRAMENTO DA RODA DE BARCELOS (QUADRO)	135
2. FAMÍLIA ILEGÍTIMAS SEGUNDO A NATURALIDADE DAS MÃES (QUADRO)	135
Capítulo V	
MORTALIDADE	137
1. SAZONALIDADE DOS ÓBITOS	138
1.1 Sazonalidade dos óbitos dos religiosamente adultos	138
1.2 Sazonalidade dos óbitos dos menores de sete anos	140
2. MORTALIDADE NORMAL E MORTALIDADE DE CRISE	141
2.1 Mortalidade dos maiores de seis anos	141
2.2 Mortalidade dos menores de sete anos	142
2.3 Mortalidade dos menores de 1 ano	144
2.4 Mortalidade dos expostos menores	146
3. MORTALIDADE GERAL	146
4. O HOMEM (E A IGREJA) PERANTE A MORTE	149
4.1 Os homens, entre as vésperas da morte e a sepultura	149
4.2 Depois da morte: o controlo da Igreja	151
4.3 Causas das mortes (um registo de excepção): 1842 - 1847	153

	Pág.
ANEXO AO CAPÍTULO V	155
1. LISTA DAS PARÓQUIAS DE NATURALIDADE DOS FALECIDOS EM SANTO ANDRÉ DE BARCELINHOS NÃO INTEGRADOS EM FAMÍLIAS (QUADRO)	155
2. MORTALIDADE GERAL (QUADRO): GERAÇÕES NASCIDAS DE 1677 A 1752	156
3. TÁBUAS DE MORTALIDADE (QUADRO): GERAÇÕES NASC. DE 1677 A 1752	159
4. SINAIS DE CONTROLO DOS BENS D'ALMA PELA IGREJA	164
5. SIGNIFICADO DE ALGUMAS DOENÇAS REFERIDAS COMO CAUSAS DE MORTE (1842-1847)	165
Capítulo VI	
MOBILIDADE	167
1. APROXIMAÇÃO AO PROBLEMA DA MOBILIDADE DISPONDO DE REGISTOS DE MORTALIDADE INFANTIL	168
2. NATURALIDADE DOS NUBENTES	173
3. CARACTERIZAÇÃO DA MOBILIDADE INTERNA (1827- 1860)	176
4. A EMIGRAÇÃO NA 2ª METADE DO SÉC. XIX E INÍCIOS DO SÉC.XX ATRAVÉS DO CRUZAMENTO DOS REGISTOS PAROQUIAIS COM GUIAS E PROCESSOS DE PASSAPORTE	179
4.1 Quantos emigram?	182
4.2 Quem emigra?	185
4.3 Quando se emigra?	189
4.4 Ambiente sócio-económico e cultural do emigrante	190
4.4.1 As profissões dos pais dos emigrantes	190
4.4.2 As profissões dos emigrantes	192
4.4.3 Alfabetização dos emigrantes	196
4.5 Como se emigra?	198
4.6 Para onde se emigra?	199
4.7 Reemigração: características	200
4.8 Emigração e aproximação ao retorno	202
4.9 Emigração clandestina ?	204
4.10 Algumas consequências da emigração na Paróquia de Santo André de Barcelinhos	205
4.11 Emigrantes: que sucesso? Algumas histórias de vida	207
4.12 Conclusão	218

	Pág.
ANEXO AO CAPÍTULO VI	221
1. INDÍCIOS DE EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO: BARCELINHOS - BRASIL	221
2. LISTA DAS PARÓQUIAS DA NATURALIDADE DAS MÃES SOLTEIRAS (QUADRO): 1606 - 1910	222
3. MEDIDAS LEGISLATIVAS REFERENTES À EMIGRAÇÃO / IMIGRAÇÃO: SÉC.XIX E SÉC.XX	223
4. A QUESTÃO CONSULAR: ACUSAÇÕES, COMPORTAMENTOS E PROVAS CONTRA O CÔNSUL BARÃO DE MOREIRA, SÉC. XIX	225
5. GRUPOS À 1ª EMIGRAÇÃO E RELAÇÃO DE PARENTESCO (QUADRO)	232
6. EMIGRANTES SAÍDOS DE BARCELINHOS PARA O BRASIL, FRANÇA E ESPANHA: 1855/1925 (QUADRO)	233
Capítulo VII	
ASPECTOS GLOBAIS DA DEMOGRAFIA	235
CONCLUSÃO	241
FONTES HISTÓRICAS (MANUSCRITAS)	251
BIBLIOGRAFIA	253

ÍNDICE DE MAPAS E IMAGENS

1. MAPA : zona norte de Portugal englobando parte dos Concelhos de Esposende, Barcelos, Famalicão e Braga.	39
2. MAPA: Barcelos e Barcelinhos: zona histórica. Lugares de residência.	40
3. FOTOGRAFIA: Zona urbana.Rio Cávado, Ponte, Capela de Nossa Sra da Ponte e Carvalho.	41
4. FOTOGRAFIA: Zona urbana. À dir*: Quartel dos Bombeiros Voluntários.	41
5. MAPA: Barcelinhos: mancha urbana.	44
6. FOTOGRAFIA: Actual "top": Topo,Tanque, Montilhão.	45
7. FOTOGRAFIA: Aspecto da R.Direita / actual R. Engº Custódio José Gomes de Vilas Boas. Habitações, lojas de comércio e trânsito.	46
8. FOTOGRAFIA: Rua de Baixo. Entre a Rua e a Igreja, Lugar do Monte.	49
9. FOTOGRAFIA: Lugar de Mareces. Fábricas têxteis e de calçado.	50

ÍNDICE DE QUADROS

	Pág.	
QUADRO 1	PÁROCOS DA PARÓQUIA DE SANTO ANDRÉ DE BARCELINHOS (1606-1911)	31
QUADRO 2	VISITAÇÕES E VISITADORES (1606-1911)	33
QUADRO 3	DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS PELAS RUAS E LUGARES DE RESIDÊNCIA	43
QUADRO 4	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE SANTO ANDRÉ DE BARCELINHOS	47
QUADRO 5	PROFISSIONAIS CHEFES DE FAMÍLIA NATURAIS E/OU RESIDENTES	52
QUADRO 6	ALFABETIZAÇÃO AO CASAMENTO (NAT. DE BARCELINHOS): 1871-1910	55
QUADRO 7	ALFABETIZAÇÃO AO CASAMENTO (NÃO NATURAIS): 1871-1910	55
QUADRO 8	EVOLUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE BARCELINHOS ENTRE OS CENSOS DE 1890 E 1940	56
QUADRO 9	RELAÇÃO ENTRE A PRÓPRIA PROFISSÃO E A ALFABETIZAÇÃO (1871-1910)	57
QUADRO 10	IDENTIFICAÇÃO DOS PATRÕES ATRAVÉS DO CONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DOS CRIADOS	62
QUADRO 11	ESCRAVOS E SEUS SENHORES (SÉC. XVII A XIX)	64
QUADRO 12	SAZONALIDADE DOS CASAMENTOS (1607-1819) E (1820-1910). ÍNDICES	67
QUADRO 13	IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO (1620-1859; OBS. LONG.)	70
QUADRO 14	IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO (1660-1910; OBS. TRANSV.)	71
QUADRO 15	REPARTIÇÃO POR GRUPOS DE IDADE AO 1º CASAMENTO :1660-1910. DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL. SEXO MASCULINO	73
QUADRO 16	REPARTIÇÃO POR GRUPOS DE IDADE AO 1º CASAMENTO (1660-1910) DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL. SEXO FEMININO	73
QUADRO 17	IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO 1660-1910). COMPORTAMENTO DIFERENCIAL	75
QUADRO 18	ESTADO CIVIL DOS NUBENTES (1661-1910)	77
QUADRO 19	SOLTEIROS AO CASAMENTO. COMPARAÇÃO ENTRE 3 PARÓQUIAS, EM 3 PERÍODOS, EM PERCENTAGENS TRÊS PERÍODOS.	78
QUADRO 20	ESTADO CIVIL COMBINADO DOS NUBENTES. TRÊS PERÍODOS.	79
QUADRO 21	FREQÜÊNCIA DO CASAMENTO SEGUNDO A IDADE À VIUVEZ. TRÊS PERÍODOS	81
QUADRO 22	INTERVALO ENTRE A VIUVEZ E O POSTERIOR CASAMENTO. DOIS PERÍODOS	83
QUADRO 23	GRUPOS DE IDADES AO 2º CASAMENTO. NATURAIS E NÃO NATURAIS. DOIS PERÍODOS	86

	Pág.	
QUADRO 24	IDADE MÉDIA AO 2º CASAMENTO. NATURAIS E NÃO NATURAIS	87
QUADRO 25	CELIBATO DEFINITIVO (OBSERVAÇÃO LONGITUDINAL: 1660-1859)	88
QUADRO 26	CELIBATO DEFINITIVO (INDIVÍDUOS NATURAIS. OBS. TRANSVESAL). TRÊS PERÍODOS	90
QUADRO 27	CELIBATO DEFINITIVO (INDIVÍDUOS NÃO NATURAIS. OBSERVAÇÃO TRANSVERSAL). DOIS PERÍODOS	90
QUADRO 28	CELIBATO DEFINITIVO (COMPORTAMENTO DIFERENCIAL: 1660-1910)	92
QUADRO 29	REPARTIÇÃO DOS NASCIMENTOS E DAS CONCEPÇÕES SEGUNDO OS MESES (ÍNDICES). DOIS PERÍODOS	101
QUADRO 30	REPARTIÇÃO DOS NASCIMENTOS SEGUNDO OS SEXOS (1606-1910)	102
QUADRO 31	TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA POR GRUPOS DE IDADE (GERAÇÕES DE 1660 A 1859)	103
QUADRO 32	TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA. QUADRO COMPARATIVO DE DIFERENTES ZONAS PORTUGUESAS. TODAS AS IDADES DA MULHER (MIL MULHERES). SÉC. XVII A SÉC. XIX	104
QUADRO 33	IDADE MÉDIA DA MÃE AO NASCIMENTO DO ÚLTIMO FILHO (1660-1859)	104
QUADRO 34	TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA POR GRUPOS DE IDADES DA MULHER AO CASAMENTO	105
QUADRO 35	INTERVALO PROTOGENÉSICO MÉDIO (>=8 MESES)	107
QUADRO 36	INTERVALO PROTOGENÉSICO INFERIOR E SUPERIOR A UM ANO, SEGUNDO A IDADE DA MULHER AO CASAMENTO.. EM PERCENTAGENS	108
QUADRO 37	INTERVALOS INTERGENÉSICOS MÉDIOS SUCESSIVOS EM FAMÍLIAS NUMEROSAS POR GRUPOS DE IDADE DA MULHER.	109
QUADRO 38	NÚMERO DE FILHOS NASCIDOS POR UNIÃO	110
QUADRO 39	DURAÇÃO DAS UNIÕES MATRIMONIAIS	111
QUADRO 40	NÚMERO MÉDIO DE FILHOS POR FAMÍLIA COMPLETA SEGUNDO IDADE DA MULHER AO CASAMENTO. COMPARAÇÃO COM OUTRAS LOCALIDADES PARA ANTES DE 1800	112
QUADRO 41	NÚMERO MÉDIO DE FILHOS POR FAMÍLIA. COMPORTAMENTO DIFERENCIAL	112
QUADRO 42	CONCEPÇÕES PRÉ-NUPCIAIS (INTERVALOS PROTOGENÉSICOS MÉDIOS, OBSERVAÇÕES E PERCENTAGENS)	113
QUADRO 43	CONCEPÇÕES PRÉ-NUPCIAIS. COMPARAÇÃO COM ALGUMAS LOCALIDADES PORTUGUESAS (PERCENTAGENS)	114
QUADRO 44	FILIAÇÃO NATURAL E ENJEITADOS	115
QUADRO 45	ESTADO CIVIL DAS MÃES DOS FILHOS ILEGÍTIMOS	119
QUADRO 46	CASTIDADE E CELIBATO DEFINITIVO FEMININO (OBS. TRANSV.)	123

ÍNDICE DE QUADROS		Pág.
QUADRO 47	FILIAÇÃO NATURAL E ENJEITADOS. IMPACTO DA ABERTURA E ENCERRAMENTO DA CASA DA RODA, EM BARCELOS (% EM REL. AO TOTAL DE BAPTISMOS)	135
QUADRO 48	FAMÍLIAS ILEGÍTIMAS SEGUNDO A NATURALIDADE DAS MÃES	135
QUADRO 49	SAZONALIDADE DOS ÓBITOS DOS MAIORES DE SEIS ANOS. DOIS PERÍODOS. NÚMERO DE OBSERVAÇÕES E ÍNDICES	139
QUADRO 50	SAZONALIDADE DOS ÓBITOS DOS MENORES DE SETE ANOS. DOIS PERÍODOS. NÚMERO DE OBSERVAÇÕES E ÍNDICES	140
QUADRO 51	QUOCIENTE DE MORTALIDADE DOS MENORES DE UM ANO (COMPARAÇÃO COM OUTRAS PARÓQUIAS)	145
QUADRO 52	LISTA DAS PARÓQUIAS DE NATURALIDADE DOS FALECIDOS EM SANTO ANDRÉ DE BARCELINHOS NÃO INTEGRADOS EM FAMÍLIAS. NÚMERO DE FALECIDOS POR PERÍODO	155
QUADRO 53	MORTALIDADE GERAL (GERAÇÕES NASCIDAS DE 1677 A 1752)	156
QUADRO 54	TÁBUA DE MORTALIDADE (GERAÇÕES NASC. DE 1677 A 1752)	159
QUADRO 55	SINAIS DE CONTROLO DOS BENS D'ALMA PELA IGREJA	164
QUADRO 56	MOBILIDADE ISOLADA E EM FAMÍLIA (1680-1749) E (1840-1879)	170
QUADRO 57	MOBILIDADE ISOLADA E EM FAMÍLIA (1680 - 1749) E (1840 - 1889) (PERCENTAGENS EM RELAÇÃO AOS EFECTIVOS INICIAIS)	170
QUADRO 58	NATURALIDADES MAIS FREQUENTES DOS CÔNJUGES. (1607-1800) E (1801-1910)	174
QUADRO 59	NATURALIDADE DAS MÃES SOLTEIRAS (1606 - 1910)	175
QUADRO 60	MOBILIDADE INTERNA ATRAVÉS DAS GUIAS DE PASSAPORTE (1827-1859)	176
QUADRO 61	CARACTERIZAÇÃO GERAL DA MOBILIDADE INTERNA (1827-1859)	177
QUADRO 62	EMIGRAÇÃO TOTAL. PERCENTAGEM EM RELAÇÃO AO TOTAL DE SAÍDAS DA PARÓQUIA (1850-1909)	184
QUADRO 63	EMIGRAÇÃO DOS NATURAIS. PERCENTAGEM EM RELAÇÃO À TOTALIDADE DAS SAÍDAS DOS NATURAIS (1850-1909)	185
QUADRO 64	ESTADO CIVIL À EMIGRAÇÃO. NATURAIS E NÃO NATUR.. 1855-1925	186
QUADRO 65	IDADE MÉDIA À 1ª AUSÊNCIA	186
QUADRO 66	EMIGRANTES E GRUPOS DE IRMÃOS EMIGRANTES SEGUNDO O NÚMERO DE FILHOS DA FAMÍLIA. SEXO MASCULINO (1850-1925)	187
QUADRO 67	POSIÇÃO DO EMIGRANTE MASCULINO E SOLTEIRO NA FAMÍLIA. SEXO MASCULINO (1850-1925)	188
QUADRO 68	EMIGRAÇÃO E ORFANDADE. SEXO MASCULINO. PERCENTAGENS. (1850-1925)	189
QUADRO 69	REPARTIÇÃO DOS EMIGRANTES SEGUNDO AS PROFISSÕES DOS PAIS. DOIS SEXOS. REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL	191

ÍNDICE DE GRÁFICOS		Pág.
QUADRO 70	PROFISSÕES DOS EMIGRANTES. SEXO MASCULINO E SEXO FEMININO. PERCENTAGENS	193
QUADRO 71	PROFISSÕES DOS EMIGRANTES ÀS VÁRIAS AUSÊNCIAS (1890-1925)	195
QUADRO 72	SABER ESCREVER (1890-1925)	196
QUADRO 73	ANALFABETISMO À EMIGRAÇÃO. COMPARAÇÃO ENTRE OS TITULARES DE PASSAPORTE QUE SAEM PELO PORTO E OS EMIGRANTES DE BARCELINHOS. SEXO MASCULINO	197
QUADRO 74	ALFABETIZAÇÃO DOS EMIGRANTES SEGUNDO O SEU DESTINO (1919-1925)	197
QUADRO 75	EMIGRANTES ISOLADOS E ACOMPANHADOS (À 1ª AUSÊNCIA)	198
QUADRO 76	EMIGRAÇÃO REPETIDA (1880-1925)	201
QUADRO 77	EMIGRAÇÃO REPETIDA. INTERVALOS (1890-1925)	201
QUADRO 78	IDADE MÉDIA À 2ª AUSÊNCIA (1880-1925)	202
QUADRO 79	EMIGRAÇÃO / RETORNO ATÉ AOS 20 ANOS DE AUSÊNCIA (1855-1889)	203
QUADRO 80	LISTA DAS PARÓQUIAS DA NATURALIDADE DAS MÃES SOLTEIRAS: 1606-1910	222
QUADRO 81	GRUPOS À 1ª EMIGRAÇÃO E RELAÇÃO DE PARENTESCO	232
QUADRO 82	EMIGRANTES SAÍDOS DE BARCELINHOS PARA O BRASIL, A FRANÇA E A ESPANHA: 1855-1925	233

ÍNDICE DE GRÁFICOS

	Pág.
GRÁFICO I	47
GRÁFICO II	67
GRÁFICO III	70
GRÁFICO IV	101
GRÁFICO V	103
GRÁFICO VI	106
GRÁFICO VII	116
GRÁFICO VIII	118
GRÁFICO IX	120
GRÁFICO X	122
GRÁFICO XI	123
GRÁFICO XII	139
GRÁFICO XIII	140
GRÁFICO XIV	142
GRÁFICO XV	143
GRÁFICO XVI	143
GRÁFICO XVII	144
GRÁFICO XVIII	144
GRÁFICO XIX	147
GRÁFICO XX	147
GRÁFICO XXI a	147
GRÁFICO XXVI	172

	Pág.
GRÁFICO XXVII	183
GRÁFICO XXVIII	189
GRÁFICO XXIX	197
GRÁFICO XXX	200
GRÁFICO XXXI	236
GRÁFICO XXXII	236
GRÁFICO XXXIII	237
GRÁFICO XXXIV	238
GRÁFICO XXXV	239
GRÁFICO XXXVI	239